



PESQUISAS EM PSICOLOGIA CLÍNICA: CONTEXTO E DESAFIOS



Ida Kublikowski

Edna Maria Severino Peters Kahhale

Rosa Maria Tosta

(Organizadoras)

PESQUISAS EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
CONTEXTO E DESAFIOS



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitor: Vidal Serrano Nunes Júnior

educ

Editora da PUC-SP

Direção: Thiago Pacheco Ferreira

Conselho Editorial

Carla Reis Longhi (*Presidente*)

Cibele Isaac Saad Rodrigues

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Ida Kublikowski

Ivo Assad Ibri

João Batista Pamplona

Lucia Santaella

Marcelo Gomes Sodré

Marina Graziela Feldman

Rodrigo Pires Vilela da Silva

Thiago Pacheco Ferreira (*Diretor da Educ*)

Ida Kublikowski
Edna Maria Severino Peters Kahhale
Rosa Maria Tosta
(Organizadoras)

PESQUISAS EM PSICOLOGIA CLÍNICA: CONTEXTO E DESAFIOS

2ª edição

educ

São Paulo
2025

Copyright © 2025. Ida Kublikowski, Edna Maria Severina Peters Kahhale e Rosa Maria Tosta.

Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Pesquisas em psicologia clínica : contexto e desafios [recurso eletrônico] orgs. Ida Kublikowski ; Edna Maria Severina Peters Kahhale ; Rosa Maria Tosta. 2 ed. - São Paulo : EDUC, 2025.

recurso on-line : e-book

Bibliografia.

ISBN 978-65-985387-1-2

1. Psicologia clínica - Pesquisa. 2. Psicanálise - Metodologia. 3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. I. Kublikowski, Ida. II. Kahhale, Edna Maria Severina Peters. III. Tosta, Rosa Maria

CDD 150.195

616.8917

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a./556

1ª edição: 2019

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Produção Editorial

Sonia Montone

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagens de capa: TheDigitalArtist - Pixabay / Florian Weihmann - Pexels

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

A preparação e a revisão dos textos são de responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos a produção coletiva dos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Considerado um dos mais antigos programas de Psicologia Clínica do país, comemorou 43 anos em 2019. Atingiu a marca de 1.657 titulados, 1.186 mestres e 471 doutores¹. O reconhecimento de sua excelência pode ainda ser observado em distintas premiações, entre as quais, o prêmio Capes de Teses em Psicologia, o Prêmio Jabuti em Psicologia, Psicanálise e Comportamento, premiações de projetos de Iniciação Científica indicando uma excelente integração com a graduação e expressividade das linhas de pesquisa. Seu sistema educacional é considerado modelo nacional e atrai alunos de todo o país e do exterior.

A formação consistente incorporou progressivamente inovações científicas e tecnológicas e desenvolveram-se ao longo dos anos vínculos de colaboração e de interface com distintas áreas de conhecimento em quase todos os estados brasileiros e em vários países latino-americanos e europeus, com pesquisadores, docentes e profissionais da psicologia e de outras áreas das ciências humanas, jurídicas, biológicas, ambientais e da terra, assim como profissionais relacionados às artes e à cultura. Expressa uma compreensão de psicologia clínica ampla voltada para a diversidade de demandas e contextos que visa à implementação da saúde psíquica no indivíduo, na família e na sociedade.

1 Os dados referentes ao Programa estão disponíveis em: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/psicologia-psicologia-clinica>.

Seus docentes e titulados têm contribuído tanto para o desenvolvimento conceitual e metodológico da psicologia clínica, como para a extensão de seu âmbito de atuação. Tendo em vista a diversidade da Psicologia Clínica e os desafios que tal diversidade representa para os profissionais da área, a presente obra representa um grande encontro, ao congregar diferentes temas por meio dos quais os autores apresentam questões epistemológicas e metodológicas que daí decorrem, de forma a permitir ao leitor não só embasar investigações em diferentes abordagens, como também desenvolver práticas que ofereçam soluções para problemas na área da saúde mental. Não estamos em busca de uma síntese, já que as diferentes teorias nos falam de diferentes lugares, mas sim de diálogos possíveis que permitam a renovação de teorias e práticas, de forma a atender as demandas do nosso contexto.

Além dos fatos, como tão bem nos ensina Popper², que só fazem sentido em âmbitos teóricos e conceituais, os métodos de pesquisa só se tornam consistentes quando se apresentam em acordo com pressupostos ontológicos e epistemológicos, de forma a permitir uma produção de conhecimento. Além disto, a preocupação é produzir conhecimento que possa gerar impacto social a partir da atuação dos profissionais de psicologia que vimos formando através dos anos, seja na clínica, seja em Instituições de Ensino Superior.

Assim, nessa empreitada, impõe-se a necessidade de pesquisas aplicadas e de pesquisas conceituais e/ou teóricas, dado que na área da saúde mental apesar da pesquisa quase-experimental evidenciar sua eficácia para responder a determinadas questões, perde em efetividade quando confrontado com questões que remetem à processos e significados. Acreditamos que a presente obra, ao apresentar a clínica psicológica em diferentes facetas, nos ofereça diferentes perspectivas e caminhos possíveis para atender de forma efetiva às agudas demandas que a realidade nos impõe.

A diversidade está posta e a ordem de apresentação dos capítulos não segue nenhum critério teórico e ou metodológico. Foi organizada

2 POPPER, Karl (2004). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix.

segundo a inicial do nome de cada autor. Respeitando essa ordem dos capítulos neste livro, seguem-se pequenas sínteses dos temas tratados em cada um deles.

No primeiro capítulo, Alfredo Naffah Neto e Elisa Ulhoa Cintra tratam do método psicanalítico. Descrevem três tipos de pesquisa – a pesquisa-escuta, característica da clínica psicanalítica; a pesquisa-investigação – que abordam questões teóricas e/ou metodológicas da Psicanálise; explicitando as pesquisas que utilizam a teoria da Psicanálise e que não necessariamente precisam ser conduzidas por psicanalistas.

No capítulo 2, Ceneide Maria de Oliveira Cervený apresenta dois dos recursos investigativos utilizados em Terapia Familiar e também de grande valia na pesquisa qualitativa. São eles o genograma e a linha de tempo. O genograma é uma representação gráfica da estrutura e dinâmica das famílias. A linha de tempo, também oriunda da Terapia Familiar, auxilia no acompanhamento de um fato ao longo do tempo. Ambos os recursos, podem ser utilizados em conjunto ou separadamente da entrevista semiestruturada.

No capítulo 3, Denise Ramos trata da questão de como avaliar os resultados de técnicas psicoterapêuticas, discutindo a diferença entre efetividade *versus* eficácia. A autora explicita que a eficácia refere-se à testagem de um tratamento em situação experimental ou laboratorial controlada, enquanto a efetividade observa o efeito de um tratamento no mundo real. Propõe-se, então, a refletir como a eficácia e a efetividade podem ser aplicadas nas pesquisas em Psicologia Clínica.

No capítulo 4, Durval Luiz de Faria trata do método de pesquisa em Psicologia Analítica. O autor explicita que o método dialético de pesquisa fundamentado em Carl G. Jung envolve as duas dimensões: consciente e inconsciente, tanto do pesquisador como do pesquisado. São abordadas algumas das questões envolvidas na pesquisa, tais como escolha do tema e a subjetividade do pesquisador, o causal - redutivo e o simbólico na pesquisa e o discurso verbal e o simbólico na entrevista.

No capítulo 5, Edna Peters Kakhale aborda a questão do método quali-quantitativo na análise de dados na pesquisa clínica. A autora propõe uma metodologia quali-quantitativa na coleta e na análise de dados em pesquisa clínica sob a ótica materialista dialética. Defende que utilizando as

categorias analíticas historicidade, identidade, as dialéticas objetividade x subjetividade, singular x plural, pode-se romper com os paradigmas qualitativos e quantitativos em pesquisa.

No capítulo 6, Ida Cardinalli trata do método de pesquisa em Fenomenologia existencial. Primeiramente expõe os fundamentos dos filósofos Edmund Husserl e Martin Heidegger. Em seguida traz as contribuições de autores de nosso meio para esta questão. Propõe ao final os princípios que fundamentam o método de pesquisa fenomenológico hermenêutico existencial orientado pelo pensamento heideggeriano.

No capítulo 7, João Perci Schiavon trabalha com alguns dos princípios da prática clínica psicanalítica de inspiração lacaniana. Pergunta-se quais os conceitos e os fundamentos filosóficos que se aliam ao exercício de análise, em termos éticos e clínicos. Salienta a ideia lacaniana de *sinthoma*. Pela sua exposição, o autor conclui que a lógica pulsional em que se funda a intervenção analítica é uma lógica da existência.

No capítulo 8, Liliana Liviano Wahba discorre sobre o método junguiano, apresentando alguns princípios da psicologia analítica que fundamentam o método da pesquisa acadêmica nesta perspectiva e a epistemologia subjacente. Assim, discute questões tais como: os parâmetros experimental ou clínico, a subjetividade da pesquisa e o método científico, o lugar do pesquisador, determinismo ou abertura, a hermenêutica dos símbolos e a ética do conhecimento.

No capítulo 9, Marlise Aparecida Bassani trata da Psicologia Ambiental em sua relação com a Psicologia Clínica, expondo um histórico do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia Ambiental e Saúde na PUC-SP e como foi a construção deste trabalho no Programa de pós-graduação, desenvolvendo a Psicologia Ambiental nos contextos de intervenção, prevenção e promoção de saúde. Alguns pontos abordados são: os desafios das interlocuções: uma contribuição conceitual em diferentes abordagens, pressupostos teóricos e práticos envolvidos na pesquisa, as temáticas trabalhadas: desde agricultores até espaços públicos de cultura.

No capítulo 10, Renato Mezan trabalha a questão do método psicanalítico nas teses acadêmicas e no escrito psicanalítico em geral. Descreve trabalhos de natureza clínica em três *settings* distintos: o primeiro é sobre

um caso atendido em consultório; o segundo relata uma terapia em ambiente hospitalar; e o terceiro estuda algumas intervenções pontuais realizadas num abrigo infantil do serviço público. O autor aponta que é possível ter consistência epistemológica e metodológica no trabalho científico em Psicanálise, considerando que há diferentes modos de acesso ao conhecimento sobre a realidade psíquica.

No capítulo 11, Rosa Maria Tosta sistematiza as proposições norteadoras sobre a pesquisa psicanalítica, com foco na ação do pesquisador. Considera que a Psicanálise, por ter como objeto o inconsciente, é a ciência da singularidade por excelência e tem como desafio levar o método psicanalítico da prática clínica para a tarefa investigativa. Focaliza a proposição psicanalítica sobre criatividade de D.W. Winnicott e a questão da intersubjetividade fundamental que permeia todas as relações humanas, inclusive a relação pesquisador-pesquisado e/ou pesquisador/objeto de pesquisa.

No capítulo 12, Rosane Mantilla de Souza apresenta as questões que permeiam a pesquisa por meio da Internet na Psicologia Clínica. Mostra como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) chegaram também à academia. Trata de questões envolvendo a construção de pesquisas, tais como: o recrutamento de participantes online, o procedimento aplicado online, certas particularidades das TICs e do meio on-line, e a qualidade de questionários e escalas. Conclui que embora tenha algumas vantagens, exige muito conhecimento do pesquisador sobre TICs e especificidades de planejamento.

Trata-se de uma obra com considerável amplitude, que contempla as mais diversas perspectivas em Psicologia Clínica, mas sobretudo reflete a sua riqueza e seus dilemas e o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP em suas diferentes facetas. Ao leitor é facultado escolher a ordem de leitura que lhe convier. Esperamos promover um diálogo fértil.

Ida Kublikowski

Edna Maria Severino Peters Kahhale

Rosa Maria Tosta

(Organizadoras)



SUMÁRIO

PARADOXO, NOITE E MISTÉRIO: OS LABIRINTOS DA PESQUISA PSICANALÍTICA.....	13
<i>Alfredo Naffah Neto, Elisa Maria de Ulhoa Cintra</i>	
O GENOGRAMA E A LINHA DE TEMPO NA PESQUISA QUALITATIVA.....	35
<i>Ceneide M. de Oliveira Cervený</i>	
EFETIVIDADE <i>VERSUS</i> EFICÁCIA: QUESTÕES DESAFIADORAS NA AVALIAÇÃO DE TÉCNICAS PSICOTERAPÊUTICAS	47
<i>Denise Gimenez Ramos</i>	
ASPECTOS DO MÉTODO JUNGUIANO DE PESQUISA. UMA REFLEXÃO	65
<i>Durval Luiz de Faria</i>	
MÉTODO QUALI-QUANTI NA COLETA E ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA CLÍNICA MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA	81
<i>Edna Maria Severino Peters Kahhale</i>	
A PESQUISA EM FENOMENOLOGIA: UMA INTRODUÇÃO.....	111
<i>Ida Elizabeth Cardinalli</i>	
CONDIÇÕES ORIGINÁRIAS DA ANÁLISE	133
<i>João Perci Schiavon</i>	

ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A SUBJETIVAÇÃO SIMBÓLICA NO MÉTODO JUNGUIANO	151
<i>Liliana Liviano Wabba</i>	
PSICOLOGIA AMBIENTAL E PSICOLOGIA CLÍNICA: PESQUISA E DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	175
<i>Marlise Aparecida Bassani</i>	
O MÉTODO PSICANALÍTICO NO TEXTO ACADÊMICO: TRÊS EXEMPLOS E ALGUMAS OBSERVAÇÕES	191
<i>Renato Mezan</i>	
O FAZER DO PESQUISADOR E A PESQUISA PSICANALÍTICA.....	223
<i>Rosa Maria Tosta</i>	
A PESQUISA POR MEIO DA INTERNET NA PSICOLOGIA CLÍNICA.....	243
<i>Rosane Mantilla de Souza</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	265

PARADOXO, NOITE E MISTÉRIO: OS LABIRINTOS DA PESQUISA PSICANALÍTICA¹

ALFREDO NAFFAH NETO
ELISA MARIA DE ULHOA CINTRA

*Em Tebas ou em Minas, o caminho tende
a se confundir com o traçado da existência,
e o obstáculo, com a nossa persistente cegueira*
(Arrigucci, D. 2002)

Quando Freud criou a psicanálise ele pretendia que ela fosse uma ciência da observação empírica – fenômenos como a sexualidade e sua expressão polimórfica infantil sendo contidos por um mecanismo de defesa – a repressão – o objetivo da pesquisa clínica seria o gradual conhecimento do reprimido, através do levantamento da repressão e o gradual acesso a uma verdade do desejo inconsciente, através do trabalho da interpretação. Muito cedo, Freud e os demais analistas descobriram que alguns pacientes não avançavam nada através de interpretações e ao contrário

1 Este texto constitui uma revisão, com algumas alterações e acréscimos, do artigo publicado pelos autores na *Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*, vol. 30 (1), junho, 2012, pp. 33-50, sob o título: “A pesquisa psicanalítica: a arte de lidar com o paradoxo”.

disto, apresentavam colossais resistências a qualquer interpretação. Desde 1914, em “Recordar, repetir, elaborar”, Freud se viu compelido a pensar melhor o fenômeno inesperado da resistência às interpretações. Uma das conclusões a que se chega é que o desejo de *não saber* pode ser maior que a possibilidade de descobrir aquilo que em nós é diferente do que gostaríamos de ser.

As análises dos pacientes difíceis mostraram que a teoria e a prática precisavam ser repensadas. Hoje em dia, muitos se dedicam a pesquisar e repensar as teorias vigentes a partir dos limites encontrados em sua própria prática. Eles investigam também as noções de ciência implícitas em cada uma das *démarches* de Freud e seus muitos seguidores.

Neste artigo, começamos com a análise de um poema de Carlos Drummond de Andrade. Por que um poema? Neste poema, Drummond fala da situação de impasse que o artista vive ao criar. Não faremos uma análise literária, mas usando de nossa sensibilidade de psicanalistas e apoiados na análise de um crítico literário (Arrigucci, 2002), queremos introduzir o leitor à situação vivida por quem faz pesquisa – clínica, metapsicológica e epistemológica – em psicanálise, seja no consultório, seja na universidade, tendo como referência a situação do artista que busca passagem através do que se mostra impassível, impassável.

Na companhia de um paciente que nos fala de seu sofrimento incessante e interminável e também diante da profusão de linhas teóricas que surgiram a partir de Freud, encontramos ora diante de um excesso de sentidos paradoxais e inconciliáveis, ora mergulhados em uma falta de sentido opaca, um vazio, uma ausência de nexos com a qual temos que nos enfrentar. O que fazer, em um país fechado ao sentir e ao sentido? Será preciso encontrar, como Drummond a “metamorfose do inseto em flor-poema”.

O poeta se encontra, como o pesquisador em psicanálise, diante do impasse: uma pedra no meio do caminho, nada floresce, o sentido se fecha e o circuito monótono da repetição da mesma perspectiva se mantém intacto.

A importância do poema é introduzir-nos no universo metafórico onde se move o “ser psíquico” e a pesquisa em psicanálise. Quando este

universo não pode instalar-se plenamente ou começa a instalar-se e é então invadido por um funcionamento doente, isto fecha a pessoa em paisagens invariáveis e monótonas, estrangulando-a em certezas absolutas sobre si e sobre o mundo ou, nos casos mais graves, dos pacientes-limites, num mundo sem sentido e sem realidade. O adoecimento pode significar, portanto, um estrangulamento da capacidade metafórica, que é a base da possibilidade saudável de pensar e de se deslocar no mundo, mas pode vir a ser algo ainda pior, que é o sentimento de sequer possuir existência própria. Esta pessoa fica impedida de brincar, pensar, trabalhar e relacionar-se. Seu psiquismo passa a exibir um empobrecimento na esfera psíquica, eivado de sintomas crônicos (nas neuroses), ou, então, se preenche de automatismos sexuais, repetitivos e incontroláveis, de cunho pré-genital (nas perversões), podendo chegar a um processo de cisão do *self*, como defesa contra as agonias impensáveis (nas psicoses e nos estados-limite, conforme propõe Winnicott). De outro lado, a restauração da capacidade de ser-no-mundo através da pesquisa psicanalítica pode renovar e fazer renascer um sujeito psíquico, devolvendo-lhe a plasticidade metafórica.

Cada psicanalista tem uma capacidade metafórica diversa, e também uma disposição variável a se entregar com paciência ao trabalho de pesquisa seja em seu consultório, seja convivendo com as teorias e os relatos de outros casos, seja quando lê, escreve, orienta pesquisas e discute com seus pares; em todos estes domínios há pesquisa e toda pesquisa consequente do universo psíquico conduz a impasses e aporias que precisam ser ultrapassados, ainda que parcialmente. Por isto um dos aspectos importantes da pesquisa em psicanálise é pensar-se a si mesma, redescobrir, elucidar e aprofundar a sua prática e suas contradições, o seu método e suas aporias.

A palavra “aporia” nos levou ao poema de Drummond que relata os dois tempos do fazer poético: impasse e travessia; e serve de horizonte poético para nossa reflexão.

No dicionário Houaiss a palavra “aporia” apresenta as seguintes definições.

Dificuldade ou dúvida racional decorrente de uma possibilidade objetiva na obtenção de uma resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica. (As aporias foram cultivadas pelo ceticismo pirrônico como demonstração da ausência de qualquer verdade absoluta ou certeza filosófica definitiva). Em Aristóteles, problema lógico, contradição, paradoxo nascido da existência de raciocínios igualmente coerentes e plausíveis que alcançam conclusões contrárias. Situação insolúvel, sem saída. Embaraço, incerteza, em uma discussão ou pesquisa (Houaiss, 2001).

Vamos então ao poema de Drummond de Andrade (1945, p. 142), que se chama “Áporo”.

Um inseto cava
Cava sem alarme
Perfurando a terra
Sem achar escape

Que fazer, exausto,
em país bloqueado
enlace de noite
raiz e minério?

Eis que o labirinto
(oh razão, mistério)
Presto se desata:

em verde, sozinha
antieuclediana,
uma orquídea forma-se.

Áporo: encontram-se nos dicionários vários sentidos para esta palavra-enigma. Além da idéia de um problema sem saída, com solução difícil, a palavra designa um gênero de plantas da família das orquídeas e também um inseto himenóptero, da família dos cavadores! (Pignatari, 1971, pp. 131-137). Drummond realizou um verdadeiro trabalho de arte com os significados divergentes da palavra.

A primeira impressão do poema nos vem do fascínio do desconhecido que emana dessa palavra rara e estranha do título. Ela nos atrai, despertando a curiosidade para o que desde logo se oculta: da aporia brota, como sempre, o espanto, e com ele, o desejo de conhecimento. Desde o princípio, “Áporo” faz voltar à raiz da dificuldade de conhecer, à reflexão que retoma de novo o caminho (Arrigucci, 2002, p. 78).

Este poema enigmático lembra a fala cifrada de alguns pacientes mergulhados em uma situação que se repete e perdura sem solução – “perfurando a terra sem achar escape” – mas também a situação do pesquisador e do intérprete em psicanálise que se encontra em um impasse, sem conseguir chegar a uma nova compreensão da situação de sofrimento e sem conseguir encontrar uma saída. A capacidade metafórica do analista também se encontra esvaziada, e assim como o poeta, ele se pergunta “que fazer, exausto, em país bloqueado?”.

O estado de não conseguir (não poder?) se expressar do poeta pode ser comparado à perplexidade do pesquisador que, embora nada encontrando, “cava sem alarme, perfurando a terra”. Um psicanalista aprende o trabalho miúdo, anônimo, de atenção ao detalhe, de inserção na rede temporal da experiência, um trabalho de anamnese constante: retomar o fio solto do mal estar que aí está e confiá-lo aos elementos da história que precisam ser resgatados e relativizados, lembrados e esquecidos, em um contínuo processamento metaforizante. As angústias são revisitadas, assim como os mecanismos de defesa, busca-se um padrão que se repita com insistência, para “pôr em evidência certas estruturas constituintes da subjetividade” (Green, 1992, p. 9).

Paralelamente a isto, a visitação e re-visitação dos textos teóricos e dos casos clínicos publicados visa a criação de um grande repertório simbólico, um ambiente suficientemente gestacional, para a investigação, a descoberta e o *insight*. Figueiredo afirma, retomando ensinamentos de Bion:

Quando o analista (*e também o pesquisador em psicanálise*), em atitude de atenção flutuante – sem memória, desejo e compreensão (prévia) –, em dado momento, totalmente de improviso é fisgado pelo *fato selecionado*, o disperso e o informe da experiência ganham uma nova

forma expressiva, consumando-se uma experiência de leitura e de escuta, ou seja, tornando-se evidente a dimensão estética do material assim apreendido” (Figueiredo, 2011, os itálicos são acréscimos nossos).

É preciso pois trabalhar “como um inseto” na miúda imediatividade dos dados, na longínqua presença de um saber silencioso que forma uma concha acústica, e também deixar-se fisgar subitamente por um *fato selecionado* através do qual algo se desata, uma antiga ordenação da visão se desfaz dando lugar a algo novo, que pode ser nomeado e conduz a uma interpretação mutativa e ao *insight*. (“oh razão, mistério, Presto se desata: em verde, sozinha, antieuclediana, uma orquídea forma-se).

A orquídea, verde, cor que associamos à esperança e ao *insight*, contrasta com as metáforas escuras dos túneis de terra. Entretanto, ela nasce do longo trabalho de “cavar sem alarme”: para o artista ela é a palavra poética que se desata e se põe a correr, para o pesquisador psicanalista é o *insight* desejado. Ela é uma flor *antieuclediana*; “forma-se” *fora* da geometria euclediana (dedução-indução), *fora* da lógica aristotélica, superando-a sem recusá-la. Surge de um solo fértil e obscuro; é uma razão-mistério que a ciência positivista desconhece. O *insight* surge depois de uma espera, “formando-se”, isto é, sem a intervenção controladora do pesquisador, mas como fruto (ou flor?) de um paciente trabalho de cavar, de reunir; enfim, de conservar ora na proximidade, ora na distância, uma série de elementos antes dispersos.

Podemos pensar que a figura de um “inseto” pode ser invocada para fazer falar a impotência que se sente ante a enormidade, a complexidade da tarefa, no limite, impossível: a de criar um poema, analisar um paciente, pesquisar um tema. E também realça a *desproporção* entre o minúsculo pesquisador e o maiúsculo campo a explorar, da dimensão de um país. Quem pesquisa se entrega ao ato de escutar (escavar sempre mais) os dados de uma queixa, uma história, os milhares de trabalhos anteriores que ameaçam esmagar com a pressão do já sabido. A ideia de mergulhar na terra indica uma direção descendente: de início não há horizonte, não há vista nem visão. Há humilde trabalho de lavra da

palavra. Mas esta ainda não se dá. Mencionamos aqui algo desta temporalidade estranha da pesquisa, desta tolerância à espera de um resultado algo incerto e inesperado.

A metáfora escura entra em contraste com a recomendação luminosa de Drummond aos jovens poetas em “Procura da Poesia”: “Penetra surdamente o reino das palavras, Lá estão os poemas que esperam ser escritos, Estão paralisados, mas não há desespero, há calma e frescura na superfície intata”.

No *Áporo* não há calma, nem frescor, nem superfície úmida, intata. Há um tatear no escuro, uma procura em túneis. A curiosidade que leva à procura da poesia e da mesma forma todo desejo de saber são semelhantes ao *Eros* grego, que é filho de *Poros* e *Penia*. *Poros* é recurso, abundância, possibilidade e *Penia* é falta, limite, miséria. A dinâmica de *Eros*, e mais tarde diremos o mesmo acerca do desejo, é ao mesmo tempo *falta e plenitude, miséria e riqueza*.

O sentido de “áporo” - “lugar sem passagem, difícil, embaraçante, inelutável”- é, de fato, o contrário de *Poros* que significa passagem, recurso, possibilidade! As referências à mitologia se multiplicam quando pensamos na história de Édipo encontrando Laio, que ele não sabe tratar-se de seu pai, atravessado em seu caminho, impassível, bloqueando a sua passagem. É este confronto de força e poder entre os dois que acaba no assassinato de Laio. Conflito com o pai, com a possibilidade de ser pai em sentido estrito e simbólico? Isto é, conflito ligado à possibilidade de autorizar-se, de gerar sentidos, de um devir autor.

Transportando-nos do poema para a pesquisa psicanalítica, pensamos aqui na necessidade do psicanalista de criar novos sentidos, em coautoria com o analisando, rompendo as resistências e aporias de certos momentos em um processo analítico. Isto também é verdadeiro em outras formas de pesquisa, como, por exemplo a que leva à escrita de um texto ou de uma tese.

Um dos intérpretes do poema de Drummond, Davi Arrigucci, busca o contexto histórico e a data de escrita do poema. Encontra uma data que coincide com os anos de ditadura de Getúlio Vargas no Brasil (“em país bloqueado”); e também da segunda guerra mundial. O contexto histórico

não explica a aridez do poeta mas a sua aridez também não se explica fora do contexto histórico e eis uma destas questões “dentro-fora” de tal imbricação que já não se pode separar uma dimensão da outra, elas se refletem, negam-se e se constituem mutuamente em uma dialética interminável. Isto nos leva ao título do poema.

O poeta está em um país bloqueado, o que no plano individual pode ser visto como o estado de submissão a uma voz interior que lança sua sombra sobre a criatividade do Eu, que a estanca, em um grande enclave. O lavrador de palavras cava a terra sem chegar a lugar nenhum, exausto, em um lugar que é “enlace de noite, raiz e minério”.

Estas três palavras trazem à luz o que há de mais imutável na natureza – o minério. Ao mesmo tempo o minério, extraído de minas, pode ser uma alusão ao lugar de origem do poeta. O enlace de “noite, raiz e minério” lembra a direção descendente do animal (o inseto cavando na noite), ao vegetal (raiz) e enfim ao mineral, para o centro daquilo que, em sua dureza não dá passagem ao sentido. Mas, quando o poeta concede descer verticalmente neste enlace de noite, raiz e minério, acontece o desenlace: algo se desata, a orquídea verde (do insight) forma-se.

Esse momento agudo da dificuldade de passar é também o momento mais cerrado da articulação (o momento do “enlace”), pois é quando se reúnem os elementos mais heterogêneos na construção labiríntica.... Os três elementos (noite, raiz e minério) que se juntam nesse complexo “enlace” pertencem ao mundo físico e têm em comum a propriedade de não estar à mostra: o escuro superior, que faz parte da noite e tudo encobre, e “raiz” e “mistério” que se acham ocultos sob a terra, entretecem (presos pela rima de “minério” com “mistério”) a secreta impenetrabilidade: a barreira que resiste ao trabalho tenaz de perfuração do inseto. (Arrigucci, 2002, p. 90-92)

Quisemos com a leitura do poema introduzir o leitor ao universo metafórico onde se move a vida psíquica e a pesquisa em psicanálise com seus impasses e aporias. Outro ponto que quisemos mostrar no trabalho do poeta através da palavra é a necessidade *de uma lógica paradoxal que*

está presente nos objetos de estudo, nas teorias e nas práticas psicanalíticas. Isto se encontra detalhado em “Três teses sobre o paradoxo em psicanálise” de Figueiredo (2009):

Como consequência da primeira tese, afirma-se o caráter paradoxal do “objeto” da psicanálise: *o vir a ser humano, entre sono e vigília, entre vigília e sono, entre consciência e inconsciente, entre estar-com e estar-só, entre um e outro, entre passado e futuro...entre ser e não ser, sendo, em trânsito* (Green).” (Figueiredo, 2009, p. 59).

Naffah Neto, por sua vez, complementa essas afirmações dizendo que a *razão paradoxal* – que guarda afinidades com o pensamento de Heráclito de Éfeso – é a *razão psíquica*, por excelência:

Os assuntos do coração são sempre controvertidos, paradoxais: quero/não quero; amo/não amo; odeio/não odeio. Além disso, estão sempre em devir, transmutando-se a todo instante. Impossível traduzi-los nas formas de um pensamento lógico formal sem achata-los, trunca-los, ou, numa só palavra: *simplificá-los*. A lógica paradoxal comporta sempre múltiplas perspectivas de visão, além da afirmação e negação do mesmo afeto, *simultaneamente*. Um pouco como nas pinturas cubistas.

O pensamento lógico formal simplifica tudo isso, congelando o devir e abstraindo os entes singulares, a fim de obter conceitos imutáveis e poder operar por meio deles. Assim sendo, ele só pode se processar numa *sequencialidade* ordenada, enquanto a lógica paradoxal, com sua polissemia – em que cada sentido remete a vários outros – opera em uma *simultaneidade* semovente (Naffah Neto, 2010, p. 127).

Nesse sentido, há duas grandes dificuldades que o psicanalista inexperiente tem de enfrentar, quando resolver partir da *pesquisa-escuta*, característica da clínica, para realizar uma *pesquisa-investigação*, num nível acadêmico. A primeira é conseguir caminhar pelas diferentes teorias psicanalíticas, muitas vezes tão díspares e impossíveis entre si, sem se perder nos labirintos de um ecletismo inconsistente e se imobilizar num

beco sem saída². A segunda é aprender a traduzir a lógica paradoxal, característica da clínica, rica na sua polissemia, num pensamento lógico formal e – o que é muito difícil – sem achatar e simplificar o fenômeno clínico. Tarefa quase impossível, poderíamos dizer, a exigir um longo desenvolvimento e aprimoramento da escrita.

A pesquisa em psicanálise³

Falar em pesquisa em psicanálise é quase um pleonasmo, já que o termo psicanálise já implica, por si só, o termo pesquisa. Dito de outra forma, quando praticamos psicanálise estamos sempre fazendo pesquisa; caso contrário, não estamos praticando psicanálise.

Quando nos sentamos atrás de um divã, à escuta de um analisando, estamos pesquisando. Para tanto, utilizamos uma ferramenta básica de pesquisa denominada atenção flutuante; é somente por ela e através dela que podemos, junto às associações livres do analisando, ter acesso a qualquer sentido do que está ocorrendo ali. A atenção flutuante é um estado de receptividade às palavras do paciente e às associações que estas palavras provocam no analista. O analista se entrega a uma atividade de contornar o que escuta com um campo de significações possíveis ligados à percepção dos afetos estrangulados, que ainda não puderam ser representados, acima de tudo das angústias que precisam ser nomeadas.⁴

2 Podemos citar, apenas à guisa de exemplo, a problemática que cerca a noção de *pulsão de morte*, proposta por Freud, retomada e ressignificada por alguns (Lacan, Klein, Green etc.), e questionada por outros (Ferenczi, Laplanche, Fairbairn, Winnicott etc.), constituindo, assim, um grande divisor de águas, no campo psicanalítico. Para caminhar por esses autores é preciso, pois, conhecer a fundo não somente as respectivas teorias, mas os pressupostos dos quais elas partem (os quais, na verdade, somente são passíveis de uma discussão filosófica).

3 Essa parte do texto, referida aos tipos de pesquisa em psicanálise, foi desenvolvida em artigo anterior (Naffah Neto 2006) e é aqui retomada com algumas revisões.

4 Entretanto, convém assinalar que, quando o paciente se encontra em processos de regressão profunda, grande parte das vezes é exigida a presença maciça do analista, como

Nesse acontecimento clínico, as ferramentas teóricas estão sempre à margem, numa suspensão virtual que não as torna competentes para nada em si mesmas, salvo quando são literalmente arrancadas dessa suspensão virtual por alguma vivência do paciente que delas se utiliza para tomar forma, no espaço intersubjetivo da transferência-contratransferência. Isto é, não apenas as teorias, mas todo o percurso analítico-existencial do analista serve para formar uma matriz simbólica que é acionada, em pontos diferentes, por aquilo que diz o paciente sugerindo uma nova figuração ou uma nova formulação ao seu vivido.

De forma análoga, quando recolhemos experiências clínicas e as utilizamos criativamente para elucidar ou problematizar questões teóricas, psicopatológicas ou técnicas, também estamos fazendo pesquisa, o que significa dizer que, através desse caminho, chegamos a algum sentido novo, capaz de produzir alguma transformação no conjunto de conhecimentos acumulados até então. Neste caso usamos não mais a atenção flutuante, mas raciocínios indutivos e dedutivos, característicos do pensamento lógico-formal, ainda que, muitas vezes, em função do próprio caráter enigmático desse tipo de pesquisa, a lógica aristotélica apareça – em algum nível – maculada e desconstruída pela presença do pensamento paradoxal. Winnicott, ao observar bebês se deu conta de que o bebê faminto busca algo que seu instinto procura, um objeto que o possa satisfazer, ao mesmo tempo que a mãe oferece a ele algo que o pode satisfazer. O encontro entre o que ele procura (criação) e o que lhe é oferecido (descoberta) resulta em uma experiência única – portadora de uma lógica paradoxal entre estas duas dimensões, pois a natureza de sua representação interna desta experiência – chamada de objeto subjetivo – é ao mesmo tempo descoberta e criação – e seria impossível resolver o paradoxo, separando a dimensão da descoberta daquela de criação. (Winnicott, 1988).

suporte terapêutico. Nesses casos, a atenção flutuante – que carrega, como parte de si, estados de alheamento do analista – necessita ser suspensa, já que, nesses períodos, o *manejo terapêutico* torna-se mais importante do que a interpretação. Ela é, entretanto, retomada quando o processo analítico pode reassumir o modelo clássico, interpretativo.

Assim, até o momento, temos, pelo menos, dois sentidos diferentes que o termo pesquisa assume no trabalho psicanalítico. O primeiro deles é o da pesquisa-escuta, pesquisa clínica por excelência, no interior da qual a atenção flutuante do analista e as associações livres do analisando contribuem para a produção de sentido, graças à concorrência de processos inconscientes. O segundo, o da pesquisa-investigação, pesquisa teórico-metodológica, responsável em última instância pelo crescimento e aperfeiçoamento da disciplina psicanalítica, que complementa e dá suporte à pesquisa clínica, recebendo dela, ao mesmo tempo, o estímulo para o seu trabalho construtivo. Temos, pois, aí, duas formas de pesquisa que se complementam, se alternam e se contradizem em uma dialética interminável, na qual nenhuma síntese é definitiva.

Evidentemente, a pesquisa-escuta comporta também um nível de investigação, mas esta não é levada a cabo através de uma postura ativa, seletiva e racional da consciência, como aquela que se debruça sobre a investigação de problemas teóricos e metodológicos psicanalíticos. Na pesquisa-escuta sempre domina uma posição mais passiva de se deixar afetar pelo outro, numa forma de atenção não-seletiva: a atenção flutuante, que Bion recomenda que seja “sem memória e sem desejo”. Ao dizer isto, Bion se referia a uma atitude de abertura à novidade, a cada início de uma nova sessão de análise, para que o analista não ficasse excessivamente saturado pelos acontecimentos das sessões anteriores, abrindo espaço para perceber elementos novos que se apresentam e abrindo mão da necessidade de controlar e dirigir o trabalho analítico⁵.

5 É preciso considerar, entretanto – especialmente quando lidamos com pacientes-limites – que, muitas vezes, somos utilizados por eles como uma espécie de “memória viva”, seja da sua história de vida, seja mesmo de acontecimentos da sessão anterior, já que muitos deles – se não puderem retornar ao ponto da sessão em que foram interrompidos pelo final da mesma – podem se sentir tomados por intensas angústias e completamente incapazes de retomar o processo terapêutico, pelo fato de não possuírem ainda uma *temporalidade* própria inteiramente constituída. Como, pois, lidar essa alternância entre ausência e necessidade, de memória? Por essa razão – e muitas outras – Freud chegou a dizer que analisar era uma tarefa *impossível*.

A pesquisa-escuta requer o convívio com o mistério que Drummond aponta no enlace entre “noite, raiz e minério”. Paciente e analista consentem em cegar-se para o sentido mais óbvio de suas experiências e mergulhar na “noite”. Entregam-se a um trabalho de ver novas articulações que surgem da aproximação de palavras divergentes; um trabalho de mineração, e de convívio com as raízes, regido por uma “lógica anti-euclidiana”.

E mesmo quando extrapola o trabalho de consultório e se debruça sobre objetos outros – uma biografia, uma obra de arte – a pesquisa-escuta implica, de forma análoga, uma atitude passiva de se deixar impregnar pelo outro, tanto corporal quanto espiritualmente, para depois destilar, das marcas desse encontro os ingredientes necessários à formulação do conhecimento buscado. Nesses casos, por não poder contar com as informações dadas pela associação livre que a sessão analítica propicia, o trabalho torna-se ainda mais complexo, tendo que utilizar todos os signos/sinais disponíveis, centrais ou marginais.

A pesquisa-escuta pode vir a ganhar forma escrita como um trabalho isolado - como no relato de um caso clínico ou na interpretação psicanalítica de uma obra de arte – sem necessariamente ter que esquadrinhar e problematizar o campo psicanalítico em questão. Isso significa dizer: sem necessariamente ter que se desdobrar no que denominamos pesquisa-investigação.

Diferentemente da pesquisa-escuta, a pesquisa-investigação, propriamente dita, implica o desejo do pesquisador e pressupõe esquadrinhamento do campo de conhecimento, formulação e seleção de problemas teórico-metodológicos, bem como a sua investigação rigorosamente planejada, tarefas que, no todo, extrapolam o mero relato escrito da pesquisa-escuta.

Todo psicanalista que orienta dissertações e teses em psicanálise, em programas de pós-graduação, sabe que o aluno traz geralmente, como problema de pesquisa, algum tema bastante implicado na sua vida emocional e que se gasta bastante tempo nessa tarefa inicial de discriminar o sujeito e o objeto da pesquisa (que vêm bastante misturados). É essa implicação, entretanto, que mobiliza o desejo do pesquisador e

o impulsiona rumo à investigação, como, aliás, já salientara Freud, ao falar sobre o surgimento da pulsão de saber ou de investigar (Freud, 1905/1976).

Há, ainda, um terceiro tipo de pesquisa que envolve a psicanálise, mas que não utiliza a pesquisa-escuta psicanalítica – no seu sentido mais amplo - como ferramenta de trabalho. Trata-se de pesquisas em filosofia (epistemologia) ou história da psicanálise, bem como pesquisas que relacionam a psicanálise a processos sociais e/ou culturais, geralmente levadas a cabo por filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos ou psicólogos (não, necessariamente, psicanalistas). São, na verdade, pesquisas fundamentais – que investigam os fundamentos – ou pesquisas interdisciplinares, bastante importantes, na medida em que podem questionar, colocar em xeque e rever os próprios alicerces sobre os quais a psicanálise se assenta, ou as formações sociais/culturais com as quais se articula. Isso, entretanto, não as torna pesquisas-psicanalíticas, *stricto sensu*, já que não trabalham numa relação interna com a clínica, esta dimensão inalienável da pesquisa psicanalítica.

Todas essas questões situam a pesquisa psicanalítica numa vertente muito diferente da de várias outras disciplinas. A medicina, por exemplo, tem seu campo de pesquisas calcado em outras ciências, como a bioquímica, por exemplo, cujos resultados obtidos – sempre passíveis de replicação experimental – podem ser transformados em proveito da clínica médica, cujo espaço – de aplicação dos achados científicos - não se confunde, por princípio, com o de pesquisa. De forma análoga, a psicologia experimental constrói a sua ciência no laboratório, revertendo as suas descobertas para a clínica da terapia comportamental. Aí, também, as descobertas são todas construídas experimentalmente e passíveis de replicação científica.

Na psicanálise nada é passível de replicação, ou seja, um mesmo acontecimento não se produz nunca mais do que uma vez, na medida em que ele nunca pode ser reduzido a componentes invariantes e abstratos, passíveis de controle e replicação experimental. Nesse sentido, se a psicanálise se propõe como ciência, só pode se definir como uma ciência do singular. Por motivos análogos, aí o campo de pesquisa e o campo

de aplicação não se distinguem um do outro, recobrando-se sempre, pois cada sessão analítica implica sempre uma suspensão virtual de todo o conhecimento existente e o reinício de todo o processo de pesquisa.

Mas, é possível uma ciência do singular? Ou seja, uma ciência não se define sempre pela busca de regularidades, passíveis de serem transformadas em leis gerais e universais?

Contra esse argumento, poder-se-ia argumentar sempre que a ciência psicanalítica é repleta de universais: a rivalidade fraterna e o sentimento de exclusão presentes no complexo de Édipo, a insaciabilidade do desejo e as descrições das formas primitivas de manifestação do amor. Mas essa afirmação, embora correta, não é muito conclusiva, na medida em que esses universais, como conceituações de certos acontecimentos observados, apenas os situam dentro de categorias explicativas gerais e abstratas, pouco competentes para definir, à priori, a singularidade da coreografia que domina essas dinâmicas, enquanto tal. Ou seja, “complexo de Édipo”, “elementos beta”, “falso self”, “posição depressiva”, “objeto a”, mais do que leis universais, constituem metáforas interpretantes, cuja escolha, em cada momento, implica tanto a escuta do psicanalista/pesquisador, quanto a singularidade da técnica empregada. Pois, para o analista competente, são sempre os acontecimentos clínicos, a forma como se apresentam, que podem dar a direção da escolha de algumas dessas ferramentas conceituais, capazes de evocar – em algum nível – a realidade psíquica em questão, conceituando-a, até então, informe e situando-o dentro de uma categoria conceitual. Entre esta categorização – geral e abstrata, mas que situa o acontecimento dentro do corpo teórico – e a produção de uma interpretação, que tece o sentido do acontecimento com as cores singulares que o caracterizam, há um longo trabalho de elaboração, que se processa, em grande parte, em nível inconsciente e pré-consciente.

Há analistas que, *stricto sensu*, podem se denominar “analistas freudianos”, “analistas kleinianos”, “winnicottianos” etc. e que, por escolha própria, restringem o seu campo de trabalho ao recorte teórico-metodológico de um único autor (e seus seguidores) e outros que, sem fazer apologia de ecletismo, trabalham no interior de um campo mais abrangente. Entretanto, todo psicanalista precisa evitar o uso de

arcabouços abstratos e “verdades” apriorísticas e precisa trabalhar num estado de suspensão teórica, permitindo que as interpretações sejam sempre sugeridas pelos próprios acontecimentos clínicos e tecidas cuidadosamente ao longo da escuta, não emergindo como coelhos tirados de uma cartola de mágico. Portanto, interpretar constitui a tarefa quase impossível de evocar e criar sentido para o que, originalmente, é singular, inominável.

Em psicanálise, tudo o que se repete encontra-se ainda, em algum nível, fora da esfera psíquica ou, pelo menos, fora de uma parte importante dela; assim é o retorno do recaiado em Freud, que volta sempre à procura de representação-palavra, capaz de produzir sua inserção na consciência ou a compulsão à repetição, também em Freud, buscando insistentemente criar representação para o psiquicamente irrepresentável (Freud, 1920/1976). Ou, ainda, a regressão a estados de dependência, proposta por Winnicott, que retorna inúmeras vezes a acontecimentos arcaicos, congelados no tempo, a fim de constituir psiquicamente o que tinha ficado como lacuna (dadas condições ambientais pouco propícias [Winnicott, 1954/1984]), sempre que o ambiente presente oferece *holding* e acolhimento. E mesmo com relação a essas repetições, seria errôneo tomá-las como reiterações do mesmo, pois se algo aí insiste ou retorna, cada nova vez já comporta diferenças com relação à anterior. Diríamos, inclusive, que é justamente pela possibilidade de gerar diferenças, capazes de produzir algo de novo, que essas repetições se fazem. Mais correto seria, pois, designá-las como repetições *diferenciais*.

Por isso, todas as tentativas de transformar a psicanálise em uma ciência objetiva, mensurável, fracassaram e sempre fracassarão. Contudo, ainda resta a questão: é possível uma ciência do singular?

Às vezes – como Fábio Herrmann e a sua Teoria dos Campos (Hermann, 2001) – pensamos que não e que o saber psicanalítico estaria mais próximo do saber artístico, pelo menos na vertente clínica que denominamos pesquisa-escuta. O processo de dar sustentação e acolhimento a um analisando, interpretando sintonicamente nos momentos oportunos e, de forma análoga, sabendo calar e realizar maneios clínicos, em outros tantos, supõe algo análogo a pintar um

quadro: escolher as tintas, criar os matizes e buscar a harmonia do todo, na paciência das múltiplas pinceladas, na espera da secagem das camadas, a fim de que um sentido pictórico se crie. Algo como pintar um quadro a quatro mãos. Ou uma improvisação musical de jazz, também a quatro mãos. Aí, no âmbito da técnica, tudo é inusitado e singular; exige competência, mas também sensibilidade, presença e, por que não dizer, talento⁶.

Mas a psicanálise é também a disciplina que pesquisa a formação do inconsciente e as etapas do desenvolvimento humano, desde a dependência absoluta da primeira infância até a quase-autonomia adulta – já que esse processo nunca se completa –, através dos múltiplos caminhos e descaminhos pelos quais a vida se faz neurose, perversão, psicose, quadros de tipo *borderline* etc. Aí, ela está mais próxima de uma ciência humana, ciência não-experimental das transformações ou do devir humano. Mas, incontestavelmente, ciência, envolvendo sistematização de dados e criação conceitual, capazes de dar inteligibilidade às diversidades psíquicas, ainda que – como já salientamos – esses conceitos funcionem mais como metáforas para o invisível psíquico, do que como leis. Mas, como já disse Nietzsche, todo conceito – filosófico ou científico - no fundo é uma metáfora, ainda que, na maior parte das vezes, o filósofo ou cientista que o cria e maneja desconheça essa condição (Nietzsche, 1873/1978).

Como, entretanto, conciliar esses dois lados da psicanálise, o artístico e o científico, tão intrinsecamente ligados um ao outro e tão díspares, quando temos em mente a questão da pesquisa, melhor dizendo, quando esta pesquisa exige rigor formal?

Como processar a escrita de sessões – esses processos evanescentes, fugidios, que nos escapam como sonhos ao despertar – quando não se

6 E quando se trata de interpretar biografias, obras de arte etc., nós diríamos que o talento tem que ser de igual tamanho, se não superior, pois – conforme já salientei – aí não se pode contar com nenhum processo de associação livre. Pressupõe enfrentar o objeto de estudo às escuras, perscrutando, nos documentos disponíveis, aquilo que possa orientar a pesquisa de forma análoga à associação livre.

podem fazer anotações durante as mesmas, sem prejudicar a atenção flutuante e a escuta? Quais as implicações de termos que lidar sempre com reconstruções de memória? E como poder utilizar esse material – tão essencial e caro à pesquisa – respeitando, ao mesmo tempo, a ética do sigilo profissional, que nos obriga a mascarar o caso clínico, até torná-lo irreconhecível?⁷ E como reunir concepções, por vezes, tão díspares, de uma disciplina que se pluralizou em diferentes escolas, implicando teorias e técnicas que beiram, na sua antinomia, o inconciliável?

Essas são apenas algumas das questões espinhosas que a pesquisa psicanalítica nos propõe, como um desafio a ser enfrentado, percorrido e, em algum nível, equacionado, cada vez que nos pomos em campo. Não penso que nos programas de pós-graduação universitários, os problemas sejam muito diferentes dos que qualquer psicanalista encontra no seu dia-a-dia.

Concluindo, propomos aqui que a psicanálise possa ser considerada uma ciência humana que se regula por um corpo de conhecimentos e por um método passível de descrição muito precisa, embora paradoxal, pois precisa atravessar diferentes estratos do psiquismo, inconsciente, consciência, razão, valores culturais. Este método exige, para fazer sentido, expressar-se através de uma prática supervisionada, do estudo das teorias e dos casos clínicos publicados e, sobretudo, da experiência de ter se analisado. Além de ser uma ciência do singular, as suas teorias e práticas, assim como o seu método precisam estar em constante reformulação e metamorfose, em função das transformações das patologias através dos tempos. Isto mostra que o que caracteriza a psicanálise é ser um trabalho do sentir e do pensar, que revela o sentir e o pensar como verdadeiros trabalhos. Estes precisam ser tecidos e processados em uma comunidade

7 Nos cursos de pós-graduação universitários, os atuais Conselhos de Ética exigem, caso não se queira usar de todos esses disfarces, um consentimento por escrito do analisando, dizendo que permite a utilização do seu material clínico para fins de pesquisa. É inegável, entretanto, que isso pode trazer grandes constrangimentos tanto para o analista, quanto para o analisando, em função do sigilo normalmente contratado no início da análise.

de pesquisadores que deem andamento aos conflitos entre suas diversas leituras e interpretações, se não para transformar o múltiplo em uno – o que se revela, cada vez mais, impossível –, pelo menos para se pensar a que resultados se chegou com tal concepção e tal técnica; que vantagens ou desvantagens no nível do desenvolvimento psíquico e do bem-estar humano se obtém utilizando tal perspectiva e as técnicas que dela derivam.

A psicanálise como ciência do singular é uma ciência cujo procedimento mais universal é encaminhar um trabalho de metamorfose dos sentidos. Escutar, por exemplo, as repetitivas ideias autodepreciativas de um paciente, fazendo-as ecoar em diferentes níveis do vivido pelo paciente e pelo analista, desde o nível de crenças, valores e sentidos culturais até as camadas mais “animais” da história de vida, aquelas que delimitam a fronteira entre a existência orgânica e os componentes inorgânicos do organismo vivo. Ouvir as queixas, fazendo-as ressoar em seus níveis mais arcaicos de registro, em memórias corporais dizíveis e indizíveis, em narrativas que se repetem e se diferenciam. O ser humano só se mantém vivo e capaz de trabalhar e amar se puder se constituir e se reconstituir como feixe de sentidos em constante mutação, se puder narrar a sua vida a alguém que o escuta fazendo-o entrar no ciclo de metamorfoses que observamos no poema de Drummond.

Como pudemos “ver” com a ajuda de Davi Arrigucci,

O que permite a metamorfose interna do inseto em flor não é, obviamente, um processo da natureza, embora se faça à sua semelhança; é o resultado de um esforço humano de mudança.... Essa metamorfose radical que o poeta, lidando apenas com meras palavras do dicionário, opera na raiz do poema, é seu trabalho de arte. (Arrigucci, 2002, p. 83).

Completando essas afirmações, podemos dizer que o ser humano só pode reconquistar a sua saúde psíquica – no processo analítico – se puder ser objeto de *cuidado*, quer dizer, se essa escuta do analista implicar alguma forma de *cuidado*. Toda escuta impessoal e mecânica, além de não produzir qualquer efeito terapêutico, só pode conduzir a uma cronificação da doença. Assim, de forma análoga à do poeta, que necessita mimar a palavra para – em seu esforço de mudança – produzir arte, o

psicanalista precisa envolver a sua escuta e as suas palavras numa atitude de acolhimento e de cuidado, para conseguir reconduzir o paciente a um renascimento psíquico.

O trabalho do pesquisador em psicanálise envolve conviver com os impasses e aporias do vivido, trazidos pela clínica, e suas teorias implícitas e subterrâneas, e procurar, insistentemente superar esses impasses, neles mergulhando e deles emergindo com novos insights. Contemplando e fazendo desdobrar o múltiplo e o complexo sem, em nenhum momento, tentar reduzi-lo, simplificá-lo, esquecendo-se da sua dimensão temporal e mutante.

E admitindo que há uma fronteira última, um enlace de “noite, raiz e mistério” que permanece intransponível, inominável. Quiçá nem sequer pesquisável.

Referências

- ARRIGUCCI, Davi. *O Coração Partido*. São Paulo, Cosac Naify, 2002.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. “Áporo”. In DRUMMOND DE ANDRADE Carlos. *Poesia completa conforme as disposições do autor*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002, p. 142 (trabalho originalmente publicado em 1945).
- FIGUEIREDO, Luís Claudio. Três Teses sobre o paradoxo em psicanálise. In: FIGUEIREDO, Luís Cláudio *As diversas faces do cuidar - novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo, Escuta, 2009.
- FREUD, Sigmund. Tres ensayos de la teoria sexual: La sexualidad infantil: La investigación sexual infantil. In *Sigmund Freud. Obras completas* (José L. Etcheverry, trad, Vol. 7, Buenos Aires, Amorrortu, 1976, pp. 176 - 179 (Trabalho originalmente publicado em 1905).
- GREEN, André. *O desligamento*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- HERMANN. Fábio. *Teoria dos Campos*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

- NAFFAH NETO, Alfredo. A pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 39 (70), pp. 279-288, 2006.
- Paradoxo e racionalidade no homem winnicottiano: a sombra de Heráclito de Éfeso. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44 (2), pp. 123-133, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In NIETZSCHE, F *Nietzsche: Obras incompletas (Os pensadores)* São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 43-54. (Trabalho originalmente publicado em 1873).
- PIGNATARI, Décio. “Áporo (Um inseto semiótico)”. In: PIGNATARI, D. *Contracomunicação*. São Paulo, Perspectiva, pp 131-137, 1971.
- WINNICOTT, Donald. Wood. Metapsychological and clinical aspects of regression within the psycho-analytical set-up. In WINNICOTT, Donald. W. *Through paediatrics to psychoanalysis*. Londres, Karnac, 1984, pp. 278-294 (Trabalho originalmente publicado em 1954).
- Establishment of relationship with external reality. In D. W. Winnicott. *Human nature*, Londres, Karnac, 1988, pp. 100-115.

O GENOGRAMA E A LINHA DE TEMPO NA PESQUISA QUALITATIVA

CENEIDE M. DE OLIVEIRA CERVENY

O Genograma é um instrumento utilizado para conhecer a estrutura e dinâmica das famílias. Sua representação gráfica permite a rápida visualização de uma família intergeracionalmente por qualquer clínico ou pesquisador em todo o mundo. A Linha de Tempo, oriunda da Terapia Familiar (LTF Cervený, 1992), permite verificar a sequência de um fato temporalmente, completando as informações do Genograma ou da entrevista. A partir dos anos oitenta, na prática com famílias, o Genograma começou a ser usado no campo da saúde, da empresa, em instituições e também na pesquisa qualitativa. Aliados ou não à entrevista semiestruturada, esses instrumentos aumentam as narrativas espontâneas dos participantes e, conseqüentemente, a captação de dados úteis para compreensão do fenômeno investigado. Atualmente, esses dois instrumentos são amplamente usados em pesquisas qualitativas nas quais existe interesse em obter informações acerca do passado familiar dos participantes como padrões de repetição, valores e crenças familiares, incidência de doenças, entre outros.

Genograma

Existem algumas contradições quando investigamos a origem do Genograma. Certos autores consideram que ele tenha tido origem no século XIX por meio dos estudos genéticos de Mendel, tendo sido absorvido pela medicina para o estudo da transmissão de doenças e recebendo então o nome de Genetograma.

Na área da Família, associa-se o início do Genograma a Murray Bowen (1993), que incentivava seus estagiários a procurarem saber mais a respeito de suas famílias de origem antes de atender clinicamente. Este procedimento advinha de seus estudos sobre a origem das doenças, que Bowen acreditava ter raízes nas gerações passadas. É notória a sua observação de que “a família leva três gerações para criar um esquizofrênico”.

Em 1988, McGoldrick e Gerson lançam a obra *Genograms in family assessment*, explicando as bases teóricas do Genograma e os sinais que utilizavam na sua construção. Os autores exemplificaram a obra com Genogramas de famílias conhecidas, como as de Kennedy, Clinton e Freud. Desde então, essa obra foi reimpressa e atualizada, tornando-se referência para o uso do Genograma em diferentes contextos, com predominância na área da saúde.

Em 2009, a Editora Artes Médicas publicou no Brasil o Livro “Genogramas: Avaliações e Intervenções familiares”, de McGoldrick, Gerson e Peter. Em 2013, a autora deste capítulo foi convidada pela Editora Roca a organizar um livro sobre o uso e a prática do Genograma na realidade brasileira. Surgiu então, em 2014, “O Livro do Genograma”, o qual mostrava seu uso na clínica com crianças, na clínica médica com adolescentes, em contextos de violência familiar, em situações de dependência química, em empresas familiares, na orientação profissional, em programas de capacitação, na formação de terapeutas familiares e na pesquisa qualitativa, entre outros.

Durante algum tempo, usamos o Genograma profissional para ajudar mestrandos e doutorandos na escolha da temática de seus trabalhos, procurando a relação dos mesmos com a sua história familiar presente e passada (Cervený, 2011).

Na pesquisa qualitativa, o uso do Genograma pode substituir ou subsidiar a entrevista aberta ou semiestruturada na obtenção de dados da estrutura e dinâmica das famílias.

Cervený e Berthoud (1997, 2002) consideram como componentes da estrutura familiar as características objetivas que permitem dar configuração ao grupo familiar, como o número de componentes, sexo, idade, religião, moradia, nível econômico, profissão, escolaridade, tipo de casamento, tempo de casamento, quem trabalha, cor, raça, background étnico e cultural.

As características subjetivas referentes à maneira como os membros familiares se relacionam conferem indícios da dinâmica da família. Considera-se como dinâmica familiar a forma pela qual os membros da família se relacionam, como estabelecem e mantêm vínculos, como lidam com problemas e conflitos, os rituais que cultivam, a qualidade das regras familiares, a definição de sua hierarquia, as triangulações, entre outros aspectos.

Perguntas específicas que atendam à demanda pesquisada são incluídas na construção da história familiar. Desse modo, depressão, adicção, violência, doenças familiares, suicídios e outros temas que são repetidos ao longo das gerações podem ser melhor pesquisados.

Apresentamos a seguir os sinais usados no Genograma que vêm sendo atualizados para incluir outros fenômenos que ocorrem na família contemporânea.

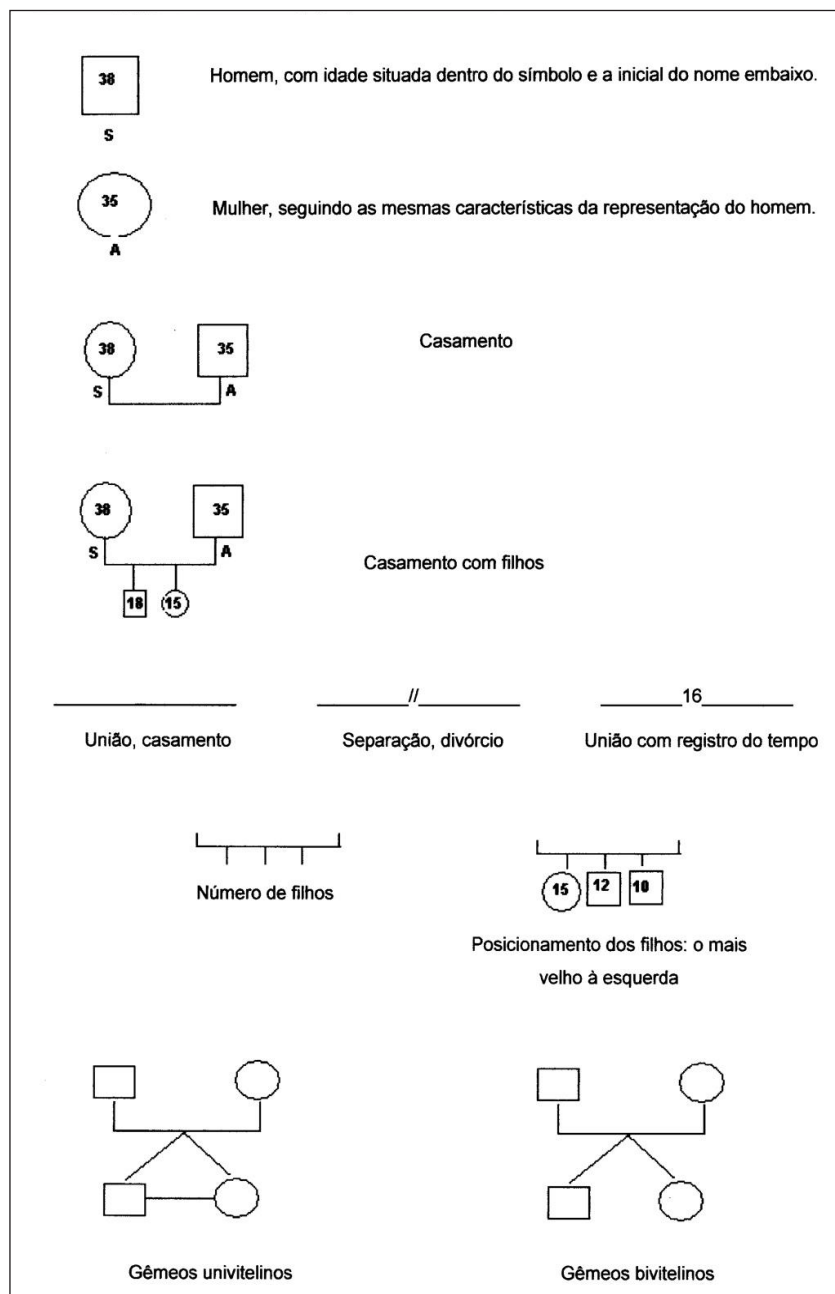


Fig. 1 – Alguns símbolos do Genograma. Fonte: McGoldrick e Gerson (1985)

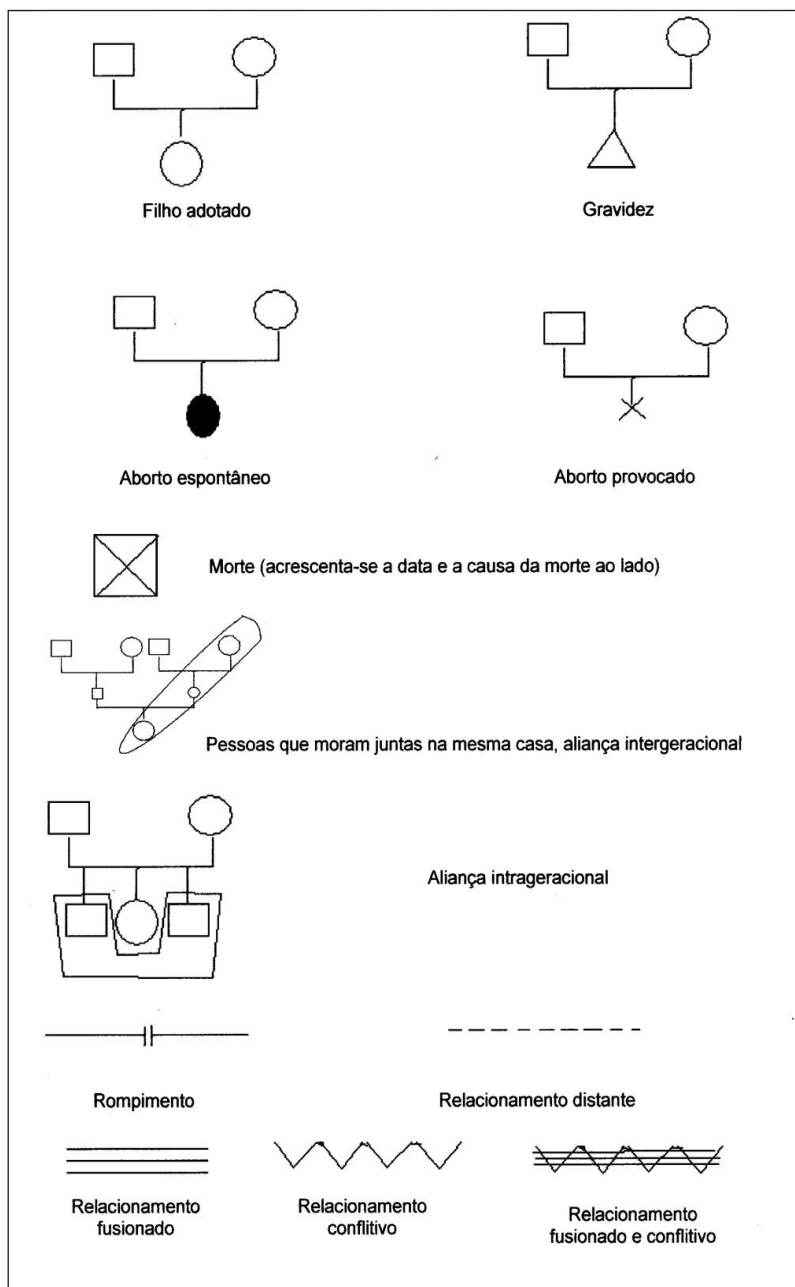


Fig. 2 – Alguns símbolos do Genograma (continuação). Fonte: McGoldrick e Gerson (1985)

Atualmente, utilizamos um Genograma que denominamos Construtivista (Cerveny, 2008), fazendo uso de perguntas circulares e reflexivas e cores para as linhas relacionais, além de desenhos, fotos e outros recursos que facilitam a sua visualização. Os sinais disponíveis no website www.genopro.com são usados para publicações nacionais e internacionais.

Um artigo de Crepaldi, Moré e Wendt (2014) sobre a utilização do Genograma como instrumento de coleta de dados em pesquisa qualitativa mostra como proceder nas diversas etapas da construção do instrumento. As autoras orientam a respeito da escolha do local de sua realização e do conhecimento dos símbolos, bem como do processo de análise. Entretanto, cada pesquisador pode diversificar essas etapas de acordo com a sua experiência. Geralmente, inicia-se com o indivíduo no estudo de caso único ou com a família nuclear, quando o participante é a família toda.

A Linha de Tempo Familiar (LTF)

A LTF organiza a cronologia dos fatos ocorridos ao longo do ciclo vital da família. Apesar de autores explorarem no Genograma as ocorrências e coincidências de datas, a organização dos eventos em uma linha específica de tempo tem mostrado que existe uma maior riqueza na cronologia e identificação por parte da família dos momentos mais estressantes e dos grandes acontecimentos.

Na prática clínica, a não recordação de um período de tempo específico pode significar uma época de conflitos que não conseguem ainda emergir. Neste caso, quando achamos adequado, voltamos àquela parte da linha do tempo para investigarmos o que aconteceu.

A seguir, mostraremos um recorte da dissertação de Blumenthal (2011), intitulada “Ser herdeiro de um ancestral que construiu um legado empresarial” e orientada pela autora do presente capítulo no Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP, no qual Genograma e LTF são agregados

à entrevista semiestruturada para coleta de dados da participante Taís (nome fictício). Como o foco da pesquisa era o fato de a participante ser herdeira de um legado, as informações são direcionadas para este objetivo.

Os dados recolhidos na entrevista, no Genograma e na LTF serão resumidas neste capítulo, onde foram destacadas apenas as informações necessárias para entendimento do leitor. Na LTF foram excluídos dados como o novo casamento da mãe, o nascimento de duas meia irmãs e outros de conflitos pessoais de Taís que não eram pertinentes ao tema da dissertação.

1987	Separação dos pais
1992/1993	Pai vai morar fora do Brasil
2004	Pai retorna ao Brasil Retomam convivência 3º ano da faculdade Inicia estágio na empresa da família
2007	Início do trabalho de Governança corporativa e familiar na empresa Se interessa e participa do Conselho de família
2009	Workshops do Conselho de Família com participação intensa
2010	Primeira reunião como conselheira do Conselho de Família
2011	

Fig. 3 – LTF da participante Taís. Fonte: Blumenthal (2011)

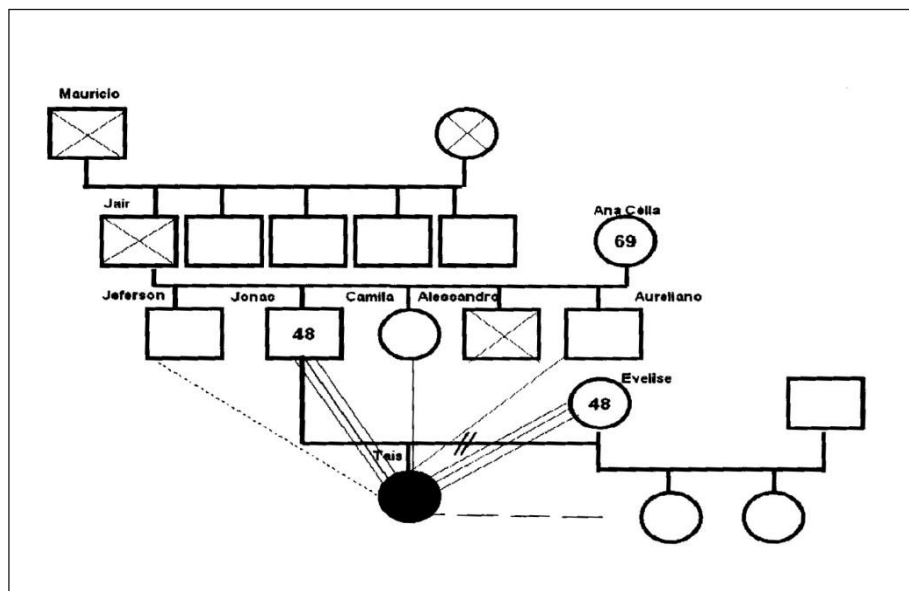


Fig. 4 – Genograma da participante Taís. Fonte: Blumenthal (2011)

Na época da pesquisa, em 2011, Taís tinha 27 anos e formação em Psicologia, tendo clinicado até 2009. Ela havia trabalhado como promotora de eventos e realizado cursos para tornar-se chef de cozinha, segmento no qual desejava trabalhar no futuro.

Os pais de Taís se separaram quando ela tinha três anos e, após o casamento de sua mãe com o padrasto, foram morar em outra cidade, de modo que Taís via o pai a cada quinze dias e durante as férias. Aos oito ou nove anos de idade, época que Taís não recordava inteiramente, o pai foi morar fora do Brasil, motivo pelo qual ela passou a vê-lo uma vez por ano.

A mãe chamava a família do pai de “família do mal”, e Taís não tinha consciência de que seu sobrenome era importante, nem tampouco que era uma herdeira. Ela ouvia conversas da mãe sobre o assunto, mas nunca se interessou em aprofundar seu conhecimento sobre a família paterna, não tendo mantido contato com a mesma. Quando Taís estava com vinte anos, o pai retorna ao Brasil, e começam então a ter maior convivência.

O primeiro contato de Taís com a empresa aconteceu quando ela cursava o terceiro ano da Faculdade e necessitava fazer um estágio em RH

como exigência da formação. Sua entrada como estagiária na empresa foi vetada porque ela nunca havia se interessado pelo negócio da família, nem tampouco pela família do pai. Nesse momento, Taís toma consciência das dificuldades do pai na empresa familiar:

[...]Porque meu avô e meu pai tem estilos de vida que não são aprovados pelo resto [...] onde as pessoas não podem ser desencanadas, divertidas, festeiras porque são consideradas incompetentes [...]. Meu avô foi muito julgado por isso e meu pai ainda é julgado. (Blumenthal, 2011)

No momento em que Taís se aproxima do negócio, a empresa havia contratado uma consultoria de Governança Corporativa e Familiar, iniciando a estruturação de um Conselho de Família.

Eu estava com 23 anos e começou a ser implantado o Conselho de Família, e surgiu meu interesse em participar [...] Eu fui oferecida [risos], eu me ofereci e decidi lutar para estar ali [...] Minha avó não queria me deixar participar por causa do meu afastamento da família, pelo meu não pertencimento, e me perguntava o que estava fazendo lá agora. (Ibid.)

Taís continuou a participar das reuniões e workshops da empresa, além de seguir cursando a Faculdade. Ela começa então a sentir o peso de seu conhecido sobrenome: “O social. Todo mundo falar da minha empresa, dessa empresa que cresci longe, que quando muito eu só sabia que existia por ouvir de terceiros [...]. Eu, por ter duas famílias tão diferentes [...].” (ibid.)

Posteriormente, já trabalhando na empresa, Taís passa a querer contribuir e afirma: “[...] Não adianta ficar de fora julgando, eu tenho que entrar e fazer alguma coisa diferente...” (ibid.) No final da entrevista, conclui:

Hoje eu vejo que é algo comum, normal dentro de uma família que envolve negócios, as brigas constantes, a luta pelo poder tanto na família como nos negócios [...] Nem no meu sonho mais lindo eu pensei estar participando do Conselho de Família como igual, apesar de ser a mais nova, apesar de ser a

única que nunca tinha passado por nenhum conselho, reunião, assembleia ou ajuntamento de pessoas [risos] e de ser de uma geração a menos que todo mundo. (Ibid.)

Como foi afirmado anteriormente, o Genograma e a LTF enriquecem a entrevista e destacam o parentesco, uma vez que as pessoas estão presentes no diagrama, com suas relações diversas. No caso de Taís, fica evidente a sua posição como herdeira do legado e como única pessoa da última geração. O círculo preenchido em negro no Genograma explicita a solidão e responsabilidade de Taís para lidar com seu legado.

A incerteza de Taís em relação à data de saída do pai do Brasil e à sua idade na época poderia ser objeto de análise, bem como outros saltos grandes na LTF em outra investigação. Taís ressalta o ano de 2004, data em que o pai retorna ao país e que coincide com o 3º ano de sua Faculdade e o início do estágio na empresa.

Considerações finais

O Genograma e a LTF são extremamente úteis nos estudos de casos, sejam únicos ou coletivos. Na pesquisa com casais, o instrumento também se apresenta como valioso para mostrar as diferenças e/ou semelhanças entre as duas famílias de origem dos participantes.

Na pesquisa com equipes de saúde, o Genograma também se mostrou eficiente. O trabalho de Assis (2014), pioneiro neste sentido, provou a adequação do instrumento para a capacitação de profissionais e a relação da sua história geracional com o seu fazer profissional.

Em 2018, a tese de doutorado de Holzman inovou com o “duplo Genograma”, no qual casais em situação de violência familiar construíram seus Genogramas comparando-os no momento da elaboração. Assim como o trabalho de Assis, o de Holzman foi feito em Serviço de Saúde governamental.

González-Rey (2005) nos traz as três dimensões da pesquisa qualitativa: a dimensão construtivo-interpretativa, a dimensão interativa e a

dimensão do reconhecimento da singularidade. É importante falarmos do aspecto interventivo que essas ferramentas possuem. Mesmo que a intenção não seja clínica, a aplicação desses instrumentos em pesquisa tem efeitos emocionais nos participantes. Falar da sua história geracional, relembando fatos importantes ou, em alguns casos, tendo consciência de que não se possui essa memória, pode ser angustiante. Ao mesmo tempo, a relação entre pesquisador e pesquisado não é neutra e sim participante, formando um sistema interativo. Por fim, há o reconhecimento da singularidade na produção do conhecimento científico, principalmente nas ciências humanas em sua temática e delineamento.

Diante disso, fica clara a responsabilidade, a ética e a necessidade de preparo do pesquisador para lidar com situações provenientes dessas dimensões. Neste momento, recordamos o ensinamento de Virginia Satir: independente de nossa epistemologia e da técnica que usamos, tudo na relação passa por nós como pessoa.

Referências

- ASSIS, Wanda Rogéria de Lima (2014). Genograma em Programas de Capacitação. In: CERVENY, Ceneide M. de Oliveira (org.). *O livro do Genograma*. São Paulo, Ed. Gen/Roca, pp. 211-223.
- BOWEN, Murray. *Family therapy in clinical practice*. Maryland, Jason Aronson, 1993.
- BLUMENTHAL, Josenice R. (2011). *Ser Herdeiro de um ancestral que construiu um legado empresarial*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CARRASCO, Leanira (2005). A Utilização do Genograma em estudos de família. In: WAGNER, Adriana (org.). *Como se perpetua a Família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 151-163.

- CERVENY, Ceneide M. de Oliveira e BERTHOUD, Cristiana E.M. (1997). *Família e Ciclo Vital - nossa realidade em pesquisa*. São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo.
- CERVENY, Ceneide M. de Oliveira e BERTHOUD, Cristiana E. M. (2002). *Visitando a família ao longo do Ciclo Vital*. São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo.
- CERVENY, Ceneide M. de Oliveira e BLUMENTHAL, Josenice R. (2008). O Genograma Construtivista. In: Penso, Maria Aparecida e Costa, Liana F. *A Transmissão Geracional em diferentes contextos*. São Paulo, Summus Ed.
- CERVENY, Ceneide M. de Oliveira (org.) (2011). *Intergeracionalidade: heranças na produção do conhecimento*. São Paulo, Ed. Roca.
- CREPALDI, Maria Aparecida, MORÉ, Carmem L. e WENDT, Naiane C. (2014). Genograma na Pesquisa Qualitativa. In: CERVENY, Ceneide M. de Oliveira. *O livro do Genograma*. São Paulo, Ed. Gen/Roca, pp. 197-210.
- GONZÁLEZ-REY, Fernando (2005) *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- HOLZMAN, Eneida Regina. (2018) *O processo de construção sobre a situação de violência doméstica na perspectiva familiar e intergeracional a partir das narrativas de mulheres e de seus ex parceiros*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACEDO, Rosa Maria S. (2014). Genograma – Origens e Usos. In: CERVENY, Ceneide M. de Oliveira. *O livro do Genograma*. São Paulo, Ed. Gen/Roca.
- MCGOLDRICK, Monica, GERSON, Randy e PETRY, Sueli. (2009). *Genograma*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas.
- SATIR, Virginia. (2002). *Nuevas relaciones humanas en el núcleo familiar*. México, Pax México.
- WENDT, Naiane C. e CREPALDI, Maria Aparecida (2008). A Utilização do Genograma como Instrumento de Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 21, n. 2, pp. 302-310.

EFETIVIDADE *VERSUS* EFICÁCIA: QUESTÕES DESAFIADORAS NA AVALIAÇÃO DE TÉCNICAS PSICOTERAPÊUTICAS

DENISE GIMENEZ RAMOS

Na área da Psicologia Clínica, um dos grandes desafios em pesquisa é provar que uma técnica psicoterapêutica produz os efeitos desejados, isto é, que promove a melhora ou mesmo a cura de sintomas psicológicos que levaram o paciente a procurar por ajuda.

Deste modo, o objetivo da pesquisa em psicoterapia é desenvolver o conhecimento sobre o processo, como também sobre curso e resultados de intervenções psicoterápicas, buscando identificar a melhor opção possível para os pacientes com diferentes sintomatologias (Lutz e Knox, 2014).

Há tempos, a Psicologia Clínica tem se esforçado para provar que as técnicas psicoterapêuticas empregadas são válidas e úteis na melhora da saúde mental. Essa exigência tem sido grande, principalmente em países em que o tratamento psicoterápico é pago ou subsidiado pelo Serviço Público de Saúde, como na Alemanha e na Suíça.

Entretanto, a complexidade das medidas implicadas nesta questão é sujeita a ampla polêmica, pois variáveis – tais como a teoria que subsidia

a intervenção e questões transferenciais, entre outras – dificultam tanto a comparação entre técnicas quanto os objetivos almejados em um tratamento.

De início, houve certa confusão entre os termos eficácia e efetividade quando se referiam à validação de técnicas psicoterapêuticas. Embora estes termos, por vezes, tenham sido usados como sinônimos, atualmente já há certo consenso acerca de sua definição.

Eficácia refere-se à testagem de um tratamento em situação experimental ou laboratorial controlada, sob condições ideais; ao passo que estudos sobre efetividade observam o efeito de um tratamento no mundo real, com pouco ou nenhum controle de variáveis, além daquelas do próprio tratamento.

Para se medir eficácia de um tratamento, em geral, são usados ensaios clínicos randomizados, os quais frequentemente representam o mais alto nível de evidência clínica possível. Estes ensaios revelam alta validade interna, isto é, demonstram a validade de um determinado tratamento para uma doença específica, em um determinado grupo, precisamente selecionado (Kim, 2013; Stoppler, 2019).

Na avaliação da eficácia, ensaios controlados randomizados com grupo placebo são ideais porque minimizam tendenciosidades e vieses por meio de múltiplos mecanismos, tais como duplo-cego e padronização da intervenção. Tais quesitos são importantes por eliminar questões transferenciais e de acessibilidade (em geral, são gratuitos) e também por promover aceitação e aderência dos participantes (ao excluir o grupo controle – usualmente de espera).

Atualmente, é inquestionável que o “padrão ouro” de uma pesquisa – tanto para eficácia quanto para efetividade – é a randomização (Roesler, 2018). Esta permite tornar aleatória uma variável ou uma amostra na medida em que cada participante tem a mesma probabilidade de ser sorteado para formar a amostra ou para ser alocado em um dos grupos de estudo.

Estudos não randomizados podem induzir, até mesmo involuntariamente, o pesquisador a alocar no grupo de intervenção os melhores pacientes da amostra, comprometendo, assim, a validade dos

resultados obtidos. A randomização contribui para que as características da amostra sejam relativamente homogêneas, no que concerne a variáveis ou fatores relativos às hipóteses levantadas. Em geral, nos estudos caso-controle, a primeira tabela dos resultados expressa as características dos grupos de estudo, enfatizando sua homogeneidade. A similaridade inicial entre os grupos constitui uma segurança para a interpretação dos resultados, haja vista que afirma que os grupos possuem características semelhantes e que, portanto, a intervenção seria a única variável divergente a ser analisada. Deste modo, a validade de um estudo está diretamente associada à randomização, ao tamanho da amostra, aos indicadores de precisão dos dados e à magnitude de perda de seguimento (Macrae, 1989; Cara Junior, 2014).

A perda de participantes deve ser cuidadosamente avaliada para que não haja distorção dos resultados. Se a perda maior se der no grupo experimental, os resultados podem indicar falsamente uma piora neste grupo, quando, na verdade, tal perda se deveu à melhora do paciente, o qual, ao se dar por satisfeito, abandonou o tratamento (Cara Junior, 2014).

Entretanto, enquanto o processo de randomização serve para maximizar a validade interna, a possibilidade de generalização ou validação externa fica limitada ao desenho da pesquisa, tais como os critérios de inclusão e de exclusão dos participantes e método de aplicação da intervenção. Portanto, a despeito desta precisão técnica, os achados decorrentes desta metodologia são restritos e, logo, não podem ser aplicados a outras populações ou a um conjunto com sintomas semelhantes (Merali e Wilson, 2017; Sedgwick, 2014, 2015).

Devido a essas restrições, as quais se desviam substancialmente da prática cotidiana, estudos sobre a efetividade são mais frequentes, pois empregam ensaios pragmáticos para se compreender os benefícios de uma intervenção no mundo real, com populações mais heterogêneas e com protocolos de tratamento menos padronizados, incorporando elementos que permitem maior generalização e aplicabilidade dos resultados (Merali e Wilson, 2017; Sedgwick, 2014). Deste modo, estudos sobre a efetividade de um tratamento são mais viáveis e semelhantes à prática clínica, permitindo, assim, maior generalização.

Faz-se necessário observar que estudos de intervenção podem ser colocados em um *continuum* entre ensaios sobre eficácia e ensaios sobre efetividade, em que a generalização de uma mesma pesquisa pode ir do nível mais baixo para o mais alto, dependendo de fatores como: características da população estudada (idade, gênero, entre outras) e resultados clínicos almejados (Singal, Higgins e Waljee, 2014).

Há vários passos para se demonstrar que uma intervenção provada eficaz pode ser efetiva, atentando para que a primeira não superestime o efeito de uma intervenção e possibilite sua aplicação na prática clínica.

Também é importante considerar o que é mais significativo em uma pesquisa, pois, na busca de validação por métodos que enfocam a eficácia e aumentam a validade interna, corre-se o risco de desconsiderar, por exemplo, a relação entre pesquisador/psicoterapeuta e paciente, pensamentos e idealizações por parte do participante sobre os objetivos da pesquisa, entre outras variáveis impossíveis de serem controladas. Assim, a distinção entre eficácia e efetividade nem sempre é clara, sendo impossível realizar um estudo puramente sobre eficácia ou sobre efetividade.

Embora estudos sobre eficácia e efetividade sejam igualmente importantes para se avaliar uma intervenção, conclui-se que ambos têm objetivos distintos e fornecem dados diferentes: enquanto a pesquisa sobre eficácia maximiza a probabilidade de observar o efeito de uma intervenção em um ambiente controlado, a pesquisa sobre efetividade fornece mais informações sobre o paciente externo no mundo real, bem como outros fatores que podem moderar o efeito de uma intervenção na prática clínica. Contudo, em ambos, é fundamental que haja o planejamento com randomização, a fim de assegurar a validade dos resultados. O protocolo final deve representar uma série de decisões que tentem equilibrar cuidadosamente um estudo cientificamente aceitável (validade interna) com a possibilidade de generalização do tratamento clínico no mundo real (validade externa) (Glasgow, Lichtenstein e Marcus, 2003; Roesler, 2018; Tunis et al., 2000).

Portanto, pesquisas que buscam um equilíbrio entre verificação da eficácia e da efetividade, levando em consideração a variabilidade humana, podem ter uma validação interna razoável e um bom grau de generalização.

Métodos de avaliação de uma intervenção – desenhos de pesquisa

Independentemente dos objetivos a serem provados, se eficácia ou efetividade, a escolha dos instrumentos empíricos que demonstrem uma melhora nos sintomas e nos problemas emocionais, bem como na saúde mental dos pacientes, constitui outro assunto vital e bastante polêmico, haja vista que cada abordagem psicoterapêutica tem seus pressupostos teóricos e filosóficos, por vezes, até mesmo antagônicos.

O que configura uma “melhora psíquica” pode depender da abordagem escolhida e dos instrumentos a ela associados. Neste quesito, encontra-se também a escolha do desenho da pesquisa, seja em termos qualitativos, quantitativos ou mistos. A problemática referente a esses métodos será abordada em outro capítulo deste livro. Aqui, serão focalizadas algumas questões básicas desta área (Lutz e Knox, 2014).

A questão ignorada: Grupo placebo

Geralmente, o fator transferencial em pesquisas de intervenção é ignorado. Entretanto, seja qual for a abordagem psicoterapêutica adotada, mesmo a cognitiva comportamental, é necessário considerar que a presença de um terapeuta tem efeito positivo ou negativo no paciente, o que pode conduzir à alteração dos dados finais, independentemente da técnica ou da habilidade do terapeuta. Terapias – tais como a psicoterapia interpessoal, que pode ser realizada por pessoas sem treino em Psicologia Clínica, mas que se encontram disponíveis para ouvir presencialmente as angústias e os problemas do paciente – têm mostrado efeitos interessantes

(Markowitz e Weissman, 2004). Isto levanta a questão, raramente abordada, sobre se o efeito produzido por uma psicoterapia é devido a um procedimento técnico ou à presença de um ouvinte qualificado, principalmente quando os participantes têm condições familiares e/ou socioeconômicas difíceis ou empobrecidas. É realmente importante observar o quanto “estar sendo assistido” por um profissional não constitui uma variável interveniente no processo; somente um grupo placebo possibilitaria certo controle desta variável.

Na pesquisa sobre efetividade da terapia do *sandplay*, feita por Matta e Ramos (2018), o estabelecimento de um grupo placebo levou à evidência de que os resultados se referiam à técnica e não à presença de um terapeuta, se comparado ao grupo experimental, pois, no grupo placebo, também havia a presença de um psicoterapeuta que se mantinha mais como observador, sem qualquer intervenção clínica.

Somente a comparação entre os grupos experimental e controle não elimina o poderoso efeito transferencial. Como aponta o analista C. G. Jung:

O grande fator de cura na psicoterapia é a personalidade do médico (par. 198). Gostaria de enfatizar novamente que os mais recentes desenvolvimentos da psicologia analítica nos confrontam com elementos imponderáveis da personalidade humana; precisamos aprender a colocar na base a personalidade do médico como um fator curativo ou prejudicial; e agora é necessário sua própria transformação - a autoeducação do educador. (Jung, 1966, par. 198, par 172; tradução nossa)

Número de sessões

Acrescentado a essa questão, observa-se o desenvolvimento de outros métodos para identificar que a mudança verificada em um paciente é devida ao processo psicoterápico, e não a outras variáveis. Enquanto o usual, em várias pesquisas, tem sido a medição anterior e posterior a uma intervenção, atualmente, novas técnicas têm sido desenvolvidas que permitem análises mais sofisticadas, tais como o exame longitudinal dos

dados ao longo da psicoterapia, possibilitando observar, por exemplo, o número de sessões necessárias para que se obtenha um determinado efeito, ou o momento em que começa haver uma reversão dos sintomas (Matta e Ramos, 2018; Lutz e Knox, 2014).

Esta questão está atrelada ao número de sessões necessárias para promoção de mudança psíquica. Dados demonstram que um grande número de estudos sobre efetividade em psicoterapias psicodinâmicas de curto prazo tem usado entre oito a 40 sessões. Já psicoterapias psicodinâmicas de longo prazo demoram entre 12 a 36 meses, sendo este número mais efetivo no tratamento de transtornos mentais complexos, tais como transtorno de personalidade e comorbidades, ao passo que terapias de curto prazo não têm se mostrado suficientes no tratamento de pacientes com transtornos mentais crônicos e de personalidade. Interessante também é observar que os efeitos das terapias de longo prazo podem não ser evidentes de imediato, mas somente após certo tempo de seu término (Keller, 2018; Roesler, 2018).

A observação de mudanças clínicas significativas em pacientes tratados com psicoterapia

Os dados produzidos por projetos que têm como objetivo avaliar a eficácia ou efetividade de terapias são usualmente submetidos a testes estatísticos de significância. Um resultado alcança significado estatístico se a magnitude da diferença entre as médias for maior do que aquela obtida somente por acaso.

Entretanto, Lambert e Ogles (2014) – em seu texto sobre a história, aplicações atuais e recomendações futuras acerca do significado clínico da pesquisa e resultados da psicoterapia – observam que, desde os anos 70, há ênfase no exame de mudanças individuais que ocorrem durante os projetos de psicoterapia formal, como também, já nesta época, apontava-se para a necessidade do desenvolvimento de análises de significância estatística.

Segundo Ogles (2013), a partir dos anos 80, foram desenvolvidos novos métodos e fórmulas estatísticas cujo objetivo era avaliar e monitorar

de modo mais amplo a resposta do paciente à psicoterapia e, assim, observar se os pacientes tratados melhoraram com precisão estatística e se ficaram empiricamente indistinguíveis da população normal. Isto é, se a curva normal de distribuição apresentada pelos pacientes tratados ficou igual à da população normal.

Em geral, há três grupos de estatística que têm sido empregados para expressar as consequências da psicoterapia para os pacientes, a saber: significância estatística intra e entre grupos; tamanho do efeito; e significância clínica.

As análises estatísticas são essenciais em projetos de avaliação de um procedimento psicoterápico em razão de informar se o grau de diferença entre grupos tratados e de controle não é por acaso. Entretanto, confiar somente no significado estatístico pode levar à percepção acerca das diferenças, como por exemplo, a melhora como forte no grupo experimental, quando, de fato, ela pode ser muito pequena e clinicamente ineficaz.

É importante aqui observar que esses métodos fornecem somente uma média geral, e não informações concernentes às diferenças individuais entre os participantes dos grupos e a uma possível variedade de respostas ao tratamento. Ao se trabalhar com médias, deixa-se de considerar que alguns participantes do grupo que apresentaram melhora podem não ter tido qualquer mudança, ou até mesmo podem ter piorado. Devido a essa problemática, foram desenvolvidos métodos a fim de examinar o significado clínico das mudanças que ocorreram durante a psicoterapia (Krause, 2011; Wise, 2011). Esses métodos, ao observar o tamanho do efeito, podem oferecer informação adicional ao atentar para o grau ou magnitude da mudança média (Odgaard e Fowler, 2010).

A força desta metodologia com significado clínico é que esta considera a mudança no nível de cada paciente, informação bastante útil principalmente em estudos com amostras pequenas ou sem grupo controle. (Wise, 2011). Tal informação, complementada com uma análise qualitativa de cada caso, enriquece o estudo possibilitando uma reflexão sobre a técnica de acordo com variações individuais. É necessário lembrar aqui que Garfield e Bergin (1971), citados também por Roesler (2018), sugeriram que se deveria dar mais atenção aos indivíduos que

não respondiam ao tratamento ou àqueles que pioravam. Deste modo, têm sido desenvolvidos estudos de avaliação de psicoterapia que incluem significado clínico, enriquecendo a compreensão das transformações psíquicas decorrentes do processo terapêutico.

Segundo Lambert e Ogles (2014), dois tipos de literatura se desenvolveram de modo independente para medir a significância clínica da psicoterapia, isto é, para avaliar a relevância da mudança de um paciente: validade social e significância clínica.

A validade social reúne dados sobre o paciente por meio de pessoas que o conhecem ou de especialistas. A ideia seria observar, após o tratamento, se as mudanças qualitativas verificadas no meio familiar ou social em que o paciente está inserido se tornariam iguais ao grupo social referente do paciente. Isso permitiria ao pesquisador compreender se o participante fez mudanças qualitativas observáveis pelos outros. Métodos de validação social são usados principalmente pela análise comportamental e têm grande prestígio em pesquisa, como a escala *Children Behavior Check List* (CBCL), traduzida em 55 línguas e considerada “padrão ouro”. A crítica a esse tipo de escala é que os fatores observados e considerados como melhora são definidos *a priori* pelo clínico e, portanto, limitados. Esta escala tem sido também usada na avaliação de psicoterapias psicodinâmicas, com o pressuposto de que mudanças psicológicas internas são observáveis em comportamentos externos (Matta e Ramos, 2018).

Estudos sobre significância clínica são mais comuns no campo das psicoterapias psicodinâmicas e partem de um ponto de vista mais preciso quanto à identificação de mudanças com métodos definidos pelo pesquisador. Métodos para verificação da significância clínica têm sido fundamentais principalmente em estudos europeus e norte-americanos, por demonstrarem a confiabilidade e a significância clínica das mudanças decorrentes de uma intervenção. Segundo Prette e Prette (2008), a tecnologia de Jacobson e Truax, conhecida como Método JT é um dos mais usadas por articular a análise da significância clínica (mais voltada para a validade externa) com a verificação da confiabilidade das mudanças obtidas (mais relacionada à validade interna).

É importante notar inclusive que, atualmente, segundo Rapoff (2010) e Ogles (2013), alguns jornais científicos de alto nível só aceitam publicar pesquisas que realizem, na seção dos resultados, a análise do significado clínico dos dados.

Outros delineamentos de projetos para identificar e analisar mudanças decorrentes do processo psicoterápico

Além de ensaios randômicos com grupo de intervenção, grupo controle e grupo placebo e estudos quase experimentais – com grupo controle, mas sem randomização, como visto –, outros delineamentos são interessantes no aprofundamento da análise dos efeitos de uma intervenção psicoterapêutica.

Estudos prospectivos e naturalistas

Nos estudos prospectivos e naturalistas, um grupo de pessoas que compartilham uma característica, que têm os mesmos sintomas (por exemplo, depressão) ou uma experiência comum (por exemplo, passaram por uma situação traumática), é acompanhado por um período significativo de tempo.

Nos estudos prospectivos, os indivíduos são observados e seguidos da “causa” para o “efeito”, ou seja, para frente, acompanhando o processo a ser pesquisado no paciente. Há pesquisas em que, a partir do início do tratamento, paciente e terapeuta são observados durante a prática usual, preenchendo ambos um questionário de autoavaliação ao longo do processo (Roesler, 2018).

Em estudos naturalistas, o pesquisador observa e registra cuidadosamente algum comportamento ou fenômeno, durante certo período de tempo, interferindo o mínimo possível com os sujeitos

observados. Pesquisas sobre sonhos, por exemplo, podem usar este método, apesar da interferência inevitável do pesquisador ao perguntar e anotar a produção onírica do pesquisado.

Estudos retrospectivos

Nos estudos retrospectivos, a situação é invertida. Parte-se do “efeito” a ser observado seguindo-se até a “causa”. A dificuldade aqui é escolher um grupo controle em que as variáveis sejam compatíveis com o grupo experimental. Neste tipo de estudo, o pesquisador usualmente faz uso de registros históricos sobre a saúde e as condições sociopsicológicas dos participantes, os quais sabidamente já têm a doença ou o transtorno a ser pesquisado (Roesler, 2018). Um exemplo seria pesquisar traumas infantis em pessoas com transtornos de depressão grave.

O que leva à mudança durante um processo psicoterápico?

Talvez a questão mais complexa nesta área seja observar o processo psicoterápico internamente, isto é, o modo como as psicoterapias conduzem à melhora psicológica. A resposta a essa questão não pode se basear em uma abordagem ou técnica específicas, na medida em que vários estudos de revisão e de metanálise indicam que muitas formas de psicoterapia, tanto para crianças quanto para adolescentes e adultos, levam a melhoras terapêuticas (Lambert, 2013; Leichsenring et al., 2015; Kazdin, 2014).

A grande variabilidade de técnicas advindas de diferentes abordagens teóricas, por vezes, têm pouca semelhança conceitual ou de procedimento entre si, o que torna essa questão ainda mais desafiadora. Estudos comparativos quanto a uma determinada casuística têm mostrado ou certa equivalência entre técnicas ou certa variabilidade, dependendo da casuística envolvida.

Como cientistas, o interesse dos pesquisadores se dá em como o paciente se transforma e em como as experiências de interação com o terapeuta e as técnicas empregadas podem afetar as emoções, a cognição e o comportamento no caminho de melhor bem-estar e adaptação à realidade.

Mas, o que conduz à mudança em direção à saúde durante um processo psicoterápico e como observar esse processo ainda constitui um grande desafio (Kazdin, 2014).

Indaga-se: seria possível operacionalizar o que acontece em uma sessão?

Algumas tentativas têm sido feitas nesta direção, tais como pesquisa do processo de psicoterapia por meio de anotações, por parte do terapeuta, após a sessão e gravações em áudio ou em vídeo. Certamente, gravações são altamente polêmicas e podem transgredir questões éticas, ainda que com a permissão do paciente, o qual pode concordar como forma de “agradar” seu analista ou mesmo para se sentir importante. Embora úteis como aprendizagem, representam uma grande interferência no processo terapêutico, o qual pode ser alterado em vista do receio de tornar públicas algumas intimidades sigilosas.

Entretanto, segundo Aveline (1992), a exposição possível vinda do uso deste instrumento é um risco contrabalançado pelo ganho de um estudo mais aprofundado acerca da interação terapeuta-paciente. O recurso de gravar somente o áudio das sessões, de acordo com os psicanalistas Buchholz e Kächele (2018), deve ser incentivado como meio de se eliminar os procedimentos inespecíficos e não sistemáticos envolvidos na anotação das sessões, bem como os erros resultantes de falhas da memória. Os autores insistem que esses dados deveriam se tornar públicos (obviamente, preservando-se o anonimato), de modo a fornecer a outros psicanalistas o acesso a detalhes do que é ouvido e respondido em uma sessão.

Outros meios de acesso ao processo estão no campo das expressões do inconsciente, como a produção de imagens, pinturas, esculturas e *sandplay* utilizadas mais acentuadamente em psicoterapias de base junguiana.

O material gráfico e as imagens produzidas espelham tanto o processo interno do paciente quanto a relação terapeuta-paciente, constituindo rico material para compreensão da psicodinâmica terapêutica.

A neurociência também tem contribuído para o desenvolvimento de um novo conjunto de variáveis e medidas. A possibilidade de examinar o substrato biológico dos processos psicológicos que ocorrem durante a psicoterapia pode trazer novas validações para as técnicas empregadas ao longo de um tratamento.

Também são muitos os dados vindos de diferentes abordagens, os quais, agregados por meio de estudos de metanálise, poderão também comprovar a eficácia ou a eficiência de uma abordagem utilizada (Lutz e Knox, 2014).

Concluindo, ainda está para ser demonstrado se uma abordagem é superior à outra em termos de estimativa acurada de mudança clinicamente significativa. Permanece em aberto, portanto, a questão sobre qual método é mais sensível para se detectar mudanças significativas em pacientes durante um processo psicoterápico. Tal questão está atrelada ao desafio de traduzir pontos de uma escala em qualidade de vida, melhora nos relacionamentos sociais, transformações de personalidade e elaboração de conflitos e complexos. Essa é uma tarefa em evolução.

A literatura atual, tanto em ensaios sobre eficácia quanto efetividade, tem enfatizado a observação de fatores associados a mudanças clinicamente significativas e o relato de intervenções que incluam o uso de uma classificação de mudança individual, em relação a uma mudança clinicamente significativa padronizada.

O debate sobre qual tratamento é efetivo ou eficaz para determinado transtorno, bem como quais variáveis são responsáveis por uma transformação terapêutica, ainda é limitado. O psicoterapeuta, em sua prática, geralmente tem pouca consideração em relação aos resultados de pesquisas. No lugar de uma racionalidade objetiva baseada em estudos científicos, predomina, comumente, a defesa da formação teórica escolhida (Castonguay, 2015).

Embora a pesquisa em psicoterapia seja ainda relativamente recente, somente o seu desenvolvimento assegurará melhor qualidade de

atendimento clínico e segurança na formação de profissionais habilitados, não só por uma formação teórica no âmbito de uma abordagem específica, mas, também, habilitados pelos resultados de estudos sobre eficácia e efetividade da melhor técnica para determinado transtorno e tipo de paciente.

Referências

- AVELINE, Mark (1992). The Use of Audio and Videotape Recordings of Therapy Sessions in the Supervision and Practice of Dynamic Psychotherapy. *British Journal of Psychotherapy*, v.8, pp 347-358.
- BUCHHOLZ, Michael, KÄCHELE, Horst (2018). Teaching research methods to psychoanalysts: Experiences from PSAID, *International Forum of Psychoanalysis*, v. 27. n.2, pp.114-120.
- CASTONGUAY, Louis G. et al. (2015). Research on psychotherapy integration: Building on the past, looking to the future. *Psychotherapy Research*, v.25, n.3, pp 365-382.
- GARFIELD, Sol L., BERGIN, Allen E. (1971). Personal therapy, outcome and some therapist variables. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, v.8, n 3, pp 251.
- CARA JUNIOR, Newton (2014). Definição da população e randomização da amostra em estudos clínicos. *Revista Brasileira de Oftalmologia*. v.73, n.2, pp 67-8.
- GLASGOW, Russel; LICHTENSTEIN, Edward e MARCUS, Alfred (2003). Why Don't We See More Translation of Health Promotion Research to Practice? Rethinking the Efficacy-to-Effectiveness Transition. *American Journal of Public Health*, v. 93, n.8, pp 1261-1267.
- JUNG, C. Gustav. (1954/1966). The Practice of Psychotherapy. *Collected Works*. London: Routledge and Kegan Paul, vol. 16, par. 172, par. 198.

- KAZDIN, Alan (2014). Moderators, mediators and mechanisms of change in psychotherapy. In: LUTZ, Wolfgang, KNOX, Sarah (eds.). *Quantitative and Qualitative Methods in Psychotherapy Research*. London & New York, Routledge. Edição do Kindle.
- KELLER, Wolfram (2018). Quality management and empirical research activities in Jungian Psychotherapy in Germany. In: ROESLER, Christian (Ed.). *Research in Analytical Psychology: empirical research*. London/New York: Routledge/ Taylor & Francis Group, 2018. pp. 187-202.
- KIM, Soo Young (2013). Publication delay in the Korean journal of family medicine. *Korean journal of family medicine*, v.34, n 5, pp 297-297.
- KRAUSE, Merton S. (2011). Statistical significance testing and clinical trials. *Psychotherapy*, v.48 n.3, pp 217–222.
- LAMBERT, Michael, OGLES, Benjamim. Significance in psychotherapy outcome research: history, current applications and future recommendations. In: LUTZ, Wolfgang, KNOX, Sarah (eds.). *Quantitative and Qualitative Methods in Psychotherapy Research*. London & New York, Routledge. Edição do Kindle.
- LAMBERT, Michael (2013). Outcome in psychotherapy: The past and important advances. *Psychotherapy*, v.50, n.1, pp 42-51.
- LEICHSENRING, Falk , LUYTEN, Patrick, HILSENROTH, Mark J, ABBASS, Allan, BARBER, Jacques P, KEEF, John R, LEWEKE, Frank, RBUNG, Sven, STEINER, Cristiane (2015). Psychodynamic therapy meets evidence-based medicine: a systematic review using updated criteria. *The Lancet Psychiatry*, v.2, n.7, pp 648-660.
- LUTZ, Wolfgang, KNOW, Sarah (2014). *Quantitative and Qualitative Methods in Psychotherapy Research (Explorations in Mental Health)*. Taylor and Francis. Edição do Kindle.
- MACRAE, Kenneth D. (1989). Pragmatic versus explanatory trials. *International journal of technology assessment in health care*, v.5, n.3, pp 333-339.

- MARKOWITZ, John, WEISSMAN, Myrna (2004). Interpersonal psychotherapy: principles and applications. *World Psychiatry*, v.33, pp 136-139.
- MATTA, Reinalda, RAMOS, Denise. Sandplay (2018). A method for research with trauma. In: ROESLER, Christian. *Research in Analytical Psychology*. London/New York: Routledge, pp. 137-152.
- MERALI, Zamir , WILSON, Jefferson R. (2017). Explanatory Versus Pragmatic Trials: An Essential Concept in Study Design and Interpretation. *Clinical Spine Surgery*, v.30, n.9, pp 404-406.
- ODGAARD, Eric C., FOWLER, Robert L. (2010). Confidence intervals for effect sizes: Compliance and clinical significance. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v.78, n.3, pp 287-297.
- OGLES, Benjamin M. (2013). Measuring change in psychotherapy research. In: LAMBERT, Michael J. (Ed.). *Bergin and Garfield's handbook of psychotherapy and behavior change*. 6. ed. New York, Wiley, pp. 134-166.
- PRETTE, Zilda A. P. D. PRETTE, Almir D. (2008). Significância clínica e mudança confiável na avaliação de intervenções psicológicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n.4, pp 497-505.
- RAPOFF, Michael A. (2010). Assessing and enhancing clinical significance/social validity of intervention research in pediatric psychology. *Journal of Pediatric Psychology*, v. 35, n.2, pp 114-119.
- ROESLER, Christian. (ed.). (2018). *Research in Analytical Psychology: Empirical Research*. Routledge.
- SEDGWICK, Philipp (2014). Explanatory trials versus pragmatic trials. *British Medical Journal*, v. 349, n.13, pp 349
- SEDGWICK, Philipp (2015). Treatment effects and placebo effects. *British Medical Journal*, v. 350, h267.
- SINGAL, Amit G., HIGGINS, Peter D., e WALJEE, Akbar K. (2014). A primer on effectiveness and efficacy trials. *Clinical and translational gastroenterology*, v.5, n.1, e45.
- STOPPLER, Melissa (2019). *Clinical research and clinical trials*. Disponível em: https://www.medicinenet.com/clinical_trials/article.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

- TUNIS, Sandra L., JOHNSTONE, Bryan M., KINON, Bruce J., BARBER, Beth L., BROWNE, Robert A. (2000). Designing naturalistic prospective studies of economic and effectiveness outcomes associated with novel antipsychotic therapies. *Value in Health*, v.3, n.3, pp 232-242.
- WISE, Edward A. (2011). Statistical significance testing and clinical effectiveness studies. *Psychotherapy*, v. 48, n.3, pp. 225.

ASPECTOS DO MÉTODO JUNGUIANO DE PESQUISA. UMA REFLEXÃO

DURVAL LUIZ DE FARIA

A ideia deste capítulo é o de fazermos uma reflexão sobre alguns aspectos do método junguiano de pesquisa. Uma reflexão porque não é nossa pretensão nos aprofundarmos sobre estes aspectos, ou sistematizarmos teoricamente sobre o método junguiano. Trazer talvez uma reflexão que enfoque mais a prática do que a teoria.

Sabemos que Jung iniciou sua carreira como médico e psiquiatra no Hospital Psiquiátrico de Burgholzli, no início do século XX. Lá, adaptando alguns testes experimentais como o de Wundt, iniciou sua pesquisa com os complexos, criando o experimento de associação de palavras (Jung, 1986).

Jung descobria os efeitos curativos da conversação com os pacientes graves, neuróticos e psicóticos, internados naquela instituição, criando instrumentos como o Teste de Associação de palavras, que revelava a existência dos Complexos de Tonalidade Afetiva. Uma pesquisa feita na ação, onde se desvelava a história dos pacientes, junto a um instrumento de pesquisa sobre os complexos.

Quando Jung deixa a psiquiatria clínica de lado e começa sua atividade como psicoterapeuta, exclusivamente, pôde trabalhar com outros elementos, como os sonhos, por exemplo, em busca dos dinamismos inconscientes que subjaziam aos sintomas patológicos.

Apesar de Jung, ao lado de valorizar a compreensão filosófica da vida e agregar conhecimentos de etnologia, mitologia, história das religiões e Alquimia em seus estudos, sempre teve a preocupação de dar um status científico ao seu trabalho, dentro do âmbito da psique, sendo rigoroso em seus métodos de análise. Muitos anos mais tarde, no entanto, ao falar sobre psicoterapia, Jung (1981) relativizou a importância de se ter um método psicoterapêutico, pois o que importava era a personalidade do terapeuta no encontro com o paciente.

Dizia também que para cada paciente e/ou terapeuta, cabia um enfoque diferente, que não deveríamos defender um único método válido para todas as pessoas, pois a psique se apresentava bastante ampla para abarcar vários métodos. (Jung, 1957;1981).

Jung (1957, 1981), em “A prática da psicoterapia” coloca que o método junguiano de terapia, ou que a psicoterapia, pode ser vista como um método dialético, em que duas pessoas dialogam e entram em interação, com alguma finalidade. Não se trata, portanto, da aplicação de um procedimento onde se obterá o mesmo resultado, independente da pessoa, mas depende da subjetividade do psicoterapeuta e do paciente. No método dialético trata-se de levar em conta os dois pontos de vista.

Se eu estiver disposto a fazer o tratamento psíquico de um indivíduo, tenho que renunciar à minha superioridade no saber, a toda e qualquer autoridade e vontade de influenciar (...). Mas isto só se torna possível se eu deixar ao outro a oportunidade de apresentar seu material o mais completamente possível, sem limitá-lo pelos meus pressupostos. (Jung, 1981, p. 5)

Por outro lado, só importa o método em que o terapeuta tem confiança, com seriedade e perseverança, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance. Aqui aparece a subjetividade do terapeuta que é fundamental, pois para Jung, são dois sistemas psíquicos que se articulam

e o que resulta implica na possibilidade de uma dupla transformação. “O terapeuta vivencia junto um processo evolutivo individual” (Jung, 1957, p. 5).

Disto resulta que a psicoterapia, embora possa ter objetivos e técnicas específicas numa abordagem, o que comporia o seu arcabouço teórico e metodológico, a transformação que ocorre é resultado desta relação que envolve elementos conscientes e inconscientes.. Um processo psicoterapêutico não resulta apenas de um desejo consciente de mudança, mas daquilo que ocorre no processo, que muitas vezes escapa à consciência.

Se fizermos uma aproximação do método psicoterapêutico junguiano com o método junguiano de pesquisa, poderíamos afirmar que este nasce de um interesse do pesquisador em função de seu objeto de estudo, mas o seu método implica um diálogo tanto com esse objeto quanto com os sujeitos pesquisados. Temos que levar aqui em conta a subjetividade do pesquisador, o objeto da pesquisa e a subjetividade dos participantes, ou colaboradores.

Ao escolher um objeto de pesquisa o pesquisador tem um desejo consciente, mas não sabe ainda das implicações inconscientes desta escolha, melhor dizendo, seria uma escolha pela metade.

Objetivamente a pesquisa tem também sua forma de abordagem, seus métodos e técnicas que estão no âmbito do coletivo, mas enquanto escolha subjetiva do problema a ser investigado e do encontro do pesquisador com os colaboradores, podemos nos aproximar do método dialético proposto por Jung (1981).

O método dialético de pesquisa pressupõe um trabalho com duas dimensões, simultaneamente: a dimensão consciente da pesquisa, tanto do pesquisador como do pesquisado, assim como sua dimensão inconsciente. Mesmo na escolha de um objeto de estudo ou de um problema a ser investigado, este objeto apresenta estas duas dimensões e muitas vezes escapa ao controle do pesquisador.

O método junguiano de pesquisa

Segundo Penna (2014), o método de pesquisa não pode estar dissociado do modelo de uma determinada abordagem, isto é, de seu paradigma, tal como ela o chama. Isto implica numa ontologia (visão de mundo), sua epistemologia (modo de conhecimento) e sua metodologia.

A ontologia junguiana nos fala de uma visão de mundo onde existe a pluralidade e a coexistência de várias dimensões: a vida psíquica, biológica, cultural, etc., sendo que todas são organizadas e inter-relacionadas segundo padrões de complexidade.

A abordagem da Psicologia Analítica tem como um de seus fundamentos a noção de totalidade da vida psíquica, que Jung chama de Self, assim como a discriminação de aspectos desta realidade, como o complexo do ego, os complexos, os arquétipos, etc. (Penna, 2014).

Existe também uma dinâmica entre a consciência e o inconsciente que se dá em diferentes momentos da vida, de modo peculiar. Este processo constitui o desenvolvimento que se dá nessa relação que, no sentido lato, podemos chamar do processo de individuação (Samuels, 1989) que, em cada momento vai se apresentar de uma forma.

Entre o sistema ego-consciência e o Self se constrói um canal de comunicação, de duas vias, o eixo ego-Self, onde vai haver um movimento e o instrumento que possibilita esta comunicação é o símbolo. Assim, os símbolos nascem das profundezas da psique e vão irrigar a consciência através de suas manifestações que estimulam o crescimento e o desenvolvimento do ego e da consciência. Cada momento do desenvolvimento possui seus símbolos que vão ser constelados em função das necessidades de cada indivíduo e do coletivo. Os símbolos possuem várias dimensões como a individual e a coletiva, imagética e corporal, de progressão e regressão, da natureza e da cultura, etc.

Poderíamos dizer que, se o símbolo for um elemento central na vida psíquica, pois ele vai nos revelar a articulação da consciência com os aspectos inconscientes dos fenômenos, ele se torna o ponto central da forma de conhecimento, da epistemologia da pesquisa junguiana. O

símbolo, realizando a aproximação da consciência com o inconsciente, vai revelar aquilo que está oculto, compondo com o que é conhecido, uma realidade mais ampla do fenômeno estudado.

Como o símbolo é algo que se enraíza no inconsciente, na pesquisa junguiana pretendemos trazer à luz aquilo que não se mostra facilmente para a consciência, quer seja num estudo de um indivíduo ou estudo de um caso, quer seja um estudo que tem conotações coletivas, como um fenômeno estudado num grupo, um problema cultural ou político, por exemplo.

O conhecimento do fenômeno, portanto, abarca os aspectos racionais e irracionais da psique e o seu foco é o símbolo, junto com outros autores que trabalham com a hermenêutica simbólica, como Henry Corbin, Mircea Eliade, Gaston Bachelard, Paul Ricoeur, entre outros, tal como nos aponta Barreto (2008).

E a metodologia correspondente desta forma de conhecer, segundo Penna (2014), é o processamento simbólico arquetípico que, segundo ela, possui algumas etapas: a definição do tema, a apreensão do fenômeno (coleta de dados), a compreensão do fenômeno e o relato da pesquisa, num texto público. (p. 117). Vejamos alguns aspectos referentes a estas etapas.

A escolha do tema e a subjetividade do pesquisador

Vamos pensar como o foco no símbolo irá trazer frutos para a atividade do pesquisador, começando com a escolha do fenômeno a ser estudado, do tema e do objeto de estudo. A escolha do tema já traz significados e marcas simbólicas para o pesquisador. Por que ele escolheu aquele objeto, aquele tema? Qual o sentido ou os sentidos para sua vida? Como este trabalho se coloca no seu processo de individuação?

Obviamente, ao realizar um trabalho acadêmico, nem sempre estas questões ou implicações têm uma resposta consciente. Pode ser parcialmente consciente ou totalmente inconsciente. Podemos entender

como um aspecto da pesquisa a elaboração destas questões, levando o pesquisador a uma reflexão mais profunda, à medida que o trabalho avança.

Romanyshin (2007), em “O pesquisador ferido”, assinala que existem vários momentos na pesquisa. Inicialmente, a pesquisa parte de uma escolha do ego e da consciência e, à medida que se aprofunda, ela pode ser uma pesquisa feita do ponto de vista da alma.

O autor coloca que existe culturalmente um padrão arquetípico no qual a pesquisa empírica é baseada. Neste padrão o conhecimento científico é assegurado quando o pesquisador comporta-se como alguém que vê o seu objeto de pesquisa através da janela, e quem, sem seus sentimentos, coloca-se como neutro e impessoal. (Romanyshin, 2007).

Se este padrão de afastamento for quebrado, pois hoje sabemos que o pesquisador é parte da equação entre conhecedor e o objeto de conhecimento, isto é, o conhecimento do conhecedor altera sobremaneira os resultados da pesquisa, não há uma neutralidade absoluta. Precisariíamos desenvolver ou desvelar um mito ou um padrão arquetípico de se fazer uma pesquisa com a alma em mente (Romanyshin, 2007).

Haveria então momentos de ruptura na confecção da pesquisa em que aspectos inconscientes do pesquisador estariam informando-o acerca das mudanças necessárias a serem feitas. Partindo da ideia de Anima Mundi (Sardello, 1997), em que os eventos da pesquisa podem ser entendidos simbolicamente, a obra falaria sobre seu próprio destino ou transformação. Pode haver então um diálogo entre o autor e sua obra, o pesquisador e sua obra, no sentido de uma mudança de direção ou de transformação daquilo que existe.

Na maioria das pesquisas começamos com uma ideia geral, o tema, que, muitas vezes é mudado no meio do trajeto. Se isto não acontece, passamos a definir e construir o problema ou as questões que vão encaminhar para os objetivos. Neste momento Cronos aparece e temos que escolher entre muitos caminhos que emergem. Este movimento de sacrifício também ocorre para a confecção da obra- temos que renunciar a vários aspectos, a várias estradas que podemos trilhar e escolhemos uma.

O trabalho em cima da frustração nos leva muitas vezes a nos confrontarmos com o problema da onipotência-impotência, que implica construir um senso de realidade para si mesmo e também para o trabalho. Vemos, portanto, que a subjetividade do pesquisador vai sendo trabalhada, juntamente com a obra, como se ela pudesse nos apontar as mudanças necessárias em nós mesmos e no caminho trilhado.

Segundo Romanyshin (2007) a decisão de se fazer pesquisa nos faz entrar em contato com nosso pesquisador ferido. Existem feridas ou complexos, psicologicamente falando, que nos levam também a realizar um trabalho acadêmico, o que nos faz semelhantes, em termos arquetípicos, à imagem do curador ferido (Groesbeck, 1983). O pesquisador ferido, ao confeccionar sua pesquisa, adentra a ferida que no seu processo de individuação pode ser trabalhada e curada. Neste sentido, um trabalho acadêmico não precisa ser apenas mental ou intelectual, mas pode abarcar áreas da psique ligadas ao processo de transformação do sujeito que está pesquisando.

Permite também a utilização de todas as funções psíquicas, ou aquelas que estão mais próximas a consciência: a sensação, que nos diz que uma coisa é, o pensamento, que denomina o que é esta coisa, o sentimento, que nos dá o valor desta coisa para nós e a intuição, que nos põe em contato com aspectos irracionais que surgem da psique mais profunda. E embora a pesquisa seja um trabalho que se baseia mais no pensamento, ela não nos tira a possibilidade utilizarmos todas as funções ou o máximo possível, dentro de um movimento de integração.

Podemos pensar então no tema a ser pesquisado, a confecção da pesquisa, a psique do pesquisador e a psique dos participantes ou colaboradores, na pesquisa empírica, como uma totalidade que se transforma, um campo do conhecimento que possui aspectos objetivos e subjetivos, mas que não deveríamos ver como aspectos ou variáveis separadas, mas como um sistema transformativo onde cada elemento se compõe em função do outro. Simbolicamente pode ser visto como um campo de energia, onde os elementos dançam e se transformam à medida que o trabalho caminha.

Assim, cada etapa ou passo da pesquisa afeta os elementos que a compõem, seja ele o tema, o pesquisador, os participantes, etc., num campo de transformações ou num sistema que se autorregula e do qual vamos nos apropriando paulatinamente e com a consciência possível para aquele momento.

O causal redutivo e o simbólico na pesquisa

Dentro do sistema da pesquisa ou do seu campo transformativo, podemos encontrar elementos mais relacionais, fruto de um contexto no qual aquele fenômeno ou tema está se dando, e os mais simbólicos, que apontam para um novo caminho ou finalidade. Aqui faremos um paralelo com o que Jung chama de aspectos causais redutivos e aspectos finalistas ou simbólicos na psicoterapia.

Jung entendia como causais redutivos os elementos conscientes e inconscientes que vão se revelando na psicoterapia e que estão no fundo de uma certa problemática, como os complexos, a história de vida do sujeito, o inconsciente familiar, etc. (Jung, 1983a). Em cada abordagem psicológica encontramos um foco nesses elementos, como por exemplo, a causalidade do complexo de Édipo na psicanálise ou a do complexo de inferioridade para Adler (Jung, 1981))

Os aspectos simbólicos ou finalistas são aqueles que em geral apontam os caminhos da transformação ou a finalidade do processo, conectados ao processo de individuação no âmbito individual e coletivo. Podemos observar isto nos sonhos, por exemplo. Um sujeito com um forte complexo paterno e com conflitos em sua vida e em sua masculinidade, pode trabalhar este aspecto causal durante parte da psicoterapia, o relacionamento com o pai desde a infância, os traumas, a identificação, a dificuldade no trato com autoridades e posições de chefia. No entanto, podem emergir eventos ou sonhos que apontam novos caminhos para a elaboração deste complexo, e que não se conectam à dimensão causal,

mas a uma dimensão prospectiva. Novas imagens do masculino e da paternidade podem emergir, imagens da anima e do animus que podem configurar uma nova dinâmica psíquica ou um novo modo de existência.

Deste modo, um complexo muito arraigado e que causa muito perturbação à consciência pode ser esvaziado desta energia fixada e essa energia pode correr para outros aspectos da psique que irão ser mobilizados por outras dinâmicas arquetípicas (Faria, 2003)

Na pesquisa também podemos perceber estes dois elementos, o causal-redutivo e o simbólico. Em todo trabalho acadêmico temos uma revisão das pesquisas referentes ao objeto de estudo específico. Em geral estas pesquisas apontam um contexto causal do fenômeno estudado. Ao estudar, por exemplo, a situação da violência doméstica hoje, vamos averiguar, através dos portais e da literatura específica, as pesquisas que levantam resultados sobre o mesmo objeto de estudo ou pesquisas semelhantes.

Elas podem estar dentro do âmbito da História, da Antropologia, da família, da relação conjugal, etc. e compõem um panorama do conhecimento sobre o tema ou objeto de estudo. Diríamos que, para a pesquisa de base junguiana, esses elementos vão servir como um contexto mais geral, um pano de fundo mais coletivo do problema estudado, onde colheremos as causas e as variáveis que explicarão o fenômeno da violência doméstica.

Estes elementos poderão enriquecer a análise dos dados observados pelo pesquisador, confirmando ou não os achados, comparando-os, etc. No entanto, a pesquisa pode trazer informações novas que apontam novos caminhos para a superação daquela problemática ou novos aspectos ainda não conscientes para o pesquisador e para a área do conhecimento.

Aqui podemos nos valer do símbolo como um elemento que pode informar de outra forma o estudo do fenômeno. Entendemos que o pesquisador deve estar atento aos símbolos que emergem no discurso dos participantes da pesquisa, nas imagens visuais e sonoras e no corpo, como elementos que informam esta via prospectiva ou esta finalidade.

O discurso verbal e o simbólico na entrevista

Dentro da metodologia em Psicologia Clínica de base junguiana, em geral privilegiamos a metodologia qualitativa, embora possamos também trabalhar com dados quantitativos. Em geral os métodos têm aportes diferentes, mas podem ser complementares.

Nos métodos qualitativos o que importa, na Psicologia Clínica, é o aprofundamento do fenômeno pesquisado, do objeto em questão. Por isso são privilegiados os instrumentos que tentam captar os aspectos conscientes e inconscientes dos colaboradores ou dos participantes.

Em geral cria-se um roteiro de entrevista semiestruturado ou semi-dirigido em que se procura captar e explorar os aspectos do problema enfocado, dentro de um número limitado de questões.

Podemos enfocar um determinado problema através de vários procedimentos, como a entrevista, a análise de uma obra de arte, discursos na internet, desenhos e material plástico, etc. Em geral, mas não é regra, trabalhamos com entrevistas semiestruturadas, num ambiente natural ou *online*. Embora a entrevista gire em torno das questões propostas, à medida que se desenvolve, outras questões podem ser colocadas para esclarecer algo obscuro ou aprofundar um novo ângulo.

Como tentamos captar aspectos conscientes e/ou inconscientes, precisamos estar atentos ao discurso e à linguagem corporal do colaborador. Na Psicologia junguiana, entendemos que ao lado do discurso consciente do participante, tentaremos captar os aspectos inconscientes que vão emergindo, tanto no seu discurso quanto em eventuais posturas corporais, atos falhos, etc.

É muito comum também atrelarmos à entrevista um trabalho não-verbal, para que novos elementos simbólicos possam emergir. O trabalho com desenhos, argila, colagem, dança, etc., podem trazer interessantes contribuições para a posterior análise colocada em que tentamos captar o discurso dos colaboradores.

Entendemos também como muito importante na entrevista o clima emocional que se estabelece. Não ficarmos capturados apenas pelo discurso racional do participante, mas ficarmos atentos a possíveis aspectos

que chegam como projeções dentro do contexto da pesquisa – sentimentos ocultos ou reprimidos, complexos irracionais, etc. Assim é muito importante um autoexame do pesquisador durante e após a entrevista, o que chamamos informalmente de ressonâncias no pesquisador daquele contato. Isto não significa transformar o espaço numa sessão de psicoterapia, mas não podemos nos esquecer que é um trabalho de pesquisa clínico e que isto exige um preparo para entrar na profundidade da psique do participante, assim como na sua, que exige um treino no auscultar a transferência e a contratransferência.

É importante também atentar que o discurso verbal pode manifestar aspectos inconscientes. Muitas vezes, frases que se repetem ou palavras-símbolo que habitam o discurso nos faz hipotetizar a existência de complexos ou outros dinamismos inconscientes presentes. Como coloca Verena Kast (1997), muitas vezes o complexo aparece através de episódios recorrentes que condensam experiências atreladas a um núcleo emotivo. Baseando-se em pesquisas de Daniel Stern, ela coloca que no discurso aparecem metáforas-chave, frases que mostram a recorrência do complexo. E isto, com alguma prática, pode ser observado.

Na entrevista de profundidade, ou entrevista clínica, dentro da metodologia qualitativa, podemos perceber essas metáforas-chave que se repetem, na linguagem junguiana, os símbolos. O símbolo não aparece apenas na linguagem visual, mas também na auditiva (numa música, por exemplo), num desenho, numa colagem. E também no discurso, na palavra.

Numa pesquisa sobre a afetividade dos homens no relacionamento amoroso, realizada por De Conti (2019), com 10 colaboradores homens adultos jovens, com os instrumentos de entrevista individual e quatro sessões em grupo, frequentemente a afetividade deles era demonstrada através de canções que falavam sobre o amor, mostrando sua posição sobre o afeto no relacionamento. No caso o tema das músicas foram um símbolo daquilo que não podia ser expresso de forma verbal ou complementava ou enriquecia o discurso consciente do grupo.

A análise dos dados e a compreensão na pesquisa junguiana

Penna (2014) coloca que na abordagem junguiana, ao pesquisar um fenômeno, temos uma dimensão analítica, ou causal que, em geral, refere-se ao contexto em que o fenômeno está inserido e uma dimensão sintética, simbólica, que nos mostra a base arquetípica do fenômeno estudado, ou finalista, que aponta os símbolos que evidenciam os aspectos inconscientes. Análise e síntese, portanto. A síntese refere-se a uma dimensão mais profunda do fenômeno, onde elementos conscientes e inconscientes se aproximam, rumo a uma visão mais global.

A análise dos dados deve levar em conta, em primeiro lugar, uma leitura atenta das entrevistas realizadas, da captura, por via intuitiva, dos aspectos mais relevantes, os principais temas que emergiram do conteúdo das entrevistas e, a partir destes temas, os principais grupos temáticos ou categorias (Faria, 2003).

Na análise, em geral enfoca-se cada grupo temático por si, elencando os principais temas e as falas mais relevantes em cada tema. Ao final, teremos uma série de dados descritos e analisados segundo a abordagem. Esta análise pode ser entendida como descritiva e interpretativa (causal). Ela também deve ser cotejada com o material colhido na bibliografia, comparando os dois materiais, as pesquisas na literatura e o discurso da pesquisa atual, nas suas semelhanças e/ou diferenças.

Na compreensão, segunda parte do processamento dos dados, será feito um trabalho de síntese, como anunciamos anteriormente. Aqui serão colocados os apontamentos que nos permitirão entrar na fase prospectiva da pesquisa, isto é, apontar os símbolos que emergiram durante a pesquisa. Estes símbolos aparecem, em geral, como imagens que habitaram as entrevistas e que apareciam como marcas do discurso (quer vindo do verbal, quer vindo do trabalho plástico ou musical).

Um exemplo que pode ser dado é o símbolo do cuidador do cachorro, que apareceu num estudo qualitativo com um grupo de pais, montado para compreender os conflitos de pais e filhos adolescentes. (Faria, 2003).

Um pai do grupo sempre se queixava que seus filhos adolescentes nunca cuidavam dos cachorros quando viajavam, deixando para ele os cuidados com a alimentação e higiene dos mesmos, inclusive do quintal onde ficavam os cães. Este símbolo do cuidador dos cachorros se generalizou pelo grupo, através da palavra cachorro. Os pais começaram a se identificar com este símbolo, pois ele ficou sendo a marca geral da experiência com estes filhos, no sentido de que estes não assumiam a responsabilidade e o cuidado. Assim o pai era o guardião da casa que não podia sair nos fins de semana para se divertir. O cuidador dos cachorros foi se configurando como um símbolo do sentimento do grupo frente aos filhos.

Pode ser que os símbolos emergjam através de uma atividade não verbal, de um recurso “artístico”. Se houver material plástico (desenhos, colagem, pinturas) ou musical, por exemplo, estes materiais podem ser analisados segundo a abordagem. Jung nos dá algumas dicas desta forma de trabalho, por exemplo. Outros autores, como aponta uma técnica de análise de desenhos. Assim, podemos terminar a análise cotejando os dados do discurso com o material artístico produzido, elencando aí os principais símbolos emergentes de cada participante ou do grupo.

De Conti (2019), ao fazer uma análise de entrevistas individuais e grupais de dez homens jovens sobre afetividade masculina no relacionamento amoroso, ao lado dos temas e grupos temáticos levantados, analisou a produção grupal de colagens e, a partir das imagens que apareceram, pôde fazer uma análise de aspectos que não haviam aparecido no discurso verbal, principalmente as que se referiam ao amor e à sexualidade.

Em outro trabalho, no de Oliveira (2019), que tinha como objetivo compreender como terapeutas junguianos percebiam seu corpo na relação terapêutica e as ressonâncias disto na prática clínica, foi pedido, para 10 participantes, ao final de cada entrevista, que associassem palavras e imagens ao corpo do terapeuta.

O intuito era apresentar uma síntese das respostas que apareceram nos temas, quanto à palavra e imagem. Essas associações poderiam

evidenciar aspectos mais inconscientes e também mais coletivos da experiência vivida do corpo. Natureza, espaço e afetividade pareceram ser os temas dominantes. (Oliveira, p. 263).

Posteriormente, Oliveira (2019) comentou as associações feitas pelos próprios participantes, dando uma dimensão mais profunda à experiência da pesquisa.

Muitas vezes o trabalho de síntese pode ser enriquecido com a denominada amplificação arquetípica. Trata-se de utilizar mitos, contos, metáforas que habitam o inconsciente coletivo e aplicá-las a aspectos da análise, trazendo uma compreensão amplificada da situação ou problema analisado. De Conti (2019) utilizou em sua pesquisa um conto europeu (João de Ferro) e dois mitos indígenas (Moqueca de Maridos e o mito de Ogum), que falavam de aspectos diferentes do desenvolvimento da masculinidade e do relacionamento amoroso.

Conclusões

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar alguns aspectos do método junguiano, realizando uma reflexão sobre ele. Iniciamos com a ideia de que o método junguiano pode ser entendido como um encontro dialético, onde contam a subjetividade do pesquisador, o objeto de estudo e a subjetividade dos participantes ou colaboradores.

A subjetividade do pesquisador aparece no seu envolvimento com o objeto de estudo, com o qual ele está intimamente implicado, não apenas no âmbito da consciência, mas também em seus aspectos inconscientes e no seu processo de individuação. Quando o trabalho não é mecânico, simples aplicação de um método, a relação com a pesquisa vai provocar a emergência do pesquisador ferido, que, ao trabalhar a obra, também trabalha a si mesmo, seus complexos, suas dificuldades. O trabalho feito com a alma vai possibilitar um diálogo do pesquisador com a obra, como se ela ditasse o caminho da pesquisa, diálogo esse que muitas vezes abrange conteúdos irracionais da experiência, num duplo par que combina racionalidade e irracionalidade.

Este trabalho também provoca, por vezes, experiência nos colaboradores, dentro de limites éticos, ampliando por vezes a consciência de si e levando-os ao contato com aspectos causais e simbólicos dos fenômenos pesquisados.

Referências

- BARRETO, Marco Heleno (2008). *Símbolo e sabedoria prática. C. G. Jung e o mal-estar da modernidade*. São Paulo, Loyola.
- DE CONTI, Patrícia Cristina (2018) *Os homens, a afetividade e a conjugalidade em transformação- uma abordagem junguiana*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FARIA, Durval Luiz de (2003) *O pai possível – conflitos da paternidade contemporânea*. São Paulo, Educ/Fapesp
- KAST, Verena (1997) *Pais e filhas mães e filhos*. São Paulo, Loyola.
- JUNG, Carl Gustav (1986). *Psicogênese das doenças mentais*. Rio de Janeiro, Vozes.
- JUNG, Carl Gustav (1981) *A prática da psicoterapia*. Rio de Janeiro, Vozes.
- JUNG, Carl Gustav (1983a) *Fundamentos de Psicologia Analítica*. Rio de Janeiro, Vozes.
- JUNG, Carl Gustav (1983b) *Psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, Vozes.
- OLIVEIRA, Mara de Castro (2019) *O corpo do psicoterapeuta na prática clínica: uma pesquisa em Psicologia Analítica com contribuições do Movimento Autêntico*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PENNA, Eloisa. (2014). *Epistemologia e método na obra de C G Jung*. São Paulo, Educ.
- ROESLER, Christian. (2018). *Research in analytical psychology: empirical research*. Londres, Routledge.

- ROMANYSHYN, Robert D. (2007). *The wounded researcher: Research with soul in mind*. New Orleans, Spring Journal Books.
- SAMUELS, Andrew. (1989) *Jung e os pós junguianos*. Rio de Janeiro, Imago.
- SARDELLO, Robert (1997) *No mundo com alma – repensando a vida moderna*. São Paulo, Ágora.

MÉTODO QUALI-QUANTI NA COLETA E ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA CLÍNICA MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA¹

EDNA MARIA SEVERINO PETERS KAHHALE

Introdução

Para iniciar uma proposição e reflexão sobre a metodologia quali-quantitativa na coleta e de análise de dados em pesquisa clínica materialista histórica e dialética cabe alguns esclarecimentos. Será tomado como elemento para a análise um estudo qualitativo, especificamente um estudo de caso, com grupo de 30² participantes. Compreende-se que o planejamento e execução de um estudo de caso envolve abarcar o objeto de estudo sob diferentes ângulos, com uma multiplicidade de instrumentos de coleta de dados, de maneira a capturar a diversidade e complexidade deste. Portanto, é necessário obter a diversidade qualitativa que poderá ser

1 Esse capítulo é uma revisão ampliada do texto de Kahhale e Esper (2014) publicado originalmente em *Psicologia e Sociedade*: 26 (n. spe. 2), 70-83.

2 30 participantes é um número mínimo pactuado entre estatísticos para iniciar algum tratamento estatístico.

expressa em dados qualitativos discursivos e em dados qualitativos transformados em quantidades, acessados por meio, por exemplo, de escalas e ou dados sócio-demográficos.

Esta proposta é fruto das atividades desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX/PUC/SP), o qual tem buscado a construção de uma assistência integral em saúde a partir de uma práxis integrativa entre assistência e pesquisa (Vázquez, 2007[1967]; Vigotski, 1991 e 1996; González Rey, 2007; Bock e Gonçalves, 2009; Kahhale et al., 2010). O grande desafio do grupo tem sido como articular as dimensões qualitativas e quantitativas na área da saúde, no diálogo disciplinar com outras áreas presentes na assistência cotidiana dos serviços de saúde, isto é, como superar os embates e a falsa dicotomia quantidade x qualidade, objetivo x subjetivo, teoria x prática, numa perspectiva histórica, dialética, transdisciplinar e complexa (Vasconcelos, 2002; Kahhale e Rosa, 2009; González Rey, 2003), relações estas que explicitam categorias teórico-analíticas que precisam ser compreendidas.

Neste texto assume-se a compreensão de que categorias são abstrações constituídas a partir da realidade e que orientam a investigação de processos, procurando apreender as múltiplas determinações dos fenômenos e seus nexos, bem como as relações contraditórias que não se manifestam diretamente (Kahhale e Rosa, 2009, p. 26; Aguiar, 2001, p. 95). Assim, para se chegar ao conhecimento é necessário um método que permita desvendar, por trás da aparência, o fenômeno tal qual realmente é, suas contradições e o que o determina a apresentar-se da maneira com que o faz.

Sob este princípio, o materialismo histórico e dialético afirma que há um sujeito que capta um objeto e é capaz de interagir com ele, pois existe fora e independentemente dele, podendo ser apropriado e transformado pelo próprio sujeito. Ele o faz por meio de uma ação intencionada sobre o objeto, *práxis*, uma prática de apropriação e transformação do objeto; por isso deve ver, ouvir, sentir e pensar sobre o objeto em função da ação de transformação que tem sobre ele. O conhecimento, assim, parte do *empírico* passa pelo *racional* para chegar ao *concreto*. Para isso, fará uso das

leis e das categorias³ da dialética, buscando no empírico as suas contradições, chegando às suas determinações e, consequentemente, ao concreto (Vasquez, 2001[1967]; Kahhale, Peixoto e Gonçalves, 2002).

A perspectiva dialética e histórica é o que diferencia o materialismo histórico e dialético das outras concepções materialistas. Ela propõe-se resolver a questão da *uniformidade na multiplicidade* e da *permanência no fluxo* existente na matéria. A questão da *uniformidade na multiplicidade* e da *permanência no fluxo* refere-se a diferentes formas de lidar com essas duas circunstâncias existentes na realidade. Quando se orienta o pensamento pelo *princípio da identidade*, que afirma que *o Ser é*, a ênfase recai sobre a uniformidade e sobre a permanência. Quando o pensamento está orientado pelo *princípio da contradição*, que afirma que *O Ser é e Não é ao mesmo tempo*, a ênfase recai sobre a multiplicidade e o fluxo. O princípio da contradição é a base do pensamento dialético e expressa a noção de movimento presente na matéria. Dessa forma, o movimento dialético só é possível pois os objetos e fenômenos carregam consigo contradições implícitas, as quais estão contidas por exemplo, na relação: positivo-negativo; passado-futuro; caducidade-desenvolvimento; velho-novo. Portanto, a transformação da quantidade em qualidade, do inferior para o superior, não ocorre de maneira harmônica, mas sempre superando as contradições internas num processo de luta entre as tendências opostas nas bases da relação, que implica na complexificação pois a síntese obtida nesse processo por sua vez contém sua oposição, sua própria contradição.

É o princípio da *permanência no fluxo* e da *identidade* que nos permite a utilização de métodos estatísticos na análise de dados em estudos tanto quantitativos como quali-quantitativos. A estatística trabalha dimensões

3 As leis e categorias da dialética: unidade e luta dos contrários, transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, negação da negação, saltos em espiral; contradição, mediação, totalidade, essência/aparência, abstrato/concreto, singular/universal, conteúdo/forma. Não serão analisadas aqui pois foge ao objetivo desse texto. Para maior conhecimento, pode-se consultar Cheptulin (1982) e Bock, Gonçalves e Furtado (2001).

qualitativas transformadas em categorias numéricas, que permitem tanto a contagem como a apreensão das relações entre esses dados. A transformação da qualidade em quantidade nesse caso supõe a explicitação de modelos ou categorias orientadoras dessa passagem. E por isso, é importante que o pesquisador, ao fazer suas escolhas, considere qual modelo de materialidade sustenta o método e ou técnica escolhida (distribuição normal, paramétrica, não paramétrica, entre outros), pois esse modelo deve conversar e se articular com as categorias teóricas do estudo.

Toda condução da pesquisa na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se no princípio da contradição, assumindo os pressupostos de uma perspectiva materialista histórica e dialética. Nesse sentido, o princípio de permanência deve ser compreendido apenas como um momento da pesquisa, uma vez que a partir das leis e categorias da dialética pode-se descrever o movimento e as características dos fenômenos que são objeto de conhecimento. Elas orientam os procedimentos de pesquisa (coleta de informações, análise e interpretação de dados) utilizados nessa abordagem. Partindo desta perspectiva, serão explicitadas aquelas que orientaram a pesquisa, que será utilizada como exemplo da concretização do método aqui debatido.

A dialética como proposta metodológica na pesquisa clínica

Tem-se no desenvolvimento do capitalismo as condições sócio-históricas postas para se questionar a noção de história como passagem do tempo da natureza e do sujeito natural, o que nos permite compreender tal condição em uma categoria analítica: a historicidade. Ou seja, os atos e acontecimentos sociais e pessoais são produtos da ação dos homens entre si e no mundo; são simbolizados e possuem intenções e significados construídos no processo de existência. Nesse processo, constitui-se como identidade e finalidade de si mesmo. É a contradição de si (eu) e não si (não eu), que fornece a identidade subjetiva, permitindo que eu me reconheça e me distinga dos Outros (isto acontece desde o nível celular

até o social e familiar). Além disso, ao constituir sua identidade subjetiva, o sujeito está submetido a outros dois princípios, o da exclusão (só eu posso dizer Eu, ninguém pode dizer por mim) e também o da inclusão (posso incluir outros na minha subjetividade e, então, passo a nomear Nós) (Kahhale e Rosa, 2009).

É importante destacar que a *práxis* ou atividade humana é um processo de objetivação e subjetivação. O homem, como ser social, representa uma complexidade que se expressa, por exemplo, na maneira como as demandas da dimensão corporal e orgânica são solucionadas e ou enfrentadas: sexo, fome, sede, sono, estimulação. Elas são respondidas ou solucionadas por meio de ritos sociais, regras e maneiras de agir, não se configuram da mesma maneira como para outros seres vivos, para os quais se dá pela dinâmica da genética e das condições ambientais e naturais (leis da natureza). Ou seja, a atividade humana é eminentemente social e histórica.

Tal atividade três aspectos fundamentais: ser orientada por um objetivo, fazer uso dos instrumentos de mediação e produzir algo que podemos caracterizar como elemento da cultura - seja por sua existência física, ou por sua existência simbólica - e que consiste na objetivação do ser humano (Zanella, 2004). Essas três dimensões da atividade humana não seriam possíveis sem a articulação dialética com a categoria consciência. Atividade e consciência são processos recursivos. Os signos são produto da ação do próprio ser humano no processo de produção de sua vida material, decorrendo, portanto, da história da humanidade, e são instrumentos que a consciência se utiliza para operar: uma vez apropriados ou subjetivados, caracterizam o psiquismo humano como *signico* e, em consequência, inexoravelmente social e pessoal, singular (Zanella, 2004).

Sendo a linguagem um dos grandes mediadores que possibilita o acesso aos processos intersubjetivos e intrasubjetivos dos indivíduos, o acesso ao dito mundo interno, também será o instrumento metodológico precioso para obtenção de dados numa pesquisa: as mais variadas possibilidades de produção de discursos, que nos permitirão acesso aos sentidos e significados que a situação estudada contém, implica que o pesquisador

se detenha em cada situação, cada caso, cada indivíduo: a busca da gênese histórica de cada fenômeno estudado e de seu processo de transformação na dialética com a universalidade.

Isso porque singularidade e universalidade são vistas como polos opostos interiores um ao outro, coexistentes, articulados e determinados reciprocamente: os pólos dialéticos que subsidiam a vida do fenômeno, em uma eterna tensão. Tal relação remete à relação entre o todo e as partes, compreendendo o singular como parte de um todo que se cria e se realiza na interação das partes singulares. E isso significa considerarmos que não só o todo contém as partes, mas em igual valor, a parte (singular) contém algo do todo, algo esse que é compreendido como traço essencial (Ilyenkov, 1974).

A universalidade se corporifica, então, na singularidade a partir da mediação da particularidade. A particularidade condiciona a existência singular enquanto especificação da universalidade, isto é, é pela mediação da particularidade que as determinações universais se expressam no singular. Porém, tal relação não ocorre de maneira linear e determinística; ela permite, sim, uma diversidade de expressões singulares (e às vezes, subjetivas) dos fenômenos da realidade social em dado momento histórico, o que é apontado por Pasqualini e Martins (2015, p. 368) quando dizem que “a existência de cada indivíduo singular é uma síntese de múltiplas determinações” – particulares, que estão, ao mesmo tempo, sob determinações universais.

Portanto, para a realização de uma pesquisa quali-quantitativa com os parâmetros apontados acima faz-se necessário um planejamento e uma coleta de dados qualificados que permitam uma análise qualitativa na direção de apreender, nos indivíduos singulares, as múltiplas determinações e as contradições. Assim, sugerimos alguns passos:

- a) Elaboração de instrumentos de coleta e seleção de participantes do estudo que abarquem a diversidade do objeto a ser estudado. Lembrar que os instrumentos devem possibilitar a apreensão da diversidade e das peculiaridades dos dados;

- b) Produção de dados discursivos, que podem ser obtidos a partir de entrevistas abertas, semi-estruturadas e ou de narrativas de vida, histórias orais e ou escritas, desenhos ou outras produções discursivas;
- c) Produção de dados quantitativos, obtidos a partir de escalas de medidas padronizadas para a população e ou amostra⁴ estudada, além de dados sócio-demográficos que permitirão contextualizar, situar historicamente o objeto de estudo e a amostra estudada;
- d) Análise dos discursos segundo metodologia de análise de conteúdo, de maneira a se obter temas indicadores da diversidade qualitativa a que eles se referem. Ou seja, essa análise deve permitir núcleos de significação (Aguilar, 2001; Aguilar e Ozella, 2006) onde as contradições apareçam e sejam consideradas;
- e) Tabulação das escalas utilizadas segundo os critérios de padronização de cada uma;
- f) Aglutinação de todos os dados qualitativos e quantitativos de maneira a identificar conjuntos qualitativos que descrevam a diversidade do fenômeno estudado. Esse processo é feito por meio de análise estatística fatorial buscando agrupamentos por similaridades, integrando todos os dados quali-quant. A ênfase aqui está na qualidade que os aglutina (singularidade e universalidade), e não na descoberta de pesos dos fatores;
- g) A partir da aglutinação e identificação de *clusters*, retomar a análise dos discursos para descrevê-los indicando o contexto das diferentes qualidades obtidas, que nos permitirá um síntese dialética. O agrupamento obtido é uma integração dos dados quantitativos e qualitativos do conjunto dos participantes do estudo. Cabe aqui uma

4 Cabe um alerta que o termo amostra e população remetem a uma padronização reconhecida pelos modelos de análise estatística, portanto para estudos quantitativos clássicos. Essa terminologia é inadequada para estudos qualitativos, que priorizam a riqueza das qualidades do objeto de estudo. No entanto, tem sido uso comum esses termos também nas pesquisas qualitativas para se referir ao conjunto de participantes, objeto de estudo em uma pesquisa qualitativa, quando não se utiliza a metodologia do sujeito único.

nomeação de cada agrupamento que indique o aspecto (o objetivo) do problema de pesquisa respondido, ou seja, como a qualidade se configura para os participantes do estudo.

Sobre o climatério na contemporaneidade: estudo de caso

Para exemplificar a metodologia proposta apresentaremos um estudo de caso desenvolvida na pesquisa O climatério na Contemporaneidade (Esper, 2005), que objetivou verificar se as mulheres no climatério são afetadas pelos fatores contemporâneos (narcisismo, efemeridade e transitoriedade). O foco central esteve na apreensão dos significados e sentidos atribuídos pelas mulheres à sua vivência climatérica.

Tomamos como princípio a noção de que a vivência climatérica é um processo que explicita, na área da Psicologia da Saúde, o campo simbólico que constitui e integra o sujeito, um sujeito que possui um corpo que pode adoecer, que vive em determinadas condições que facilitam ou não seu adoecimento, está inserido em uma cultura que lhe oferece referência para significar o que se passa com sua saúde e para lidar com a situação, e se integra em um coletivo que é coprodutor de sua situação ou condição de saúde. Todas essas condições e aspectos da vida social e das condições do corpo são significadas pelo sujeito, proporcionando que sua condição somática tenha um correspondente simbólico que se integra num todo facilitando, possibilitando ou dificultando sua recuperação.

Nosso ponto de partida foram esses corpos femininos simbólicos, no momento do climatério, expressando a subjetividade de cada mulher participante do estudo construída ao longo da sua história pessoal e social (Gonçalves, 1981; Kahhale, 2002 e 2003). O que nos colocou frente à compreensão de que estudar o climatério na contemporaneidade significa defrontar-se com dimensões diversificadas e complementares decorrentes da intersecção de áreas como a Psicologia, a Medicina e a Sociologia. Essas áreas fazem leituras de dimensões diversas do fenômeno estudado, e a

colaboração de cada uma é fundamental para uma leitura mais complexa e completa do climatério. Assim, iniciamos com a caracterização do momento histórico no qual o fenômeno se insere.

A pós-modernidade, como Connor (1993), Lyotard (1986) e Peixoto (1998) preferem denominar, expressa um conjunto de ideias produzidas a partir das complexificações no mundo social, político e econômico. Tais ideias se concretizam nas artes, teorias e produções científicas e no imaginário social em geral, e tem como principal característica a pluralidade, representando assim a sociedade avançada, sociedade pós industrial ou sociedade pós-moderna. Há consenso entre os teóricos e historiadores estudiosos sobre esse período que o mesmo acontece a partir do final da segunda guerra mundial (Harvey, 1996; Santos, 2000), também nomeada de contemporaneidade.

Baudrillard (1995) analisa a sociedade contemporânea concentrando-se no fenômeno do consumo, que obedece e responde mais a uma lógica do desejo e não da necessidade. Isso porque o sujeito pós-moderno é submetido a um bombardeio maciço e aleatório de informações parciais que nunca constituem um todo, passando a ideia de um sujeito *patchwork*: pulverizado, fragmentado. Há um verdadeiro show de estímulos, no qual os protagonistas são o designer, a moda, a publicidade e os meios de comunicação.

Para Lipovetsky (1990, p. 37) o consumo aparece compondo a estrutura social de segregação e estratificação, e os sujeitos podem adquirir “valores signos” que lhe darão significantes sociais. É uma sociedade que sacraliza o novo, onde as necessidades são dirigidas e moldadas, e a autonomia de decisão fica eclipsada, em função de um condicionamento orquestrado.

No mundo contemporâneo, há um processo de simulação sedutora entre o indivíduo e a realidade, uma comunicação baseada em uma ação espetacular (Santos, 2000). Nesse sentido, Debord (1997, p. 67) afirma que a chamada “Sociedade do Espetáculo” fornece e apresenta os bens a serem desejados, criando-se a ilusão de potência individual, naturalizada e a-histórica.

Com os holofotes voltados para o indivíduo, há uma valorização do sujeito psicológico voltado para suas necessidades. Esse sujeito psicológico, segundo Lipovetsky (1983), resulta de intenso movimento e fascínio sem precedente pelo si mesmo, pelo autoconhecimento e pela autorrealização, potencializados pela cultura hedonista vigente. O mito de Narciso é o que mais representa a sociedade contemporânea, em sua lógica individualista, refletida num corpo superinvestido (Esper, 2005).

O sujeito pós-moderno seria um narcisista diferenciado, com características particulares, tais como a desunificação, a fragmentação da personalidade em um processo de desreferencialização e dessubstancialização do sujeito, diante da pluralidade contemporânea, resultando numa coexistência pacífica e apática com a diversidade (Santos, 2000). Nesse contexto, há uma obsessão pelo corpo e pela saúde, havendo um descarte social de tudo o que não é belo, estético e saudável.

Del Priore (2000) observa que a mulher contemporânea investe no invólucro do seu corpo, aprisionada por um pressuposto de juventude eterna, invadida por uma lógica de estética perversa e tirania imagética. É preocupante ver como muitas mulheres tentam se transformar em algo que a sociedade contemporânea quer que elas sejam, entrando em uma contradição entre o corpo real e o corpo imaginário, simbólico. Para essa autora, a identificação contemporânea dos corpos com a beleza, juventude e saúde torna o envelhecer vergonhoso. Ela aponta que a estética hollywoodiana dos anos 1920 se instaurou no imaginário feminino, construindo um modelo de beleza que tira de cena a mulher envelhecida.

A saída da cena principal denuncia certa invisibilidade que a meia idade feminina encerra e o quanto a mesma está impregnada pelos estereótipos que acompanham a aproximação da velhice, identificada com um padrão corporal desvalorizado. Essa invisibilidade é associada ao declínio da beleza, sendo interpretada e sentida por muitas mulheres como uma perda de status e poder.

Na sociedade contemporânea ocidental, na qual se inclui o Brasil, a representação social do climatério está associada ao envelhecimento. Os estudos de Hegg *et al.* (1994, p. 327), enfatizam que no “*lato sensu*,

durante o climatério, a mulher madura transforma se em mulher idosa”. As mulheres que se dedicaram exclusivamente aos cuidados da família têm que se defrontar com os preconceitos dessa associação, quando, nessa fase de suas vidas, decidem encarar possibilidades de inserção profissional.

Embora as vivências sejam únicas, singulares e subjetivas para cada mulher, as trajetórias individuais trazem em seu bojo uma construção sociocultural que sustenta uma representação da mulher climatérica como um ser desvalorizado, em relação aos padrões narcísicos ocidentais. Mesmo para as mulheres que alcançaram sucesso profissional, não são menos desamparadoras as percepções sobre as marcas corporais que se delineiam, anunciando o envelhecimento. Laznik (2003, p. 94) afirma que “o corpo as abandona quando a sociedade as larga. Num mundo que não gosta nem da ideia nem da imagem do envelhecimento, têm de se defrontar com um olhar que as priva de reconhecimento”.

Estar fora dos padrões estéticos idealizados e veiculados pela mídia pode fazer com que algumas mulheres de meia idade se sintam excluídas. Porém, não se pode uniformizar as vulnerabilidades, pois a subjetividade de cada uma tem que ser considerada, na maneira pela qual fará elaborações para essa fase da sua vida. No entanto, as vivências anteriores, o que conquistou ou deixou de fazer, os investimentos emocionais feitos influenciarão nas escolhas para essa etapa. Ela poderá se beneficiar dos avanços da medicina, da tecnologia estética, sem se colocar em posição de escravidão aos padrões vigentes, obtendo maiores satisfações pessoais e qualidade de vida, ou entrar nessa roda viva contemporânea, transformando a vida em um simulacro que obedece à ideologia dominante, sem enfrentar as contradições que as afetam.

O ambiente pós-moderno é povoado pela cibernética, a robótica industrial, a biologia molecular e pela medicina nuclear, num mundo traduzido por imagens e signos cuja principal característica é ser regido pela informação, processada em *bits*. A velocidade com que a tecnologia se estabeleceu desenhou uma nova configuração contemporânea, comandada pela transitoriedade e pela efemeridade. A aceleração das mudanças na sociedade contemporânea tem consequências nas áreas pessoal, psicológica e social.

A transitoriedade tem a ver com os processos contemporâneos de aceleração das mudanças. É definida como uma “temporalidade da vida cotidiana que resulta em uma sensação de impermanência.” (Toffler, 1970, p. 8). O autor aponta que essa sensação pode ser descrita em termos de mal-estar psicológico, sempre que se tiver diante da percepção de que as mudanças estão fora de controle. Ele denomina esse mal-estar de “doença da mudança”, pois a intrusão da novidade constante altera as configurações já estabelecidas na subjetividade, criando novas configurações. No entanto, quando esse processo assume um ritmo acelerado, pode se tornar fonte de angústia, ansiedade, frustração e imobilização.

Essa velocidade altera o processo de subjetivação, influenciando na capacidade de incorporação de situações novas e desconhecidas e utilizando a experiência prévia como facilitadora desse processo, por se encontrar, continuamente, diante de algo inédito, que não se aplica ao que já está subjetivado.

Toffler (1970) afirma que não há dados consistentes em relação ao sujeito pós-moderno submetido às mudanças constantes, pois a percepção que se tem do tempo é subjetiva e associada ao ritmo do mundo interno. Esse estado de transitoriedade se refletiria em relações mais frágeis entre as pessoas, exacerbando o individualismo e fragilizando o laço social pois, “as coisas, os lugares, as ideias, as estruturas organizacionais se gastam mais rapidamente.” (Toffler, 1970, p. 50). Estabelece uma cultura do descartável: as ligações são temporárias, as coisas e as pessoas vão se suplantando. Essa sobrecarga de mudanças e novidades expõe, constantemente, o sujeito ao estresse de ter que estar sempre se reconfigurando.

Incorporar ou participar do turbilhão contemporâneo de mudanças pode se tornar um complicador a mais para as mulheres no climatério que, por si só, já é uma época de mudanças significativas. Percebe-se certa ansiedade com relação à adoção de tratamentos medicamentosos para os sintomas que apresentam. A mídia está sempre noticiando dados contraditórios principalmente em relação à Terapia de Reposição Hormonal (TRH) que, ora é vista como panaceia universal para todos os males, e ora como grande vilã de distúrbios cardiovasculares e problemas relacionados à incidência de câncer de mama.

A TRH aparece, assim, de uma forma contraditória, espelhando as questões contemporâneas de uma realidade multifacetada e de uma medicina hiper especializada e compartimentada. Por trás da propaganda da utilização de hormônios, encontram-se significados de manutenção de uma juventude e esperança ilusória de fecundidade, através da retomada de fluxos menstruais inócuos, do ponto de vista da reprodução humana. A TRH, com todos os seus resultados que vão se sobrepondo e se contradizendo, acaba por refletir a transitoriedade e a efemeridade pós-modernas, que estão no bojo de um individualismo e fragmentação social crescente.

Nesse contexto de verdades transitórias, a possibilidade de sentimentos de insegurança e desamparo se instalarem é muito grande. Nossa hipótese foi que a transitoriedade e a efemeridade podem estar na base dos chamados distúrbios psicossomáticos de mulheres, maciçamente submetidas à super estimulações sensoriais e cognitivas. A velocidade do novo pode suscitar tanto distorções perceptivas, quanto interferir na capacidade de sentir, pensar e agir do sujeito.

Dessa forma, o contexto contemporâneo submete as mulheres às exaustivas mudanças, proporcionadas pelo avanço da tecnociência, fazendo com que as adaptações tenham que se suceder, fragilizando as verdades e o laço social. Tais mudanças ficam potencializadas quando associadas às modificações próprias dessa fase da vida, como o esvaziamento das funções sociais. Se as vivências das mulheres ao longo da vida foram marcadas por intercorrências negativas, o climatério tenderá a ser problemático. Se a história de vida foi positiva, o climatério poderá ser ameno em sintomatologias, com possibilidades de desenvolvimento pessoal e vivências criativas.

Como podemos ver, essa fase de desenvolvimento do feminino encerra uma complexidade que coloca as mulheres diante de inúmeras bifurcações. O desvelamento desse contexto é importante no sentido de desmistificar ideias cultivadas de insuficiência para essa fase da vida, redimensionar e contextualizar a problemática do climatério na contemporaneidade. Isso significa apreender os significados e sentidos atribuídos pelas mulheres à sua vivência climatérica.

A investigação materialista histórico-dialética

Para investigar de um tema complexo como o climatério na contemporaneidade optou-se por considerá-lo como um estudo de caso, que exigia defrontar-se com dimensões diversificadas e complementares. Para abarcar a totalidade do fenômeno, a coleta de informações e produção de dados tomou direções tanto quantitativas quanto qualitativas, abrangendo dimensões imbricadas na subjetividade das mulheres climatéricas⁵.

Participaram da pesquisa 30 mulheres paulistanas, com faixa etária entre 40 e 55 anos, etapa está definida tecnicamente pela área da ginecologia como sendo a do climatério. Houve uma preocupação de incluir mulheres com a idade entre 48 e 52 anos, porque é a faixa etária próxima da ocorrência média da menopausa nos países industrializados como o Brasil (Renó, 2002). O status conjugal ficou em aberto, para que a amostra contemplasse uma diversidade maior de experiências. Foram incluídas mulheres tanto com status menopáusico definido, quanto as que ainda menstruavam, o que gerou dados interessantes quanto ao significado da menstruação e de sua interrupção. O grupo participante contemplou mulheres com rendimento médio real em torno de R\$ 1.087,35⁶, resultante da média entre os salários dos empregados do setor público e do setor privado da Região Metropolitana de São Paulo, para as estimativas do mês de março de 2004 (IBGE, 2004). O objetivo foi incluir mulheres de uma faixa de renda e poder aquisitivo que permitisse utilizar produtos e tratamentos cosméticos, indicativos de uma preocupação em relação aos aspectos narcísicos contemporâneos, que se quis investigar.

A produção de dados de referência qualitativa objetivou alcançar os sentidos e significados das mulheres entrevistadas, ou seja, o que era

5 Parecer sobre o Projeto de Mestrado O Climatério na Contemporaneidade, do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica da PUC/SP. Aprovado em 21 de julho de 2004, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCSP. Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa PUCSP: Prof. Dr Paulo Edgar Almeida Resende.

6 Correspondente a cinco salários mínimo na época da pesquisa.

ser uma mulher no climatério na contemporaneidade. Dessa forma, entrou-se em contato com crenças, sentimentos, valores, que as participantes haviam construído sobre sua experiência de vida em relação ao climatério. Utilizou-se a entrevista como técnica de investigação qualitativa. Os depoimentos coletados permitiram a livre expressão do pensamento dessas mulheres, tendo sido um espaço de troca, apreensão e construção de significados.

Para garantir a abrangência do que se propunha investigar, utilizou-se um roteiro de entrevista, abarcando temas da contemporaneidade: efemeridade, transitoriedade, percepção e vivência corporal, cuidados pessoais, relações afetivas, familiares e sociais. Por outro lado, existiam dados qualitativos oriundos de sintomatologias próprias do climatério e de qualidade de vida dessas mulheres, que poderiam ser quantificados, dando outra dimensão do real: a dimensão quantitativa de como o climatério se expressava corporalmente para essas mulheres a partir de escalas padronizadas para a população brasileira. Nesse sentido, utilizaram-se instrumentos que avaliaram, quantitativamente, os sintomas do climatério - Escala de avaliação da menopausa (Menopause Rating Scale)⁷ - a qualidade de vida - Questionário genérico de avaliação de qualidade de vida (Short Form Health Survey - SF-36)⁸ - e as condições socioeconômicas das mulheres investigadas.

A análise dos dados iniciou-se com tratamentos diferenciados para os dados qualitativos das entrevistas e para os dados quantitativos das escalas e socioeconômicos. As falas obtidas pelas entrevistas foram trabalhadas pela análise, na busca da aproximação com os sentidos subjetivos.

7 Escala de Avaliação da Menopausa foi validada por um grupo de pesquisadores: Heinemann, K; Ruebig, A.; Potthoff, P; Schneider, H. P. G.; Strelow, F.; Heinemann, L.A. J.; Do Minh T. (2004). The menopause rating scale: a methodological review. *Health and Quality of Life Outcomes*, 2-45 www.menopause-rating-scale.info

8 SF-36 foi adequado e validado para a população brasileira por Cicconelli. R M.; Ferraz, M. B.; Santos, W.; Meinão, I; Quaresma, M.R. (1999) Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). *Revista Brasileira de Reumatologia*, v. 39, n.3, pp.143-149.

A análise propiciou a formação de categorias temáticas, que resultaram na interpretação da fala para aproximação dos significados e sentidos, de acordo com a proposta de Aguiar (2001), e Aguiar e Ozella (2006).

Após a análise de conteúdo dos discursos, para aprofundar a análise quali-quantitativa (quando se tem uma grande quantidade de dados e / ou participantes), utilizamos um software para análise em computador de textos (SPAD-T e SPAD-N), por meio de análise estatística, buscando a aglutinação por similaridade dos dados. Para a análise estatística de todo o material (temas obtidos nos discursos e resultados numéricos dos dados obtidos nas escalas e ou definidos quantitativamente), utilizou-se a análise fatorial para obter as similaridades, daí o nome *clusters*.

Os dados socioeconômicos e das escalas (MRS e SF-36) foram tabulados segundo a estatística descritiva, analisando-se frequências e tendências. Percebeu-se, então, que se poderia alcançar a totalidade, apreender o concreto a partir dos pressupostos do materialismo dialético, a superação através da unidade dos contrários: quantidade e qualidade.

Analisando o movimento metodológico utilizado nesse estudo, percebeu-se o movimento próprio da dialética, no sentido da totalidade do fenômeno que incluía um grande número de dados, com diversidades oriundas da profundidade da análise de conteúdo de 30 entrevistas, de três escalas que avaliaram sintomas do climatério, a qualidade de vida e os dados sociodemográficos das mulheres pesquisadas. Dessa forma, tendo em vista que a base da análise dos resultados era qualitativa, considerou-se o número total de 30 participantes adequado e suficiente para que os dados pudessem ser analisados de forma a estabelecer uma rede de relações entre eles.

De acordo com Mazza (2010), à luz de uma definição genérica, o *cluster* é um grupo de pessoas, animais, plantas, coisas, atividades, entre outros, que têm semelhanças entre si e variam juntas. O conceito sugere a idéia de acoplamento, união, agregação, integração. Assim, ao procedermos a esse tipo de análise fatorial, conseguimos aprofundar a análise qualitativa desenvolvida, pois os *clusters* são definidos em função das semelhanças e correspondências dos significados e sentidos identificados entre os indivíduos da amostra, na análise do discurso. Ou seja,

cada agrupamento (ou *cluster*) representa um conjunto de indivíduos com graus próximos em relação aos aspectos investigados na pesquisa/intervenção.

Não nos interessa o peso do fator, como seria numa análise estatística fatorial por correspondências múltiplas *tradicional*, mas sim a qualidade que está presente por trás dos fatores aglutinadores. Utilizamos a técnica como recurso para agrupar os sujeitos participantes da pesquisa, que apresentam similaridades não só de discurso mas em vários aspectos investigados tanto quali quanto quantitativamente. É esse conjunto que expressa uma qualidade própria, o significado e os sentidos buscados na investigação, que receberá um *nome temático* indicador da problemática pesquisada, articulando assim teoria e prática

O agrupamento ou *cluster* obtido por esse método integra esses dois tipos de dados e nos permite aprofundar a análise qualitativa dos discursos, oferecendo o contexto no qual se inserem. Em geral, na maioria das vezes, essa análise produz dois ou mais *clusters*. Essa proposta analítica visa superar a falsa dicotomia quantidade e qualidade, numa perspectiva do materialismo dialético. É aqui que ocorre o salto qualitativo ou superação da contradição quantidade x qualidade.

Os resultados obtidos a partir da análise do discurso originaram uma grande quantidade de dados qualitativos: 62 núcleos de significação extraídos da análise das entrevistas. Os núcleos obtidos foram: significados de estar no climatério; significados relativos ao próprio envelhecimento; significado da idade para a sociedade; significado da idade para a mulher; autoestima; sexualidade; entrevista como desencadeadora de reflexões pessoais; narcisismo; transitoriedade; e efemeridade. Como exigência metodológica, os pesquisadores buscaram apreender as contradições presentes nos discursos das mulheres, dessa forma esses núcleos contemplavam tanto aspectos considerados positivos como negativos. Para uma visão dos significados envolvidos em cada núcleo veja Quadro I.

Quadro 1 – Núcleos de significados encontrados a partir da categoria analítica contemporaneidade.

Significado de estar no climatério	
Positivo: Processo normal de desenvolvimento	Negativo: aparecimento de sintomas do climatério e sentindo-se assustada.
Significado relativos ao próprio envelhecimento	
Positivo: acúmulo de conhecimento e Evolução natural da vida	Negativo: medo da dependência; Perda do vigor; medo do futuro.
Significado da idade para a sociedade	
Positivo: maturidade; sucesso profissional; boa aparência; papel de mãe	Negativo: desvalorização por envelhecer; desvalorização pela diminuição da função; preconceito; invisibilidade social.
Significado da idade para a mulher	
Positivo: maturidade e experiência	Negativo: envelhecimento; estranhamento de si mesma; esvaziamento da função materna.
Auto estima	
Positivo: valorizada no trabalho, profissão; pelo companheiro; pela aparência; pela família e pela disposição.	Negativo: desvalorizada pelo companheiro; sentimento de desvalorização em relação à aparência.
Sexualidade	
Satisfeitas sexualmente: melhora na qualidade/ intensidade da relação; entende melhor a própria sexualidade; maior intimidade consigo mesma e com o parceiro.	Insatisfeitas sexualmente: sem atividade sexual; dificuldade no relacionamento conjugal interferindo na sexualidade; diminuição do desejos.
Entrevista como desencadeadora de reflexões pessoais	
Narcisismo	
Não afetadas pelo narcisismo	Afetadas nos seguintes aspectos: perda da juventude; perda da beleza; mudança da aparência
Transitoriedade	
Afetadas Positivamente: desafios e possibilidades de aprendizagem; prazer em consumir; avanço da tecnologia	Afetadas Negativamente: tensão e insegurança; dificuldade de se adaptar, de acompanhar o ritmo das mudanças; incomodada pela mídia, pelo apelo ao consumo.
Efemeridade	
Afetada Positivamente	Afetadas Negativamente: valorização de coisas passageiras, fragilidade dos relacionamentos; descontrole do tempo, superficialidade do conhecimento; cultura do descartável; consumismo e sensação de vazio.

O conjunto de resultados apontou duas direções: de um lado, dados sobre processos de significação e de sentido (González Rey, 2003; Bock e Gonçalves, 2009), a partir da singularidade dos sujeitos que compunham a amostra; e de outro, dados numéricos que os colocavam em determinada posição e referência junto à padronizações de sujeitos submetidos às mesmas escalas quantitativas. Esse material era composto do discurso de 30 mulheres, que resultou em 1.806 conjuntos de frases (correspondentes aos núcleos de significação, descritos no Quadro I), às quais foram adicionadas mais 330 respostas resultantes dos dados quantitativos aferidos pelo MRS, além de outras 240 resultantes dos índices de qualidade de vida (SF-36), perfazendo um total de 2.376 dados a serem analisados.

Percebia-se, claramente, que um movimento dialético de superação da contradição quantidade x qualidade emergia como solução metodológica. Nesse sentido, encontrou-se a posição de vários autores, que escrevem sobre metodologia e apontam para a falsa dicotomia entre quantidade e qualidade, que são na realidade um continuum compondo uma totalidade (Demo, 1985 e 2000; Mazzotti e Gewandsznajder, 1998; González Rey, 1999).

González Rey (1999) ressalta que, no campo da Psicologia, trabalhar com questões da subjetividade faz com que se avance na direção do desenvolvimento da produção de alternativas metodológicas diferenciadas.

Vejamos como aprofundamos a análise dos discursos das mulheres, como apontado no Quadro 1, pois tais discursos continham aspectos contraditórios. Por exemplo, no tema *Significados de estar no climatério*, apareciam, ao mesmo tempo, aspectos positivos (processo normal de desenvolvimento) e aspectos negativos (aparecimento de sintomas do climatério e sentindo-se assustada), que também se expressavam nos resultados das escalas (por exemplo, aumento e diminuição de sintomas climatéricos; qualidade de vida afetada ou não por sintomas, bem estar, funcionalidade).

Emergiu então a seguinte questão: como agrupar as mulheres com discursos aparentemente semelhantes que não seguissem somente as impressões das pesquisadores? Essa questão foi geradora e norteadora na

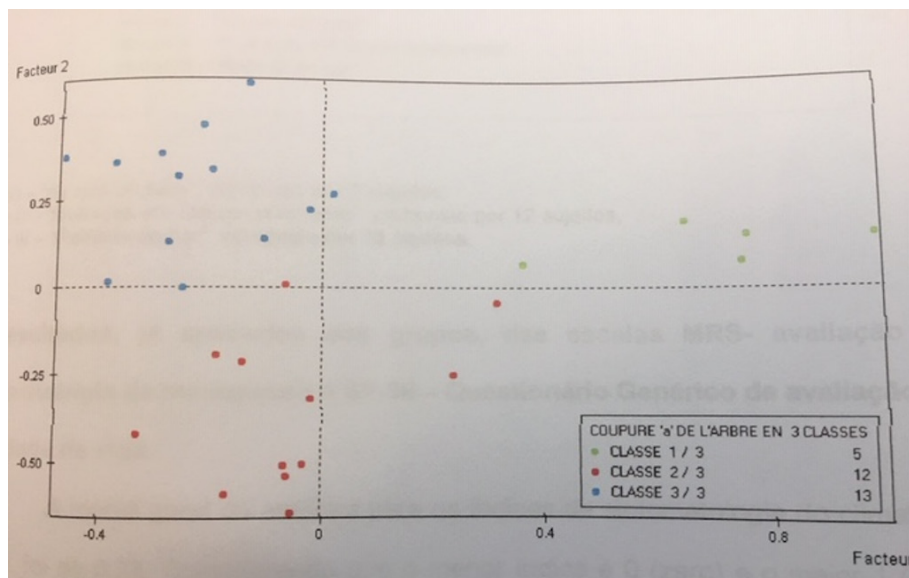
busca de possibilidades de análise que dessem corpo e visibilidade aos pressupostos do materialismo histórico e dialético, o qual foi tomado como pressuposto no estudo do climatério na contemporaneidade.

Ao se optar pela análise multifatorial de todos os dados obtidos, obtiveram-se arranjos, nos quais as semelhanças e as diversidades qualitativas puderam ser contempladas, pois os agrupamentos eram das participantes da pesquisa e não das variáveis ou dimensões estudadas. Aqui utilizou-se a análise estatística buscando os participantes da pesquisa que apresentavam qualidades semelhantes; não foram buscados fatores, como seria o esperado em uma análise multifatorial. Com essa mudança de olhar, o resultado da evidência estatística explicitou grupos com base na preponderância de mulheres (participantes do estudo) agrupadas por certas qualidades, formando três grupos distintos de mulheres, nomeados após análise das qualidades que as agrupavam em: “mulheres que choram”, “mulheres em desenvolvimento” e “rainhas do lar”. Os temas, núcleos de significado associados aos dados quantitativos das escalas, aglutinadores das mulheres foram: atitudes positivas frente à vida; família; investimentos em qualidade de vida; ter objetivos e planos; trabalho; parceiro; amigos e vida social; religiosidade; capacidade de adaptação.

A partir dessa aglutinação, o próximo passo foi analisar o significado das qualidades que agrupavam as mulheres e responder ao objetivo da pesquisa: apreender os significados e sentidos atribuídos à vivência do climatério. Uma visualização do resultado desse processo de aglutinação aparece na Figura 1 - “Nuvem de Pontos”, com a aglutinação das mulheres em três grupos.

O agrupamento das mulheres nas 3 perspectivas foi pensado na seguinte forma:

Grupo I - “*Mulheres que choram*”: A configuração desse grupo de mulheres aponta para uma vulnerabilidade emocional, decorrente de poucos investimentos afetivos, que se refletem em insatisfações pessoais, com reflexo nas áreas familiar e profissional, quando ela existe. Percebeu-se certo sofrimento no enfrentamento dessa etapa da vida. Apresentaram-se resistentes ao novo, com pouca flexibilidade para suportar mudanças e com dificuldades para desenvolver projetos de vida compatíveis e factíveis.



Legenda: Cor Verde: grupo I -As que choram = 5 participantes⁹

Cor vermelha: grupo II -Mulheres em desenvolvimento = 12 participantes

Cor azul: grupo III - Rainhas do Lar= 13 participantes

Figura 1 – Nuvem de Pontos, com a aglutinação das participantes em três grupos de acordo com suas qualidades em relação ao climatério

Os aspectos contemporâneos pareceram ser um complicador a mais nas vivências relativas ao climatério, agravando as questões dessa fase da vida. Em comparação aos outros grupos de mulheres, foram as que apresentaram sintomas mais expressivos, níveis de qualidade de vida comprometidos e adoecimentos psicossomáticos. Os dados demográficos desse grupo se mostraram bastante variados: não há predominância de uma faixa etária específica; são mulheres com idades entre 47 e 53 anos, com maior número de mulheres menopausadas. O grau de escolaridade variou do nível médio ao 3º grau, a faixa de renda foi de R\$ 1.200,00 a

9 “As que choram” foram o menor grupo e apresentou maiores fatores de morbidade para a sintomatologia do climatério, com comprometimento do nível de qualidade de vida: refletem as condições da materialidade, onde o número de mulheres com adoecimentos são em menor número.

acima de R\$ 2.400,00. A composição familiar abriga mulheres casadas com filhos e uma solteira sem filho. Portanto, os dados demográficos que se distribuíram de forma eclética, parecem não interferir na configuração desse grupo. O que pareceu ser o fator preponderante é a dinâmica da construção da vida dessas mulheres.

Do ponto de vista dos aspectos contemporâneos que se pretendeu investigar, esse grupo de mulheres mostrou-se afetado pelos três fatores contemporâneos investigados, ou seja, o narcisismo, a transitoriedade e a efemeridade. Quanto aos aspectos narcísicos, as mulheres desse grupo apontaram um ressentimento em relação à constatação de perdas narcísicas como perda de beleza e da juventude, vivenciadas como feridas narcísicas. Percebeu-se um sofrimento psíquico atado ao estranhamento de si mesma no encontro com a própria imagem.

Grupo II - “Mulheres em Desenvolvimento”: O que é mais marcante e peculiar na configuração desse grupo é que são mulheres que se mostraram abertas para o novo, para as mudanças contemporâneas e novas experiências. Percebeu-se uma plasticidade emocional que as ajuda a fazer o enfrentamento dessa fase da vida, de forma a encarar a novidade transitória como um desafio, que promove aprendizagem e crescimento pessoal.

Com isso, aproveitam o capital psíquico adquirido ao longo da vida, para viverem essa fase promovendo realizações pessoais, traçando projetos pessoais factíveis, indo ao encontro da realização de seus potenciais. O fato da grande maioria ter nível educacional superior, pode indicar para esse grupo que a educação pode contribuir ou ser um facilitador na apreensão do mundo. Não foi um aspecto preponderante, mas pode ser um indicador a mais a ser pesquisado na história de mulheres no climatério.

Todas as participantes do grupo disseram exercer atividade profissional, com nível de renda familiar acima de R\$ 2.400,00. O estado civil é variado, englobando mulheres casadas, separadas e uma solteira. A faixa etária é bastante ampla, envolvendo mulheres com idades que vão dos 40 aos 53 anos tendo participantes que ainda menstruam e outras que já se encontram na menopausa. Com relação aos três aspectos investigados, esse grupo mostrou-se afetado pelas questões contemporâneas. Do ponto

de vista dos aspectos narcísicos, essas mulheres partiram de reflexões, analisando tanto posições subjetiva, quanto aspectos globais da inserção feminina, na sociedade atual.

Ressaltaram que existe uma desvalorização do envelhecimento associado à mulher de meia idade. Perceberam e apontaram a ideologia narcísica da atualidade na constatação da valorização da aparência, juventude e beleza.

A análise crítica e realista da imagem da figura climatérica na sociedade atual parece não influenciar negativamente na autoimagem. Nesse sentido, apresentaram-se com autoestima positiva, sentindo-se valorizadas em relação à boa aparência e ao reconhecimento de um exercício profissional competente.

O fato de analisarem esse período da vida como um saldo positivo, não significou que não se sentissem afetadas com a percepção da perda da beleza e da juventude. No entanto, tais percepções não foram traduzidas como impossibilidades. Afirmaram reagir à constatação da realidade das perdas narcísicas, lançando mão da tecnologia existente no campo da estética para protelar o envelhecimento.

É interessante notar que a faixa etária dessas mulheres é eclética, variando de 40 a 53 anos, englobando mulheres que estão no início do climatério, na pré-menopausa e já menopausadas. Esse dado aponta para a supremacia das vivências e construções subjetivas, em relação às previsões de degenerescência e desconfortos, relativas às perdas hormonais. Também desmistifica estereótipos relacionados à idade e às mulheres já menopausadas, como depressivas e improdutivas.

Se considerarmos que são mulheres em pleno exercício de atividade profissional, evidencia-se a importância do exercício e do reconhecimento de uma função social plena. Esses aspectos aparecem refletidos em autoestima positiva, e na percepção e avaliação de uma boa qualidade de vida.

Grupo III - “Rainhas do Lar” - as participantes desse grupo foram alinhadas por sua principal qualidade, ou seja, de estarem identificadas com os papéis de mãe e dona de casa, compondo a configuração de “Rainha do Lar”. A ideia de “Rainha do Lar” para essas mulheres é corroborada pelos dados demográficos do grupo: todas possuem filhos, mais da

metade são donas de casa e a maioria não fez curso universitário. A renda familiar acima de R\$ 2.400,00, apareceu com um pequeno predomínio. A faixa etária é eclética, vai dos 42 aos 55 anos, evidenciando que não só as mulheres mais velhas, atendem às expectativas de “Rainha do Lar”.

Nesse sentido, a função materna é exercida em plenitude, mediante cuidados com a família nuclear e também com netos, traduzindo a ideologia da valorização do papel de mãe, como fundante do feminino (Kahhale, 2003).

Em relação aos aspectos narcísicos, a autoestima dessas mulheres mostrou estreita relação com a percepção de serem valorizadas pela família e pelo companheiro, indicando a importância do universo familiar. Como aspecto positivo de valorização social das mulheres na meia idade, ressaltaram a maturidade, em uma atitude de conformismo, demonstrando aceitação, tanto da inexorabilidade do tempo, quanto do ideal esperado pela sociedade para essa parte da população feminina, lembrando a ideia de Foucault (1986) de histerização do corpo feminino.

Quanto aos aspectos negativos apontados pela sociedade para essa faixa etária, enfatizaram o preconceito que existe em relação à capacidade de trabalho da mulher madura, associado à improdutividade do envelhecimento. Tais aspectos foram salientados, principalmente, pelas mulheres que não exercem uma profissão.

Quando em virtude da constatação de esvaziamento de sua função social, sentido principalmente em relação à emancipação dos filhos, relataram ir em busca de realizações profissionais e encontraram barreiras para o alcance desses objetivos.

Considerações finais

O presente trabalho objetivou possibilitar ao leitor reflexões sobre o processo da construção do trabalho, desmistificando a rigidez sobre o distanciamento do pesquisador frente à realidade objetiva. Todos os cuidados foram tomados para que a produção de significados fosse sendo construída a partir do discurso das mulheres entrevistadas; porém, em

alguns momentos, os pesquisadores não puderam se furtar de identificarem-se com as participantes e situações relatadas. Essa posição encontra eco em Maturana (2005) e González Rey (2005), para quem a realidade só se configura a partir do olhar do observador que a decifra através de sua estrutura interna, no momento que a vivencia. Há uma troca interativa entre o observador e a realidade observada.

Nesse processo de construção de conhecimento em direção aos objetivos propostos, havia uma impressão inicial de que as questões contemporâneas fossem tão insidiosas que causariam adoecimentos. Tal hipótese não era de todo descabida, porque foi encontrada em duas mulheres. No entanto, à medida que a pesquisa avançava, essa ideia foi dando lugar à construção de um novo paradigma, em que as questões contemporâneas também eram promotoras de um desenvolvimento criativo, posição oposta às possibilidades de morbidade e adoecimento. Com isso, a experiência foi enriquecida com desvelamentos e identificações que possibilitaram um avanço em seus processos de conhecimento e autoconhecimento.

A abordagem qualitativa, para a apreensão do climatério como caso a ser estudado, possibilitou dar à interpretação dos dados uma função heurística, engendrando novas redes de significados e de categorias. Vale salientar que o fato da amostra ter sido composta por trinta participantes é bastante representativo para uma pesquisa qualitativa, tendo possibilitado também o emprego de tratamento estatístico, mediante utilização da análise multifactorial para construção de *clusters*, redimensionando a totalidade, na formação dos grupos.

A devolutiva feita de maneira informal a duas participantes que se identificaram adequadamente à configuração do grupo onde estavam alocadas, pode ser indicativa da adequação dos resultados obtidos em relação aos dados da realidade. Portanto, as novas configurações resultantes desse estudo de caso apontam para possibilidades de equivalência qualitativa, transferibilidade, consistência e confirmabilidade conceitual (Mazzotti e Gewandsznajder, 1998).

É importante ressaltar que a utilização conjunta da análise fatorial e da análise de *clusters* permitiu revelar tanto as semelhanças quanto as

diferenças entre as mulheres pesquisadas, além da formação de grupos de forma não arbitrária ou tendenciosa, baseada nas impressões das pesquisadoras. Com isso, a aglutinação das participantes pôde contemplar a totalidade na diversidade, possibilitando o aprofundamento da interpretação qualitativa dos dados. Por meio da análise qualitativa dos dados, o olhar do pesquisador vai para além do fator que se expressa quantitativamente, recuperando e criando possibilidades de sentidos heurísticos que ultrapassam o valor estrito, expresso pelo dado coletado. Dessa forma, pode-se avançar para a tessitura de novas redes de significados.

O que se quis demonstrar é que há possibilidades criativas de utilização metodológica que abarque temas contendo uma complexidade determinada pelo imbricamento de diversas áreas do conhecimento. No caso da pesquisa *O Climatério na Contemporaneidade*, a criação de um caminho metodológico original, baseado no materialismo histórico e dialético, pôde contemplar tanto a diversidade quanto a totalidade do fenômeno, demonstrando que qualidade-quantidade e objetividade-subjetividade são duas faces de uma mesma moeda, uma relação dialética. É um caminho promissor que pode ser trilhado em diferentes trabalhos de pesquisa.

Referências

- AGUIAR, Wanda (2001). Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio Histórica. In. BOCK, Ana, GONÇALVES Maria da Graça e FURTADO, Odair. (Orgs.) *Psicologia Sócio Histórica; uma perspectiva crítica em Psicologia* (pp. 95-110). São Paulo, Cortez.
- AGUIAR, Wanda; OZELLA, Sergio (2006). Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- BAUDRILLARD, Jean (1995). *A sociedade do consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa, Edições 70.
- BOCK, Ana e GONÇALVES, Maria da Graça (2009). *A dimensão subjetiva da realidade*. São Paulo, Cortez.

- BOCK, Ana, GONÇALVES Maria da Graça e FURTADO, Odair (2001). *Psicologia Sócio Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo, Cortez.
- CHEPTULIN, Alexandre (1982) – *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega.
- CONNOR, Steven (1993) *Cultura pós-moderna; introdução às teóricas do contemporâneo*. São Paulo, Ed. Loyola. 2a. ed.
- DEBORD, Guy (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DEL PRIORE, Mary (2000). *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo, Editora Senac.
- DEMO, Pedro (1985). *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo, Atlas.
- DEMO, Pedro (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo, Atlas.
- ESPER, Elisa (2005) *O Climatério na Contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- FOUCAULT, Michel (1986). *La Voluntad de saber*. México, Siglo Vinteuno.
- GONÇALVES, Ana (1981) A saúde e a população: contribuição para o entendimento deste binômio em nosso meio. *Ciência e Cultura*, 33(11), 1425-1429.
- GONÇALVES, Maria da Graça e BOCK, Ana (2003). indivíduo sociedade: uma relação importante na psicologia social. In: BOCK, Ana (Org.), *A perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 41-99.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (1999). *La Investigación Cualitativa en Psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo, EDUC.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

- GONZÁLEZ REY, Fernando (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, Pioneira Thomson Leaming.
- HARVEY, David (1996). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HEGG, Roberto, MELO, Nilson e PINOTTI, Mariana (1994). Síndrome do Climatério - conceito, importância e epidemiologia. *Revista Brasileira de Medicina*, 51(3), 327-334.
- ILYENKOV, Evald (1974) – *The universal*. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/ilyenko/works/articles/universal.htm> Acesso: 1 abr. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2004). *Rendimento Médio Real da População da região metropolitana de São Paulo*. Disponível www.ibge.go.br Acesso: 9 de mai. 2004.
- KAHHALE, Edna Peters e ANDRIANI, Ana Gabriela (2002). -A constituição histórica da Psicologia como ciência. In KAHHALE, Edna Peters (Org.) *A diversidade na Psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, pp. 75-96
- KAHHALE, Edna Peters e ROSA, Elisa (2009). A construção de um saber crítico em Psicologia. In BOCK, Ana e GONÇALVES, Maria da Graça (Orgs.), *Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 19-53
- KAHHALE, Edna Peters, CHRISTOVAM, Cynthia, ESPER, Elisa, SALLA, Mara e ANÉAS, Tatiana. (2010). *HIV/Aids: enfrentando o sofrimento psíquico*. São Paulo, Cortez.
- KAHHALE, Edna Peters PEIXOTO, Madalena e GONÇALVES, Maria da Graça. (2002). A produção do conhecimento nas revoluções burguesas: aspectos relacionados à questão metodológica. In: Kahhale, Edna Peters (Org.), *A diversidade na Psicologia: uma construção teórica* São Paulo, Cortez, pp. 17-74.

- KAHHALE, Edna Peters (2003). Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In BOCK, Ana (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 161-191.
- KAHHALE, Edna Peters (2004). Subjetividade e transformação social. In WANDERLEY, Mariangela e CASTANHO e OLIVEIRA, Isaura (Orgs.), *Trabalho com famílias: textos de apoio* (Vol 2, pp. 99-109). São Paulo, IEE-PUCSP.
- LAZNIK. Marie-Christine (2003). *O Complexo de Jocasta: a feminilidade e a sexualidade sob o prisma da menopausa*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud.
- LIPOVETSKY, Gilles (1983). *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Gallimard.
- LIPOVETSKY, Gilles (1990). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Barcelona, Anagrama.
- LYOTARD, Jean-François (1986) *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio.
- MATURANA, Humberto (2005) *Las contribuciones de Humberto Maturana a las Ciencias de la Complejidad e a la Psicología*. Disponível www.inteco.cl/articulos/005. Acesso: 20 de fev. 2005.
- MAZZA, Solange (2010). *Estresse, coping e qualidade de vida do trabalhador*. Dissertação de Mestrado, Programa Pós graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves e GEWANDSZNAJDER, Fernando (1998). *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo, Pioneira.
- PEIXOTO Madalena Guasco (1998) – *A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia*. São Paulo, EDUC.
- RENNÓ Jr, Joel . (2002). Estudo randomizado duplo cego de avaliação dos efeitos de terapia de reposição estrogênica sobre funções cognitivas e psicomotoras em mulheres menopausadas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, SP.
- SANTOS, Jair (2000). *O que é pós-modernismo* (21ª ed.). São Paulo, Brasiliense.

- TOFFLER, Alvin (1970). *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro, Record.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (2007). *Filosofia da práxis* (M. Moya, Trad.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo, Expressão Popular. (Original publicado em 1967)
- VYGOTSKI, Liev Semionovich (1991). *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes. (Original publicado em 1962)
- VYGOTSKI, Liev Semionovich (1996). *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo, Martins Fontes. (Original publicado em 1982)
- ZANELLA, Andréa Vieira (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 127-135.

A PESQUISA EM FENOMENOLOGIA: UMA INTRODUÇÃO

IDA ELIZABETH CARDINALLI

*A fenomenologia não é nenhum movimento,
naquilo que lhe é mais próprio.
Ela é a possibilidade do pensamento – que periodicamente
se transforma e somente assim permanece – de corresponder
ao apelo do que deve ser pensado.
(Heidegger, 1983, p. 301)*

Neste capítulo será destacada a explicitação filosófica sobre a fenomenologia de Edmund Husserl e Martin Heidegger e seus desdobramentos na pesquisa fenomenológica. Assim, após a apresentação da posição de cada um dos filósofos, faremos uma caracterização do método de pesquisa fenomenológica, com base nas ideias husserlianas e do método de pesquisa fenomenológico hermenêutico existencial, orientado pelo pensamento heideggeriano.

Edmund Husserl é considerado o pai da Fenomenologia e do método fenomenológico. Os outros filósofos, que utilizam esse termo, se por um lado reconhecem-lhe a paternidade, ao mesmo tempo introduzem modificações na definição e no estabelecimento do método fenomenológico. Assim, no âmbito filosófico, encontramos diferenças nas conceituações da fenomenologia, como as apresentadas por Edmund Husserl (1859-1938),

Martin Heidegger (1889–1976), Jean-Paul Sartre (1905–1980) ou Merleau-Ponty (1908-1961). Do mesmo modo, podemos perceber que a pesquisa fenomenológica também revela proposições diversas, de acordo com o pensamento filosófico em que as proposições estão baseadas, seja na definição de seus objetivos, seja no modo como realizá-las, como mostram Martins e Bicudo (1994), Bruns e Holanda (2001) e Moreira (2002) ao descreverem as diversas modalidades de pesquisa em fenomenologia.

Lembramos que as primeiras aproximações da fenomenologia com o estudo dos fenômenos humanos se deram na investigação das doenças intituladas “psíquicas ou mentais”, a qual foi denominada de Psiquiatria ou Psicopatologia Fenomenológica¹. Consideramos que o tratado Psicopatologia Geral, publicado em 1913 por Karl Jaspers, foi a primeira aplicação da fenomenologia husserliana para a compreensão das patologias mentais. Assim, Jaspers pode ser apontado como o primeiro estudioso a se basear na fenomenologia para o estudo das formas de adoecimento mental, mesmo assumindo apenas em parte o método fenomenológico husserliano, uma vez que utiliza somente o caráter descritivo da fenomenologia.

Eugène Minkowski, Victor Emil Von Gebsattel, Ludwig Binswanger e Medard Boss, entre outros, deram continuidade ao desenvolvimento da psiquiatria fenomenológica, aplicando primeiramente o pensamento husserliano e, posteriormente, o heideggeriano em suas pesquisas. Os trabalhos de Minkowski, no esclarecimento de patologias como a depressão e esquizofrenia, consideram o pensamento de Henri Bergson, além da fenomenologia husserliana. Também Gebsattel e Binswanger, em suas primeiras investigações sobre as doenças mentais, basearam-se na fenomenologia husserliana e, após a publicação de *Ser e Tempo* em 1927, recorreram às explicitações de Martin Heidegger sobre o existir humano como *Dasein* (*ser-ai*). Posteriormente, encontramos os estudos de Boss,

1 No artigo “A psiquiatria fenomenológica: um breve histórico” na revista da ABD no. 11 é possível encontrar um maior detalhamento destas proposições.

que igualmente procura aproximação do pensamento heideggeriano para a compreensão das maneiras sadias e patológicas do existir humano e, especialmente, para pensar a psicoterapia.

Podemos verificar, desse modo, que, já há bastante tempo, estudiosos do campo da psiquiatria buscaram as explicitações do ser humano e do método fenomenológico de aproximação e investigação dos fenômenos humanos, particularmente os patológicos, para a elaboração de suas teorias sobre psicopatologia.

Cada um desses estudiosos desenvolveu um pensamento próprio e específico sobre o fenômeno da saúde e das doenças psiquiátricas, mas os estudos mostram também alguns pontos de convergência (conforme já indicamos em trabalho anterior) que, de um modo geral, permanecem nas pesquisas fenomenológicas mais recentes:

1. A busca de fundamentos filosóficos mais pertinentes à compreensão do ser humano e das patologias humanas do que as oferecidas pelo modelo da Ciência Natural;
2. O questionamento do modelo explicativo causal para o estudo dos fenômenos humanos;
3. A consideração de que a posição fenomenológica oferece elementos para o esclarecimento e a descrição das experiências dos pacientes;
4. A procura da descrição do que é vivido e experienciado pelo próprio paciente. (Cardinalli, 2012, p. 29)

Edmund Husserl

O pensamento filosófico

No livro *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, Husserl discute longamente a crise da ciência europeia e da cultura, uma vez que ressalta que “na segunda metade do século XIX, toda a visão de mundo do homem moderno se deixou determinar pelas ciências positivas” (Husserl, 2012, p. 3). Ele não questiona o caráter de cientificidade da ciência positiva, mas sim o fato de ficar indiferente às questões decisivas para uma humanidade genuína.

O filósofo problematiza se o mundo e a existência humana podem ter sentido, “se as ciências só admitirem como verdadeiro aquilo que é [deste modo] objetivamente verificável” (ibid., p. 4). Ou seja, questiona as posições teóricas de sua época, ao considerar que elas não podem oferecer os fundamentos para a teoria do conhecimento, denominando essas tendências como naturalismo e psicologismo.

Em relação ao naturalismo, Husserl objeta a que apenas o empírico (ou físico) seja considerado real, naturalizando toda a realidade para “torná-la uma realidade física” (Giles, 1989, p. 61). Nesse sentido, salienta que, além de desconsiderar a diferença entre sujeito e objeto, todos os fenômenos humanos são pensados como fenômenos da natureza, conforme Chauí resume:

tudo é objeto natural ou físico; a consciência é uma expressão vaga que costuma atribuir a eventos físico-fisiológicos ocorridos no cérebro e no sistema nervoso; [...] os conceitos e leis científicas são generalizações abstratas [...]; os conceitos de sujeito, objeto consciência, coisa, princípio, causa, efeito, etc. só têm sentido quando reduzidos a entidades empíricas observáveis, [...]. (1996, p. 6)

Em relação à Psicologia, o pensador considera que ela tem uma tendência ao psicologismo, pois como uma ciência empírica não pode responder ao problema fundamental da teoria do conhecimento, que é como alcançar a objetividade. Desse modo, Husserl questiona a Psicologia de sua época, que pretende oferecer os fundamentos à teoria do conhecimento (associacionismo, estruturalismo, etc.). Além disso, o pensador salienta que essas teorias não discriminam a especificidade de seu objeto de estudo, ao tratá-lo como objeto físico e ao confundir a descoberta das causas exteriores de um fenômeno com a natureza do próprio fenômeno.

Lembramos que o objetivo do pensador é dar consistência científica à Filosofia e, por meio dela, a todas as ciências. A fenomenologia, para Edmund Husserl, visa ao esclarecimento dos fundamentos do conhecimento, ou seja, busca a explicitação daquilo que possibilita o conhecer. Através das noções de intencionalidade, consciência intencional,

intersubjetividade e redução fenomenológica, o filósofo desenvolve a fenomenologia transcendental, ao elucidar a essência da consciência, isto é, aquilo que permite o conhecer ou o conhecimento do homem.

O projeto fenomenológico husserliano define a estrutura da consciência como intencionalidade, ou seja, a consciência sempre visa a algo ou é consciência de algo. Desse modo, a consciência intencional permite a superação da oposição entre realismo e idealismo, entre sujeito e o objeto, a consciência e o mundo.

Para se compreender a passagem da região mundo para a região da consciência, é necessário situar a redução fenomenológica ou *epoquê*. “A redução, diz Husserl, suspende a ‘tese natural do mundo’” (Chauí, 1996, p. 10). A atitude natural é a atitude cotidiana, que acredita que as teses do mundo e as coisas são como são vistas. O filósofo explicita dois níveis de redução: a redução eidética, que procura destacar as essências ou significados e a redução transcendental que a visa ao esclarecimento da essência da consciência.

A unidade entre o *ato de conhecer* e o *objeto* que é conhecido encontra, na fenomenologia - “da consciência enquanto manifestação de si mesma e das significações objetivas, a possibilidade de instauração da ‘filosofia como ciência rigorosa’”. (Chauí, 1996, p. 8)

O termo fenomenologia significa o estudo dos fenômenos. A palavra *fenômeno* origina-se da expressão grega *faíno – menon* e, por sua vez, *faíno* deriva do verbo *faínestai*, que significa mostrar-se a si mesmo, trazer, à luz, aquilo em que algo pode tornar-se manifesto, visível em si mesmo. Assim, fenômeno é aquilo que se mostra em si mesmo, o manifesto. Ao mesmo tempo, é algo que se mostra sempre situado e para alguém. Portanto, o fenômeno refere-se a algo tal como se mostra para alguém, diferentemente de *fato*, que se refere a aquilo que pode se tornar objetivo e estudado como objeto da ciência. Desse modo, podemos dizer que a proposta básica da fenomenologia é ‘*a volta às coisas mesmas*’.

O método de pesquisa com base no pensamento husserliano

Como já foi mencionado anteriormente, estudiosos da área da Psiquiatria perceberam, na proposição husserliana, elementos para estudar os fenômenos humanos, não mais fundamentados nas Ciências Positivas e, sim, nas características específicas ao existir humano.

Quando a fenomenologia husserliana é aplicada a esse campo, é transposto o seu princípio metodológico para o estudo de fenômenos específicos da experiência cotidiana do homem. Assim, procura-se observar cada fenômeno tal como ele é ou se manifesta e somente como ele se manifesta. O observador faz uma redução eidética, pondo o mundo entre parênteses, ou seja, exclui qualquer juízo prévio de valor sobre o fenômeno em questão e esforça-se para suprimir a distinção entre o objeto e o sujeito. Nessa perspectiva, a descrição do fenômeno adquire grande destaque, visando ao aparecimento dos elementos que não estão aparentes, e o surgimento das nuances e da riqueza presente no fenômeno estudado.

Entre os primeiros pesquisadores que apresentam metodologias de pesquisas em fenomenologia, destacamos Amadeo Giorgi², da Universidade de Duquesne, Pensilvânia, Estados Unidos. No Brasil, mais especificamente na PUC/SP, o Prof. Joel Martins, professor do Programa de Pós Graduação de Psicologia da Educação, ao lado de outros pesquisadores, como Maria Aparecida Bicudo, elaboraram uma metodologia de pesquisa, desenvolvendo uma maneira nova de fazer pesquisa qualitativa baseada na fenomenologia. Essa proposta metodológica foi publicada no livro *A pesquisa qualitativa em Psicologia*, em 1988, em sua 1ª. edição. Na PUC/SP, tivemos também Yolanda Forghieri e a Heloisa Szymanski, que desenvolveram trabalhos importantes nesse campo. Assim, vemos que a aplicação das ideias filosóficas da fenomenologia husserliana para a pesquisa qualitativa não é recente no Brasil. Forghieri (1993) e Martins e Bicudo (1994) apresentaram proposições sobre como desenvolver a

2 Cf GIORGI, Amadeo (2009). *The Descriptive Phenomenological Method in Psychology*.

pesquisa qualitativa baseada no pensamento fenomenológico, tendo em vista a descrição do modo como o participante da pesquisa vivenciava o fenômeno estudado.

Para Forghieri (1993), as situações vivenciadas possuem significados e sentido que estão relacionados à maneira de existir de alguém. Ao mesmo tempo, a pesquisadora considera que é necessário buscar as informações da própria pessoa para esclarecer a sua experiência, uma vez que, para ela, o sentido é compreendido como uma experiência íntima que escapa da observação do pesquisador.

Martins e Bicudo (1994) esclarecem que a pesquisa qualitativa requer que o fenômeno a ser estudado seja situado. Para eles, a pesquisa qualitativa pode compreender o peculiar e o específico do fenômeno, quando o investigado é compreendido em seu contexto vivencial, isto é, como está vivenciando cada fenômeno.

Acompanhando Joel Martins e Maria Aparecida Bicudo, a pesquisa fenomenológica pode ser caracterizada da seguinte maneira:

1. O pesquisador tem dúvidas ou perguntas e não problemas. Assim, ele procurará interrogar o fenômeno e não procurará a solução para um problema.

2. O foco da pesquisa é o *fenômeno* e não o *fato*. Fato é aquilo que pode tornar-se objetivo, que corresponde ao estudo relativo à ciência natural. Fenômeno é algo que se mostra e é sempre situado. Por exemplo: a experiência de alguém, que é situada num mundo vivido.

3. A pesquisa fenomenológica focaliza o fenômeno tal como ele se apresenta na vivência de alguém, isto é, como ele é vivido. Assim, a pesquisa fenomenológica, de um lado, prescinde de um referencial explicativo a priori sobre o fenômeno e, de outro, através da redução fenomenológica, faz um esforço sistemático para suspender as crenças sobre a realidade estudada, o que inclui as crenças do próprio investigador.

4. O pesquisador procura reavivar o fenômeno, tornando-o passível de experiência. Isto é, fazer reviver, tornar vivo, torná-lo passível de experiência.

5. Pretende tematizar o objeto de estudo através de um estudo sistemático de um assunto, ou seja, procura estabelecer ou localizar o assunto sobre o qual vai dissertar.

6. A pesquisa não pretende a explicitação das causas, pois busca a compreensão do fenômeno, procurando ver e descrever o modo peculiar do existir de alguém.

7. Em relação à generalização, a pesquisa fenomenológica não pretende estabelecer uma verdade única e universal por meio de dados quantitativos; ao contrário, questiona essa posição, uma vez que considera que o conhecimento é relativo e situado a um contexto, a uma época e aos participantes específicos. (Martins e Bicudo, 1994, pp. 75-78)

Martin Heidegger

O pensamento filosófico

Martin Heidegger destaca, no seu texto *Meu Caminho Para a Fenomenologia*, que aprendeu o ver fenomenológico através de um exercitar contínuo. Heidegger esclarece que Husserl, seu mestre, “exigia tanto a renúncia a todo uso não crítico de conhecimentos filosóficos como impunha não trazer-se, para o diálogo, a autoridade dos grandes pensadores” (Heidegger, 1983, p. 299).

No decorrer de seus estudos, Heidegger se perguntava como ‘a coisa mesma’ deve ser experimentada, de acordo com o princípio da fenomenologia. “É ela a consciência e sua objetividade, ou é o ser do ente em seu desvelamento e ocultação” (ibid., p. 300). Até que se deu conta de que “o que para a fenomenologia dos atos conscientes se realiza como auto-mostrar-se dos fenômenos [pensamento husserliano] é pensado mais originariamente por Aristóteles [...] como *Alétheia*” (ibid.), ou seja, como desvelamento do que se apresenta, como seu desocultamento e seu mostrar-se. Assim, ao perceber o significado múltiplo dos entes, ele foi levado à questão do ser iluminado pela atitude fenomenológica.

Martin Heidegger, em sua trajetória de pensamento, procurou esclarecer o que significa a palavra ser em diversos textos. No livro *Ser e Tempo*, afirma que a indagação sobre o Ser foi esquecida em toda a história da filosofia ocidental e que a sua elucidação primeiramente

requer focalizar o ser do homem, que ele denomina *Dasein* (*ser-aí*). A denominação *Dasein* destaca que o ser humano é um acontecer (*Sein*) que ocorre no aí (*Da*), ou seja, lançado no mundo³. Nessa obra, portanto, o filósofo desenvolveu a analítica do *Dasein* (*Daseinsanalytik*), que é a explicitação ontológica do ser do *Dasein*, além da *Daseinsanalyse*⁴, que é o esclarecimento dos temas nela indicados.

Em *Ser e Tempo*, ele utiliza a fenomenologia para explicitar uma Ontologia Fundamental, descrevendo detalhadamente os “existenciais” que são ser-no-mundo, ser-com-o-outro, espacialidade, temporalidade etc., que, segundo Nunes, “se resumem na ideia de que o homem, como *Dasein* é um ser-no-mundo, e como ser-no-mundo é temporal e histórico.” (Nunes, 1986, p. 10).

O método utilizado para desenvolver a analítica existencial é intitulado, de forma mais precisa, como fenomenológico hermenêutico, pois o filósofo redefine o método fenomenológico husserliano à luz da hermenêutica. Stein esclarece as diferenças entre o método fenomenológico de Husserl e o método fenomenológico hermenêutico heideggeriana, quando escreve:

Ao invés de pensar, como Husserl e outros filósofos, que diante de nós a realidade se estende à espera da rede de nossos recursos metodológicos que a aprisionem, Heidegger afirma que o homem e o essencial nas coisas tendem para o disfarce ou estão efetivamente encobertos. Por isso, volta-se

3 Para Heidegger, o ser do existir humano como *Dasein* (*ser-aí*) se apresenta sempre como ser-no-mundo, pois ser-no-mundo refere-se às múltiplas maneiras como o homem vive e pode viver ou aos vários modos como ele se relaciona e atua em relação aos entes que encontra e a ele se apresentam.

4 No livro *Seminários de Zollikon* (2009), o filósofo indica também outros dois sentidos para a palavra *Daseinsanalyse*: o primeiro, que designamos *Daseinsanalyse Clínica* em trabalho anterior (Cardinalli, 2012, p. 60) e, o segundo, uma disciplina que ele intitula de *Antropologia Ôntica Daseinsanalítica*, que seria o estudo dos fenômenos humanos situados em um contexto histórico-social específico e orientados pela compreensão do existir humano como *Dasein*.

para o como. [...] trata-se sempre de um empenho para abrir um âmbito em que aquilo que está velado se mostre por si mesmo. É o ser que se deve revelar sob o ente. (Stein, 1983, p. 89)

Stein destaca ainda que o método fenomenológico heideggeriano “exige o passo de volta, para trás dos fenômenos no sentido vulgar, onde se move a lógica, para o âmbito em que o fenômeno no sentido fenomenológico é, antes, aquilo que se oculta” (ibid., p. 87). Ele esclarece que o “fator determinante e individualizador do método fenomenológico é a descoberta que Heidegger fez de que existe um primado da tendência para o encobrimento” (ibid., p. 89).

Heidegger, em sua analítica, esclarece que o que se mantém velado, ou volta a se encobrir ou apenas se mostra sob disfarce “não é este ou aquele ente, mas [...] é o ser do ente” ((2012, p. 121). Elucida, outrossim, que é exatamente porque os fenômenos não se apresentam escancarados que é necessário a fenomenologia para explicitá-los, descrevendo algumas formas de encobrimento do seguinte modo:

Diversos são os modos do possível ser-encoberto dos fenômenos. Em primeiro lugar, um fenômeno pode estar encoberto no sentido de que ainda não foi descoberto: não é conhecido, nem ignorado. Em segundo lugar, um fenômeno pode ter sido de novo encoberto, isto é, esteve antes descoberto, mas voltou a cair sob o encobrimento. Esse encobrimento pode se tornar total, ocorrendo, no entanto, em regra que o antes descoberto é ainda visível, mas só como aparência. (Heidegger, 2012, p. 123)

Colpo, ao refletir sobre o método fenomenológico hermenêutico, esclarece que ele se “move em direção à explicitação do sentido do ser, ou seja, do sentido daquilo que se abriu enquanto compreensão de alguma coisa para o ser-aí.” (2013, p. 112). Ele afirma também que esse método requer que alguns passos metódicos sejam observados, que podem ser sintetizados assim: 1º. deixar o ente ser o que ele é, tal como ele se mostra sem interpretações prévias, seja do senso comum, seja de horizonte teórico e 2º. É necessário um cuidado com o discurso, pois é nele que a

hermenêutica caminhará. “A atitude fenomenológica requer um cuidado com a linguagem, procurando acessar os significados e os sentidos daquilo que se fala nos seus contextos.” (ibid.)

Para Heidegger, sentido é “o contexto no qual se mantém a possibilidade de compreender alguma coisa, sem que ele mesmo seja explicitado ou, tematicamente, visualizado.” (2007, p. 324), ou seja, é a perspectiva em função da qual se estrutura o projeto pela posição, visão e concepção prévias. É a partir dela que algo se torna compreensível como algo. Desse modo, o sentido sustenta a compreensibilidade de alguma coisa, articulando a interpretação e o discurso. (ibid., pp. 211- 212).

O método de pesquisa com base no pensamento heideggeriano

É importante esclarecer, inicialmente, que a proposição heideggeriana para a compreensão dos fenômenos humanos também apresenta questionamentos, assim como a de Husserl, em relação a transposição do método da Ciência Natural para o estudo do ser humano. Heidegger desenvolve as suas reflexões e críticas⁵ em diversos trabalhos e, no decorrer dos Seminários de Zollikon⁶, diz que na ciência moderna o conceito de objeto já revela um modo específico de relação sujeito-objeto, uma vez que o objeto é “na verdade objeto da mensurabilidade e previsibilidade de todos os processos.” (2009, p. 166). Assim, considera que o ser humano não é compreendido com base naquilo que é específico ao homem, mas sim é pensado do mesmo modo que a máquina, afirmando:

5 Para Heidegger, a palavra crítica tem o sentido de diferenciar ou discriminar e não de anular ou eliminar como entendemos em geral.

6 Em vários seminários, Heidegger discute o pensamento científico moderno para diferenciá-lo de sua explicitação ôntico-ontológica sobre o espaço, tempo, corpo, etc. Nos seminários de 6 de julho de 1965 e de 1 e 3 de março de 1966, sistematiza mais detalhadamente os fundamentos da Ciência Natural, descrevendo o conceito de ciência e de método, destacando que esse método é apenas um dos modos possíveis de se estudar os fenômenos da natureza e os humanos.

Se, então, a ciência do homem tiver de satisfazer as exigências fundamentais da ciência moderna ela deve obedecer ao princípio de precedência do método no sentido do projeto da pré-mensurabilidade. O resultado desta ciência do homem seria a construção técnica da máquina = homem. (Heidegger, 2009, p. 166)

O filósofo afirma, categoricamente, portanto, que o método da ciência do homem precisa ser estabelecido de modo específico e diferente do método da ciência da natureza. Para isso, ele apresenta algumas indicações para tal projeto que sintetizamos como: “1. é necessário ter uma explicitação clara dos fundamentos do modo de ser do homem; 2. o homem não pode ser representado como objeto da natureza e 3. o método não visa à objetivação, à mensurabilidade e determinação causal.” (Cardinalli, 2012, p. 64).

Ao procurar elucidar o método da ciência do homem, Heidegger retoma o significado grego da palavra método, dizendo que ele vem de *meta odós*. *Meta* significa além, para lá e *odós* quer dizer caminho. “Método é o caminho que leva a algo, uma área, o caminho pelo qual estudamos um assunto” (Heidegger, 2009, p. 139). Segundo o pensador, não se pode estabelecer, de antemão, o caminho de estudo de um determinado fenômeno, pois “o assunto determina a espécie de caminho que a ele conduz.” (ibid.). Ainda nesse mesmo sentido, ele diz que há particularidades em alguns fenômenos, como, por exemplo, as tonalidades afetivas “que eu não capto se fizer delas objeto de uma representação conceitual. Um medo ou temor não é um objeto. No máximo, posso tematiza-los.” (ibid., p. 172)

No livro *Introdução à metafísica*, o filósofo se dedica a refletir sobre a questão fundamental da metafísica – porque há simplesmente o ente e não antes o nada? No início de sua explanação, medita sobre o que significa a investigação e o investigar e afirma que questões, em especial questões fundamentais, não se encontram facilmente. Assim, “questões não se dão à maneira de sapatos, roupas e livros. Questões são e são apenas, enquanto se investigam realmente.” (1987, p. 49)

O pensador destaca que “a investigação abre apenas o espaço para o ente poder revelar-se nessa sua investigabilidade” (ibid., p.58). O investigar refere-se a “uma condução que deve, antes de tudo, suscitar e constituir a própria investigação. (ibid, p. 49). Ele considera que “saber investigar significa saber esperar, mesmo que seja durante toda a vida.” (ibid., p. 50), destacando, desse modo, que a atitude de investigação requer um empenho do próprio pesquisador, quando diz:

Pronunciar o enunciado da questão, mesmo no tom interrogativo, ainda não é investigar. (...) Assim não se desperta, de forma alguma, uma atitude e muito menos um sentido de investigação, que consiste num Querer-saber. O querer não é absolutamente um mero desejar e aspirar. Quem deseja saber, aparentemente também investiga; mas não vai além do pronunciar a questão; termina justamente, quando a questão começa. Investigar é querer-saber. Quem quer, quem empenha toda a sua existência numa vontade, esse está abertamente resolvido. (...) O estar abertamente re-solvido não consiste simplesmente em decidir-se a agir, mas é o princípio decisivo do agir, que antecipa e atravessa toda ação. Querer é estar abertamente re-solvido” (...) A atitude de investigação deve-se então esclarecer, assegurar e firmar pelo exercício. (Heidegger, 1987, p. 50-51)

O pensador destaca ainda que uma questão está bem colocada quando se explicita claramente: primeiramente, o que se põe em questão, ou seja, aquilo que se investiga e também aquilo em função do que se investiga, isto é, aquilo pelo qual se investiga. (ibid., p. 52)

Heidegger, no livro *Seminários de Zollikon*, apresenta o seu pensamento filosófico e também indica caminhos para aproximação da explicitação do ser do existir humano como *Dasein* com a compreensão das situações concretas e específicas da vida dos homens que foram utilizadas por alguns estudiosos, como, por exemplo, Medard Boss, para dar continuidade aos estudos dos fenômenos humanos baseados no pensamento heideggeriano.

Nesse livro, na carta de 24 de abril de 1967, o filósofo sugere que se denomine a explicitação do fenômeno de estresse, por exemplo, como

hermenêutica da investigação, dizendo: “o tema hermenêutica da investigação é muito oportuno uma vez que se move no campo intermediário e não corre perigo de tornar-se filosófico.” (Heidegger, 2009, p. 334)

O filósofo propõe também que o estudo dos fenômenos humanos seja orientado pela sua explicitação do existir como *Dasein* (ser-aí). De um lado, o pesquisador procura esclarecer o fenômeno tal como ele se mostra a partir do próprio fenômeno, visando ao desvelamento do ser do ente. Mas, por outro lado, essa proposição apresenta alguns pontos de referência que são: 1. A pesquisa fenomenológica hermenêutica existencial busca a superação da dicotomia sujeito-objeto, pois compreende que a experiência humana ocorre na inter-relação indivíduo-mundo e 2. A pesquisa visa ao esclarecimento da experiência do investigado, que é situada em uma totalidade significativa, buscando o esclarecimento do sentido e dos significados do fenômeno estudado.

Para Heidegger, conforme já elucidamos, sentido é o rumo que apela o existir e está apoiado em uma totalidade significativa, a qual sustenta a compreensibilidade de algo e permeia a maneira como alguém se relaciona consigo mesmo e com tudo o que se apresenta. Portanto, o sentido, ao manter a compreensibilidade de algo, articula a interpretação e o discurso; no entanto, lembramos novamente que, em geral, o sentido não se mostra de maneira explícita no viver de alguém.

Na introdução, mostramos que a primeira aproximação do pensamento heideggeriano com o estudo das patologias psíquicas ou mentais foi realizada por Binswanger e Gebattel. Posteriormente, alguns estudiosos, como Medard Boss e Gion Condrau, seguem a orientação do próprio Heidegger para pensar e esclarecer a proposição da *Daseinsanalyse* Clínica, ou seja, da psicoterapia *daseinsanalítica*.

Na atualidade, vemos publicações e atividades científicas, como congressos e fóruns no contexto nacional e internacional que se dedicam aos estudos da prática clínica, em particular a psicoterapia *daseinsanalítica*. No Brasil, a Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*, fundada em 1973, tem como sua missão o estudo e a divulgação do pensamento heideggeriano e da *Daseinsanalyse* desenvolvida por Medard Boss.

Podemos observar, no entanto que são poucos os trabalhos que visam a explicitar o método de pesquisa apoiado no pensamento heideggeriano. Nesse sentido, temos como pioneiras três autoras brasileiras que trabalham com essa temática: Dulce Mára Critelli, que publicou, em 1996, o livro intitulado *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*, em que apresenta a primeira aproximação do pensamento de Martin Heidegger e de Hannah Arendt com o investigar para poder elucidar a investigação e o modo fenomenológico de ver, compreender e dizer, esclarecendo assim um caminho possível de conhecimento.

Bruns & Trindade publicam, em 2001, o capítulo denominado *Metodologia Fenomenológica: a contribuição da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger*, um texto que situa bem o pensamento heideggeriano. No entanto, os procedimentos de coleta e análise se mantêm ainda muito próximos à proposta de Joel Martins e Maria Aparecida Viggiani Bicudo, presente no livro *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia*, cuja concepção está baseada no pensamento husserliano.

Mais recentemente, dois estudiosos brasileiros apresentam contribuições para a elucidação do método de investigação fenomenológico hermenêutico, procurando mostrar como a hermenêutica se apresenta no trabalho clínico das abordagens fenomenológicas. Colpo desenvolve o esclarecimento do método de investigação, com base no pensamento heideggeriano no texto *O método fenomenológico de investigação e as práticas clínica em psicologia e, nesse sentido, nos auxilia no esclarecimento do método de investigação fenomenológico hermenêutico*, ao afirmar que “a hermenêutica fenomenológica está sedimentada no horizonte da própria existência, ou seja, no âmbito das condições fáticas e da liberdade do ser-aí” (Colpo, 2013, p. 109), diferentemente de outras abordagens teóricas, como, por exemplo, a psicanálise, cuja hermenêutica se fundamenta em uma teoria. Novaes de Sá também tem procurado elucidar o caráter hermenêutico presente na explicitação heideggeriana, afirmando que a hermenêutica clínica fenomenológica não visa à explicação do sofrimento a partir de causas externas ou internas.

“A veracidade de sua interpretação está apenas no deixar ver, no poder de descobrimento, de ampliação do campo de sentido da existência.” (Sá, 2017, p. 123)

Considerações finais

Podemos perceber, no decorrer deste texto, que o pensamento de Husserl e o de Heidegger têm influenciado o campo de pesquisa em psicologia, possibilitando a elaboração de metodologias de pesquisas qualitativas baseadas em suas ideias. As proposições com base no pensamento husserliano são mais antigas e estão mais bem estabelecidas do que as baseadas em Heidegger. Consideramos que a elaboração do método de pesquisa fenomenológico hermenêutico para a investigação de situações concretas do existir humano está em sua etapa inicial, sendo necessário ainda que os estudiosos se dediquem ao esclarecimento e ao detalhamento do método de pesquisa com base nas ideias heideggerianas.

É importante salientar que, atualmente, no Brasil, há vários grupos de pesquisas com base na fenomenologia husserliana e heideggeriana. Aqueles⁷ que orientam os seus estudos pelas proposições da fenomenologia husserliana, transpõem seu princípio metodológico para o estudo de fenômenos específicos da experiência cotidiana do homem. Nessa proposta, procuram observar cada fenômeno tal como ele se manifesta e somente como ele se manifesta, isto é, fazendo uma redução eidética. O observador põe o mundo entre parênteses, ou seja, exclui qualquer juízo

7 Apenas a título de exemplo, alguns nomes são citados e não a lista completa de pesquisadores brasileiros: Adriano Holanda, Professor Adjunto e Orientador da Universidade Federal do Paraná. Coordenador (2016-2018) do Grupo de Trabalho Psicologia & Fenomenologia na ANPEPP; Heloisa Szymanski, professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC/SP (1993 -2014, mas professora dessa instituição desde 1967); Mauro Amatuzy, professor do Pós-Graduação da PUC/Campinas; Vera Cury, professora da PUC/Campinas e líder do “Grupo de Pesquisa: Atenção Psicológica Clínica em Instituições: prevenção e intervenção” e do “Laboratório de Pesquisa: Psicologia Clínica Social” .

prévio de valor sobre o fenômeno em questão e esforça-se para suprimir a distinção entre o objeto e o sujeito. Assim, a descrição do fenômeno adquire grande destaque e ao visar a esclarecer a essência do fenômeno, procura identificar as nuances e a riqueza presentes no fenômeno estudado.

Os pesquisadores⁸ brasileiros que encontram diretrizes no pensamento heideggeriano têm principalmente se voltado ao campo da Psicologia Clínica, tanto a temática da psicoterapia, como os trabalhos de Colpo (2013) e de Novaes de Sá (2017), dedicados ao esclarecimento do caráter hermenêutico da fenomenologia heideggeriana, quanto à clínica em seu sentido amplo. No caso último, são referências as professoras Elza Maria do Socorro Dutra, que tem pesquisado, além da prática clínica fenomenológica existencial, temas contemporâneos como suicídio ou violência sexual e Henriette Tognetti Penha Morato, que tem trabalhado com temáticas como a prática clínica em vários tipos de instituição e plantão psicológico.

Considerando a necessidade de que os pesquisadores deem continuidade à elucidação e elaboração do método de pesquisa orientados pelo

8 Alguns estudiosos que têm se dedicado a aproximar o pensamento heideggeriano da prática clínica e da pesquisa no campo da Psicologia: Ana Maria Feijoo, professora da UERJ, atuando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e no Curso de graduação em psicologia. Coordena, na UERJ, o Laboratório de Fenomenologia e Estudos em Psicologia Existencial (LAFEPE); Elza Dutra, professora Titular de Psicologia Clínica Fenomenológica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenadora do Grupo de Estudos Subjetividade e Desenvolvimento Humano-GESDH/UFRN/CNPq. Coordenadora do GT- Psicologia & Fenomenologia- ANPEPP (2014-2016 e 2018-2020); Henriette Morato, professora Associada do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora do Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE); Roberto Novaes, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia na área de concentração Estudos da Subjetividade; Equipe de Fenomenologia-Existencial do Curso de Psicologia da PUC/SP que criou o Núcleo de Atendimento Clínico na Abordagem Fenomenológica-Existencial, em 1993. (Ari Rehfeld, Carlos Eduardo C. Freire, Hélio Roberto Deliberador, Ida Elizabeth Cardinalli, Marcos Colpo e Miguel Ângelo Yalenti Perosa).

pensamento heideggeriano, apresentaremos sucintamente o método e os procedimentos da pesquisa que desenvolvemos em nossa tese de doutorado, - Transtorno de Estresse Pós-Traumático: um estudo fenomenológico existencial da violência urbana⁹, defendida em 2011, no Programa de Psicologia Clínica da PUC/SP, visando ilustrar um possível caminho.

A questão que norteou a pesquisa foi explicitar e esclarecer o sentido e os significados da experiência de quem sofreu violência urbana como assalto e sequestro de curta duração. O pensamento fenomenológico hermenêutico existencial foi escolhido como referencial teórico, ao considerarmos que ele permitiria esclarecer a experiência daquele que viveu um evento de violência urbana, por meio do desvelamento do sentido e significado dessa experiência.

Os instrumentos foram uma entrevista inicial e principalmente o processo de psicoterapia focal, pois pensamos que seria difícil elucidar os significados e o sentido da experiência de violência apenas com algumas entrevistas, pois, como já foi indicado, em geral, o sentido não se mostra de forma explícita.

A psicoterapia focal foi orientada pela explicitação heideggeriana do existir humano como *Dasein* e ser no mundo. Assim, o participante da pesquisa foi compreendido com base em seus modos de existir no mundo, isto é, como ele se relaciona consigo mesmo, com os outros e com tudo o que se apresenta em seu mundo que se mostra sempre em um contexto significativo e temporal. O objetivo principal do trabalho psicoterápico foi favorecer a aproximação e a compreensão do paciente de sua própria experiência, visando ao esclarecimento do sentido da experiência. Desse modo, houve uma concordância entre o objetivo da psicoterapia focal e o da pesquisa, ou seja, a elucidação dos significados e do sentido da experiência de violência.

Destacamos que essa pesquisa envolveu um estudo clínico, que se baseou em nossa compreensão daquilo que é apresentado pelos

9 A tese foi orientada pela Profa. Dra. Marlise Aparecida Bassani e foi publicada com o título *Transtorno de estresse pós-traumático: uma compreensão fenomenológico-existencial da violência urbana*.

participantes nas entrevistas e nas sessões psicoterápicas. Assim, os registros das entrevistas e das sessões terapêuticas apresentaram um conteúdo que foi o resultado da compreensão e da relação estabelecida entre a pesquisadora e os participantes.

A análise dos resultados foi realizada através do levantamento dos temas mais frequentes das sessões terapêuticas que tinham sido gravadas e transcritas. Posteriormente, foram destacados dois eixos de análise: o primeiro, os agrupamentos temáticos, que reuniram os temas mais relevantes e, o segundo eixo, a experiência temporal, que possibilitou diferenciar a experiência do participante durante e após o evento violento, e também como essa experiência se mostrou em cada momento do processo terapêutico.

Após o levantamento dos eixos de análise, foi realizada uma releitura dos temas e dos eixos, utilizando o referencial heideggeriano para o aprofundamento e ampliação da compreensão da experiência do participante em seus diversos momentos. Ao mesmo tempo, é importante mencionar que, tanto os temas quanto os agrupamentos eram interdependentes, uma vez que são imbricados na experiência do participante.

Assinalamos que o nosso método de pesquisa é qualitativo e, desse modo, os procedimentos de coleta e de análise seguem, de certa forma, o procedimento das pesquisas qualitativas em geral e o que o diferencia é a definição de seus objetivos e a interpretação dos dados coletados, na medida em que procuramos desenvolvê-los de acordo com a fenomenologia hermenêutica heideggeriana. A descrição do método e da metodologia utilizados em nossa tese teve em vista oferecer elementos para reflexão do uso das explicitações de Heidegger para a pesquisa qualitativa em Psicologia ao considerarmos que ele permitiu a compreensão da experiência de violência vivida por suas vítimas ao esclarecer o sentido e o significado dessa experiência.

Nesse sentido, destacamos que este capítulo pretendeu contribuir para a explicitação do método de pesquisa orientado pelas indicações de Heidegger, mas ainda lembramos a importância de se promoverem oportunidades de debates e reflexão sobre o tema, que muito poderiam

contribuir para o desenvolvimento dessa área do conhecimento, seja do ponto de vista da prática clínica, como do ponto de vista da pesquisa acadêmica.

Referências

- BRUNS, Maria Alves de Toledo e HOLANDA, Adriano Furtado (2001). *Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas*. São Paulo, Ed. Ômega.
- CARDINALLI, Ida Elizabeth (2002). A psiquiatria fenomenológica – um breve histórico. *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*. nº 11, São Paulo, A B D, pp. 72- 84.
- (2012). *Daseinsanalyse e a esquizofrenia*. São Paulo, Escuta.
- (2016). *Transtorno do estresse pós-traumático: uma compreensão fenomenológico-existencial da violência urbana*. São Paulo, Escuta.
- CHAUI, Marilena de Souza. (sd) Vida e Obra. In: HUSSERL, E. *Os Pensadores*. São Paulo, Ed. Nova Cultural, pp. 5-12.
- COLPO, Marcos Oreste. (2013). O método fenomenológico de investigação e as práticas clínica em psicologia. *Psicologia Revista*, São Paulo, vol. 22, no.1, pp. 101 -118.
- FORGHIERI, Yolanda Cintrão (1993). *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo, Ed Pioneira.
- GILES, Thomas Ransom. (1989). *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo, EPU, 1989.
- GIORGI, A. (2009). *The descriptive phenomenological method in psychology: A modified Husserlian approach*. Pittsburgh, Duquesne University Press.
- HEIDEGGER, Martin (1983). Que é metafísica. In: Heidegger, M. *Os Pensadores*, São Paulo, SP, Abril Cultural, pp. 55-63.
- (1983). Meu caminho para a fenomenologia, In: Heidegger, Martin. *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, pp. 294-302.
- HEIDEGGER, Martin (1987). *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.

- HEIDEGGER, Martin (2007) *Ser e Tempo*. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 2ª. ed. Petrópolis/ Bragança Paulista, Vozes/Ed. Universitária São Francisco.
- (2012) *Ser e Tempo*. Trad. Fausto Castilho. Campinas/ Petrópolis, Unicamp/Vozes.
- HEIDEGGER E BOSS, M. (ed.) (2009). *Seminários de Zollikon*. Petrópolis/ Bragança Paulista, Vozes/ Universitária São Francisco.
- HUSSERL, Edmund (2012) *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- JASPERS, Karl (2000). *Psicopatologia Geral*. São Paulo, Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, Atheneu.
- NUNES, B. (1986). *Passagem para o poético*. São Paulo, Ed. Ática.
- NUNES, B. (2004). *Heidegger & Ser e Tempo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- MARTINS, Joel e BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (1994). *A pesquisa qualitativa em Psicologia*. 2ª. ed. São Paulo, Ed. Moraes.
- MOREIRA, Daniel Augusto (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo, Pioneira Thomson.
- STEIN, Ernildo (1983). Introdução ao Método Fenomenológico. In: HEIDEGGER, M. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, pp. 85-94.
- SZYMANSKI, Heloisa (2002). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília, Ed. Plano.

CONDIÇÕES ORIGINÁRIAS DA ANÁLISE

JOÃO PERCI SCHIAVON

*O conceito vitorioso, “força”, com o qual nossos físicos criaram
Deus e o mundo, necessita ainda ser completado;
a de ser-lhe atribuído um mundo interno
que designo como “vontade de poder”,
isto é, como insaciável ansiar por mostrar poder;
ou emprego, exercício de poder, pulsão criadora, etc.
(Nietzsche, 2011, 618, p. 319).*

O singular, o vivo e o ativo

O que é a psicanálise? Um ato de intervenção na cultura e na vida, sendo que, de certo modo, a vida mesma é essa intervenção que ela suscita e empreende. De que natureza é esse ato? É um ato de apropriação ou reapropriação da palavra e já um dizer em curso, em diferentes graus de explicitação. Entende-se logo que a distinção entre analista e analisando é sobrepassada pelo processo instaurado nesse ato. Tanto que dele deverá surgir um analista. A palavra em vista é aquela que, justamente, não se distingue de um ato, assim como *um dizer* não se distingue de *uma vida*. Posso também descrever a operação analítica como a dobra que faz existir o sujeito do inconsciente, entendido que é o mesmo da pulsão.

Lacan de-subjetivava a pulsão, chamando-a de acéfala. Mas a análise não é senão a dobra pulsional em ato, ou seja, a subjetivação da pulsão. Que se efetue, concomitantemente, uma de-subjetivação em outro nível, apenas reafirma a subversão pulsional. Por que não convém chamá-la de acéfala, senão em virtude do processo ético em curso, que introduz, como tal, a incerteza e a indeterminação? Porque pareceria destituída de pensamento, quando a pulsão é pensar, é dizer, é a cabeça em pessoa, na medida, porém, em que é exercida.

Sigo Lacan quando sustento que a psicanálise é a repetição da pergunta “o que é a psicanálise?”, respondendo-a a cada vez, do mesmo modo que, segundo ele, em resposta ao que o inconsciente formula, a saber, “como se reproduz o homem?” (Lacan, 2003, p. 455), caberia dizer: “reproduzindo a pergunta”, posto não existir a resposta, não sendo a análise discurso de mestre. Contudo, deve-se dar crédito à ideia de que o inconsciente formula esse gênero de pergunta? Certamente, e é bem esse o sentido que damos à dobra pulsional, isto é, ao modo como a pulsão se exerce ou o sujeito da pulsão existe. Como *se* reproduz o homem? Colocamos acento no reflexivo para assinalar a dobra, mas também para indicar o caráter equívoco da pergunta. Ela não esclarece se o homem se reproduz a si próprio ou se é posto em cena por forças não humanas, biológicas, culturais ou sobre-humanas. Refaçamos a pergunta: como, a partir de uma indeterminação originária, ele recomeça, já que, como pensava Nietzsche, é um ser que não está determinado? A correção do nó (dito borromeu) em Lacan, sob o aspecto do *sinthoma*, é sem dúvida uma resposta singular para a falha original, conquanto faltasse esclarecer que essa falha é de natureza ética.

Em virtude de seu caráter ético, as pulsões de vida e de morte surgem no contexto do pensamento e da clínica psicanalíticos como noções fundamentais e operações efetivas. Evocam imediatamente os atos. Elas encontram no âmbito dos atos uma aplicação rigorosa, pois o movimento subjetivo (enquanto afeto) pode se dirigir tanto à vida e à existência quanto à desistência e à morte, o que se deixa entrever nas formações do inconsciente. Nestas se combinam as duas tendências e suas oscilações. Tudo, porém, é desejo e resistência, não há senão pulsão e cultura. Não

se trata da escolha de uma com a exclusão de outra, mas da perspectiva adotada e, desde então, de comando e subordinação. Ora, a máquina analítica serve, como diria Deleuze, para *fazer existir* “essa combinação e não outra” (Deleuze, 1997, p. 136). Nesse *fazer existir* reside o essencial do processo em jogo, como se algo se mantivesse à espera, até se precipitar, o que poderia se parecer a uma queda. Não seria antes uma elevação? Uma das importantes reversões operadas por Nietzsche no pensamento filosófico consistiu em pensar que a consciência devia se elevar até a força, até o seu exercício, ao invés de, por assim dizer, descer para conhecê-la.

Que o movimento subjetivo envolva diretamente o vivo, a vida – razão pela qual as mencionadas pulsões constituem o plano de imanência analítico – exigiria que me ocupasse de autores como Spinoza, Nietzsche, Bergson ou Deleuze, porquanto fizeram das potências de vida o centro móvel de todo o pensamento, assim como – é preciso dizer – Freud e mesmo Lacan, com sua concepção equívoca sobre o real. Aqueles pensadores, porém, não são os mais convocados pelos teóricos da psicanálise. Não por uma medida de reserva a exemplo de Freud, que resguardava seu campo de pesquisa, de ordem clínico-teórica, da influência do saber filosófico, a fim de preservar a escuta analítica e dirigi-la à histeria, onde a divisão do sujeito e as manifestações do recalcado eram diretamente audíveis. Sua práxis lhe parecia soberana. Não, pois entre os psicanalistas nunca deixou de ser considerado o pensamento filosófico, seja de Heidegger, de Hegel ou Kant. Para não falar da re-atualização contemporânea do segundo, conjugando-o com o ensino de Lacan – que, entretanto, se declarou seu antípoda.

As escolhas dos intercessores não são inocentes, são direções do pensamento que, de um ponto de vista pragmático pulsional, afetam diretamente a vida, bem como suas modalidades de intervenção. Eis porque a aliança do pensamento com a vida adquire necessariamente relevo ético em Spinoza e em Nietzsche, e um valor de método metafísico em Bergson (sua “precisão” em filosofia), aproximando-os fortemente do campo analítico, se é verdade que nesse campo se desdobra a descoberta clínica, sempre renovável (“o que é a psicanálise?”), de uma convergência

inconsciente – e desde logo uma identidade – de pensamento e pulsão. Se o conhecimento operado pela *intuição*, enquanto método filosófico, se expandir, pensava Bergson,

não é apenas a especulação que lucrará. A vida de todos os dias poderá ver-se assim reaquecida e iluminada, pois o mundo no qual nossos sentidos e nossa consciência nos introduzem habitualmente não é mais que a sombra de si mesmo; e é frio como a morte [...]. (Bergson, 2006, p. 147)

Embora pressuposta, aquela identidade precisa ser conquistada, o que é igual ao seu exercício.

O que decide por aquela identidade, o que a torna inelutável, gerando a ideia luminosa, clinicamente imprescindível, de um retorno do recalcado em psicanálise? O caráter ativo da pulsão, que faz de todo problema analítico um problema eminentemente ético. É esse caráter, aliás, o alvo originário do recalque, coisa que há muito deveria ser a mais óbvia para um analista.

No domínio das pulsões reside o fulcro de todo saber analítico. Se ainda mantemos em cena a noção de *sinthoma*, com todas as ressonâncias que esse termo, lançado por Lacan, pode ter com os antecedentes freudianos, sua derivação da psicopatologia, sua definição como relação de compromisso etc., é certamente para submetê-lo a uma avaliação pulsional, ou seja, a uma prova do real. Essa nos fará ver que a singularidade do *sinthoma* não se distingue, na melhor das hipóteses, da força pulsional, enquanto constitui o *fora* de toda relação de compromisso e de toda determinação psicopatológica ou clínica-estrutural. O *fora* aqui é uma medida e uma direção, em vista da qual se perfilam, alternadamente, conforme a apreensão conceitual, o singular, o vivo e a força. A direção *do* singular é, pois, a direção do vivo e da força, e não existe outra direção para o tratamento analítico. De um ponto de vista prático e clínico, a singularidade só é alcançável como *processo-alvo* enquanto gozo do vivo e do ativo.

Mas é o caso de perguntar se buscando o singular não encontramos as outras determinações – o vivo e a força? Bastaria, talvez, o critério

do singular, e todo o resto nos seria dado por acréscimo. E não é assim que procede a análise, orientando-se pelo fio de ouro das formações do inconsciente, enquanto dão testemunho das singularidades afetivas e existenciais de um processo subjetivo? Esse critério, porém, só se verifica em ato, a cada vez, como processo de avaliação, sendo inseparável da força (ou do vivo) que avalia, escolhe, dirige. É um ponto de vista que não se confunde jamais com aquele de um eu narcísico. Ou melhor, a confusão, nesse caso, compreende um declínio imediato nos graus de avaliação. Assim, o retorno do recalcado originário não se distingue, em nossos termos, do ressurgimento de um poder de avaliação esquecido, ou seja, da recordação desse poder e seu exercício. É por esse poder, na medida em que ressurge de modo gradual (embora possa fazê-lo por saltos) e imprevisível nas formações do inconsciente, que a singularidade pode ser estimada, restituída. Contudo, insistamos com a pergunta: não é pela via dos fenômenos singulares que temos acesso real a esse poder? Não é pela *micro-língua* que abordamos o campo de forças e a ordem originária dos afetos? O que orienta a análise senão a “combinação singular”, como se expressava Deleuze, e que poderíamos nomear de “sinthoma”, como fez Lacan? É preciso mais um passo na exploração desse campo quase desconhecido: força e singularidade são o mesmo, sem distinção. Se recordamos o saber do inconsciente, é a lucidez própria do auto-afeto.

A objetividade e a precisão analíticas se esteiam no traço singular, mas é neste que reside a força e o que dela se anuncia nas formações do inconsciente, enquanto indícios de seu retorno constante. Por que a força e não o retorno insistente de um significante, um S1? Por motivos lógicos, éticos e clínicos: o significante mestre é o significante do recalçamento da força pulsional, a ser finalmente agenciado por ela. O agenciamento analítico desse significante mestre é uma consequência do agenciamento pulsional de toda a linguagem, o que é igual ao seu desimpedimento. É bem evidente que esse alvo corresponde ao “desabonamento” do inconsciente proposto por Lacan como um final de análise, o que equivaleria à “identificação ao sinthoma”. Ora, o retorno da força (*konstante Kraft*) tem o poder de ativar, vitalizar o pensamento, singularizar. Isso não é senão começar a pensar. Mas como a vida e a força se inserem na noção de

“*sinthoma*” apenas indiretamente, ou parcialmente, a noção de singularidade não faz aí grande diferença em relação à de particularidade, pessoalidade, individualidade. E convoca, ademais, não um parentesco com a força, mas com a representação e a identidade.

Em que termos o que se chamou de “identificação ao *sinthoma*”, como indicador de final de análise, poderia ser sustentado desde uma ética analítica (ou pulsional)? Como entender o *sinthoma*, para que ele coincidisse com o exercício da força ativa, isto é, com o poder de avaliação que atribuímos à pulsão? Como poderia ainda subsistir o traço extra-pessoal que, conjugado ao singular, informa que frequentamos a imanência pulsional, ou seja, o campo do real ou das forças? A tendência a ver ali o particular, o pessoal, é certamente acentuada, conforme uma passagem do *Seminário 23* de Lacan:

Se alguma coisa dá conta (...) de que, no final, acabamos cansados de seguir os passos de Joyce, é o que prova que os sintomas de vocês são a única coisa que, tanto para vocês como para qualquer um, interessa. O sintoma de Joyce é um sintoma que não lhes concerne em nada, é o sintoma na medida em que não há chance alguma de ele enganchar alguma coisa do inconsciente de vocês. (Lacan, 2007, p. 161)

Adiante, porém, Lacan observa que a literatura não será mais a mesma depois de Joyce. E por que não será mais a mesma? Ora, a singularidade que Lacan discerne no “caso Joyce” é, ao mesmo tempo, impessoal, compreendendo diretamente o campo das forças. Por isso interessa a todos. Pois, o que são as forças? São singularidades desconhecidas, não importa se exercidas ou não. Mas os exemplos de imprecisão se acumulam: o *sinthoma* é assim “o sintoma particular, não decifrável, intratável”. A análise iria “da perda das identificações à identidade essencial” (Forbes, 2012, 163). Acredito que essa fórmula deveria estar subordinada, para cumprir com uma destinação ética, ao bem dizer, ou ao dizer simplesmente, desde que este seja assimilado à dobra da pulsão (ou ao seu exercício). Mas um dizer na altura da pulsão – e haverá um dizer que não o seja? – é necessariamente extra-pessoal. Neste sentido,

o “Um” sem Outro de Lacan concerne a todo mundo. Lanço mão do conceito de devir, de Deleuze e Guattari, para sustentar que, *nessa altura*, um devir imperceptível, não reconhecível, não sujeitável, compreende *um devir* do mundo inteiro.

Não ver que o singular remete diretamente à força pulsional teria impellido Lacan a evocar um ego especial, particularíssimo, em Joyce, contrariando sua doutrina acerca do ego – definido como função de desconhecimento. Presume-se que ali se localizaria uma singularidade. A vida, porém, prossegue alhures, nos termos de uma língua indígena. É bem uma presunção, uma pretensão de redução exaustiva, essa “identificação” ao *sinthoma*, pois não considera os planos em que a vida desdobra suas potências, segundo um processo de singularização que se decide eticamente. Não que algo de singular não compareça ao nível do *sinthoma*, como índice do real. Mas existe uma representação de que tudo o que no *sinthoma* comparece é o suficiente, o exaustivo, finalmente o osso. Qualquer passo além é impossível, quando ele é somente uma composição provisória, uma aproximação ou um estágio do devir real, uma espécie de instantâneo desse devir. Marca do singular, não coincide com o processo inteiro de singularização. Não é uma reconhecimento representativa que comanda o processo analítico, nem o vazio das identificações mortas, mas a força pulsional cuja natureza resta explorar, tanto clínica como conceitualmente.

A escuta flutuante é de ordem ética muito antes de ser técnica, precisamente por escutar a força em sua estranheza indefinível. Mas o que pode ser isso – escutar a força? Não iremos nos enredar em algum obscurantismo, reanimar alguma ciência oculta? Quando se escuta em análise não se escuta apenas uma palavra, mas também a força, por vezes minimizada, oculta, que se apossa da palavra. Mas pode-se dizer que a palavra exprime a força, ou que ela é uma força expressa. Não existe força nua; ela é desde sempre vestida, aparelhada, desde sempre linguagem. Língua indígena, ou, nas palavras de Lacan, “o verbal à segunda potência” (Lacan, 1967-77). A análise é uma escuta dos afetos, mas isso nunca significou algo anterior à linguagem. Pelo contrário, isso é a linguagem direta do vivo inumano, a língua estrangeira ou fronteira, a que

verdadeiramente importa, por ser a única que existe. O dizer e a força pulsional são uma e mesma coisa. Se eu não identificar o dizer à força, deixo de evocar o campo de forças onde ele atua. E qual o interesse em evocar esse campo? Primeiro, é aí que o dizer adquire seu sentido, não enquanto significação, mas como ato, escolha, discernimento. Segundo, esse campo, de extensão extra-pessoal, compreende a dimensão coletiva do dizer, suas múltiplas fontes, seus enfrentamentos micropolíticos e suas implicações não-humanas. O dizer só *ex-siste* a todo dito, é verdadeira exterioridade, como quer Lacan, porque frequenta o remoto – porém não menos íntimo – campo das forças. Do ponto de vista das forças, a distinção entre interior e exterior deixa de ser pertinente, ou exige, ao menos, uma topologia moebiana que a situe devidamente.

Mas o que é um campo de forças? Talvez o que Lacan chamava de região dos deuses, onde se travam os combates existenciais decisivos, ali onde vida e existência não se separaram ainda e, no entanto, enfrentam diretamente e acima de tudo o risco e as consequências de uma separação. E por preencherem todo o campo, esses combates mesmos constituem o tecido do real, as forças em jogo. Porque, se há separação em relação ao Outro mobilizada pela análise, deve haver, concomitantemente, inserção no campo de forças, de onde procedem os critérios clínicos e éticos. Vemos aí uma espécie de animismo renovado, uma vitalidade quase desconhecida, embora pressentida como fenômeno inconsciente.

Não se pode dissociar o campo de forças (ou pulsional) da ordem dos afetos, a ser descrita mais exatamente como ordenação, pois os afetos são avaliações, valorações de intensidade e potência, e se ordenam segundo sua graduação. Com a noção de *sinthoma*, e de uma nodulação de simbólico e real, Lacan apenas tocou a superfície desse campo. Penso inclusive que foi sua maneira de trazê-lo à superfície. Ora, foi pelo viés controverso do real que esse campo foi introduzido em psicanálise, mesmo que timidamente, e é, portanto, por esse mesmo viés que retomamos sua exploração rigorosa. Na verdade, a psicanálise, ela mesma, é a introdução desse campo no pensamento, com suas implicações éticas e clínicas.

A palavra vazia, termo antigo de Lacan, já designava a palavra destituída de força (ou vida). Demarcava o grau em que a subjetividade se separava e se distanciava daquele campo.

O imprevisto do inconsciente, seja o lapso ou o sonho, não se distingue de sua força, de seu poder de existir. Reencontramos assim, no plano pulsional, o tema da existência.

Dizer e existir

Em dado momento, Lacan lançou o seguinte enunciado: “Que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve” (Lacan, 2003, p. 448), para descrever o desdobramento do plano em que uma existência finalmente se autoriza. Assim se passaria, por exemplo, com Freud, cujo dizer “se infere da lógica que toma como fonte o dito do inconsciente. É na medida em que Freud descobriu esse dito que ele ex-siste” (Lacan, p. 453). Obscura autorização, ou clara: que se diga, enquanto ato, fica esquecido – para não dizer recalcado – por trás do que se ouve. O que se ouve, bem entendido, seria sua verdade para uma lógica convencional da comunicação. Mas “para que um dito seja verdadeiro, é preciso ainda que se o diga, que haja dele um dizer”, continua Lacan. No subjuntivo “que se diga” reside a ponta do real. Que a psicanálise seja uma inesperada ciência do real, começa-se a suspeitar, embora Lacan o dissesse há mais de quarenta anos, precisamente em julho de 1972 (Lacan, p. 449). “Assim é que o dito não vai sem o dizer”, insiste ele, assinalando desse modo o destino inconsciente do ato. Não fosse inconsciente, não seria preciso lembrá-lo. “Mas”, prossegue Lacan, “se o dito sempre se coloca como verdade, nem que seja nunca ultrapassando um meio-dito (como me expresse eu), o dizer só se emparelha com ele por lhe ex-sistir, isto é, por não ser da di(to)menção (*dit-mension*) da verdade”¹. De novo, postula-se

1 Por que teria o tradutor de *Outros escritos* adotado a expressão “diz-mensão” para traduzir *dit-mension*? Pois se trata, em Lacan, da dimensão do dito, e não de uma dimensão relativa ao dizer, mesmo conjugado na terceira pessoa (*il dit*). Suspeito que

uma exterioridade do dizer frente ao ser – mas, quanto à verdade, se o dito é apenas meio-dito, meia verdade, é precisamente por existir um dizer que o precede lógica, ética e clinicamente. Ora, é digno de nota que Lacan tenha versões distintas sobre a verdade, pois ora a concebe no plano do dito e da representação, condicionada pelo significante e, portanto, como meia verdade, ora a concebe como ato ou enunciação, a ponto de proferir que a verdade, sob o nome de inconsciente, fala. Aqui seria preciso conceber o dizer e sua integridade, como faço, de maneira a situá-lo diretamente numa *diz-mensão* ética. Assim, segundo ainda Lacan, a resposta afinada à pergunta que o inconsciente relançaria continuamente (“como se reproduz o homem?”), além daquela que repete a pergunta, seria então “para fazer-te falar”, deslocando o “como” até o “para que”. A questão do inconsciente, de feição pragmática, compreende evidentemente um problema de escolha. Nada mais se poderia esperar de um vivente humano senão que ele *se* fizesse existir – e mediante o quê? Um dizer, do qual a pulsão constitui a versão direta, por obscura que seja ou pareça. Eis o real impossível, pois, segundo Lacan, na esteira inesperada de Bergson, o real não é da ordem do possível, e sim do inaudito ou do inexplicável, o que não o reduz de modo algum ao não-saber que os lacanianos contemporâneos assinalam à experiência limite do *sinthoma*. O saber no lugar da verdade requer uma transmutação no entendimento, equivalente àquela que desloca a verdade à *diz-mensão* do ato. Se, como diz Hölderlin, ao homem foi dada a língua, o mais perigoso dos bens, para que ele dê testemunho do que ele é (= como ele se reproduz), ele o faz, todavia, semi-adormecido, através das formações do inconsciente. Estas não deixam de testemunhar à luz do dia, conforme o poder de escuta que as decifra. E por isso a análise parte de uma indeterminação originária, correlata de uma condição de escolha igualmente originária. A vida precisa ser apropriada em sua potência ativa, mas não é de qualquer maneira que ela é apropriável, e nisso reside, aliás, a dita reproduzibilidade do homem,

a compreensão vacila, especialmente quanto à verdade e seu sítio. Isso, no entanto, é o mais comum, a ponto de se abandonar o uso da verdade na teoria (e, portanto, na clínica) em nome da certeza, já não importando quão delirante seja.

a crer na *provocação* do inconsciente. Uma condição de escolha originária não significa estar livre para qualquer coisa, o que pode ser estimado pela asserção de Lacan, algo paradoxal, de que o dizer não é livre (Lacan, p. 454). É sua forma elíptica de observar que um dizer nunca é qualquer, que ele é sempre precisamente um e não outro. Mas também de subcrever a proposição mais antiga de que o sujeito, livre para falar segundo a regra analítica, remonta inexoravelmente aos seus significantes mais remotos e à declaração de seu desejo (Lacan, 1998, p. 647). Ou seja, dada a indeterminação originária do campo analítico, homólogo ao pulsional, dão-se também as condições de abertura a uma escolha imprevista, impossível. Abertura de uma clareira – não do ser, mas do inconsciente, de onde surge o ato herético. São maneiras de situar a precisão pulsional (ou psicanalítica), que consiste, primeiro, no discernimento que aguça a condição de escolha e se desvia, portanto, de seu obscurecimento quase natural; e, segundo, no fato de que esse discernimento mesmo, em seus diferentes graus, decorre da pulsão como diferença absoluta. É a partir do absoluto dessa diferença que a autodeterminação ética e existencial se torna pensável, o que não difere de sua efetuação.

Como, então, se reproduz o homem? Eis onde a pergunta desemboca – em saber de não-senso, que se formula no lacanismo pela inexistência da relação sexual. Não era a cena primária o protofantasma da origem do sujeito? Pois bem, o sujeito do inconsciente – que designamos de pulsão de vida, e não sem motivos decisivos – é originário, ou seja, só existe em ato, para falar como Spinoza. É claro que distingo assim um saber do inconsciente entendido como articulação de significantes de um saber inconsciente dos atos, de modo a esclarecer por uma via ética, antes que ontológica, a conjunção anunciada de vida e existência. “Se é verdade”, diz Lacan, “que só poderia haver ato num contexto já preenchido por tudo o que advém da incidência do significante” (Lacan, 1992, p. 118), não se deve esquecer que proposições realistas como esta se inscrevem num terreno clínico, tendo como alvo o levantamento de todo um estrato inconsciente de atos sintomáticos, do *acting out* à passagem ao ato. Desconstrução clínica, à medida que submete ao critério analítico, pulsional, os discursos da cultura, entendido que o discurso do analista

responda igualmente a esse critério. O que ascende assim ao primeiro plano, enquanto critério “pulsional”, é a anterioridade lógica e ética do ato analítico. A propósito da fórmula do retorno em Freud, o *wo Es war soll Ich werden*, Lacan dirá que ela concerne essencialmente ao analista e seu ato. E em nome de que? De um novo significante.

O ato é primeiro, inexplicável (“que se diga...”), mas não exclui que seja verbo por inteiro. É muito impreciso, mais ainda que equívoco, falar de núpcias do significante com o vivo, como faz J. A. Miller, quando o vivo só é *realmente* vivo quando já não se distingue de um dizer. Não se trata de uma acoplagem de termos, ou de uma cópula, a linguagem e o vivo, mas de um agenciamento originário, que pode se verificar ou não. Na digressão sobre o ato, Lacan prefere desembocar no agente, em um agir, dir-se-ia, subjetivado, como convém pensar o exercício da pulsão. A noção de agente duplo sugerida por ele (Lacan, p. 119) torna-se oportuna para compreender como se pode agenciar o que escapa à trama significante do discurso do mestre, sem deixar de operá-lo, ou seja, trazendo-o pelo cangote. Em certa medida, é exatamente o que fazem as formações do inconsciente, ao submeter aquela trama a uma ordem superior. A decifração pragmática do inconsciente é um dizer por inteiro, a subjetivação da pulsão.

Continuando com Lacan: o dizer vem suprir a inexistência da relação entre os sexos (o que é diferente de uma relação com o sexo) (Lacan, 2003, p. 466). Tal proposição enuncia que falta essa relação, mas também que sua falta é produto de uma presunção e de um desconhecimento. O que a tornaria faltante, senão a pretensão de um ajuste ideal? Que o dizer ex-sista em lugar da relação sexual, que todavia não há, não compreende uma espécie de antídoto, ou de compensação, ou ainda de reparação, mas, simplesmente, uma positividade que só concede a essa relação o estatuto de fantasia. Não é porque não existe relação sexual que se instaura um dizer; é porque um dizer ex-siste (e insiste) que não há relação sexual. O dizer se opera (ou obra) num terreno supra-biológico e, a despeito disso, originário. É decisivo, aqui, o ponto de partida lógico e ético, pelo qual um dizer não encontra encaixe no mundo. Nada o espera, e por isso tem a consistência de um devir. E é esse um dos benefícios que

encontramos na filosofia de Bergson, na medida em que tematiza, por todos os lados, a noção de ato livre. Não existe para este encaixe prévio, e nem ulterior.

Mantendo-me ainda no registro lacaniano, assinalo que as modalidades ficcionais de relação sexual, que são, afinal, as únicas que subsistem – e entre as quais se encontram aquelas que dão substrato a boa parte do pensamento metafísico –, constituem modos de operar o recalque, inibindo o exercício da pulsão – ou o dizer. Que a pulsão não tenha objeto natural ou específico e seja, por consequência, originariamente sublimação, significa exatamente isso.

Sartre, para quem a existência devia ser a questão central do pensamento, denunciava o inconsciente psicanalítico como recurso da má fé. O inconsciente, bem entendido, enquanto desresponsabiliza dos atos e das escolhas. Trata-se, em parte, de um inconsciente reificado, as pulsões objetivadas sob o aspecto de um destino bio-psíquico, e em parte do “inconsciente colonial”, efetivo, descrito por Suely Rolnik, na medida em que compreende sua autojustificação. É a crítica do *Anti-Édipo*. Mas não é o caso, como essa autora cuida de distinguir, do inconsciente pulsional, cujo exercício ético – *pois esse inconsciente é um exercício ético* – é o pressuposto de todas as suas formações.

Com a lógica pulsional ingressamos numa lógica da existência. E o que é esta lógica? Para uma resposta rápida, é a lógica processual pela qual se chega a existir. E aqui se colocam todos os problemas analíticos, na imediação dos quais poderíamos repetir, ao modo de um mantra, os termos de uma sabedoria antiga: *Sat, Chit, Ananda* - existência, consciência, beatitude. Mas deve-se inserir na atmosfera dessa tríade, sem a necessidade de eliminá-la, nada menos que o inconsciente, pelo que a noção de pulsão passa a ser imediatamente exigida. É homóloga à de analista, se este faz parte do conceito de inconsciente; e detém, por esse viés, um sentido clínico irreduzível. A pulsão dirige a análise, embora se possa dizer também que o analista a dirige. Ambos se referem ao sujeito do inconsciente, enquanto pressuposto real-virtual.

O abandono de Deus

Na epígrafe da obra *A copista de Kafka*, Wilson Bueno cita uma personagem de Yasunari Kawabata, para quem “nascer nesse mundo significa ser abandonado por Deus”. É uma frase com muitas ressonâncias, a começar pelo sentido da queda, além de fazer ouvir o lamento do salmista: “pai, por que me abandonaste?” Para ouvidos modernos, não deixa de vibrar a corda existencialista, o desespero ou a angústia de um ateísmo que, hoje em dia, parece tão cotidiano e já tão ultrapassado, não pela crença, obviamente, mas pelo cinismo. Lacan propôs, entretanto, uma versão psicanalítica para o ateísmo, ao dizer que Deus é inconsciente. Por um lado, não se ocupa de provar ou negar sua existência, nem de lamentar algum abandono trágico, mas de situá-lo, a Deus, no inconsciente, o que equivale a pensá-lo em devir. Por outro lado, o caráter ateu dessa condição inconsciente consiste em não haver garantia transcendental de salvação, nenhuma perspectiva de cura ou de qualquer outra saída subjetiva similar, que não seja obtida, a cada vez, mediante uma prática. E nesse caso o valor da prática é inestimável, pois é nela que reside todo o valor e todo o sentido. Não é um meio para a salvação ou a cura; essa prática é, nela mesma, enquanto se exerce, salvação e cura. “Só se pode ser responsabilizado pelo próprio *savoir faire*”, afirmava Lacan, evocando o único juízo final admissível. Esse saber, no entanto, não concerne a uma ética da vida?

Dois problemas se colocam nesta altura: 1) seremos responsáveis inclusive pelo *savoir faire* do inconsciente? É isso, afinal, o que Lacan pretendia dizer? O inconsciente amplia e gradua a noção de responsabilidade que, a partir dele, se coloca em perspectiva, em devir. “Lá onde isso era devo eu advir” talvez seja ainda a fórmula que lhe convém, dado que ela introduz o tempo da pulsão e seu circuito em retorno. 2) Se concedermos que se remonta assim a uma dimensão ética da vida, as formações do inconsciente não cessariam de testemunhá-la, e este seria tomado como sinônimo de vida, como queria D. H. Lawrence (Lawrence, 1972). O que pensar de tal ética, quais seriam suas implicações para o

pensamento analítico? Eis um ponto de partida para a elucidação deste segundo problema: a vida e sua ética (admitindo-se que esta exista) só podem ser uma única e mesma coisa.

O que os dois problemas têm a ver com o abandono *de* Deus? Do ponto de vista analítico, esse abandono (nos dois sentidos do genitivo latino) é uma faceta do eu, de modo algum pulsional. É o eu que abandona suas condições originárias e é nele que reside o sentimento do abandono, bem como a angústia que precede esse sentimento e costuma acompanhá-lo.

Felice Bauer, ressuscitada na escrita de Bueno, menciona uma bela e desconcertante novela de Kafka, *A taça de bronze*, cujo início teria guardado na memória: “Nas longínquas ilhas do Japão as árvores resolveram, um dia, conspirar contra o imperador, mas o vento levava até Sua Majestade todo o cochicho, qualquer murmúrio, coisa com que passou a divertir-se com esmerado empenho” (Bueno, 2007, p. 79). E ela prossegue, resumindo a narrativa:

O fantástico nesse manuscrito é que o Imperador acaba assassinado porque, ocupado em bisbilhotar o que lhe trazia o vento, se esqueceu de informar ao comando supremo das Forças Armadas que uma bárbara sedição contra o seu poder e glória estava em curso. Fico feliz,

diz então a copista recriada, em conclusão a essa página de seu diário, “quando Franz escreve assim, sem intervalos, como se possuído por um inquietante Deus ou pelas Moiras que, por sua pena, tenho visto, comunicam até mesmo os segredos do céu”.

Há uma inquietação que vem de Deus ou do destino, e se torna audível. Como não recordar a reverência de Lacan aos antigos que, diferentes de nós, ouviam as mensagens dos deuses, isto é, do inconsciente? O que merece especial atenção na atitude daquele imperador é o uso – à primeira vista ao menos – inteiramente inconsequente de sua sensibilidade, convertendo uma potência de escuta em mera diversão. Digo à primeira vista porque talvez quisesse a sedição e a morte.

O Imperador de *A taça de bronze*, o “Kafka” de *A copista...*e finalmente Bueno descrevem, pela dedicação feminina de Felice, uma espécie de circuito em retorno da existência. Cada qual assinala um estágio da pulsão, enquanto o circuito inteiro descerra o seu tempo. Tudo se passa como na análise de um sonho, ao nos aproximarmos dos pensamentos latentes, ativos. Graus ou alturas do real.

Guattari procurou reunir alguns eventos da vida de Kafka, sonhos e obras, incluindo as cartas, numa perspectiva do inconsciente, ou seja, tratou de reinstalá-los no curso do processo pulsional, captando o dizer do escritor como o traçado complexo e nuançado de uma vida, atribuindo, como faço, à sublimação – que designo preferencialmente por *sublime-ação*, o caráter de destino originário da pulsão. Desse modo, tudo se torna ensaio, esboço, obra inacabada, percurso errático que, ao mesmo tempo, deixa entrever uma direção superior, um sentido inaudito, “entre-céus”, como diria Wilson Bueno – a obra aberta, em transe, extra-pessoal ou impessoal, que parece gerada no futuro.

O efeito de enigma e a ambiguidade permanente, engendrados pelo texto kafkiano, devem-se, a meu ver, ao fato de que eles disparam no leitor, paralelamente ao seu nível de discurso literário manifesto, um trabalho de processo primário, através do qual se expressam as potencialidades do inconsciente de toda uma *época*. Daí a necessidade, a fim de apreender essa dinâmica, de não isolar os dados literários dos dados biográficos e históricos. (Guattari, 2011, p. 30)

As singularidades de um devir constituem, assim, o agenciamento coletivo de enunciação de que falam Deleuze e Guattari. Esse agenciamento, contudo, por mais que opere no campo da cultura (entendida de modo amplo), apropriando-se de seus meios, selecionando-os, introduz uma dimensão suplementar decisiva – a vida em suas condições superiores, virtuais, não exploradas. Antes de se referir às formações culturais de uma época, o caráter extra-pessoal da pulsão convoca exatamente essa dimensão, e com ela o que se encontra em germe no escuro do tempo presente, como quer Agamben. Coletivo tem assim um sentido mais profundo que aquele que se aplica ao *socius* humano, a menos que este

constitua uma comunidade originária, como acontece, por exemplo, nas cosmologias ameríndias estudadas por Viveiros de Castro e a seu modo. A pulsão, singular e extra-pessoal, demarca a abertura do humano e suas interações com o não-humano, e não teria como efetuar e ao mesmo tempo resguardar a abertura e as interações se não fosse diretamente *sublime-ação*, seu destino originário. Destino ético, porém não menos estético, reunindo existência e dizer em um único ato. Ao fazê-lo, reconduz o dizer e o existir à vida, na medida em que a vida, sob o aspecto da pulsão na práxis analítica, reanima uma coletividade originária, real e cósmica.

É um animismo superior, segundo o qual o dizer se constitui em medida e critério de toda avaliação. A digressão de Viveiros de Castro acerca dos povos indígenas isolados (Viveiros de Castro, 2019), que nunca acabam de reaparecer, seja na realidade ou na projeção “espectral” dos povos atualmente visíveis, é muito sugestiva para pensar esse animismo superior que, afinal, parece presidir a todos os outros.

É esse vínculo superior (existência-vida-coletividade originária), ali onde se manifesta uma *natura naturans*, onde a vida reatualiza sua força ativa originária, é esse vínculo que é evocado pela metapsicologia freudiana, quando se trata de estabelecê-la ao nível da pulsão, ou seja, clinicamente. Ora, não existe nada mais ativo que um dizer, razão pela qual ele repercute em todas as condições de existência. Não é num sentido metafórico, ou como força de expressão, visando fornecer, pelo excesso, uma noção dos limiares humanos, que Antonin Artaud assevera que não é mais possível ver um girassol na natureza sem passar por Van Gogh. Ele declara simplesmente que a pintura de Van Gogh, seu gesto pictórico, seu amarelo ouro, são diretamente cósmicos. São retornos do pensamento à vida e da vida ao pensamento. Por eles se renovam, em diferentes graus de potência, a sensibilidade do homem e seu poder de agir. Van Gogh (ou Kafka) é assim o nome de uma força existencial em exercício que, mais uma vez, põe em andamento a reprodução do homem.

Referências

- BERGSON, Henri (2006). *O pensamento e o movente*, São Paulo, Martins Fontes.
- BUENO, Wilson (2007). *A copista de Kafka*, São Paulo, Planeta.
- DELEUZE, Gilles (1997). *Crítica e clínica*, São Paulo, Editora 34.
- FORBES, Jorge (2012). *Inconsciente e responsabilidade, Psicanálise do século XXI*, São Paulo, Manole.
- GUATTARI, Félix (2011). *Máquina Kafka*, São Paulo, n-1 Edições.
- LACAN, Jacques (1976-77). *Le Séminaire. Livre 24 – L'insu que sait de l'une bévée saile à mourre*, inédito. <https://www.idixa.net/Pixa/pagixa-0605021577.html>
- (1992). *O seminário, Livro 17 – O avesso da psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar.
- (1998). *Escritos*, Rio de Janeiro, Zahar.
- (2003). *Outros escritos*, Rio de Janeiro, Zahar.
- (2007). *O seminário, Livro 23 – O sinthoma*, Rio de Janeiro, Zahar.
- LAWRENCE, David Herbert (1972). *Phantasy of the unconscious and Psychoanalysis and the unconscious*, Great Britain, Penguin Books.
- NIETZSCHE, Friedrich (2011). *A vontade de poder*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2019). *Brasil, país do futuro do pretérito*, São Paulo, n-1 Edições, série Pandemia.

ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A SUBJETIVAÇÃO SIMBÓLICA NO MÉTODO JUNGUIANO

LILIANA LIVIANO WAHBA

*A razão é uma breve zona de claridade
analítica que se abre entre dois
estratos insondáveis de irracionalidade.*

José Ortega y Gasset

*So meaning is a moment and a transition
from absurdity to absurdity, and absurdity
only a moment and a transition from meaning to meaning.*

Carl Gustav Jung, Red Book

Jung é reconhecido como um nome notável na psiquiatria moderna psicodinâmica de início de século XX, expoente principal do renomado hospital psiquiátrico Burghölzli, na Suíça e colaborador direto de Eugene Bleuler, ambos dedicados ao estudo e tratamento da *daemencia praecox*, depois denominada de esquizofrenia por Bleuler (Ellenberger, 1970).

Há de se destacar ainda sua inserção no movimento em prol da constituição de uma Psicologia de cunho científico e de caráter unificado,

como demonstrado por Sonu Shamdasani (2006), em *Jung e a construção da psicologia moderna*. A compreensão de fenômenos psíquicos estaria sempre associada ao entorno cultural e à natureza fundamental constituinte do ser humano. Portanto, Jung se interessava em estudar os avanços científicos da época em distintas áreas de conhecimento (Física, Etnologia, por exemplo) assim como fenômenos religiosos, simbolismos míticos, alquimia, entre outros.

Se Progoff (1953, p. 221) destaca que: “Ele desenvolveu uma concepção da natureza cognitiva do ser humano”, de acordo com Barreto (2008), Jung buscou recuperar, para a consciência moderna, a sensibilidade simbólica, uma possível saída para o niilismo ético.

Trata-se de um pensador que, imbuído do espírito científico de sua época, aplicava o mesmo rigor às incursões na dimensão irracional do ser humano, posto que a razão seria sempre, por sua natureza, limitada. Incursões que extrapolavam a história individual, estendidas à história da natureza humana universal. Projeto ambicioso, certamente, e sujeito a críticas, entretanto, em grande parte, decorrentes de desconhecimento das premissas de seu autor.

Diga-se que Jung não facilitou a tarefa de seus defensores, escrevendo por vezes de modo quase hermético, com profusão de paralelos sofisticados e incursões no gnosticismo, alquimia, religião e definições aparentemente contraditórias, particularmente ao referir-se aos arquétipos que possuem história e, ao mesmo tempo, a transcendem.

O pensamento pelo qual é reconhecido popularmente o identifica com uma vertente metafísica, sem reconhecer no autor princípios filosóficos que embasam uma compreensão de mundo que não se confunde, para ele, com o olhar discriminador e da observação apurada e rigorosa, aplicada a todas as áreas do saber (Wahba, 2017).

Assim, temos postulados desde a juventude:

O homem vive na fronteira entre dois mundos. Ele provém da escuridão de um mundo metafísico, passa como um flamejante meteoro através do mundo fenomenal e então parte em direção ao infinito. (Jung, 1983, s/p)

E, de outro lado, descrição de atitudes distintas para conhecimento (geral) e para compreensão (individual):

Esse conflito não pode ser resolvido por um/ou, mas somente por um tipo de pensamento de dupla mão: fazer um sem perder a visão do outro. (Jung, 1978a, par. 496)

O irracional em ciência, para Jung, não significa se deixar levar indiscriminadamente. Shamdasani (2006) expõe que Jung embasou seu método científico e terapêutico inicialmente na teoria do pragmatismo e do pluralismo de William James, implicando que sempre haveria algo inatingível no conhecimento. No entanto, Jung depois abandona o pragmatismo, ainda que mantivesse os princípios da sabedoria prática. Barreto (2012) se refere ao princípio filosófico para a psicoterapia em Jung – que pode ser aplicado para a atividade científica – da “sabedoria prática” (ibid., p. 56), que visa alcançar a realização da natureza humana, buscada no aqui e agora de cada situação.

O presente capítulo, portanto, assinala alguns aspectos do que se entende por método junguiano a partir das premissas de Jung com apontamentos de autores pós-junguianos referendados no criador da atualmente denominada psicologia analítica ou psicologia junguiana. Propõe-se assinalar alguns princípios que embasam esse método e sua epistemologia subjacente aplicável ao conhecimento da psicologia, particularmente, na pesquisa acadêmica. Pesquisadores da comunidade junguiana internacional têm dado destaque à pesquisa “empírica” em psicologia analítica, buscando relações com outras disciplinas e validando conceitos e aplicabilidade clínica (Roesler, 2018).

Os itens destacados são propostos em forma de questionamentos que se dão na escolha do objeto de estudo e na forma de tratá-lo.

Abordagem do fenômeno pesquisado sob o ponto de vista de uma população ou do sujeito

Shamdasani (2006) descreve a atenção que Jung dava ao *status* da psicologia científica, em que um dos maiores desafios era diferenciar o individual e o geral.

A obra *Tipos Psicológicos* (Jung, 1976a), de 1921, uma revisão da história do pensamento, visou postular uma psicologia geral, desafio que Jung não abandonou posteriormente. Diante da dificuldade, em função do objeto de estudo ser o próprio ser humano e dado que a generalização constitui requisito de toda ciência, a Psicologia somente poderia se situar em ambas as vertentes: individual, na prática, e geral, na teoria científica.

Diante do desafio da Psicologia, que devia lidar com o homogêneo universal e as particularidades heterogêneas da consciência, teorias de tipos psicológicos surgiram para procurar compreender algumas características que agrupassem individualidades e modos de processar a consciência. Mas, ainda que se encontrassem pessoas com certas tendências de funções psicológicas e de atitudes em comum, teorias específicas teriam mais aceitação para cada grupo e, portanto, a questão não resolvida continuava, pois, se cada autor atraísse aqueles que se identificassem com sua tipologia, poucos conceitos manteriam validade universal.

Jung via nesse dilema a antiga distinção irresolúvel entre ciências humanas e naturais e, em seus últimos escritos a respeito desse debate, ele afere que, apesar de não haver garantias de uma explanação certa, a Psicologia observa como os processos psíquicos vêm à consciência, subjazendo, portanto, a todas as ciências. Certamente, fica sem resposta a atribuição de caráter científico à Psicologia, dilema que o autor encerra de modo original: a ciência, ao nascer na psique do pesquisador, depende em última instância da psicologia, pois a psique é “a mãe de todas as tentativas de compreender a Natureza” (Adler e Jaffé, 1975, p. 567).

Saída elegante que não resolve a problemática proposta, o que não é prerrogativa do método junguiano, mas da investigação em psicologia. Algumas vertentes psicológicas vinculadas à sociologia se prestam mais a generalizações, quase impossíveis na psicologia profunda ou de cunho

fenomenológico-existencial sem isolar comportamentos. Estudos e casos clínicos, por sua vez, são essencialmente subjetivos, assim como reflexões deles derivadas.

Na prática, trata-se da distinção entre métodos qualitativos e quantitativos, estes últimos possibilitando generalização quando realizados com populações amplas o suficiente e randomizadas. A generalização da teoria, de outro lado, baseia-se em evidências clínicas, particularmente aplicadas às teorias de desenvolvimento e à descrição de transtornos.

Ao aplicar técnicas ou observar operacionalidade, a distinção entre eficácia e efetividade distingue os métodos quantitativos dos qualitativos, das grandes amostras e dos discursos singulares.

A metodologia de pesquisa sob parâmetro experimental ou clínico

Jung desafiou os dogmas da psicologia acadêmica do século XX segundo os quais só se validava o método de experimentação e estatístico. Considerava que tal método impõe condições limitantes à natureza, forçando-a a dar respostas às questões formuladas pelo homem e afetadas por um viés psicológico. Ele criou sua teoria no contexto da condição moderna de sua época, com crítica ao materialismo científico vigente. Sua contribuição foi essencial para a fundamentação da Psicologia como corpo de conhecimento na ciência moderna nos primórdios do século XX. Refutou a psicologia acadêmica de cunho experimental unívoco e prioritário e, segundo Jones (2007), teve o vislumbre a respeito da emergência do significado como objeto das ciências humanas, particularmente da Psicologia. Hauke (1998) atribui a sua teoria uma revisão pós-moderna do espírito humano, acompanhando o desenvolvimento da ciência, das artes e da sociedade.

Sem negar a experimentação e a causalidade, postulava que estas são insuficientes para a compreensão do fenômeno psíquico e de como este se expressa em cada indivíduo, pois o princípio da causalidade seria apenas relativamente válido. Os estudos sobre sincronicidade, particularmente

estimulados por sua vinculação com a física quântica e sua amizade com Wolfgang Pauli nos anos 1930, o levaram a realçar o *continuum* matéria-espírito. No texto sobre “Sincronicidade”, Jung (1978c) advoga a possibilidade de eventos acausais.

Em 1957, em “Presente e futuro” (Jung, 1978a), continuou a discussão a respeito dos métodos estatísticos aplicados à Psicologia e a diferenciação entre o único da individualidade e o geral explicativo das ciências. Contrapôs a compreensão – do individual – ao conhecimento – da teoria –, consistindo o método na psicologia médica em remeter o postulado das questões ao próprio objeto de estudo, sem que o experimentador as escolhesse de modo livre e arbitrário.

Jung respondeu à problemática advogando a necessidade de um equilíbrio entre compreensão e conhecimento e, apesar de criticar as limitações do método experimental, propôs que este fosse ampliado em vez de abolido, pois, segundo ele, permanecer exclusivamente no modelo experimental positivista e empirista deixaria de levar em conta o irracional, arriscando aplicar métodos de inquérito impositivos e condições, deturpando o observado. “A natureza é impedida de responder a partir da plenitude de suas possibilidades, já que essas possibilidades são restringidas ao que seja praticável” (Jung, 1978c, par. 864). Asseverava, entretanto, que o valor heurístico de uma teoria se fundamenta em sua aplicabilidade e na possibilidade de estabelecer alguma predição.

A obra *Tipos Psicológicos* (1976a), que somente tem um de seus capítulos destinado à tipologia – mais do que uma caracterologia –, buscava apreender, na medida do possível, alguns componentes subjacentes de modos de conhecer que pudessem, de certa forma, tornar compreensível a multiplicidade da apreensão. Ou seja, há distintos modos e perspectivas de apreensão de um fenômeno.

Apesar de que poucos possam pensar que a psicologia possa ser escrita *ex cathedra*, atualmente a maioria de nós está convencido que uma psicologia objetiva deve ser fundada sobretudo na observação e experiência. Esse fundamento seria o ideal desde que isso fosse possível. (Jung, 1976a, par. 9)

Portanto, a questão não seria propriamente a respeito da adequação do método a aplicar, mas à delimitação do problema que se busca compreender, identificar, conhecer. Em diversas pesquisas conotadas com métodos mistos (Creswell, 2010), após uma identificação geral, parte-se para compreensão particular; por exemplo, em pesquisa de comportamentos de *bullying* em uma escola, após aplicado método estatístico quantitativo com a população daquela escola (modelo experimental), seleciona-se alguns participantes para entrevista em profundidade (modelo clínico), analisadas qualitativamente. Trata-se de um modelo de entrelaçamento de conhecimento com predições possíveis e compreensão de subjetividades particulares.

Um aspecto não menos importante se refere à comunicação. Como será comunicado o resultado à comunidade científica? Se, de um lado, importa delimitar noções, há de se levar em conta o que aquilo pode suscitar no receptor. A linguagem foi e continua sendo objeto de debate e a atenção à linguagem foi destacada em distintos momentos da obra de Jung, por exemplo, nos estudos de Associação de Palavras com famílias, em que reconheceu estruturas linguísticas comuns. Dada a ênfase ao simbólico e imagético, sua atenção se estendeu à linguagem irracional; distinção entendida na psicanálise entre um pensamento dirigido, mais racional e objetivo, e outro não dirigido, permeado pela livre fantasia.

Um estudo sobre a linguagem na obra de Jung foi realizado por Schmitt (2011) no qual se verificou a modulação da linguagem e sua interface entre pensamento dirigido e não dirigido: a linguagem é veículo de expressão de ambas as modalidades de pensar. E, ainda, atitudes se baseiam inconscientemente em sentenças linguísticas, nas quais afetos se associam a conceitos que adquirem poder de atração (Jung, 1978b). O componente emocional não racional está, portanto, imbricado ao componente conceitual, o que denotou outro aspecto de caráter inovador à luz das teorias da neurociência posteriores ao período de vida do autor. Estudos clínicos embasam suas premissas nas nuances da linguagem e nas distintas segmentações discursivas efetuadas pelos participantes de pesquisa.

A variabilidade de possibilidades de trocas entre emissor–receptor e a complexidade da linguagem acrescem a dificuldade de unificar postulados

científicos e, dada a diversidade de nomenclaturas e restrição de entendimento – que não pode ser garantido a partir de diferentes teorias e pontos de vista –, a pesquisa necessita delimitar seus conceitos e noções empregadas, evitando polissemia e, ainda assim, a comunicação por vezes se restringe a circuitos matriciais sem ampliar interlocutores.

Shamdasani (2006, p. 80) assinala um fator relevante:

Independentemente de que aquilo a que esses conceitos se referem exista ou não, eles sem dúvida transformaram a experiência subjetiva ao reformatar a linguagem usada para falar sobre isso, e criaram uma nova forma de sensibilidade.

A subjetividade da pesquisa e o método científico

Ao considerar-se um pragmático empírico, Jung entendia o campo de observação como a experiência do humano. Quando se autodenominava empírico, sua referência era a realidade psíquica, perante a qual a sensação externa e a percepção interna estão entrelaçadas: *esse in anima* significa que a fantasia é constituinte da realidade humana.

Evidencia-se tal pressuposto na denominação *construtivo* que dá a seu método empírico-comparativo, cujos conceitos necessitam ter utilidade prática em uma abordagem empírica e fenomenológica, por vezes denominada sintética/ hermenêutica,

A fim de elucidar o modo de apreender a realidade psíquica – que se encontra entre o objetivo e o subjetivo, na intersubjetividade –, parte-se de observação empírica do fenômeno pesquisado, classificando os dados até inferir uma correspondente teoria estrutural (Jung, 1976a). Penna (2013) operacionaliza o pensamento simbólico que se dá mediante comparações e analogias entre diversas áreas do conhecimento. A compreensão dos fenômenos, ou seja, a análise do material coletado é realizada por meio do processamento simbólico – cerne da obra de Jung –, que constitui

a ferramenta chave da metodologia junguiana. Há uma integração das funções da consciência nesse processo que promove uma produção de conhecimento de ordem intelectual, perceptiva, valorativa e intuitiva.

Pode-se dizer que a compreensão do fenômeno, por meio da dimensão simbólica, alia a descrição, a experimentação – que adquire caráter de indagação em direção ao que não é revelado em primeira instância apenas pelo observável –, e a comparação ampliada, num circuito de busca de sentido hermenêutico.

Em suma, o dilema da subjetividade acompanha o de se postular a Psicologia como ciência – veja-se o individual e o geral –, e aqui a coerência do pensador se revela ao expressar que se abandona a busca do verdadeiro ou correto para produzir a “verdadeira expressão”, aquilo que é percebido subjetivamente.

Para o propósito da psicologia, penso que o melhor é abandonar a noção de que possamos estar numa posição que permita fazer afirmativas sobre a natureza da psique que seja “verdadeira ou “correta”. O melhor que podemos alcançar é verdadeira expressão. Por verdadeira expressão entendo uma confissão aberta e uma apresentação detalhada de tudo que é subjetivamente observado. (Jung, 1979, par. 771)

No entanto, tal subjetividade, tomada ao extremo, levaria a observações erráticas sem rumo, e o autor repetidamente demonstrou a importância de referenciais norteadores, asseverando, contudo, que toda verdade é transitória, posto que novos conhecimentos eventualmente virão substituí-la. Se, de acordo com Morin (2000, p. 19) “conhecer é dialogar com a incerteza”, para a construção do conhecimento, tanto na clínica como na pesquisa, não deixam de serem necessárias a formulação e o método.

A esse respeito, Samuels (1989) enfatiza a multiplicidade ou a complexidade em que a experiência pessoal exemplifica teorias contraditórias: por exemplo, dar primazia a fatores inatos ou ambientais no desenvolvimento da personalidade, ou ainda, mais pertinente, uma

combinação de ambos. E faz a pergunta que um paciente hipotético faria: fui abandonado por minha mãe por ser não querido, ou ela era louca? Ou, desafortunadamente, ambos são verdadeiros?

A psicologia analítica foi cunhada, no início, por Jung de “psicologia complexa”, referindo-se ao estudo dos complexos. De fato, toda teoria psicológica de vertente psicanalítica/analítica será sempre “complexa”, assim como o seu método de elucidação, em interfaces consciente–inconsciente.

Aspecto crucial foi a consideração ao inconsciente – permeando a obra toda de Jung. Humbert (1996) explicita o método de apreendê-lo descrito nos *Seminários das visões* (Jung, 1976b) e que pode ser aplicado a momentos do percurso do pesquisador. A consciência empreende três atividades: *Geschehenlassen* (deixar acontecer); *Betrachten* (considerar, impregnar) e, finalmente, *Sich auseinanderstzen* (confrontar-se com), ou seja, o ciclo inicia-se com a entrega e se encerra com a tomada de consciência do processo.

Transposto à pesquisa, dar-se-ia no primeiro momento um “deixar acontecer” a partir da questão proposta inicial. Esse deixar acontecer não é inativo ou produto somente de fantasia. A busca em base de dados, de teorias subjacentes, empreendidas conscientemente, é acompanhada de suspensão de julgamento para encontrar algo inusitado que chame a atenção, como uma paisagem na qual, perambulando receptivamente as sensações, se detém em algo que ressalta.

O momento seguinte, da “consideração”, é aquele no qual se propõem problemáticas, objetivos, percursos, contrapõem-se teorias e pressupostos, efetivam-se escolhas, momento tenso de embate e muitas vezes de dúvidas extremas: vou conseguir algo relevante? Esse problema tem alguma importância? Deveria desistir e buscar em outras fontes? O pesquisador considera, escolhe, diferencia.

A “confrontação” ocorre ao final da pesquisa, quando surge a compreensão do que foi investigado, do que foi processado; há uma elaboração de resultados, do objetivo inicial, conclui-se algo, incorpora-se o esperado e o inesperado, coagula-se. Nesse momento, aplica-se também

o corte e a delimitação; há uma tendência a continuar fluindo, abrindo possibilidades; sacrifica-se essa abertura, pois a conclusão se faz necessária. Outras aberturas virão.

A neutralidade objetiva ou a subjetividade do pesquisador

Jung participou do debate a respeito da subjetividade do cientista que, de acordo com Morin (2000), precisava ser restaurada, posto que o sujeito havia se tornado invisível no paradigma da objetivação e da explicação, perdendo-se o elo entre produto e produtor. Rocha Filho (2003) e Hauke (1998) retraçam as descobertas no campo da física quântica no século XX – que Jung acompanhava –, cujos conceitos como probabilidade, relatividade e incerteza demoliam a imutabilidade e reconhecia-se a influência do observador sobre o fenômeno observado, ou seja, o sujeito contribuía para construir a realidade. O estudioso de paradigmas científicos Thomas Kuhn (1973) estabelece alguns critérios de objetivação, mas entende que, de fato, serão referendados pela valoração subjetiva do pesquisador, dependendo de características pessoais e da inserção histórica.

Perante a dualidade objetivo–subjetivo ou nominalismo–realismo, Jung propôs uma combinação no processo psicológico, o *esse in anima*, constituinte da realidade viva, pois só podemos perceber imagens formadas em nossa mente; seria esta a entrada para a magnitude e pujança da formulação simbólica em sua teoria.

Posto que todo conhecimento é sujeito à constelação psicológica subjetiva do investigador, Jung (1976a, par. 9) traz o conceito de “equação pessoal”, que denota a existência de uma subjetividade inerente a todo ponto de vista. De modo que propôs uma teoria dos determinantes subjetivos da equação pessoal.

Nesses determinantes, a fantasia, a imaginação criadora e a ativação da função intuição, permeadas por símbolos que representam a possibilidade de confluência do inconsciente com o consciente, aliam-se à

observação apurada e à classificação do que é observado. Pilard (2015) destaca que Jung resgata na ciência a intuição como uma função da consciência, a qual é ativada particularmente na fantasia criativa e no adentrar da dimensão inconsciente.

Ao realçar a imaginação na atividade de pesquisa, Romanyshyn (2007) credita à subjetivação do pesquisador um componente de entrega ao inconsciente que se constitui como sua “ferida de pesquisador”, inerente a toda pesquisa empreendida com motivação genuína. Em inglês, “*re-search*”, denota, segundo o autor, uma procura de alguma conexão perdida da alma, metaforicamente, o reencontro do mundo, a descoberta do novo e a recuperação de um modo de habitar.

Determinismo ou abertura

A pesquisa constitui uma indagação e, portanto, não pode ser determinada de antemão. O método requer planejamento, estratégias em um campo que permanece em aberto. Uma das críticas à teoria junguiana advoga seu caráter determinista devido à noção de arquétipo e de finalismo. Isso afeta o método que lhe é próprio?

Papadopoulos (2006) destaca a função teleológica/finalista do conhecimento, entendida metodologicamente como uma finalidade construída à medida que o conhecimento se gera; neste, ocorre uma observação participante, uma construção do conhecimento em interação. A estrutura da psique fundamenta a emergência de significados que somente podem ocorrer de modo contingente, provendo conexões significativas, ou seja, uma epistemologia contextualizada que não perde sua finalidade.

Importa entender a finalidade em Jung de modo processual, modulado pela experiência, não dada aprioristicamente. Em diversos escritos, o autor enfatizou tal diferenciação, contrária à concepção corrente de que se “contém a ideia de um fim ou alvo antecipado” (Jung, 1978d, p. 4), preferindo o termo finalismo a teleológico. O finalismo está atrelado à concepção da psique, promotora de um processo de autossustentação compensatória, visando ao melhor alcance possível de sua plenitude.

Quanto à denominada leitura simbólica, esta é sempre processual e contingencial, não havendo em pesquisas o mesmo significado para todo símbolo semelhante encontrado, o que é explícito no autor em carta a Kurt Plachte de 1929:

A verdade é sempre relativa a uma determinada situação. Enquanto o símbolo for a resposta verdadeira e, portanto, capaz de solucionar uma situação que lhe corresponda, ele é verdadeiro, válido, absoluto. Mas, se a situação mudar e o símbolo continuar simplesmente perpetuado, ele nada mais é do que um ídolo que atua de modo empobrecedor e embrutecedor, pois só age inconscientemente e não dá nenhuma explicação ou esclarecimento [...]. O símbolo é ensinamento, o ídolo é deslumbramento. (Adler e Jaffé, 1975, p. 59)

Outros psicólogos da atualidade denotam a função antecipatória da psique e da imaginação, aproximando-se de uma compreensão finalista. Moreira Leite (1987) destaca que, além da função compensatória para as frustrações, apontada por Freud (1976), muitas fantasias apresentam uma “predição da experiência” (Moreira Leite, 1987, p. 87) e preparam para a realidade, permitindo estabelecer etapas para objetivos futuros. E mais, há fantasias, que o autor denomina criadoras, que constituem uma “forma de reestruturar ou recriar a realidade” (ibid., p. 88). Autores junguianos certamente concordam com tal concepção, diga-se, antevista por Jung quando as primeiras teorias da psicologia profunda foram formuladas.

O método, portanto, se constrói a partir de premissas e de hipóteses, percorrendo o desenho da pesquisa até a revelação de resultados; o finalismo serve como norte de busca de um sentido, do que fará sentido e se conectará à teoria, não antecipando o que será revelado e que, muitas vezes, apontará contradições na própria teoria, como se espera da ciência em andamento.

A pesquisa junguiana e a hermenêutica dos símbolos

A teoria junguiana parte da visão estrutural do inconsciente estruturalista que Samuels (2008) assinala ser compartilhada – com nuances

de cada – por psicanalistas como Klein, Lacan, Spitz e Bowlby. Hoje em dia, na interface de neurociências e psicanálise, entre alguns expoentes, temos Alan Schore (2003), Mark Solms (2018), Daniel Stern (1985) e Jean Knox (2011), que descrevem sistemas neurais em níveis sobrepostos de complexidade para a regulação do eu.

O pressuposto estrutural, para Jung, apoia-se na teoria dos arquétipos que, em si, constituem pura abstração, um modo de nomear aquilo que subjaz à modulação universal da psique de seres humanos, por sua vez, um contínuo na escala da evolução. Constitui, no entanto, um equívoco – cometido com frequência – atribuir uma personificação ou um determinismo de pensamento ou de ação aos arquétipos. Estes seriam somente princípios organizacionais que embasam distintas manifestações conforme o meio histórico-cultural e a experiência pessoal. Compreende-se o substrato arquetípico como um fato emergencial contextualizado conforme o momento de sua manifestação.

O assinalamento coletivo na formulação da teoria arquetípica responde, em parte, à busca enunciada de alguns componentes identificáveis para uma teoria geral e universal em psicologia.

Apesar de manter-se um empírico na observação de fatos psíquicos coletivos e individuais, Jung distanciou-se do pragmatismo para considerar o irracional, entendido menos como antirracional, mas como “extrarracional”, isto é, o que não se pode fundamentar na razão (Jung, 1976a, par. 774)¹. Concluiu que o pragmatismo leva à resignação e à secura da criatividade, e que o conflito dos opostos não pode ser resolvido mediante conceitualização.

Importa destacar a perspectiva junguiana de conjugação entre o ego – centro da consciência – e o desconhecido – inconsciente – sem uma entrega às cegas ao irracional, o que constitui a essência do processo denominado de função transcendente, a operação que possibilita uma mudança de atitude, uma nova perspectiva mediadora entre instâncias

1 A distinção feita por Ortega y Gasset (1958) elucida essa temática. Diferencia razão de racionalismo; a primeira, se fundamenta e finda no irracional, o segundo, impõe um modo de ser.

opostas. A mediação é possibilitada pela emergência de produtos espontâneos da psique, os símbolos, que constituem a melhor expressão possível de algo relativamente desconhecido (Jung, 1978e).

Jung certamente enfatizou uma função prospectiva simbólica, mas não deixou de assinalar o componente regressivo, as fantasias infantis que não produzem transformação e que necessitam serem trabalhadas. Em pesquisas, esse enviesamento se dá por meio da interpretação unívoca de símbolos – paradoxalmente reduzidos a explicações –, assinalando frequentemente um movimento regressivo de inconsciência dos pesquisadores envolvidos, aferrados a ideias e proposições que não conseguem abandonar.

Adams (2004) e Colman (2006) são autores pós-junguianos que diferenciam, na prática clínica, a manifestação de distintos tipos de fantasia e, este último, propõe a distinção entre uma “imaginação” e um “imaginário”, em que a imaginação autêntica necessita se defrontar com a falta, sem escapismos ilusórios onipotentes que procuram evitar a constatação da própria fragilidade.

Quanto à noção de arquétipo, atualmente, tem-se empregado mais a adjetivação de arquetípico, entendido como a condição humana universal vinculada a emoções básicas, como o amor, a agressividade, o medo. Contudo, não há pesquisa que permaneça nesse estrato de abstração – a não ser que seja uma revisão teórica – sem se vincular a complexos pessoais ou coletivos. Um exemplo seria uma pesquisa que aborde o vínculo mãe-bebê, cujo substrato universal é a maternagem, seja ela presente ou ausente, delimitando uma problematização de cunho social – como se apresenta a maternagem em determinada época ou local – ou individual-clínico – o que ocorre com a maternagem em determinada família ou díade. O componente simbólico se apresentaria na narrativa dos participantes da pesquisa, ou seja, qual o sentido emergente, qual a tessitura dessa narrativa, como ressalta a subjetividade e quais imagens a compõem.

Algumas pesquisas, particularmente quando usam leitura imagética e amplificação e analogias (Jung, 1978e e 1980), lidam diretamente com símbolos. Entretanto, toda realidade é simbólica e faz parte da interpretação auferida às informações de algum modo, mais direto ou indireto.

A leitura simbólica faz parte dos estudos de caso clínicos. Um exemplo é o estudo de caso de criança com suspeita de abuso sexual, no qual os desenhos apontaram conteúdos simbólicos de erotização precoce e depressão não expressos no comportamento aparente; ou um estudo com crianças em situação de violência cujos sonhos e desenhos revelaram experiências traumáticas não previamente verbalizadas. Outro exemplo é de uma pesquisa com oficinas criativas para investigar problemáticas de adolescentes mediante narrativas orais e em desenhos: a leitura imagético-simbólica aprofundou as narrativas orais ao adentrar na dimensão inconsciente. Estudos mistos com testes e entrevista permitem ampliações simbólicas, como um deles realizado com médicos por meio de instrumento para medir afetos e entrevistas em profundidade. Nesses trabalhos o olhar simbólico se evidencia.

O que dizer de uma pesquisa essencialmente quantitativa que buscou levantar motivações e comportamentos de sexo casual por meio de questionário *on-line*? A discussão após o tratamento de dados empreendeu, a partir da teoria e da prática clínica, uma discussão sobre o não falado no discurso relacionado a esse fenômeno da contemporaneidade, por exemplo, aquilo que foi entrevistado simbolicamente a respeito da virilidade masculina e de projeções e fantasias anímicas. Uma forma de aprofundar e ampliar essa leitura se daria, como frequentemente é realizado, ao completar um estudo quantitativo com entrevistas semidirigidas ou livres.

A ética do conhecimento

Jung é um pensador que enfatizava a fundamentação ética do conhecimento. No volume 10 das Obras Completas – *Civilização em transição* (1978f), com maioria de escritos após a Segunda Guerra Mundial – e a catástrofe que resultou da ciência aplicada ao terror –, essa ênfase ética é ressaltada, vinculando a consciência individual à comunidade ética. Aparece, entretanto, desde os primeiros textos, quando, por exemplo, descreve o procedimento da imaginação ativa com sua vertente estética e compreensiva, às quais não pode faltar o componente de responsabilidade

ética, ou seja, o que se faz com o que se descobre a respeito de si. Em *Memórias, sonhos, reflexões* (1961) enfatiza que o *insight*, decorrente do trabalho simbólico imagético, deve se converter em obrigação ética.

Na atividade científica, podemos inferir, a partir do autor, ser necessária profunda consciência do presente e do porvir, com cautela para inovações e descobertas científicas pouco avaliadas que, acompanhadas da falta de sentido contemporânea que leva à neurose, pode contaminá-las. Em “Presente e futuro” (Jung, 1978a), denunciava a massificação do método estatístico acompanhando o *Homo consumericus*, sujeito ao hiperconsumo e à massificação. Ou seja, os sistemas impessoais que imperavam no domínio social, o mercado e as técnicas, também dominariam os sistemas de produção de conhecimento.

Algumas armadilhas no percurso

Sem a pretensão de instituir um manual normativo e muito menos preditivo, apontam-se algumas fontes de enviesamento que costumam ocorrer no processo de pesquisa:

a) *O desejo do pesquisador se antepõe ao que se observa.* Uma diferença importante a destacar se refere às hipóteses e teorias que as embasam. Por exemplo, o pesquisador quer investigar se o senso de autonomia em crianças é estimulado com atitude de continência e asseguradora dos pais, duas variáveis associadas. Esse poderia ser um pressuposto norteador, o qual não deve se impor ao que se infere dos resultados. Frequentemente o pesquisador “enviesa” sua observação em função do que quer encontrar, tornando irrelevante o que de fato encontra. Há pesquisas que abrem o campo de observação para aquilo que emergir sem determinar as covariâncias, no caso, pesquisar o senso de autonomia; são duas modalidades igualmente válidas, desde que respeitado o contexto e o que se infere dos resultados.

b) *Frustração com resultados que não confirmam hipóteses iniciais.* É gratificante confirmar hipóteses – invalida a hipótese nula – que

corroboram o “tino” do pesquisador. E quando acontece o contrário? Por exemplo, estudar crianças em ambientes de extrema pobreza e associar a sentido de vulnerabilidade, mas, contrariamente, após definir a noção a partir de parâmetros, concluir que não se verificou tal relação. A invalidação da hipótese necessariamente abre outras, o que constitui o mérito da curiosidade científica. Hipóteses confirmadas validam conhecimento e, certamente o narcisismo do pesquisador, mas podem ser menos desafiadoras do que aquelas duvidosas e não confirmadas desde que o trabalho tenha sido conduzido com escrutínio e bem apoiado teoricamente.

c) *Desconsiderar a contratransferência.* Quando o pesquisador, atento a sua percepção científica, deixa de levar em conta a imersão emocional, pode ser levado a estados de exaltação ou de desânimo que obscurecem suas inferências. Posto que toda pesquisa se atrela à equação pessoal, e o campo que se institui envolve pesquisador, participantes, ambiente e método, a ressonância emocional estará sempre presente. Muitos pesquisadores sonham com a pesquisa, ou a pesquisa “sonha” por eles. A atenção a ideias, emoções, intuições, sensações, sentimentos, faz parte desse campo e necessita ser observada e compreendida.

d) *Incorrer em afirmações categóricas fechadas.* Esse aspecto é evitado em pesquisas qualitativas que não são passíveis de generalização e somente um pesquisador incipiente e incauto comete tal deslize. O que dizer das pesquisas baseadas em evidências estatísticas? A corroboração estatística permite de fato generalizar, mas a estatística somente aponta e, sob condições distintas, pode apontar para outro resultado. A validação científica permanece válida até que uma nova validação se lhe anteponha.

e) *Incorrer em superficialidade de conclusões.* Engano que decorre do anterior e ocorre quando o pesquisador se satisfaz com o que encontrou quando valida suas hipóteses sem abrir novos questionamentos. A norma de concluir artigos com limitações e pesquisas futuras serve para publicar, mas, essencialmente, visa manter a indagação em aberto e prover desdobramentos.

f) *Literalizar o símbolo*. Este é um alerta particular aos junguianos: símbolo deixa de ser símbolo quando literalizado, reificado; a compreensão simbólica abre dimensões desconhecidas, penetra em tessituras ideativas emocionais, transita nas bordas da compreensão. Um exemplo seria o de apreender em narrativas simbólicas de adolescentes sua ambiguidade de gênero e interpretar como um desejo de mudança factual. O fato poderá ou não se dar, mas, no momento de apreensão, trata-se de entender esse imaginário, o que significa para o adolescente, a quais paragens é conduzido, e como isso atinge a psique de quem observa. O reducionismo simbólico vem junto e consiste em atribuir significados iguais independentemente de contexto.

g) *Desvincular a pesquisa de seu efeito nos participantes*. Protocolos éticos servem em princípio para atenuar essa possibilidade ao exigir informação precisa e esclarecimento com previsão de encaminhamento caso necessário ou solicitado. Eles, entretanto, não contemplam a relação pesquisador-participante, planejada até certo ponto e sujeita a surpresas do encontro. Um exemplo se deu em uma intervenção em escola de ensino médio quando uma participante buscou a pesquisadora pedindo que falasse com a mãe para lhe explicar a necessidade de terapia (para si). Ou, em pesquisa com casais para investigar atitudes perante tarefas de casa, desvendaram-se projeções entre eles antes ocultas, o que despertou inquietação em alguns. Posto que esses desdobramentos são, na maioria das vezes, imprevisíveis, o pesquisador necessita de atenção aos efeitos da imprevisibilidade, incluindo-os no desenvolvimento da pesquisa.

Concluindo

Zoja (2005) aponta que a grande revolução da psicanálise no mundo moderno foi a de ter criado uma nova subjetividade. O método junguiano, pode-se dizer, investiga a subjetividade atribuindo à pesquisa a

criação de linguagens e de formas de sensibilidade aplicadas à explanação ou à compreensão. Estas são subjetivamente moduladas em constante consideração ao Outro(s), o qual é apenas parcialmente apreendido.

Visa responder a necessidades da época, do entorno, de entraves e aberturas que a cultura oferece, de dores e expectativas, sofrimentos e oportunidades. A psique do observador partilha da psique do observado e sua atitude e grau de consciência determinam um fazer.

O fazer nas ciências humanas atrela-se a um método que respeite a subjetividade do pesquisador e a integridade do sujeito de pesquisa, perpassados por uma linguagem entendida como científica e conceitual, mas também simbólico-metafórica, reunindo imagem e palavra em narrativas de significado.

Finalmente, pesquisar é indagar: quem somos, como e onde estamos, como afetamos os demais e como por eles somos afetados, o que sonhamos e aspiramos, para onde nos dirigimos e como o fazemos.

Referências

- ADAMS, Michael Vannoy (2004). *The fantasy principle: Psychoanalysis of the imagination*. New York, Brunner-Routledge.
- ADLER, Gerald e JAFFÉ, Aniela (ed.) (1975). *C. G. Jung Letters -2, 1951-1961*. Princeton, Princeton University Press.
- BARRETO, Marco Heleno (2008). *Símbolo e sabedoria prática. C. G. Jung e o mal estar da modernidade*. São Paulo, Loyola.
- (2012). *Pensar Jung*. São Paulo, Paulus.
- COLMAN, Warren (2006). Imagination and the imaginary. *Journal of Analytical Psychology*, v. 51, n. 1, pp. 21-41.
- CRESWELL, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução de Magda Lopes. 3a. ed. Porto Alegre, Artmed.
- ELLENBERGER, Henry F. (1970). *The discovery of the unconscious. The history and evolution of dynamic psychiatry*. New York, Basic Books Inc.

- FREUD, Sigmund (1976). "O estranho". In: STRACHEY, James (ed.). *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII (1917-1919). Rio de Janeiro, Imago, pp. 271-285. (Original publicado em 1919).
- HAUKE, Christopher (1998). "Jung, modernity and postmodern psychology". In: ALISTER, Ian e HAUKE, Christopher (ed.). *Contemporary Jungian analysis*. New York, Routledge, pp. 287-298.
- HUMBERT, Elie (1996). *C. G. Jung: The fundamentals of theory and practice*. Wilmette, Chiron.
- JONES, Raya (2007). *Jung, psychology, postmodernity*. New York, Routledge.
- JUNG, Carl Gustav (1961). *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (1976a). *Psychological types*. CW 6. Princeton, Princeton University Press. (Original publicado em 1921).
- (1976b). *Vision seminars* [from 1930-1934]. Washington, Spring Publications (Original publicado em 1939/1941/1957).
- (1978a). "The undiscovered self (Present and future)". In: JUNG, Carl Gustav. *Civilization in transition*. CW 10. Princeton, Princeton University Press, pp.247-305. (Original publicado em 1957).
- (1978b). "Spirit and life". In: JUNG, Carl Gustav. *The structure and dynamics of the psyche*. CW 8. Princeton, Princeton University Press, pp. 319-337. (Original publicado em 1926).
- JUNG, Carl Gustav (1978c). "Synchronicity: An acausal connecting principle". In: JUNG, Carl Gustav. *The structure and dynamics of the psyche*. CW 8. Princeton, Princeton University Press, pp. 417-532. (Original publicado em 1952).
- (1978d). "On psychic energy". In: JUNG, Carl Gustav. *The structure and dynamics of the psyche*. CW 8. Princeton, Princeton University Press, pp. 3-66. (Original publicado em 1928).
- (1978e). "The transcendent function". In: JUNG, Carl Gustav. *The structure and dynamics of the psyche*. CW 8. Princeton, Princeton University Press, pp. 67-91. (Original publicado em 1916/1957).

- JUNG, Carl Gustav (1978f). *Civilization in transition*. CW 10. Princeton, Princeton University Press.
- (1979). “Freud and Jung: Contrasts”. In: JUNG, Carl Gustav. *Freud and Psychoanalysis*. CW 4. Princeton, Princeton University Press, pp. 333-342. (Original publicado em 1931/1933).
- (1980). “The Tavistock Lectures. Lecture III”. In: JUNG, Carl Gustav. *The symbolic life*. CW 18. Princeton, Princeton University Press, pp. 70-101. (Original publicado em 1935).
- (1983). “Some thoughts on Psychology”. In: McGUIRE, William (ed.) *The Zofingia Lectures* (Supplementary Volume of the Collected Works of C.G. Jung). London, Routledge, pp. 21-48. (Original publicado em 1897).
- KUHN, Thomas (1973). *Objectivity, value judgment, and theory choice*. Disponível em: <<https://www.andrew.cmu.edu/user/kk3n/phils-ciclass/kuhn.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- KNOX, Jean (2011). *Self-agency in psychotherapy*. New York, Norton.
- MORIN, Edgar (2000). *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MOREIRA LEITE, Dante (1987). *Psicologia e literatura*. São Paulo, Ucitec, Ed Unesp.
- ORTEGA y GASSET, José (1958). *El tema de nuestro tiempo*. Madrid, Revista de Occidente. (Original publicado em 1923).
- PAPADOPOULOS, Renos (2006). “Jung’s epistemology and methodology”. In: *The handbook of Jungian Psychology: Theory, practice and applications*. London, Routledge, pp. 7-53.
- PENNA, Eloisa (2013). *Epistemologia e método na obra de C G Jung*. São Paulo, Educ.
- PILARD, Nathalie (2015). *Jung and intuition: On the centrality and variety of forms of intuition in Jung and Post-Jungians*. London, Karnac Books.
- PROGOFF, Ira (1953). *Jung’s psychology and its social meaning*. New York, Dialogue House Library.

- ROCHA FILHO, João Bernardes (2003). *Física e psicologia. As fronteiras do conhecimento científico aproximando a física e a Psicologia Junguiana*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- ROESLER, Christian (2018). *Research in analytical psychology*. London, Routledge.
- ROMANYSHYN, Robert D. (2007). *The wounded researcher: Research with soul in mind*. New Orleans, Spring Journal Books.
- SAMUELS, Andrew (1989). *The plural psyche: Personality, morality and the father*. London, Routledge.
- (2008). New developments in the Post- Jungian field. *Junguiana*, n. 26. pp.19-30.
- SHAMDASANI, Sonu (2006). *Jung e a construção da Psicologia Moderna*. São Paulo, Ideias e Letras.
- SCHMITT, Alexandre (2011). *A linguagem dos arquétipos: um diálogo entre a linguística cognitiva e a psicologia junguiana*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13689>.
- SCHORE, Alan N. (2003). *Affect regulation and the repair of the self*. New York, Norton.
- SOLMS, Mark (2018). *The feeling brain: selected papers on neuropsychanalysis*. London, Routledge.
- STERN, Daniel (1985). *The interpersonal world of the infant: A view from psychoanalysis and developmental psychology*. New York, Basic Books.
- ZOJA, Luigi (2005). Carl Gustav Jung como fenômeno histórico-cultural. *Cadernos Junguianos*, n. 1. pp. 18-31.
- WAHBA, Liliana Liviano (2017). “Psicologia Analítica”. In: PAYÁ, R. (org.). *Intercâmbio das psicoterapias*. São Paulo, Roca, pp. 233-236.

PSICOLOGIA AMBIENTAL E PSICOLOGIA CLÍNICA: PESQUISA E DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

MARLISE APARECIDA BASSANI

*Caminante no hay camino,
haz el camino al caminar*
(Antonio Machado)

A clínica psicológica configura-se como lugar de encontro de diferentes saberes e interlocuções. As mudanças sociais e os avanços do conhecimento em diferentes áreas desafiam o saber e a ação psicológica exigindo mudanças. As questões relacionadas ao meio ambiente e aos problemas humano-ambientais incidem na clínica psicológica e exigem do psicólogo um olhar que busque compreender a complexidade da interação entre essas duas áreas: a Psicologia Clínica e a Psicologia Ambiental.

O presente capítulo propõe uma reflexão sobre os desafios epistemológicos encontrados em nosso trabalho de pesquisa e ensino no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP, a partir de 2000, partindo-se de uma perspectiva interdisciplinar e pluralista que respeita a especificidade e o rigor teórico e metodológico de cada

abordagem, de modo a possibilitar abertura para outras perspectivas, e do estudo das inter-relações pessoa-ambiente (construído ou natural) em suas dimensões espaciais, temporais e culturais.

Um início inesperado

A formação de um Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia Ambiental e Saúde na PUC/SP teve seu início em 1997, indicada como um dos resultados de *workshop*, sobre o futuro da Psicologia Ambiental, coordenado pelos professores Esther Wiesenfeld (Venezuela) e José Q. Pinheiro (Brasil), na XXVI Reunião Anual da *Sociedad Interamericana de Psicología* (SIP), realizada na PUC/SP, naquele mesmo ano.

A proposta resultante de pesquisadores das Américas e Europa no referido *workshop* era promover a criação de núcleos de estudo e pesquisa em Universidades de modo a desenvolver a Psicologia Ambiental em suas múltiplas possibilidades: como campo de atuação; como disciplina e, portanto, ser ensinada como parte da formação em Psicologia e em áreas afins; como geradora de conhecimentos, de modo a produzir pesquisas mediante rigor metodológico e coerência epistemológica. A consequente articulação entre os pesquisadores, profissionais de diversas áreas e professores poderia se constituir em um quarto critério para a transformação da Psicologia Ambiental em uma área da Psicologia, garantindo a pesquisa, o ensino e a atuação frente aos problemas humano-ambientais, e a formação, ou ampliação, de associações e sociedades de pesquisadores.

Nossa participação no referido *workshop* foi a de relatar nossos trabalhos em escola, em consultório particular e na docência na Graduação em Psicologia na PUC/SP. A indicação dos pesquisadores participantes foi exatamente por nossa formação em pesquisa e atuação em tratamento e prevenção, voltadas para saúde humana.

O primeiro desafio para a formação do Grupo na PUC/SP indicava dois caminhos a serem traçados e percorridos simultaneamente: o estudo

pessoal sobre a produção já existente em Psicologia Ambiental e a análise das possibilidades para inserção de ensino na então Faculdade de Psicologia.

As atividades inseridas em disciplinas voltadas para a Psicologia e os problemas humano-ambientais, propostas em eletivas temáticas e de pesquisa, bem como a orientação de pesquisas de iniciação científica transformaram temas antes tratados separadamente pela Psicologia, pela Ecologia ou Agronomia, em atividades interdisciplinares, que geraram a necessidade de pesquisas sistemáticas, sobre percepção e cognição ambiental, Agenda 21, segurança alimentar, agricultura familiar, apropriação de espaço, estressores ambientais urbanos, qualidade de vida, dentre outros.

Na Clínica Psicológica “Ana Maria Poppovic”, da (então) Faculdade de Psicologia, foi desenvolvido o primeiro “Aprimoramento Clínico Institucional em Qualidade de Vida e Controle de Estresse”, em 2000, ampliado no ano seguinte, para “Qualidade de Vida, Estresse Urbano e Afetividade”, de modo a atender a membros da “comunidade PUC/SP” (incluindo familiares), bem como proporcionar formação e pesquisa para psicólogos e médicos.

Nosso trabalho foi ampliado para o Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, em 2000, graças do pioneirismo da professora Dra. Mathilde Neder, e incorporou os temas voltados para os espaços de atendimento à saúde, estilo de vida, e a produção em uma visão psicossomática do ser humano, em sua interdependência psique-corpo-ambiente.

Convênios interinstitucionais inéditos, como o firmado entre a PUC/SP e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; e entre a PUC/SP e a Universidad de Talca (Chile), para desenvolvimento de intercâmbio de pesquisa e mobilidade estudantil de graduação e pós-graduação, expandiram os estudos e pesquisa em Psicologia ambiental e saúde, provocando maior reflexão sobre a interdisciplinaridade no enfoque dos problemas humano-ambientais, sobre a contribuição para políticas públicas e para promoção de saúde. Temas como sustentabilidade e saúde; humanização hospitalar; apropriação de espaço e apego ao lugar

em diferentes situações (catástrofes e migração) e populações (famílias de agricultores, dependentes químicos, deficientes visuais), passaram a constituir nossos projetos de pesquisa.

Concomitante às demandas nacionais, participações e publicações internacionais colocavam-nos situações que ampliariam os conceitos estudados, especialmente no que se referia às dimensões culturais nos estudos de inter-relação pessoa-ambiente. A ampliação e aprofundamento dos estudos levaram à criação, em 2009, do Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica, cuja missão principal é estudar as contínuas reconfigurações da Psicologia, as interlocuções com outras áreas do saber e as modificações exigidas, nesse processo, no que se refere ao conhecimento psicológica e à ação do psicólogo.

Este é o cenário em que serão apresentados alguns dos desafios, contribuições e articulações entre a Psicologia Clínica e a Psicologia Ambiental, que temos produzido nestes quase 20 anos.

Um caminho de construção

A introdução de nosso trabalho na Pós-graduação exigiu uma séria revisão sobre a qual Psicologia Ambiental nos propúnhamos desenvolver a partir do contexto de intervenção, prevenção e promoção de saúde.

Nossa primeira proposta de conceituação de Psicologia Ambiental levou em conta um modelo ainda voltado para interfaces com a Biologia. A conceituação de 2001, apresentava uma Psicologia Ambiental restrita a relações homem-ambiente, aproximando de um ser humano concebido como parte de ecossistemas. (Bassani, 2001).

As discussões com Professor Dr. Gabriel Moser, cujos trabalhos em Paris V René Descartes referenciavam nossas construções das Oficinas de Qualidade de Vida e Controle de Estresse, no aprimoramento clínico institucional, levava a reflexões sobre possibilidades de pesquisa em transações indivíduo-ambiente.

Contudo, a conjunção entre os princípios norteadores das Oficinas e as demandas apresentadas pelos pesquisadores da Embrapa

Monitoramento Ambiental, Dr. José Maria Gusman Ferraz e Dr. Miguel Angelo da Silveira, para uma pesquisa conjunta com famílias de agricultores, a responsável pela sistematização da concepção de Psicologia Ambiental com a qual passaríamos a trabalhar e a produzir conhecimento. A proposta dos pesquisadores era um trabalho em Agroecologia, com famílias de agricultores no Estado de São Paulo, visando possibilitar políticas públicas para desenvolvimento rural sustentável e multifuncionalidade da agricultura familiar. (Bassani; Silveira; Ferraz, 2003).

Propusemos, então, a conceituação de Psicologia Ambiental:

A Psicologia Ambiental centra-se no estudo das inter-relações pessoa-ambiente físico, tanto o construído pelo ser humano (casas, estradas, pontes, cidades etc) quanto o natural. Considera que a pessoa atua e modifica o ambiente e que o ambiente atua e modifica a pessoa, no sentido de relações mútuas. Utiliza-se do termo *pessoa* nesta definição para salientar que as inter-relações ocorrem com o ser humano concreto, com uma história de vida, um contexto cultural, dotado de cognição e afetos, com identidade social e individual. (Bassani, 2004, p. 154)

Ainda que não seja objeto do presente texto apresentar uma síntese histórica do desenvolvimento da Psicologia Ambiental, cabe ressaltar que a opção pelo emprego do termo “pessoa” em nossa conceituação tinha a intenção precípua de abrir possibilidades para que pesquisas sob óticas de diferentes abordagens teóricas em Psicologia pudessem produzir conhecimento para além dos referenciais históricos provenientes da Psicologia Social (a partir de Kurt Lewin) e da Psicologia Ecológica, de Barker, dentre outros eixos epistemológicos. Moser (2018) apresenta uma síntese das origens, desenvolvimento e consolidação da Psicologia Ambiental.

Mantivemos, em edição revisada de 2012, as características da Psicologia Ambiental trabalhadas em nossas pesquisas e nas dissertações e teses vinculadas, como segue:

A Psicologia Ambiental caracteriza-se, então, por ser interdisciplinar, voltada para a solução de problemas (humano-ambientais), diferenciando-se de outras áreas da Psicologia ao tornar compreensível as diferenças entre

os comportamentos ou percepções devidas a variáveis contextuais. Em síntese, estuda as inter-relações pessoa-ambiente físico e social, construído e natural, considerando as dimensões temporais, espaciais e culturais em que estas inter-relações ocorrem. (Bassani, 2012, p. 127)

Em 2009, como primeiro produto bibliográfico do Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica, a partir do “I Encontro: Diálogos entre Psicologia, Espiritualidade e Meio Ambiente”, cujo tema foi “O Espaço Sagrado”, introduzimos a Espiritualidade como parte das dimensões culturais a serem consideradas nos estudos das inter-relações pessoa-ambiente. (Bassani, 2010)

Estudos em Psicologia Ambiental podem enfocar processos psicológicos presentes na inter-relação pessoa-ambiente, tais como: percepção e cognição ambiental; privacidade; estresse urbano (estressores ambientais físicos e interpessoais); atitudes e comportamentos protetores do ambiente; valores e crenças ambientais; territorialidade; apropriação de espaço e apego ao lugar; espaço pessoal; qualidade ambiental, qualidade de vida e bem-estar.

Como campo de atuação, a Psicologia Ambiental pode incluir, por exemplo, ambientes residenciais, educacionais, de atenção à saúde, planejamento urbano, ambientes corporativos, ambientes virtuais, ambientes inóspitos, ambientes naturais.

Ressaltamos, ainda, que “Os estudos da Psicologia Ambiental não se centram no ambiente físico em si, mas em suas características e relações que venham a facilitar ou dificultar as interações sociais e necessidades humanas, portanto, envolve também o ambiente social. (Bassani, 2012, p. 125-126).

A concepção e características construídas a partir da literatura científica, das demandas específicas que se nos apresentavam a necessidade de ampliação de perspectivas teórico-metodológicas, e o contexto de formação de pesquisadores e docentes em Psicologia Clínica, provocaria maior detalhamento de como proceder para efetivamente produzir contribuições articuladas e pertinentes a um Programa de Pós-graduação com história de pioneirismo e de compromisso social. Em termos de princípios

de produção de conhecimento salientamos que, em nossa concepção, não é possível abordar problemas humano-ambientais sem a participação ativa da população envolvida, o que provocaria novos desafios.

Desafios das interlocuções: uma contribuição conceitual em diferentes abordagens

Passaremos a apresentar como construímos um caminho a partir de um caso concreto de trabalho conjunto que gerou pesquisa e prática na abordagem de um problema com famílias de agricultores em uma cidade do Estado de São Paulo. A pesquisa resultante gerou várias outras abordando o conceito-chave para investigação dos questionamentos principais, em diferentes abordagens da Psicologia, diferentes populações, escalas espaciais (locais), e dimensões espaciais.

A proposta de participação em um projeto da Embrapa Meio Ambiente, coordenador pelo Dr. Miguel Angelo da Silveira partiu de análise dos pesquisadores sobre a possibilidade implementação de práticas agroecológicas na agricultura familiar. O projeto visava a identificação e avaliação de estratégias para desenvolvimento rural sustentável para qualificação de políticas públicas. A possibilidade de inserção de uma pesquisa em Psicologia Ambiental no projeto poderia entrar como parte de uma das metas referente ao diagnóstico socioambiental participativo, sob responsabilidade do Dr. José Maria Gusman Ferraz.

Iniciamos o processo estudando as características da Agroecologia e as possibilidades de contribuições da Psicologia Ambiental, a fim de levantar referenciais que pudessem fornecer subsídios para uma proposta de pesquisa conjunta.

Caporal e Costabeber (2003) destacam a Agroecologia como uma ciência ou campo de conhecimentos multidisciplinar, tendo como unidade de estudo os agroecossistemas. Estes são considerados unidades geográficas e socioculturais. Os autores ressaltam em trabalho posterior (Caporal e Costabeber, 2004), que a Agroecologia, dada a sua natureza multidisciplinar e multidimensional, apresenta-se como proposta

paradigmática para dar suporte a estratégias de desenvolvimento rural sustentável, a fim de realizar a transição entre os modelos convencionais para agriculturas sustentáveis.

Tais características nos levaram à reflexão sobre a participação humana na construção destes conhecimentos, tanto de pesquisadores e especialistas, como de agricultores familiares. Poder-se-ia, então, introduzir alguns temas e questões enfocados pela Psicologia Ambiental, como área da Psicologia, a ser considerada na multidisciplinaridade da Agroecologia.

O passo seguinte foi estabelecer os pressupostos teóricos e práticos envolvidos no projeto. Foram elencados os seguintes parâmetros de referência:

- a) Questão ambiental – manifestação das relações do ser humano no processo de apropriação da natureza;
- b) Agricultura familiar, reforma agrária e democratização do país;
- c) Pesquisa agropecuária e as relações sociais de produção;
- d) Instituição pública – Embrapa – reorientação da pesquisa agropecuária para os produtores familiares;
- e) Desenvolvimento da agricultura familiar e multifuncionalidade da agricultura;
- f) Manter procedimentos éticos em conformidade aos cuidados previstos em pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos, bem como as resoluções específicas do Conselho Federal de Psicologia a respeito.

Passamos à discussão sobre quais conceitos da Psicologia Ambiental poderiam contribuir para o projeto e chegamos à proposta de uma pesquisa que avaliasse a percepção ambiental e apropriação de espaço por famílias de agricultores, visando desenvolvimento rural sustentável.

Especificamente no presente capítulo, apenas iremos nos deter no estudo da apropriação do espaço e possíveis características de apego ao lugar por famílias de agricultores como contribuição para a elaboração de propostas agroecológicas para desenvolvimento rural sustentável.

O conceito de apropriação de espaço poderia fornecer dados para a compreensão da relação do agricultor e de sua família, com a propriedade rural e, possivelmente, com seu entorno.

Adotamos o modelo dual circular proposto por Pol (2002) em que a apropriação do espaço é concebida como um fenômeno complexo que envolve dimensões relativas a: *ação/transformação* e *identificação simbólica*. Através deste processo, as pessoas desenvolvem diferentes sentimentos e características de *apego ao lugar*. Segundo o autor, no decorrer no ciclo vital as dimensões adquirem um peso maior, ainda que mantendo a circularidade do conceito: na infância, predominam as dimensões de ação/transformação dos espaços, enquanto que na velhice, a identificação simbólica se torna mais destacada. Podemos identificar vários exemplos dessa variação no ciclo vital, especialmente, quando há mudança de casa ou de bairro em que os mais jovens se engajam mais rapidamente alterando os novos locais de moradia, enquanto que os mais velhos se queixam da mudança por perderem as lembranças que a casa original evoca, bem como a possibilidade de perderem objetos que remetem a pessoas e situações gratas vividas.

Tendo definido o modelo conceitual, passamos a identificar o que poderíamos analisar do processo de apropriação de espaço das propriedades rurais pelas famílias de agricultores. O resultado foi estruturar um método que contemplasse os seguintes aspectos: avaliar os diferentes níveis ambientais envolvidos; a estrutura familiar; a divisão de territórios privados e compartilhados; a história de ações/transformações na propriedade e as relações de vizinhança/comunidade; o apego ao lugar; a identidade construída pelos agricultores e suas famílias.

Discutidos os resultados das análises realizadas e esclarecidas as dúvidas com os pesquisadores da Embrapa, pudemos elaborar o Método para obter as informações relevantes ao estudo.

Participaram do estudo 8 famílias de quatro bairros rurais diferentes do município de Araras (SP), sendo que 6 famílias tinham herdado suas propriedades e/ou adquirido de parentes próximos e as outras 2

pertenciam a assentamentos do programa de reforma agrária do estado de São Paulo, para a região. Todas as famílias deveriam estar nas respectivas propriedades há, pelo menos, 10 anos.

Foram utilizados vários métodos de coleta de informações: entrevistas temáticas realizadas durante as visitas às propriedades e casas dos participantes, observação direta (registros escrito e fotográfico, gravação em áudio, registro das auto-observações das famílias); técnica expressiva (desenho); redes temáticas naturais. Além desses, mantivemos os registros em áudio ou escrito de nossas auto-observações durante todo o processo de coleta e de retorno dos resultados da pesquisa às famílias, aos pesquisadores da Embrapa e de retorno à Secretaria de Agricultura de Araras.

Nos resultados referentes à dimensão de ação/transformação da propriedade, da casa ou da região, nos processos de apropriação de espaço, pudemos analisar três características principais:

1. ruptura com os modelos e tipos de culturas desenvolvidos pela(s) geração(s) anterior(es). As decisões são mais centralizadas no casal e a relação com os filhos é de garantir educação formal (Ensino Médio e 3º. Grau) para diferenciação do trabalho, não necessariamente vinculando-o à propriedade ou à região;
2. decisões conjuntas, envolvendo diferentes gerações, sobre as possíveis alterações na propriedade e na região. Tais famílias mantêm as construções anteriores, especialmente as casas, e adaptam as construções realizadas pelas gerações anteriores para as exigências de produção em diferentes momentos do ciclo vital da família. Os filhos têm papel relevante neste contexto, incorporando sugestões e necessidades de lazer, educação e administração da propriedade e das tradições do bairro e da cidade;
3. o poder público como agente que pode indicar transformações na propriedade. Propostas referentes a comportamentos pró-ambientais, especialmente, quanto à recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e controle de lixo (embalagens de agrotóxicos), contribuem para ações de aceitação e participação pelos agricultores. Contudo, a falta de políticas voltadas para

qualidade de vida, parece promover maiores sentimentos de vizinhança e senso de coletividade, mobilizando os agricultores para a reivindicação de tais condições.

Os resultados referentes à dimensão de identificação simbólica da propriedade, da casa ou da região, nos processos de apropriação de espaço, pudemos analisar também três características principais:

- a) as famílias participantes mantêm objetos, ferramentas, móveis, construções (ou parte delas), dos antepassados em suas propriedades;
- b) a casa da família é muito valorizada objetiva (abrigo e proteção) e subjetivamente (laços afetivos, ligação com o passado e perspectivas de futuro). Manter almoços semanais, coordenar festas religiosas, resgatar a culinária e danças das gerações anteriores ou da infância, são práticas desenvolvidas por todas as famílias estudadas.
- c) a importância da mulher na família para superação dos momentos de crise, ligando o passado e o futuro.

Apresentamos os resultados em dois eventos nacionais: um, na PUC/SP, promovido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica pelo Núcleo e Psicossomática e Psicologia Hospitalar, constituindo-se no 1º. Simpósio Internacional de Psicologia Ambiental, Psicossomática e Desenvolvimento Sustentável, em 2005. O segundo, foi publicado no III Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Florianópolis (SC) a fim de promover a discussão com a comunidade agroecológica, também em 2005.

As discussões promovidas enriqueceram as análises realizadas. Destacamos que os sentimentos de vizinhança e apego à terra estavam mantidos e que deveriam ser alimentados pela necessidade de maior atenção do poder público, seja para atendimento tecnológico, seja para a promoção de qualidade de vida. Ser agricultor como identidade pessoal e familiar e o valor da agricultura como fonte de criação e sustento da população foram ressaltados por todas as famílias estudadas e formas de

trabalhar a terra, objetos, práticas de saúde e religiosas, ainda procuram ser mantidas como símbolos de história, identidade e apego à propriedade e à região.

A partir dos resultados e discussões promovidas, propusemos e apresentamos a pesquisa sobre apropriação de espaço na *19th. Conference of International Association for People Environment Studies* (IAPS), realizada em Alexandria (Egito), em 2006. Na oportunidade pudemos discutir nossa pesquisa com outros membros da IAPS, de diversas áreas do conhecimento que se dedicam aos estudos em Psicologia Ambiental, bem como discutir com o próprio autor do conceito adotado.

De agricultores para espaços públicos de cultura

A pesquisa realizada em conjunto com pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente sobre apropriação e espaço em famílias de agricultores, em articulação com a Agroecologia, repercutiu na produção posterior de várias pesquisas sobre apropriação de espaço sob nossa orientação bem como inserções internacionais.

A primeira dissertação de mestrado em Psicologia Ambiental foi desenvolvida por Maria Cherubina Lima Alves, com o objetivo de estudar a apropriação de espaço por pacientes pós-cirúrgicos em hospital público em cidade do interior de São Paulo, defendida em 2005. Além dos dados referentes à circularidade entre ação/transformação e identificação simbólica, em ambiente transitório, a autora esboçou uma leitura em Psicologia Analítica dos dados obtidos. Houve replicação dos métodos e instrumentos de coleta de informações.

Marina Paranhos realizou sua dissertação de mestrado estudando a apropriação de espaço com portadores de baixa visão, tendo como referencial a abordagem sistêmica na construção da pesquisa e análise dos resultados, em 2008.

Fabiana Coelho Fernandes estudou em sua dissertação de mestrado a apropriação de espaço em uma instituição para dependentes químicos, adaptando métodos de coleta para as situações de rotina dos participantes, em 2010.

Em 2015, outras duas teses de doutorado abordaram o conceito de apropriação de espaço: Marina Paranhos, estudou a apropriação de espaço no processo sucessório em empresas familiares paulistas, em uma abordagem sistêmica. Fabiana Coelho Fernandes, defendeu tese propondo intervenção em Psicologia Ambiental na promoção de saúde para dependentes químicos, na mesma instituição em que realizara a pesquisa para o mestrado.

Em 2017, Diogo Arnaldo Corrêa defendeu sua tese de doutorado sobre o sentido do bailar ao redor do Coreto da Praça de Poços de Caldas (MG) em idosos, tendo como referencial a fenomenologia hermenêutica existencial, discutindo apropriação de espaços públicos e dimensões culturais dos frequentadores dos bailes.

Gostaríamos ainda de ressaltar a tese de doutorado de nossa egressa da Graduação e membro de nosso Grupo de Pesquisa CNPq, Laís Pinto de Carvalho, desenvolvida no Chile e defendida na Universidad Católica de Chile, em 2018, sobre apego ao lugar de populações que foram desalojadas por efeitos de erupção vulcânica em Chaitén Sur (Chile).

Todas as pesquisas citadas foram submetidas a avaliação internacional por meio de participações em Congressos promovidos pela IAPS, em Congressos em Psicologia Clínica (na Espanha) e de Psicologia da Saúde (em Portugal), com reconhecimento da comunidade científica das contribuições para uma Clínica Psicológica que efetivamente atue como ação social, como proposta por Macedo (2018).

Nossas disciplinas de pesquisa, quer no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, na PUC/SP, quer pelo Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica, continuam a formação de profissionais de Psicologia e pesquisadores, promovendo estudos em temas e conceitos de reconhecida relevância pela

comunidade de pesquisadores em Psicologia Ambiental, de impacto social em diferentes regiões e populações, promovendo a necessária interlocução entre saberes.

O rigor metodológico e ético de nossas pesquisas transpôs barreiras levantadas por pesquisadores brasileiros e inseriram-se em um cenário internacional de reconhecimento da pluralidade teórico-metodológica que a Psicologia Ambiental pode manter, sem perder suas contribuições para áreas afins e outras áreas do conhecimento.

Atualmente, desenvolvemos métodos de pesquisa de autonarrativas e intervenções pessoais sobre apego ao lugar e apropriação de espaço e a continuidade dos temas definidos para pesquisas no Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica.

Mantemos nossa decisão de abertura da Psicologia Ambiental para abordagens epistemológicas ainda não presentes em nossas produções no Programa, como, por exemplo, a socionomia de Moreno no estudo de líderes para sustentabilidade e os objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU para 2030.

Deste modo, podemos afirmar que o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, em específico, o Núcleo de Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica tem produzido conhecimentos que abordam para além dos ambientes propícios à necessidade de atenção, mas focando principalmente na população que se encontra imersa em seus diferentes contextos. Além disso, o Núcleo possibilita uma postura de revisões teóricas e metodológicas para atender as demandas impostas pelas diferentes condições de vida.

Como Macedo (2018) sintetiza o desafio da pesquisa em Psicologia Clínica:

Ao deslocar o *foco do intrapsíquico para o relacional*, o homem concreto em seu contexto social, a abordagem da Psicologia Clínica, ao nosso ver, caracteriza-se como uma *Ação Social*, na medida que é uma ação transformadora, criadora de novos contextos e, por essa razão, também política. (p.19)

Ao apresentarmos algumas de nossas reflexões sobre articulações entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Clínica (Bassani, 2018), ressaltamos que a Psicologia Ambiental, tal como a concebemos, pode contribuir para a definição de eixos que articulem a produção de conhecimento em diferentes contextos e para a formação de docentes e pesquisadores em Psicologia Clínica que produzam novas formas de intervenção, prevenção e promoção de saúde.

Referências

- BASSANI, Marlise, A. (2001) “Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental”. In: MAIA, Nilson B., MARTOS, Henry L. e BARELLA, Walter. (orgs). *Indicadores ambientais: conceitos e aplicações*. São Paulo, Educ, p. 47-57.
- . (2002). A training, intervention and prevention proposal of bettering quality of life and stress management in the city of São Paulo, Brazil. In: 17TH. CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PEOPLE-ENVIRONMENT STUDIES. *Culture, quality of life and globalization: problems and challenges for the new millenium*, A Coruña, Spain.
- BASSANI, Marlise A. (2004) “A. Psicologia Ambiental: contribuições para educação ambiental”. In: HAMMES, Valéria S. (org.) *Educação Ambiental para o desenvolvimento rural sustentável – Proposta metodológica de Macroeducação*. São Paulo, Ed. Globo, v.2, p. 153-157.
- . (2006) Family farmers space appropriation and rural sustainable development in Sao Paulo, Brazil. In: 19th CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PEOPLE-ENVIRONMENT STUDIES. *Environment, Health and Sustainable Development*. Alexandria, Egypt.
- . (2010) “Espiritualidade e meio ambiente: apontamentos de uma psicóloga ambiental”. In: ANCONA-LOPEZ, Marília e BASSANI, Marlise A. (orgs). *O espaço sagrado: Espiritualidade e meio ambiente*. Santo André, ESETec, p. 83-102.

- BASSANI, Marlise A. (2012) “Psicologia Ambiental” In: HAMMES, Valéria S. (org.) *Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável: Proposta metodológica de Macroeducação*. v. II. Brasília, Embrapa, (3ª ed), p. 125-131.
- . (2018). “Psicologia Clínica e Psicologia Ambiental: práticas, pesquisas e ensino”. In: RAMIRO SÁNCHEZ, Maria Tereza e SIERRA FREIRE, Juan.Carlos.. *Libro de Actas del XI CONGRESO INTERNACIONAL Y XVI CONGRESO NACIONAL DE PSICOLOGÍA CLÍNICA*. Granada (España), Universidad de Granada, p 447- 452.
- BASSANI, Marlise. A., SILVEIRA, Miguel A. e FERRAZ, José M. G. (2003). “Por um estado de espírito agroecológico consciente”. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA. *Anais...* Rio Grande do Sul. v.I, p.1-4.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. (2003) *Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável*. In: VELA, Hugo. *A agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul*. Santa Maria, UFSM/Pallotti, p. 157-194.
- . (2004). *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre (RS): EMATER.
- MACEDO, Rosa Maria S. de (2018). “Reflexões sobre o conceito de psicologia clínica na contemporaneidade e métodos de pesquisa”. In: MACEDO, Rosa Maria S. de, KUBLIKOWSKI, Ida e MORÉ, Carmen Leontina O. Ocampo. (orgs.). *Pesquisa qualitativa no contexto da família e comunidade: experiências, desafios e reflexões*. Curitiba, CRV, p. 15-24.
- MOSER, Gabriel (2018). *Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente*. Campinas (SP), Alínea.
- POL, Enriq. (2002). “El modelo dual de la apropiación del espacio”. In: GARCIA-MIRA Ricardo.; SABUCEDO CAMESELLE, José M. e ROMAY MARTÍNEZ, José (ed.). *Psicología y medio ambiente: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos*. A Coruña, Editora de la Unidade de Investigación Persona Ambiente.

O MÉTODO PSICANALÍTICO NO TEXTO ACADÊMICO: TRÊS EXEMPLOS E ALGUMAS OBSERVAÇÕES

RENATO MEZAN

Trinta e cinco anos como orientador no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP me ensinaram que, se a expressão “tese de Psicanálise” está longe de ser unívoca, não obstante se refere a algo suficientemente preciso para que possamos distingui-la de outras espécies, tanto no gênero “tese acadêmica” quanto na categoria “escrito psicanalítico em geral”. Como procurarei argumentar (e ilustrar) no que segue, ela consiste na combinação a cada vez única e original de aspectos pertencentes a esses dois campos, e isso independentemente do assunto tratado, do grau pretendido (mestrado, doutorado ou pós-doc), e da perspectiva teórico-clínica do autor.¹

1 Desde os anos noventa, venho abordando este tema. Cf., entre outros trabalhos: Renato Mezan, “Que significa ‘pesquisa’ em Psicanálise?”, in *A Sombra de Don Juan*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1993; “Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões”, in *Interfaces da Psicanálise*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; “Caleidoscópio”, in *Figuras da Teoria Psicanalítica*, 2ª ed. ampliada, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.

Do assunto tratado: entre os cerca de cento e sessenta trabalhos de cuja elaboração pude participar até o momento, muitos se debruçam sobre temas clínicos propriamente ditos; outros abordam questões de cunho mais teórico, ou histórico; há os que empregam a lente psicanalítica para estudar fenômenos e processos sociais nos quais se inscrevem comportamentos e atitudes de certos segmentos da população, ou para aprofundar a compreensão de criações nas várias esferas da cultura (ciências humanas, literatura, cinema, etc.) Do grau pretendido: são 98 mestrados, 42 doutorados e 5 pós-doutorados, sem contar os que atualmente (abril de 2019) se encontram em andamento. E da perspectiva teórico-clínica: há textos de inspiração freudiana, kleiniana, winnicottiana, lacaniana - até um baseado em Jung, em co-tutela informal com um especialista dessa corrente.

Diferentemente da *tesi di laurea* sobre a qual Umberto Eco escreveu em seu clássico *Como se faz uma tese*², o objeto de que falamos aqui não resulta da obrigação legal imposta ao estudante para obter um diploma de graduação. É produto de uma escolha fundamente enraizada na vida psíquica do seu autor, que lhe imporá sacrifícios de várias ordens, uma disciplina de trabalho e um intenso esforço de escrita, que só podem ser aceitos se contrabalançados por motivações muito poderosas.

Entre elas, contam-se algumas compartilhadas por todos os candidatos a um título de pós-graduação, como o desejo de avançar na carreira acadêmica, ou de intervir nas discussões em curso no campo a que cada qual se dedica. Outras, porém, são específicas do psicanalista, que no mais das vezes não é nem quer ser professor universitário, e nascem do interesse em refletir sobre problemas teóricos ou clínicos que o intrigam enquanto praticante da terapia freudiana. Nessa qualidade, ele estará a par da existência de fatores menos evidentes, porém não menos determinantes – por exemplo, o valor narcísico de ter realizado um bom trabalho, que angarie o respeito e a admiração dos colegas e contribua em alguma medida para ampliar nosso conhecimento das possibilidades abertas à mente humana.

2 São Paulo, Perspectiva, 1975.

Não raro, a esses componentes subjetivos se mescla a vontade (por vezes, a necessidade) de lidar com resíduos contratransferenciais que permanecem ativos após a conclusão de um tratamento, ou de alguma atividade profissional desempenhada em âmbito exterior ao consultório. E, por fim, a tese é também a face visível de um objeto interno, portanto em parte inconsciente, que como toda entidade desse tipo concentra em si facetas pulsionais, entra em diferentes configurações conflitivas e defensivas, e participa de fantasias as mais diversas.

Estes são alguns dos aspectos que fazem da tese de Psicanálise uma variedade da categoria “escrito psicanalítico” – e tal afirmação não é em absoluto tautológica: trata-se de um trabalho que contribui em medida nada desprezível para que o analista compreenda melhor quem é e o que faz. Por outro lado, ela é também um texto acadêmico, e precisa se enquadrar nas regras desta categoria: deve investigar uma questão razoavelmente delimitada, demonstrar conhecimento da maneira como tem sido tratada na literatura científica, apresentar argumentos convincentes em favor da posição tomada a respeito dela, levar em consideração possíveis objeções, e – o que reputo essencial – estar redigida em boa prosa, isto é, clara, correta e agradável à leitura.

Nada há aqui de especificamente psicanalítico: trata-se de uma pesquisa que, como qualquer outra e em qualquer área do conhecimento, deve ser epistemológica e metodologicamente consistente, arquitetonicamente bem construída, e retoricamente persuasiva. Seria absurdo imaginar que, por ser ou para ser um trabalho de Psicanálise, a forma de exposição adequada seria por exemplo a livre-associação!

Cabe aqui uma breve ilustração do que tenho em mente: o primoroso mestrado de Maria Auxiliadora Arantes, *Pacto Revelado*³. A autora se baseou em seus dez anos de clandestinidade política e em depoimentos de militantes com quem compartilhou essa condição, e começou por redigir suas memórias daquela época. Um relato comovente, por certo, mas que não bastaria para constituir uma dissertação. Por vários meses, ela e eu

3 São Paulo, Casa do Psicólogo, 1995 – atualmente, na sétima edição.

nos debatemos com a pergunta-chave: como transformá-lo num texto que pudesse ser arguido e defendido publicamente? O que faltava era, claro, uma *questão* capaz de ser focalizada com os instrumentos da Psicanálise. Ela surgiu quando, refletindo sobre como fora possível suportar tantas dificuldades e tantos riscos, inclusive de vida, Maria Auxiliadora se deu conta de os recursos para isso provinham da crença na importância do que ela e seus companheiros faziam: nada menos que contribuir, ainda que em pequena escala, para o fim da ditadura civil-militar.

Traduzida em termos psicanalíticos, essa idéia sugeria que a força de um ideal de ego podia reduzir a usura do narcisismo exigida pela necessidade de manter em segredo a própria identidade, de comportar-se em cada minúcia da vida diária como se fosse outra pessoa, pois qualquer passo em falso podia levar à prisão, à tortura e à morte. Disso decorria uma hipótese metapsicológica a investigar: como, em certas circunstâncias extremas, se constitui um equilíbrio específico entre as instâncias ideais do psiquismo e os fatores egóicos que estruturam a auto-imagem? E foi por este caminho que uma experiência pessoal dramática e traumática pode simultaneamente ser melhor integrada à vida psíquica de quem a vivenciou, e permitir acrescentar um pequeno mas importante ladrilho ao vasto mosaico dos conhecimentos psicanalíticos.

É, pois, a reunião paradoxal de elementos de ordens diversas – uns subjetivo/emocionais, outros de natureza propriamente intelectual – que fará de um texto uma *tese de Psicanálise*. Contudo, o paradoxo é apenas aparente, pois a experiência comprova que é perfeitamente possível servir a estes dois senhores: está na casa dos milhares o número das que nos últimos quarenta anos foram defendidas na PUC/SP e em outras universidades pelo país afora, e na das centenas as publicadas como livros ou artigos nas revistas da área. Aliás, é precisamente na esfera da Pós-Graduação que se originou a maior parte da literatura psicanalítica escrita em nossa língua, à qual se soma um volume considerável de traduções. O que permite afirmar com tranquilidade: a biblioteca com que hoje contam os analistas brasileiros nada fica a dever às suas congêneres no Exterior.

“Está bem”, dirá talvez o leitor que me acompanhou até aqui. “Porém uma andorinha não faz verão: quero mais provas do que você está sustentando.” Pedido razoável, devo reconhecer! Proponho então examinar com mais detalhe três exemplos do que se pode fazer quando seguimos a linha de pensamento esboçada acima. Dado o espaço alocado a este capítulo, preferi concentrar-me em trabalhos de natureza clínica, e deixar de lado outros, igualmente bons, que focalizam temas de Psicanálise aplicada. Eles se dispõem ao longo de um gradiente: o primeiro é sobre um caso atendido em consultório, o segundo relata uma terapia em ambiente hospitalar, e o terceiro estuda algumas intervenções pontuais realizadas num abrigo infantil do serviço público.

Cassandra Pereira França:

Nem sapo nem princesa – terror e fascínio pelo feminino⁴

Alarmados com os comportamentos estranhos de seu filho de quatro anos e meio, os pais de B. procuram uma analista para que, “se der tempo”, reverta o que parecia estar levando a uma temida homossexualidade. Tais comportamentos – só gostar de brincar com bonecas, colocar uma calça na cabeça como se fosse uma peruca, fazer o papel de Cinderela em brincadeiras com uma amiguinha que gostava de ser o príncipe, etc. – se incluem numa série de problemas que começam no choro compulsivo desde que era bebê, continuam com um agarramento excessivo com a mãe, e culminam no uso de um papel higiênico dentro da cueca para simular um absorvente íntimo.

Nas entrevistas com eles, Cassandra busca obter informações sobre a história de B. que possam dar sentido a esses fatos. A gravidez fora precedida por um longo tratamento de fertilização, e pela “certeza/expectativa” da mãe de que a criança seria do sexo feminino. No entanto, quando o marido lhe dá a notícia de que nasceu um garoto ela não manifesta surpresa alguma

4 São Paulo, Ed. Blucher, 2016. O livro amplia e reelabora um pós-doutorado realizado no nosso Programa.

- o que não deixa de intrigar a psicanalista. O relato dos pais vai revelando diversas circunstâncias que a conduzem a formar uma primeira impressão: eles não estão psiquicamente preparados para lidar com a existência de um bebê em casa, e reagem a essa “intrusão” com atitudes muito pouco adequadas – por exemplo, do choro interminável e irritante de B., a mãe infere que ele “tem fome”, e suspende a oferta do seio na sexta ou sétima semana de vida. Os problemas com a alimentação persistem, e, sem saber o que fazer, ela (e o marido) aceitam todo tipo de palpites de amigos, nunca o deixam sozinho, e assim por diante.

Como Cassandra interpreta o que ouve nessas conversas? Mediante o que podemos chamar de *raciocínio clínico*. Este consiste em tomar o relatado como decorrente de determinados processos psíquicos, e procurar entre os descritos pela teoria aqueles que têm boas probabilidades de ter parte na causação do que se está ouvindo. Entre os diversos fatos narrados pelos pais de B., os principais parecem ser as fantasias e idealizações tanto do marido quanto da esposa sobre o que seria seu filho (“antes de mais nada, uma prova da sua fertilidade”), a denegação pela mãe do choque recebido ao tomar conhecimento do sexo do bebê (“pouca diferença fazia essa criança ter nascido menino ou menina, pois seu lugar continuava demarcado: seria uma menina”), a incapacidade do marido de assumir seu lugar de pai, a possível crença dele de que a criança “estava à mercê do desejo da mãe”... Os sintomas de B. surgem então como reação a esse ambiente extremamente desfavorável, e isso desde o início da sua vida:

“O somatório dessas posturas do pai e da mãe *leva-nos à hipótese* de que a ausência de representação psíquica dessa frustração vivida pelo casal quanto ao sexo do bebê *resultou* em que, diante daquele bebê, não fosse assumido um desejo, ou sequer um não desejo, ou até mesmo uma rejeição, o que *pode ter feito* essa criança cair num vácuo criado pela ausência de desejos e de sonhos. *Só restou a ela* lançar mão de um dos meios preferenciais de transmissão da emoção entre os seres humanos (...), o choro.”⁵

5 *Nem sapo, nem princesa....*, p. 38. Meus grifos visam a sublinhar a função causal, em sentido estrito, atribuída aos fatores elencados, ou seja, a concepção da causa como

Da mesma forma, o agarramento com a mãe e a exigência de B. de que somente ela o alimentasse, são entendidos como tentativa de “impor uma precária diferenciação nos papéis” dos pais, uma vez que ambos se alternavam em todos os cuidados com ele: “foi este o modo que ele encontrou de protestar contra a indiscriminação que pasteurizava as relações familiares” (p. 49).

De onde a autora retira as bases para formular tais idéias? Na arquitetura da tese, é chegado o momento de recorrer às teorias psicanalíticas sobre o processo de constituição do sujeito nos primeiros anos de vida. Somos então remetidos a conceitos como o de desamparo (Freud), apego (John Bowlby), envelope psíquico (Didier Anzieu), angústias e fantasias projetivas (Melanie Klein), capacidade de continência delas por parte da mãe (Bion). O movimento da argumentação, como se vê, vai do *imediató* (o que os pais contam nas entrevistas) à interpretação do *conteúdo latente* presente nele (a situação psíquica do casal antes e depois do nascimento do filho), daí às *noções teóricas* que podem dar conta dessa situação, por sua vez selecionadas a partir da idéia de que ela produz um vácuo de algum modo sentido/percebido pela criança. Os sintomas ganham então significação como maneiras de conviver com essa percepção aterradora, para a qual obviamente não existem palavras quando o bebê ainda é tão pequeno.

Em suma, temos nessas páginas um exemplo notável de como pensa um analista: atenta simultaneamente à “singularidade fantasmática” do menino – plano do estritamente individual, próprio somente a ele em virtude de ser filho destes e não de outros pais – e ao que essa singularidade expressa de processos psíquicos que não se resumem a ela, porque são típicos da vida emocional de todo ser humano, Cassandra vai construindo um quadro de referência com o qual trabalhar nas sessões. O ponto de fuga deste quadro pode ser descrito, penso, como a percepção de que B. está enredado num *double bind* composto pela combinação

aquilo em cuja ausência um fenômeno ou processo não se dá, e, inversamente, desse processo ou fenômeno como produto necessário da presença dela, isoladamente ou associada a outras.

entre o desejo inamovível da mãe de ter uma filha, a passividade do pai frente à esposa, e a intenção consciente de ambos de que ele abandone suas tendências “anormais”.

Por que considerar essa hipótese como o ponto de fuga do quadro? Porque para ela convergem, se não todas, ao menos as grandes linhas do que a analista vai descobrindo ao longo dos dois anos em que trabalha com o menino. São cerca de trezentas sessões: um vasto material clínico, que inclui centenas de desenhos produzidos por B. Deixando de lado por um momento o processo analítico enquanto tal – ao qual voltarei logo mais –, cabe indagar como ele se transforma num “caso clínico” no sentido definido acima. Como operar com semelhante volume de dados, de modo a extrair dele um escrito que tenha interesse para a comunidade analítica, e eventualmente para leitores de outros horizontes?

A solução foi dada por Freud em seus históricos clínicos: separar da “ganga” o “mineral precioso”, ou seja, buscar identificar o que é essencial, a “estrutura fina da neurose”, diz ele no *Homem dos Ratos*. Essa estrutura, comparável ao esqueleto de um indivíduo, é o que subjaz à carne, aos músculos e à pele que lhe dão tal ou qual aparência: os conflitos fundamentais entre pulsões, angústias e defesas, que, sem serem exclusivos daquela pessoa, nela assumem uma feição específica, que justamente faz dela *esta* pessoa.

Em se tratando de um processo terapêutico, isto é, das mudanças que foram ocorrendo na economia psíquica do paciente, uma boa estratégia de apresentação é se concentrar nos “pontos de inflexão”. Entendo por isso determinados momentos nos quais o efeito combinado das interpretações (pelo analista) e da perlaboração (pelo paciente) do que aparece nas sessões conduz a uma reorganização das forças em presença, reorganização essa que se evidencia de várias maneiras – por exemplo pelo desaparecimento de um sintoma ou pela substituição dele por outro mais benigno, por uma capacidade maior de introspecção e de insight, pelo surgimento de material mais arcaico, até então recoberto pela amnésia derivada das defesas, etc. Por outro lado, o caráter mutativo desses momentos só fica claro quando colocado contra o pano de fundo do que

os precedeu; por isso, é necessário apresentar ao leitor as grandes linhas desse percurso, e, na medida do possível, buscar discernir no que mudou *como* mudou e *por que* mudou.

Obviamente, durante o tratamento o analista vai refletindo sobre essas questões; porém, como ele ainda está em andamento, não lhe é possível ter diante de si o conjunto do processo. Isso só pode ocorrer uma vez terminado o tempo das sessões. Por esta razão, para mim o momento forte da pesquisa não é o deste tempo: nele se produziram fatos e surgiram problemas que constituem a matéria prima da investigação a que se vai proceder, mas é *por meio da reflexão que precede e atravessa a escrita do texto*, permeada como é pelo diálogo com as fontes bibliográficas, que tais problemas e tais fatos podem encontrar solução e explicação. E isso, repito, independentemente de o texto vir a ser publicado, e até mesmo ser submetido a uma banca. Se for escrito segundo as regras do jogo acadêmico, preencherá a *função* de permitir ao autor obter o título que pretende; se a forma for mais livre – embora sempre conceitualmente rigorosa – será mais um exemplo do que chamei acima de “escrito psicanalítico em geral”.

Voltemos ao que Cassandra nos oferece. Retrospectivamente, ela discerne no tratamento de B. três etapas: a da inveja intensa da figura feminina, a das tentativas defensivas para proteger seu pênis dos ataques da mãe-vampira, “alardeando o desejo de ser mulher”, e uma terceira, na qual apesar de ser visível certo progresso na elaboração da angústia de castração “a criança dar-nos-á a impressão de ter se identificado com o gênero feminino, pois o fascínio pelos adereços usados pelas mulheres ainda persistia.” (p. 27).

Somos introduzidos a cada uma dessas fases por meio de um grupo de sessões, relatadas e dissecadas de modo a permitir que o leitor vislumbre as fantasias, angústias e conflitos nelas predominantes. Além disso, a interpretação de vinte desenhos reproduzidos em fac-símile comprova *ad oculos* as hipóteses formuladas desde os primeiros encontros com o pequeno paciente: seu desespero frente à incapacidade da mãe tanto para refrear seus próprios desejos quanto para conter e processar os dele, e a tremenda angústia de desintegração que o leva a submeter-se

ao roteiro prescrito por ela, o qual é invasivamente atuado em inúmeras circunstâncias da vida real (inclusive impondo à análise um término brusco e precoce).

É contra essa angústia – que reproduz sob outra forma o pavor do “vácuo” presente na primeira infância – que o fascínio pelos adereços femininos, beirando o travestismo, revela o seu sentido: uma defesa à qual B. se agarra para criar uma “pele psíquica”, manifestando no concreto do corpo como precisa simultaneamente separar-se da mãe-vampira-aranha e se identificar com ela, porque é o único anteparo contra o colapso no informe de que dispõe.

Nessa formulação mais precisa do “ponto de fuga”, reconhecemos a matriz kleiniana do pensamento de Cassandra, tarefa aliás facilitada pela referência a um belo artigo de Helio Pellegrino no qual se fala da situação psíquica do “bebê pouco protegido pela mãe, [que] se agarra a ela (...) numa última busca de refúgio.”⁶ Vemos também como o recurso às noções da metapsicologia funciona por assim dizer em mão dupla, conferindo aos fenômenos um primeiro grau de coerência, e ao mesmo tempo sugerindo novas questões, que fazem avançar a compreensão da singularidade dessa criança.

Um exemplo entre outros: considerado apenas do ponto de vista do desenvolvimento psicosssexual, o uso por B. das “perucas” e do absorvente poderia conduzir à hipótese de que ele se encontra às voltas com o problema da diferença sexual anatômica, portanto em algum momento da chamada fase fálica. Se assim fosse, sua angústia predominante seria a de castração, cujo evitamento o estaria conduzindo a uma identificação talvez irreversível com a figura feminina. Porém o material que emerge tanto das entrevistas com os pais quanto das primeiras sessões com o menino indicam algo diferente: “o uso que fazia das “perucas” (...) fazia com que parecessem uma capa de contenção mental” (p. 52, nota 14). Ora, se ele precisa dessa “capa”, seu modo de funcionamento deve ser muito mais

6 Cf. “Édipo e a paixão”, in Aداuto Novaes (org.), *Os Sentidos da Paixão*, São Paulo, FUNARTE/Companhia das Letras, 1987, p. 310-311.

arcaico: faltam-lhe o que Silvia Bleichmar chama de “paredes egóicas”⁷, ou seja, uma membrana de continência cuja construção gradativa vai evidenciando a formação de um psiquismo mais solidamente estruturado.

A comprovação de que em B. este processo está longe de ter ocorrido vem logo na primeira sessão, quando ele se diz incapaz de fazer algo já comum em crianças da sua idade: desenhar uma casa. Outra prova disso atravessa toda a primeira fase da análise: a exigência de que seja Cassandra a pintar a pele das bonecas que desenha “freneticamente”, ou seja, de que ela forneça um continente para os seus impulsos (p. 103).

Essa interpretação de fundo se apóia igualmente na tônica dessa etapa, a saber a presença simultânea de inveja e de pavor em relação à mulher. Na novela “Vamp”, então passando na TV, e na apresentadora Angélica, tênue disfarce para a própria mãe, B. encontra elementos para figurar as fantasias sádicas de impressionante crueza e brutalidade que povoam seu inconsciente. O paciente trabalho clínico de Cassandra vai-lhe permitindo tomar contato com elas, e as reações frente à informação de que está grávida as põem em cena, por vezes de modo dramático, como quando ele atira contra a barriga da analista com uma espingarda de brinquedo, ou quando amassa, mastiga e come os papéis em que a tinha desenhado e ao neném que carregava dentro de si.

Como explicar esses comportamentos? Cassandra abre um parêntesis teórico para falar da inveja, começando por Freud e se detendo na descrição kleiniana da inveja oral, cujos elementos nos são apresentados sob a forma de uma tabela que comenta as várias facetas desse sentimento. Retorna então à clínica, analisando em detalhe desenhos que revelam esses aspectos em ação no inconsciente de B.

Semelhante ao movimento argumentativo que a vimos realizar a propósito do vácuo suposto ter interferido negativamente no processo de

7 Além de uma interlocutora perspicaz para os aspectos clínicos da história, Cassandra encontrou no pensamento de Silvia Bleichmar idéias de grande valor para validar certas conclusões que o caso lhe sugeria, mas que hesitava em admitir, porque pareciam contradizer formulações clássicas da Psicanálise acerca da relação entre sexualidade e identidade.

constituição subjetiva de B. - ou seja, partir do sintoma ou do comportamento e recorrer à teoria para dar conta dele - o que faz Cassandra neste passo da tese demonstra a vantagem de optar por um raciocínio indutivo (do singular para o geral), e não pelo método oposto, que, neste caso, a levaria por começar por uma exposição da teoria e só em seguida apresentar o material clínico. Tal procedimento teria, a meu ver, dois inconvenientes. O primeiro é que não se sabe o quê nem quanto de teoria será apropriado mencionar, correndo o risco de encher páginas e páginas com informações finalmente desnecessárias para o argumento; o segundo é suscitar no leitor a impressão quase inevitável de que o material clínico está lá como uma quinta perna na mesa, mera ilustração e confirmação do já sabido.

Se incorrer neste equívoco, o autor se privará do que talvez seja o mais interessante numa tese de Psicanálise: a possibilidade de que os problemas revelados pelo estudo da “matéria-prima” conduzam a inovações no arcabouço teórico no qual se buscavam soluções para eles. Tais inovações podem ser de várias magnitudes: se pequenas, refinarão este ou aquele ponto da metapsicologia, da psicopatologia ou da teoria do processo analítico; se grandes, poderão resultar no que Thomas Kuhn denomina “revolução científica”, isto é, uma mudança no paradigma epistemológico/metodológico em vigor (em Psicanálise ou em qualquer outro campo do saber).

É evidente a inovação em sentido forte não pode ser exigida de todos os textos apresentados num programa de pós-graduação. De modo geral, é suficiente demonstrar que se sabe manejar com destreza as ferramentas conceituais da disciplina - e no trabalho de Cassandra há inúmeros exemplos disso. Antes de concluir o exame dele mencionando o que me parecem ser inovações de porte, e para que fique clara a diferença entre uma coisa e outra, convém comentar brevemente uma amostra do que nos termos de Kuhn seria a prática da “ciência normal”: a análise da evolução de B. rumo a uma estruturação psíquica mais individuada (capítulos “O canto da sereia” e “Nem sapo, nem princesa”).

Os dois têm como pano de fundo o emprego terapêutico de um desenho animado, essa versão contemporânea dos contos de fada. O enredo e os personagens de *A Pequena Sereia* povoam toda a terceira etapa

do tratamento, porque oferecem ao menino um novo continente para organizar o seu drama - o que só foi possível graças ao trabalho clínico anterior, que permitiu a esse drama assumir uma feição nova, capaz de ser representada na e pela história.

No que consiste o avanço frente à situação precedente? No fato de o garoto se ver às voltas com a questão da diferença entre os sexos, à qual reage sob o modo da denegação (fantasia onipotente de poder ser ao mesmo tempo homem e mulher). Por seu lado, essa defesa pressupõe algum reconhecimento inconsciente da dita diferença, pois ninguém se protege contra algo de cuja existência sequer suspeita. Concomitantemente, a polva Úrsula vem encarnar uma versão mais diferenciada e secundarizada da imago materna aterradora, a qual suscita uma nova forma de angústia: a de castração. Esta, no entanto convive com uma versão atenuada das de cunho mais psicótico (despedaçamento, aniquilação, etc.). Por fim, ao Rei dos Mares é atribuída a função de salvar a filha dos tentáculos da bruxa. Assistimos assim a um esboço de triangulação edipiana, e ao surgimento de uma figura paterna capaz de fazer frente à mãe invasiva e dominadora, cujo poder castrador é dramaticamente ilustrado pelo sumiço da voz de Ariel.

Ainda que notáveis tanto clínica quanto literariamente, essas páginas não discrepam do que nos é familiar. A inovação do trabalho de Cassandra não está aí, mas sim na conclusão que extrai dele: *a identidade de gênero precede a definição sexual e a escolha de objeto, porque faz parte das identificações estruturantes da personalidade*. Resumo assim o conteúdo do capítulo final (“Redesenhando possíveis aberturas teóricas”), porém advertindo o leitor de que ele merece ser lido na íntegra, pois contém bem mais do que essa proposição.

O que está em jogo diz respeito a uma série de problemáticas da Psicanálise atual, entre as quais a do uso a fazer da noção de *gênero*. É neste debate que nossa autora quer intervir, e sua posição não poderia ser mais clara:

“o clássico modelo edipiano não responde mais por muitas construções identitárias. O Édipo não é a chave de leitura *princeps* para a identidade

de gênero. A Psicanálise precisa reconhecer quanto ainda está despreparada para alavancar uma discussão sobre este assunto (...). Dentre os vários obstáculos a vencer, encontra-se o fortalecimento do estudo (...) sobre os conceitos de narcisismo e de identificação.” (p. 180)

Independentemente de se concordar ou não com essas observações, é preciso reconhecer que o pós-doutorado de Cassandra demonstra de forma cabal a profundidade com que a Psicanálise, quando manejada por uma profissional do seu calibre, permite compreender a sutileza do funcionamento psíquico, e intervir positivamente no que dele pode ser modificado.

Andréa Chiarella: *Peter e o adoecimento silencioso*⁸

As condições ideais para uma psicanálise, como demonstra o caso de B., são as do setting clássico: atendimento individual, várias vezes por semana. Desde que sejam respeitadas as coordenadas essenciais da situação analítica, porém, nada impede que ele seja adaptado a condições em que, por uma razão ou outra, a configuração tradicional se revela impossível, ou contra-indicada.

Que coordenadas são essas? Resumidamente, e sem entrar no detalhe de por que são indispensáveis: regularidade das sessões num espaço protegido de interferências externas, possibilidade de estabelecimento de um vínculo transferencial manejável, interpretação do conteúdo latente visando a reduzir as resistências à mudança. Se respeitadas essas linhas básicas, a experiência de mais de um século comprova que é possível uma grande variedade de trabalhos clínicos: com grupos, casais e famílias, com pacientes de praticamente qualquer idade e organizações psíquicas muito diversas, intervenções de duração mais prolongada, por exemplo em

8 São Paulo, Escuta, 2018.

instituições, ou mais breve, chegando até a uma única (como as consultas terapêuticas de Winnicott, ou, atualmente, as “rodas de conversa” em São Paulo e outras cidades brasileiras).

Um exemplo desse gênero de atividade psicanalítica nos é proporcionado pelo mestrado de Andréa Chiarella. Tendo ela mesma se recuperado de uma leucemia, decidiu dedicar parte do seu tempo a atender pacientes atingidos por essa grave doença, e é deste acervo de experiências que escolhe o caso de Peter, que por dez meses pôde acompanhar no hospital em que estava internado.

“O principal objetivo deste livro foi mostrar que a Psicanálise está capacitada a colaborar nas equipes médicas de hospitais e clínicas”, diz ela nas “Palavras finais”. O termo essencial nessa frase é *colaborar*. Na visão da autora, a presença do psicanalista junto aos pacientes leucêmicos – mas também dos acometidos por outros tipos de câncer, assim como dos que sofrem de doenças psicossomáticas – não visa a se contrapor à do médico, à da enfermagem, do terapeuta ocupacional, do fisioterapeuta ou de qualquer outro profissional: incumbe-lhe lidar com os aspectos psíquicos do adoecimento, infelizmente ignorados (quando não abertamente negados) pela atitude predominante entre os discípulos de Hipócrates.

Entre outras diferenças entre a Medicina e a Psicanálise (não antagonismos, apenas *diferenças*) há uma que é essencial: a primeira visa primordialmente a tratar a doença, isto é, uma generalidade da qual o paciente é um caso. Uma vez identificada pelo diagnóstico, ela é objeto de condutas que em princípio valem para todos os casos similares. As especificidades individuais também costumam ser abordadas pela via da *classe* a que pertence a pessoa: se for alérgica a determinada substância, gestante, criança, idosa, etc., o tratamento será adaptado tomando em consideração essa circunstância, que ela compartilha com outras.

Andréa aceita que assim seja, porém pondera que além de ser portador de tal ou qual condição o paciente é uma pessoa singular – e é no terreno da singularidade, precisamente, que o psicanalista vai intervir, por meio da escuta e do trabalho com a dinâmica emocional e afetiva tanto dele quanto dos seus familiares.

Tal dinâmica, sustenta ela escorada em Freud e em autores que se interessaram pela conexão entre a psique e o corpo - entre outros, Sándor Ferenczi, Pierre Marty, Donald Winnicott, Joyce McDougall e Fátima Marques - integra o conjunto de determinações que conduzem ao adoecimento e/ou às recidivas. Longe de ser desprovida de fundamento empírico, essa convicção se apóia na observação – é frequente que tanto um como as outras sejam precedidos por “importantes acontecimentos psíquicos”.

“*Precedidos* não é o mesmo que *causados*”, diria o cético: estaríamos diante da falácia lógica do *post hoc, ergo propter hoc* (depois disso, então por causa disso). Sem dúvida, poderia se tratar somente de coincidências, mas neste caso – o que nosso cético deixa convenientemente de lado - seria preciso provar que tais acontecimentos não têm *qualquer* relação com a eclosão da doença. De onde a necessidade de investigar a fundo se, em que medida e de quais maneiras os ditos “acontecimentos psíquicos importantes” podem ter desempenhado algum papel na causação dela.

Nenhuma disciplina do seu currículo – e certamente não a Psiquiatria como é hoje ensinada e praticada – prepara o médico para enfrentar esse problema, que simplesmente não é da sua alçada.⁹ Mas negar *a priori* que tal possa ser o caso é no mínimo uma atitude anticientífica, pois desde os gregos se sabe que o psíquico pode influir sobre o corporal, e vice-versa. Dois séculos de Medicina como a entendemos na atualidade não alteraram este fato: fala-se de úlceras ligadas ao estresse, de pessoas que renunciam a lutar contra uma moléstia grave por estarem deprimidas, e, inversamente, se tal relação não existisse as pesquisas de Oliver Sacks sobre a determinação recíproca de certos fenômenos físicos e mentais teriam sido acolhidas com gargalhadas. “Há mais coisas no céu e

9 A Psicologia Médica, além de ser pouco valorizada pelos estudantes, tampouco costuma se aprofundar na questão, limitando-se no mais das vezes a tratar da relação entre o paciente e o médico enquanto fator auxiliar na adesão ao tratamento.

na terra do que sonha a sua filosofia”, diz Hamlet a Horácio – e a advertência não vale apenas para o racionalismo um tanto raso do estudante dinamarquês.¹⁰

Repitamos mais uma vez: o fato de a Psicanálise não ser uma ciência experimental – condição que compartilha com muitas outras, da Astronomia à Matemática, passando pela História, pela Etnologia ou pela Economia – não a desqualifica para formular teorias consistentes, nem para, baseada nelas, gerar hipóteses testáveis pela observação metódica, que uma vez confirmadas dão origem a generalizações plausíveis; se não o forem, são reformuladas ou descartadas.

Para dar um exemplo entre muitos, a hipótese adotada por Freud no início do seu trabalho segundo a qual a histeria seria motivada por um abuso sexual no mais das vezes cometido pelo pai não se revelou verdadeira, e ele a abandonou – porém sem jogar fora o bebê junto com a água do banho: a frequência com que suas pacientes pensavam ter sido molestadas “por uma irritação real nos genitais” o levou a postular a existência de fantasias incestuosas, e a partir delas formular uma das teorias centrais da Psicanálise, o complexo de Édipo. Por sua vez, o vínculo estabelecido entre este e a identificação de gênero (*Três Ensaio para uma Teoria Sexual*, 1905) foi por muito tempo tido por verdadeiro, mas, como vimos acima, hoje se vê questionado de dentro da Psicanálise: segundo Silvia Bleichmar, Jean Laplanche, Cassandra França e outros autores, essa identificação se situa num momento anterior da história pulsional, e está relacionada ao narcisismo dos pais, assim como aos desejos e expectativas deles quanto ao seu filho.

O mestrado de Andréa, assim, se apóia numa série de hipóteses derivadas de conhecimentos psicanalíticos solidamente estabelecidos, que vão sendo apresentados ao leitor à medida que o trabalho clínico as

10 Contrariamente ao que faz crer a tradução mais comum da sua famosa réplica, Hamlet não fala em “vã filosofia”: “*there are more things in heaven and earth, Horatio, than are dreamt of in your philosophy*” (*Hamlet*, ato I, cena 5, versos 159 ss). Cf. “Hamlet-e-as-vãs-citações-de-quem-não-leu-Shakespeare”, <https://blogdomaximus>, 01.02.2011.

convoca: entre outros, as diferentes formas de manifestação do sofrimento psíquico, que incluem os vários tipos de somatização, a importância do ambiente familiar (que neste caso específico envolve certos elementos transgeracionais), o papel dos traumas precoces na organização psíquica do indivíduo, em particular nas esferas narcísica e do ideal do ego. Como vimos em B., quando a organização egóica é pouco consistente a auto-imagem tende a ser inflada na proporção direta da impotência em lidar com as dificuldades da vida real, o que, por sua vez, pode dar origem a defesas de tipo maníaco, que visam precisamente a negar tal impotência. É igualmente o caso de Peter, que precisava ser “o cara” em tudo.

Um dos indícios dessa hipercompensação aparecia na “exuberância exagerada” do seu comportamento no hospital, sempre rindo, fazendo piada de tudo e se mostrando invariavelmente alegre, mesmo diante de momentos difíceis. Por baixo dessa aparência esfuziante, porém, revela-se logo no começo do tratamento - iniciado após uma recidiva que se mostrará fatal - um grande vazio (p. 29). Ao mesmo tempo, Peter era muitas vezes tomado por emoções “densas”, que Andréa descreve com grande sensibilidade:

“nossas sessões se concentravam em sua busca por compreender o que se passara em sua vida, em fazer associações entre o que sentia e o que pensava (...). Transferencialmente, pude senti-lo em vários momentos como uma criança, incapaz de compreender o mundo adulto, emburrado, inacessível e bravo (...) [Em outros momentos], o rapaz charmoso e sedutor dava lugar ao menino sonhador (...), [ou] ao rapaz conquistador e “pegador”, [ou ainda] a alguém com uma alma mais feminina, conhecedor das temáticas que afligem as mulheres.” (p. 33-34)¹¹

Assim como B. com a sereia Ariel, Peter vem a se figurar numa imagem à qual recorrerá muitas vezes: a “aranha com uma pata manca”. Nesta pata, interpreta a analista, “estava concentrado tudo o que para

11 As partes entre colchetes foram introduzidas por mim para dar fluência à citação, composta por frases retiradas de diversos parágrafos do texto da autora.

ele era inominável e assustador”; as outras simbolizavam o que via como “positivo” na sua vida, como a família, os amigos, a equipe de cuidadores, e também a presença da analista (p. 34).

Mas nem tudo nesse “positivo” era tão idílico quanto ele gostaria de crer, e em particular a pata “pai”. Relembrando sua infância, Peter menciona um grave trauma que lhe fora imposto por ele. Com base no que vai contando em diferentes momentos, Andréa formula uma reconstrução do que possivelmente se passara na infância deste senhor, cuja atuação durante o tempo em que durou o tratamento foi marcada por inúmeros incidentes. O desenvolvimento emocional desse homem teria sido afetado muito negativamente pela maneira como o seu próprio pai lidou com uma tragédia familiar ligada ao falecimento da esposa: silenciando a respeito, e proibindo qualquer menção a ela. O mistério em torno da morte da mãe foi, ao que tudo indica, decisivo para a conformação da personalidade adulta, contribuindo para o surgimento de traços de caráter e de comportamentos rudes e autoritários com todos à sua volta, inclusive com seu filho – “ele foi um trator que passou por cima de mim”, como o avô impusera “passar por cima” do segredo familiar.

Não se trata de mero jogo de palavras, mas de uma metáfora que condensa a experiência mais decisiva na vida de Peter, como fica claro à medida que a análise avança. Ela está na raiz da fragilidade narcísica do rapaz, e das suas tentativas desesperadas de lhe fazer frente, ora se impondo tarefas inexequíveis e destinadas ao fracasso, ora se refugiando numa paralisia que Andréa compara a um congelamento. Ela sugere que são estas as pré-condições do seu adoecimento, e as interpreta como uma maneira – paradoxal, é verdade, mas conforme ao que aprendemos com a prática analítica – de exercer alguma autonomia em sua vida, ainda que pela via de “organizar a própria morte”. Se tanto a atitude quanto a hipótese podem parecer lunáticas, nem por isso deixam de ser possibilidades abertas ao funcionamento psíquico em determinadas situações, como ilustram dois casos evocados brevemente (Rosa e João).

Para fundamentar as escolhas clínicas e teóricas que vai relatando, nossa autora elenca uma série de trabalhos sobre um aspecto da vida emocional que Winnicott designou como “medo do colapso” – uma

angústia de desintegração abissal e paralisante. Há também referências detalhadas às teses da escola francesa de Psicossomática, contraposta à visão de outros autores por meio de uma revisão da ampla bibliografia sobre o tema.

Mesmo essa apresentação necessariamente breve do trabalho de Andréa permite, creio, demonstrar como pode ser redigido um texto acadêmico a partir da experiência clínica exterior ao consultório. A escrita cuidadosa, o rigor no emprego dos conceitos, a modéstia de quem não quer impor a sua “verdade”, mas apenas fazer ouvir o que tem a dizer – como vemos, nada trivial – fazem deste pequeno livro uma grande contribuição aos estudos brasileiros sobre a interface Medicina/Psicanálise. As recomendações técnicas nele contidas serão de grande valia para quem atende casos como o de Peter, mas também para médicos e outros membros de equipes terapêuticas, para administradores de convênios, para juízes chamados a julgar ações ligadas à saúde, e, principalmente, para os próprios doentes e suas famílias, cuja dor e cuja perplexidade frente a um inimigo insidioso e frequentemente letal são raramente acolhidas no ambiente hospitalar.

Sim – “a Psicanálise está capacitada a colaborar em equipes clínicas”. E por que? Porque oferece uma “escuta diferenciada à doença, que poderá ser circunscrita e transformada num objeto simbólico”, isto é, incluída numa “trama significativa” graças a um trabalho cuja finalidade é diminuir a rigidez das barreiras inconscientes erigidas para sobreviver psiquicamente, que no entanto acabam por tornar a vida invisível.

Peter veio a falecer, mas o desejo que expressou várias vezes - que sua história ajudasse outros a sofrer menos - foi realizado pela sua analista. Sejam gratos a ele, pela generosidade, e a ela, pela dedicação e competência com que nos faz conhecê-la

Larissa de Paula Cagnani: ***O trabalho do psicólogo no abrigo institucional***¹²

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”: a recomendação de Tolstoi com a qual Larissa de Paula Cagnani conclui seu mestrado resume bem o que nele o leitor irá encontrar. A “aldeia” em questão é o abrigo público para crianças e adolescentes onde se desenvolveu o trabalho que lhe serviu de base; o “universal” é a série de contextos nos quais ele se inscreve, e cujo imbricamento determina as formas que tomou.

Por que falar em série de contextos? Porque, como em qualquer situação humana, eles são múltiplos – e a consideração atenta do modo como se interpenetram é essencial para compreender tanto o que ela tem de específico quanto os aspectos em que se revela típica de um gênero. Esse princípio epistemológico e de método, seguido à risca por nossa autora, torna seu texto um modelo de pesquisa bem pensada e bem conduzida: ao interesse intrínseco do conteúdo soma-se assim uma valiosa contribuição para quem, no curso de suas investigações, se deparar com problemas similares.

Contratada como psicóloga no que ela denomina Abrigo (com maiúscula, para distingui-lo da instituição “abrigo” em geral), Larissa entra num universo estruturado por várias condições: o sistema público de assistência social, a rede municipal de proteção à infância (Juizado de Menores, Conselho Tutelar, etc.), a organização do serviço na instituição, as relações no seio da equipe cuidadora e entre esta e os internos, as questões de cada uma das famílias cujo filho está abrigado, e assim por diante.

A mais ampla destas condições é a legislação que disciplina a assistência social no Brasil, a qual passou por grandes transformações ao ser adaptada aos mandamentos da Constituição de 1988. O primeiro capítulo do livro apresenta portanto as principais normas que o regem na atualidade, materializadas na Política Nacional de Assistência Social (2004) e na Norma

12 São Paulo, Zagodoni, 2016.

Operacional Básica (2005), que organizam o Sistema Único de Assistência Social. Delas consta a que inclui nas equipes multidisciplinares atuando nas diversas instâncias a presença de um psicólogo; esta é requerida sobretudo nos casos de “média” e “alta” complexidade, ou seja, quando os vínculos familiares estão muito fragilizados, porém ainda não rompidos (primeiro caso), ou se encontram em frangalhos (segundo caso).

O que se espera do psicólogo no contexto da Assistência Social? Basicamente, algo chamado “acompanhamento psicossocial” do menor e dos seus parentes, visando à reinserção dele no ambiente familiar, à preparação para adoção caso a reinserção não seja possível, ou, se a adoção estiver fora do horizonte, a oferecer-lhe instrumentos para uma vida “autônoma” quando sair do abrigo. Por outro lado, documentos do Conselho Federal de Psicologia recomendam que a atuação do psicólogo neste âmbito não tenha como foco a “psicoterapia”, reservando esta para os que trabalham no campo da Saúde Mental.

Essa orientação, aparentemente clara no plano abstrato, tem no entanto um efeito paradoxal, cuja existência atrapalhou o início do trabalho de Larissa no Abrigo, e ao qual dedica uma bela análise no capítulo 2: muitos profissionais se sentem inseguros quanto aos limites legalmente permitidos para suas intervenções na esfera da Assistência Social. Ao procurar atender às demandas e necessidades que surgem no trabalho prático, estarão fazendo “psicoterapia” ou “acompanhamento psicossocial”?

Tal inquietação nada tem de absurda, pois, se ultrapassar a fronteira entre os dois, o psicólogo pode ser ver advertido, ou até punido. No entanto, é evidente que identificar dinâmicas familiares patológicas e conversar sobre elas com os parentes do menor, ou com ele mesmo, é um trabalho terapêutico. Da mesma forma, se perceber que certos aspectos do relacionamento de um membro da equipe com determinada criança estão sendo prejudiciais a ela, e intervir junto ao dito membro no sentido de modificar sua atitude, como dizer que tal procedimento não é terapêutico (caso de Iara, que comentarei mais abaixo)?

A solução proposta por nossa autora para o dilema é simples e brilhante. Ela a constrói em duas etapas: primeiro, lembra que qualquer

intervenção psicológica é, em sentido estrito, psicossocial, porque precisa levar em conta as circunstâncias do paciente, inclusive em consultório privado. Na realidade da vida e do trabalho clínico, esfuma-se – digo bem, *esfuma-se*, não *desaparece* – a distinção formalística entre o “estritamente psíquico” e o “externo histórico-social”.

Isso, porém, não conduz à “noite em que todos os gatos são pardos”, porque o segundo movimento é definir “psicoterapia”, de modo claro e correto, pela presença de um setting estruturado em termos de tempo e espaço, a partir da demanda de ajuda formulada por alguém que se compromete a observar o contrato psicoterápico enquanto o julgar útil para minorar suas dificuldades. Ou seja, embora num ambiente diverso do que serviu de cenário ao trabalho de Andréa, estamos diante de uma variante legítima da atividade psicanalítica, que Fábio Herrmann denominava “clínica extensa”, e Jean Laplanche de “Psicanálise extramuros”.

Quer se dêem em atendimentos brevíssimos ou isolados – Freud escutando Catarina no hotel em que se hospedava – quer sob a forma de intervenções institucionais, quer ocorram em situações declaradamente não terapêuticas (como as entrevistas de perícia judicial narradas por Claudia Suannes¹³, ou o trabalho com as costureiras descrito por Liz Mirim¹⁴, ambos citados por Larissa), ou, ao contrário, num ambiente dedicado a restaurar a saúde do corpo (como no belo livro de Rubens Hazov Coura, *A Psicanálise no Hospital Geral*¹⁵), o fato é que o psicólogo pode perfeitamente utilizar seus conhecimentos para incentivar a produção de *efeitos psicoterapêuticos* – o que significa simplesmente mudanças para melhor na vida psíquica de quem atende – sem por isso precisar fazê-lo num setting *formalmente* psicoterapêutico.

13 *A sombra da mãe: Psicanálise e vara de família*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011. Assim como os dois que menciono a seguir, esse livro se originou em teses cuja orientação esteve a meu cargo.

14 *Vozes do silêncio: variações da clínica*, tese de doutoramento em Psicologia, PUC/SP, 2011.

15 São Paulo, Servier Editora, 1996.

O trabalho realizado por Larissa no Abrigo é um exemplo notável de como a noção de clínica ampliada pode trazer benefícios tanto para o profissional que se tiver preparado para exercê-la quanto para as pessoas a quem se dirigem suas intervenções. Insisto no item “preparação”, pois sem ela o psicólogo não tem condições de agir (nem, de resto, de não agir) com base em hipóteses bem fundamentadas sobre os processos psíquicos em jogo naquela dada situação. São estas hipóteses que lhe permitem decidir se, quando e como abordá-la, o que dizer e o que - embora tenha percebido - deve conservar para si, de que forma avaliar os resultados do que fez, etc.

É neste ponto que a Psicanálise pode fornecer instrumentos preciosos para a atuação do psicólogo no quadro da Assistência Social, e em particular nas condições específicas do abrigo para menores. E por que? Nas palavras de Larissa, “porque o inconsciente está na fala, para quem sabe e se dispõe a ouvir.” O corolário dessa afirmação – que me permito extrair por extenso – é que o dito inconsciente continuará a produzir efeitos, mesmo se nenhum dos envolvidos, inclusive o psicólogo surdo a ele, se aperceber da sua presença. É como na célebre resposta de Niels Bohr a Einstein, que se admirava de ver na porta da casa de campo do amigo uma ferradura pendurada: “Mas como?! Um cientista como você acredita nos poderes dessa coisa?” “Claro que não, mas dizem que funciona mesmo se você não acreditar.”

Para que o leitor não pense que se trata de uma posição que Larissa e eu compartilhamos apenas “*porque nos gusta*”, convém relembrar: na perspectiva psicanalítica, o *imediato* – queixa, conflito intrapsíquico ou interpessoal, insegurança, comportamento problemático – é compreendido como *sintoma*, isto é, como resultando de um jogo de forças cuja existência e cujo sentido permanecem ocultos para o sujeito. É à escuta *disso* que se dedica o analista, e, uma vez identificados os elementos que podem estar determinando aquele imediato, a reuni-los numa interpretação, que orientará sua atitude quanto a ele.

Em todas as variedades da prática analítica, é importantíssimo distinguir a *construção* da interpretação da *comunicação* dela ao interlocutor. A primeira nasce da atividade psíquica do analista, que começa

por sua percepção do fenômeno, continua pela filtragem do que percebeu pela rede dos conceitos e hipóteses psicanalíticos (“isso é uma manifestação da ansiedade de castração”, “este sonho sugere que o sujeito se defende contra tal impulso”), e resulta num quadro razoavelmente coerente dos processos que possivelmente estejam determinando aquilo que atraiu sua atenção: foi o que vimos Cassandra fazer a propósito das atitudes bizarras de B. Outra coisa, completamente diversa, é *dizer* isso em voz alta – e um dos aspectos mais difíceis na aquisição do nosso ofício é aprender a avaliar quando convém comunicar ao paciente a nossa interpretação, e quando é preferível abster-se disso.

O livro de Larissa está pontilhado de exemplos que comprovam sua sensibilidade a esses fatores: a disposição de “abrir espaços” para *ouvir* as demandas explícitas (e também as implícitas) dos abrigados e dos educadores, a discrição e despretensão (presentes igualmente no seu estilo de escrita) com que identifica em diferentes situações do dia a dia os modos de atuação do inconsciente, seu esforço para buscar referências que a ajudem a pensar psicanaliticamente sobre elas, e, *last but not least*, o tato com que chama a atenção dos colegas e dos inquilinos do Abrigo para a maneira como, à sua revelia, estão contribuindo para gerar ou agravar o problema.

Entre os três episódios a partir dos quais se estrutura a “tese da tese”, isto é, as idéias de cuja consistência e utilidade ela almeja persuadir o leitor, o que me parece ilustrar de modo mais nítido o vigoroso trabalho de interpretação que torna tão boas as suas intervenções é o caso de Iara; por isso, vou me deter com algum detalhe na análise dos seus diversos momentos.

Após alguns meses no Abrigo, essa garotinha de cinco anos dá sinais de uma preocupante piora em suas condições emocionais: torna-se ansiosa e introvertida, e começa a urinar na cama. Larissa os compreende como uma regressão, e busca os motivos que podem tê-la provocado. Um deles é algo freqüente na instituição: a reticência da equipe em falar com as crianças das vivências dolorosas que as levaram até lá, como se o silêncio tivesse virtudes curativas, e a menção a elas induzisse somente tristeza e angústia. Eis o plano do *particular*, pois Iara compartilha essa situação

com seus companheiros. O que *singulariza* sua reação a ela é a enurese, e, nela, um aspecto intrigante: só ocorre quando um educador homem, Lúcio, está no plantão noturno. Compreensivelmente, ele fica perplexo, e chega a se sentir um pouco ofendido, pois toma muito cuidado no trato com Iara – justamente por ser homem, e haver suspeitas de que ela tivesse sido sexualmente abusada no ambiente familiar. Fosse isso verdade ou não, o fato (o que chamei atrás de “imediato”) é que quando ia acordá-la para ir ao banheiro ela já havia molhado a cama, o que nunca acontecia com as plantonistas mulheres.

Conversando com Iara, Larissa fica sabendo que ela pensava que Lúcio “ia ficar bravo” se precisasse acompanhá-la ao banheiro. Tal idéia é interpretada recorrendo a uma teoria da Psicanálise: seria consequência de contatos anteriores com “homens violentos”, o que parece confirmado pela reação da menina a outro episódio, o ataque de fúria de um adolescente igualmente abrigado. Apavorada, Iara perguntou a uma cuidadora se “ele vai nos matar”: presença no inconsciente, portanto, de um personagem masculino agressivo, e da fantasia de ser atacada/machucada/invadida por ele. É essa fantasia que, por deslocamento ou transferência, a faz ver em Lúcio uma nova encarnação do personagem temido, e é para evitar esse ataque que ela se previne urinando *antes* que ele apareça para conduzi-la ao banheiro.

Vemos aqui, claramente, como o raciocínio clínico se move entre os planos do singular (*esta* menina, *este* sintoma), do particular (é a reação dela a uma realidade presente no Abrigo, o silêncio sobre o que dói), e do universal (a inerência do passado no presente, as angústias de agressão e retaliação típicas da infância, a defesa contra elas sob a forma igualmente comum da enurese noturna, etc.).

O cenário está então preparado para que Larissa dê início a uma das mais argutas intervenções entre as que nos relata: percebendo que é de Lúcio que deve vir a iniciativa de alterar a dinâmica do seu relacionamento com Iara, chama-o para uma conversa e lhe fala do “projeto institucional” do Abrigo, do qual faz parte a autorização para que, como educador, ele se aproxime da menina. Parece-me evidente que ela interpretou o comportamento “frio” do funcionário como sintoma da sua ansiedade de parecer

intrusivo, e assim repetir algum trauma infantil de Iara. Porém, ciente da diferença entre construir uma interpretação e comunicá-la, não diz nada do gênero “você está com medo de se aproximar dela porque.....”, etc. etc., o que, nas circunstâncias, provavelmente só aumentaria a aflição de Lúcio.

Em vez disso, servindo-se de outras teorias psicanalíticas (por exemplo sobre o papel do superego e do ideal do ego, ou sobre a importância de um *terceiro* que representa a Lei, e nessa condição autoriza a manifestação dos afetos temidos pelo educador), “coloquei que ele poderia se aproximar de Iara (...), mostrando-se disponível para cuidar, educar, conversar e atender às suas necessidades” (p. 82).

Ou seja: uma intervenção admiravelmente terapêutica, e perfeitamente de acordo com a diretriz do “acompanhamento psicossocial”, pois leva em conta os conflitos que Lúcio, sendo um homem na sociedade brasileira atual, pode vivenciar em relação à sua própria sexualidade – em termos mais claros, as dúvidas sobre o que significa “ser homem” num momento de tantas transformações na relação entre os gêneros, e também o conhecimento por parte dele sobre as consequências psíquicas e jurídicas da pedofilia, mesmo se disfarçada.

Tudo isso subjaz, penso, à forma com que Larissa se dirige ao educador. Quanto ao conteúdo do que lhe diz, sugiro que esteja baseado numa série de interpretações concatenadas:

- a) a enurese da garota é um sintoma ligado a fantasias/lembranças/angústias relativas a uma figura masculina agressora;
- b) o distanciamento de Lúcio, além de expressar sua angústia de vir a fazer mal à menina se se mostrasse mais carinhoso, poderia estar intensificando - e não reduzindo, como ele pensava - as fantasias dela de ser agredida por um homem (“ele vai ficar bravo”);
- c) se Lúcio pudesse entender a diferença entre “carinhos de pai” e “carinhos de homem”¹⁶, não precisaria temer tanto sua própria

16 Embora não empregada no texto de Larissa, a distinção proposta por Renata Udler Cromberg em *Cena incestuosa* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001) aplica-se com

sexualidade, porque poderia sublimá-la em ternura e atenção (esta parece ser a interpretação-chave em que Larissa se apoiou na situação aqui esmiuçada).

A referência ao “projeto institucional” do Abrigo tira o atendente de uma posição dual (ele e Iara como indivíduos em enfrentamento narcísico) e o instala na de agente de uma instituição, com os direitos e deveres atinentes ao cargo que ocupa. Entre estes, o contato físico com Iara não apenas é permitido, mas ainda *exigido*, por ser parte essencial da sua função de educador. Confortado pela referência a um ideal nobre e valorizado, e pela legitimação por parte da psicóloga (enquanto representante da Lei que organiza o serviço) de uma postura menos defensiva, ele vai conversar com Iara – e, pouco depois, esta cessa de fazer xixi na cama.

A sutileza com que Larissa agiu nesse caso aparece igualmente nos outros dois. Não é um dos menores méritos do seu livro o fato de trazer e analisar estas histórias, que expõem as dificuldades dos educadores no exercício da sua missão. Estas são intensas e variadas, porque os confrontam com os pontos cegos da sua própria personalidade, ou com representações sociais fundamente arraigadas sobre o que é certo e o que é errado no comportamento de uma criança. Uns e outras mobilizam afetos de ordem contratransferencial, que, como se pode imaginar, afetam negativamente a vida no Abrigo. Analisar serenamente tais fatores contribui para evitar que se transformem em bloqueios para fazer o que precisa ser feito em benefício das crianças, argumenta Larissa com toda a razão – e é parte integrante da missão do psicólogo que atua no meio assistencial.

As “Considerações Finais” retomam o que ela aprendeu no ano e meio em que durou sua atividade no Abrigo, e também no percurso reflexivo cujo resultado nos apresenta em seu livro. Neste trajeto,

pertinência ao caso. Este livro, aliás, será lido com proveito por todos os envolvidos com a assistência social a menores, vítimas ou não de abuso, porque vai fundo no exame da sexualidade infantil, e também no da psicologia do abusador.

deparou-se com vários autores, entre os quais sobressai a figura de Françoise Dolto – e a maneira como dialoga com eles é sinal da sua maturidade como pesquisadora.

Se fosse preciso ainda uma vez ressaltar a importância de que o mestrado corresponda a um nível elevado de exigência – como tem sido a postura do nosso Programa - o de Larissa cumpriria muito bem essa função. Porque se empenhou a fundo na redação de um texto exemplar pela riqueza de informação, pelo uso criterioso da bibliografia e pela finura das análises, ela tem todo o direito de o considerar como “o início de novas indagações e de novas caminhadas”.

Como dito no início deste capítulo, seria possível demonstrar a fecundidade do método psicanalítico para conduzir a bom termo trabalhos de pós-graduação tomando como exemplo qualquer um dos muitos que tive o privilégio de orientar, assim como de outros tantos - dirigidos por colegas na PUC/SP e em uma dúzia de Universidades no Brasil e no Exterior - de cujas bancas participei ao longo das últimas décadas.

Sem dúvida, a Psicanálise não explica tudo, nem tudo do que lhe cabe investigar. Mas daí a supor que seja uma visão “superada” pelos “progressos atuais da ciência” vai uma longa distância: a que separa preconceitos arrogantes, venham de onde vierem, da consideração imparcial da sua consistência epistemológica e metodológica, que lhe permite servir de instrumento eficaz tanto na compreensão de quanto na intervenção sobre inúmeras situações de sofrimento emocional.

Cabe a nós, psicanalistas que pesquisamos e ensinamos na Universidade, levantar a luva desse desafio, e defender junto aos colegas das *hard sciences* o caráter científico da nossa disciplina. Certamente muitos deles, se apresentados a argumentos sólidos e a exemplos convincentes, não se furtarão a admitir que há mais de uma maneira de obter conhecimentos sobre *o que é* - e que, se existe uma realidade psíquica

diferente da realidade material, ela só pode ser investigada com instrumentos que permitam reconhecer suas leis e eventualmente modificar certas modalidades do seu funcionamento.

Talvez seja apenas *wishful thinking*, mas prefiro acreditar, como o Freud de *O Futuro de uma Ilusão*, que “a voz da razão é suave, porém não descansa enquanto não se faz ouvir. Ao final, apesar de inúmeros e repetidos fracassos, ela o consegue.”¹⁷

Referências

- ARANTES, Maria Auxiliadora (2018) *Pacto re-velado*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1995, 7ª ed.
- BLEICHMAR, Silvia (2008) *Paradojas de la sexualidad masculina*, Buenos Aires, Paidós,
- BLOG DO MAXIMUS, 01.02.2011 (Internet). Hamlet-e-as-vãs-citações-de-quem-não-leu-Shakespeare. Disponível em: <https://blog-domaximus> Acesso em 19/04/2019
- CAGNANI, Larissa Paula (2016) *O trabalho do psicólogo no abrigo institucional*, São Paulo, Zagodoni.
- CHIARELLA, Andrea (2018) *Peter e o adoecimento silencioso - Psicanálise e câncer*, São Paulo, Escuta,
- COURA, Rubens (1996) *A Psicanálise no hospital geral*, São Paulo, Servier Editora.
- CROMBERG, Renata Udler (2001) *Cena incestuosa*, São Paulo, Casa do Psicólogo.
- ECO, Umberto. (1975) *Como se faz uma tese*, São Paulo, Perspectiva.
- FRANÇA, Cassandra Pereira. (2016) *Nem sapo nem princesa – terror e fascínio pelo feminino*, São Paulo, Blucher.

17 “Die Stimme der Vernunft ist leise, aber sie ruht nicht, ehe sie sich Gehör verschafft hat. Am Ende, nach unzähligen oft wiederholten Abweisungen, findet sie es doch.” (Die Zukunft einer Illusion, Studienausgabe, Frankfurt, Fischer Verlag, 1975, vol. IX, p. 186).

- FREUD, Sigmund. (1975) *Die Zukunft einer Illusion (O Futuro de uma ilusão)*, Studienausgabe, Frankfurt , Fischer Verlag, vol. IX
- MEZAN, Renato. (2011). Caleidoscópio. In: MEZAN, Renato. *Figuras da teoria psicanalítica*, 2ª ed. ampliada, São Paulo, Casa do Psicólogo, pp 183-226.
- (2002) Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões, In *Interfaces da Psicanálise*, São Paulo, Companhia das Letras, pp 395-435.
- (1993) Que significa ‘pesquisa’ em Psicanálise?, In: *A sombra de Don Juan*, São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 95-134
- MIRIM, Liz Andrea Lima. (2011) *Vozes do silêncio: variações da clínica*, Tese de doutoramento em Psicologia Clínica, PUC/SP.
- PELLEGRINO, Hélio. (1987). Édipo e a paixão, In: NOVAES, Adauto (org.), *Os sentidos da paixão*, São Paulo, FUNARTE/Companhia das Letras, pp. 314-315.
- SUANNES, Claudia. (2011) *A sombra da mãe: Psicanálise e vara de família*, São Paulo, Casa do Psicólogo.

O FAZER DO PESQUISADOR E A PESQUISA PSICANALÍTICA

ROSA MARIA TOSTA

Tendo como panorama os tipos de pesquisa possíveis em Psicanálise, e tomando como base o campo científico que privilegia a intersubjetividade do humano e o campo do potencial criativo de onde pode surgir o novo, este capítulo busca sistematizar proposições norteadoras sobre a pesquisa psicanalítica, com foco na ação do pesquisador. Assim, procura pensar no lugar do pesquisador ao construir a sua pesquisa, tendo como pano de fundo a proposição psicanalítica sobre criatividade de D.W. Winnicott e a questão da intersubjetividade fundamental que permeia todas as relações humanas, inclusive a relação pesquisador-pesquisado e/ou pesquisador/objeto de pesquisa.

O estudo da epistemologia revela que houve uma revolução nas ciências em relação ao modo de empreender uma pesquisa nos dias atuais. Em contraste com um paradigma científico positivista, focado numa lógica de explicação, ou seja, numa busca de relação de causa e efeito e centrado numa relação de sujeito e objeto, hoje buscamos construir um conhecimento, tendo como base a intersubjetividade, que privilegia um campo relacional, especificamente num tipo de relação: a de sujeito-sujeito. Este modo de pensar embora esteja presente no campo científico contemporâneo, é predominante no campo das ciências humanas,

especialmente na área da Psicologia Clínica. No caso da Psicanálise, este modelo epistemológico, baseado na intersubjetividade, torna-se indissociável do seu labor clínico e investigativo.

Por ser a ciência da singularidade por excelência, a Psicanálise é construída no dia a dia da clínica, que é o espaço de intimidade existencial nas relações humanas, em que o saber é constituído numa relação do analista com o analisando e vice-versa. Desde Freud sabemos que o método psicanalítico gira em torno da transferência e da contratransferência.

A regra básica da atenção flutuante do analista e da associação livre por parte do analisando pode ser pensada como um ponto em que a intersubjetividade se salienta. Na medida do possível, este modo de trabalho implica, do lado do analista, colocar entre parêntesis as suas próprias convicções e expectativas, em favor de adotar uma postura de abertura para o que vem do outro, evitando os julgamentos prévios e sentimentalismos. O foco nas associações livres do paciente também revela uma possibilidade de acesso a uma liberdade de pensamento que permite a manifestação do material inconsciente, possibilitado pela postura não avaliativa do analista.

Podemos nos perguntar em que medida seria adequado levar as especificidades que caracterizam o método psicanalítico para o modo de fazer pesquisa em Psicanálise? Embora tenhamos consciência que a pesquisa acadêmica preza em ter um objetivo claro e definido, quando entra em jogo o inconsciente, podemos ter recursos de pesquisa e modos de construção do conhecimento que levem em consideração a abertura para as associações e reflexões sobre o próprio fazer e para os fenômenos observados.

Uma questão que permeia o modo de trabalhar em psicanálise hoje, quer na clínica quer no fazer investigativo, é a intersubjetividade. Este é um ponto em que convergem as concepções mais atuais em Psicanálise, das quais destacamos aqui a visão de Winnicott.

Para dar conta da proposta do capítulo, são apresentados os seguintes itens: intersubjetividade, pesquisa em Winnicott, a questão da criatividade versus a tradição e os modos de fazer na pesquisa psicanalítica.

Intersubjetividade

O conceito de intersubjetividade tem vários sentidos na área da Psicanálise. Em termos de modo de ver os fenômenos humanos, encontramos suas raízes na filosofia e na história das ideias psicanalíticas.

Coelho Jr. e Figueiredo (2004) traçam um panorama, apresentando o que consideram como figuras da intersubjetividade. Os autores identificam quatro matrizes: 1- intersubjetividade *trans-subjetiva* (Scheler, Heidegger, Merleau-Ponty); 2- intersubjetividade *traumática* (Lévinas); 3- intersubjetividade *interpessoal* (G. H. Mead); 4- intersubjetividade *intrapsíquica* (Freud, Klein, Fairbairn, Winnicott). Tais matrizes referem-se aos padrões pelos quais a alteridade pode se manifestar na constituição subjetiva.

A primeira matriz, *trans-subjetiva*, toma a intersubjetividade como fundante. Nas palavras dos autores, seria um “campo de uma realidade primordial e ‘materna’, concebida como um continente”. (Coelho Jr. e Figueiredo, 2014, p.17) A intersubjetividade é, assim, anterior ao sujeito.

Estes autores consideram que a matriz da intersubjetividade *traumática* funda-se nas ideias de Lévinas e afirmam que “o outro concreto e singular me precede e me traumatiza, e com isso me constitui” [...] “O outro é concebido como uma radical alteridade” (ibid., p. 20), a qual não pode ser assimilável pelo sujeito. Os autores consideram que esta visão de intersubjetividade traumática aparece na Psicanálise de S. Freud, S. Ferenczi e J. Laplanche, pois a constituição subjetiva tem a ver com processos de separação e o convívio com a alteridade pressupõe experiências de perda, abandono e da castração.

Coelho Jr. e Figueiredo (2004) postulam como terceira matriz a da intersubjetividade *interpessoal*: pragmatismo social e interacionismo simbólico. Seria o campo que descreve as interações entre organismos e sujeitos individuais. Aí se incluiriam os estudos sobre as interações precoces entre o bebê e o adulto. A diferença é que aqui o outro não é transsubjetivo, representante de um mundo da cultura e sim um indivíduo em interação concreta com o bebê. Para os autores, este modo de pensar a subjetividade está presente nas escolas que focalizam *interactional* ou *relational psychoanalysis*.

A quarta vertente referida pelos autores é a relacionada com a intersubjetividade *intrapsíquica*, cujos expoentes são S. Freud, M. Klein, W.D. Fairbairn e D. Winnicott. É onde predomina a teoria de relações objetais, em que os objetos se traduzem na experiência intersubjetiva. Coelho Jr. e Figueiredo (2004) realçam o fato de que mesmo que os objetos possam ter tido uma presença empiricamente real na vida do sujeito, eles são vividos como *objetos internos* pelo sujeito.

Destacamos, ainda, outra proposta relativa ao tema em pauta, que se denomina Teoria da Intersubjetividade, construída pelo psicanalista americano Stolorow e seus colaboradores, a partir de uma perspectiva de uma Psicanálise Fenomenológica. Para Stolorow (2013), a teoria da Intersubjetividade é uma perspectiva pós-cartesiana de Psicanálise que se fundamenta na Fenomenologia uma vez que “investiga e ilumina os mundos da experiência emocional” [...] “Sustenta como cada organização da experiência emocional toma forma, tanto na situação desenvolvimental como na psicanalítica, em contextos constitutivos intersubjetivos” (ibid, p. 383).

O autor considera que os fenômenos observados na clínica psicanalítica não são resultantes de mecanismo intrapsíquicos isolados e sim constituídos na interface dos mundos de experiências interacionais. Pareceu-me que esta perspectiva se aproximaria da matriz da intersubjetividade *interpessoal* segundo a classificação de Coelho Jr. e Figueiredo (2004).

Outro autor que traz contribuições interessantes na reflexão sobre a intersubjetividade é Ayouch (2012), que se propõe a fazer uma genealogia da intersubjetividade. Não se trata aqui da questão de alteridade que pressupõe a primazia do sujeito e do seu outro. Em suas palavras:

Uma filosofia da intersubjetividade não trata da questão da alteridade, não tenta saber como a minha perspectiva de sujeito é compatível com a de outros sujeitos, mas começa colocando um mundo intersubjetivo primeiro, a partir do qual resultam a minha subjetividade e a dos outros. (Ibid., p. 256)

Para o autor a perspectiva da intersubjetividade é central não só na Filosofia, mas principalmente na Psicanálise, explicitando que as

graves patologias psíquicas têm suas raízes na falta da intersubjetividade. Salienta o lugar ocupado pela teoria de Winnicott na compreensão das experiências arcaicas ligadas ao campo intersubjetivo. Considera que a Psicanálise winnicottiana ao lado da perspectiva de Merleau-Ponty vem a esclarecer a genealogia da intersubjetividade.

Segundo Ayouch (2012, p. 262), em Winnicott, “a figurabilidade do afeto depende do entrelaçamento dos afetos da criança e do entorno, num modo muito parecido à dialética da intersubjetividade teorizada por Maurice Merleau-Ponty”. A corporeidade e a figurabilidade do afeto são pontos importantes descritos como pontos de intersecção da intersubjetividade. O autor realça a intersubjetividade mãe-infante em Winnicott.

Assim sendo, também considero que Winnicott estaria trazendo uma visão de intersubjetividade fundamental, quando realça o lugar da relação mãe/bebê e bebê/mãe como originária do ser humano. Vários estudiosos da teoria winnicottiana referem a célebre frase de Winnicott, quando este afirmou que “o bebê não existe”, um *turning point* de Winnicott que estaria querendo indicar que o bebê não existe por si só, sem a presença de um ser humano devotado a ele, frequentemente a mãe. E a mãe, por sua vez, não existe sem o bebê.

Masud Khan (1993), em seu prefácio ao livro de Winnicott *Textos selecionados: da Pediatria à Psicanálise*, relata que, numa reunião científica da *British Psycho-Analytic Society*, na década de 1940, Winnicott teria chocado a platéia ao declarar: “*Um bebê é algo que não existe*, querendo dizer, naturalmente, que sempre que encontramos um bebê, encontramos a maternagem, e que, sem a maternagem, não existiria bebê algum” (p. 42, grifo do autor)

O próprio Winnicott (1982) se refere à sua afirmação polêmica no capítulo intitulado *Mais Ideias sobre os bebês como pessoas*, dizendo:

Certa vez arrisquei este comentário: “Não existe tal coisa chamada bebê”, significando com isso que se decidirmos descrever um bebê, encontrá-
-nos-emos descrevendo *um bebê e alguém*. Um bebê não pode existir sozinho, sendo essencialmente parte de uma relação. (p. 99, grifo do autor)

Também em *Natureza Humana*, Winnicott (1990) propõe a ideia de que se fossemos fazer um diagrama dos estados iniciais, colocaríamos que o ser humano se inicia num conjunto ambiente-indivíduo, em que o bebê é Um com o entorno, pois conta com um ser humano devotado ao bebê (no caso da mãe conceitua a preocupação materna primária). O autor salienta a necessidade humana de continuidade do ser e que o estado inicial do bebê se assemelha a uma bolha, na qual o ser humano *segue existindo*.

Esta relação primordial é permeada pela corporeidade de cada um dos componentes. Assim, Winnicott (1994, p. 200) destaca que a primeira comunicação é “uma comunicação entre o bebê e sua mãe em termos de anatomia e fisiologia de corpos vivos”. Nomeia este tipo de troca inicial de mutualidade, uma comunicação sem palavras, que ocorre num nível pré-verbal, sensorio. Haveria então uma experiência partilhada de mutualidade.

Igualmente, Ayouch (2012, p. 262) considera que o ponto central é que “essa intersubjetividade originária fundamenta-se sobre a presença encarnada da mãe e o corpo”.

Outro ponto na teoria de Winnicott em que a intersubjetividade originária é sobremaneira destacada é o papel do precursor do espelho na constituição do *self* primário. Assim, Winnicott (1975b, p. 154, grifo do autor) se pergunta:

O que o bebê vê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente o que o bebê vê é ele mesmo. Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e *aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali*.

Em outras palavras, o ambiente e o bebê começam juntos, ainda unificados, pois quando o bebê olha para a mãe o que ele vê é a si mesmo. O autor destaca que isto ocorre quando há saúde psíquica, pois se a mãe estiver sofrendo alguma perturbação psíquica quando o bebê olha para o rosto da mãe vê a mãe, e não a si mesmo. Neste caso, o bebê teria que se ocupar prematuramente da realidade, sem ter estofo para isto.

Ayouch (2012) relaciona este momento na teoria de Winnicott com a virada do vidente para visível na filosofia da carne da teoria de Merleau-Ponty, afirmando “esse entorno originário inter-humano e intersubjetivo é que providencia a carne do mundo, da qual surgem progressiva e contemporaneamente o sujeito e o outro” (p. 263).

Considero que este momento arcaico, do originário intersubjetivo encarnado, é realçado quando Winnicott (1975b, p. 154), referindo-se a relação inicial mãe-bebê, pontua a “extrema delicadeza do que é pré-verbal, não verbalizado e não-verbalizável, exceto, talvez na poesia”. Aqui vemos a ênfase deste autor na valorização de um outro tipo de acesso ao conhecimento do ser humano que é a linguagem poética.

Neste sentido, nos alinhando com o pensamento de Ayouch (2012), entendemos que a proposta de intersubjetividade de Winnicott aproxima-se da primeira matriz descrita por Coelho Jr. e Figueiredo (2004), *trans-subjetiva*, uma vez que aqui a intersubjetividade é constituinte ou fundamental.

Pesquisa em Winnicott

Winnicott (1997a) considera que a Psicologia é uma ciência que tem como objeto o estudo da natureza humana. Para atingir tal meta, haveria dois caminhos: o conhecimento advindo da intuição e o conhecimento científico. O autor contrasta o conhecimento intuitivo ao científico, dizendo: “A verdadeira intuição pode chegar à verdade total num momento (exatamente com a intuição errônea pode chegar ao erro), ao passo que numa ciência a verdade total nunca é atingida” (ibid., p. 32).

Um ponto importante trazido pelo autor a favor do conhecimento científico é que na ciência não ficamos em pânico com as lacunas no conhecimento, ao contrário, tais lacunas são estímulos para novas pesquisas. Assim, diz que a “abordagem científica aos fenômenos da natureza humana nos permite ser ignorantes sem medo, e, portanto, sem ter de inventar todo o tipo de teorias fantásticas para explicar as

lacunas no conhecimento” (ibid., p. 33). A vantagem de poder conviver sem medo com as lacunas no conhecimento é que podemos liberar nossa energia para uso criativo na contribuição social.

Para Winnicott começamos a ser cientistas muito cedo na vida, pois se tivermos tido uma provisão ambiental satisfatória, ficamos aliviados dos nossos pensamentos mágicos, quando podemos entrar em contato com a realidade externa. A partir daí podemos vir a conhecer as coisas reais sobre as quais não temos domínio e que tem aparentemente existência própria.

A questão é que a teoria winnicottiana conceitua que a realidade externa não é dada a priori para o indivíduo em desenvolvimento. O indivíduo chega à externalidade dos objetos através da destruição na fantasia do mundo criado pela onipotência primária. A realidade externa tem sentido para o indivíduo, se primeiro ele pode viver uma realidade subjetiva e, logo mais, transicional. A realidade transicional é relativa ao fato de que o indivíduo pode criar o que está ali para ser encontrado.

Winnicott (1975 a, p. 96) afirma que: “Objetividade é um termo relativo, porque aquilo que é objetivamente percebido é, por definição, até certo ponto, subjetivamente concebido”. Nesta definição, a ideia de concepção tem a ver com a realidade primeira, criada pelo sujeito, em outras palavras, relaciona-se com a apercepção criativa.

Para Winnicott (1997a) podemos ter um método científico de conhecimento da realidade externa e, ao mesmo tempo, valorizar o acesso à realidade transicional através da música, poesia, religião, pintura, e, assim, preservar um conhecimento intuitivo e criativo da vida.

Como ciência da natureza humana, há dificuldades próprias do campo da Psicologia. Winnicott (1997 a, p. 34) refere que a formação de um pensamento científico pode contribuir para testar “nosso pequeno fragmento do mundo”. No caso da Psicologia seria estudar “os fenômenos da natureza humana de outra pessoa como também os nossos” (ibid, p35).

O autor destaca que o maior complicador para a Psicologia como ciência é a descoberta do inconsciente. Destaca ainda que Freud não desistiu de um trabalho científico por isto, ao contrário, propôs um método de conhecimento psicanalítico como acesso ao inconsciente

reprimido. Com seu método de estudo do inconsciente, Freud criou um método científico de estudo dos fenômenos humanos, assim como um método de tratamento. Winnicott enfatiza a contribuição da Psicanálise para a compreensão de que as enormes lacunas no conhecimento são fenômenos ainda não compreendidos e não motivos para a construção de falsas teorias. Então, o que é específico da pesquisa psicanalítica é trazer à tona as motivações inconscientes, as quais, de outra forma, poderiam ser atribuídas ao acaso.

No texto *O preço de desconsiderar a pesquisa psicanalítica*, Winnicott (1996a) indaga-se sobre a natureza da pesquisa psicanalítica e, mais especificamente, como o estudo dos aspectos inconscientes podem levar ao acesso à verdade. Ele se debruça sobre a questão da diferença entre dois modos de acesso à verdade: o científico e o poético.

A pesquisa científica, mesmo sendo fruto de um trabalho criativo, tem objetivos delimitados. Quando o pesquisador alcança este objetivo específico, colocam-se novas questões. Considera que a verdade poética, por sua vez, pode levar a “satisfações profundas”, por além de novas expressões de velhas verdades, pode possibilitar novas experiências criativas. A questão é que as pessoas sentem o mundo de diferentes modos subjetivos e fica difícil a comunicação destes modos de ver. Por outro lado, a verdade científica é mais facilmente comunicável, mas tem seus inconvenientes, pois tende a “perder de vista o ser humano como um todo” (ibid., p. 136).

Para Winnicott, a integração entre a verdade poética e a científica encontra-se nas pessoas. Para ele, a Psicanálise pode contribuir nesta integração. Salienta que: “Na área do processo intelectual de grau superior, é necessário encontrar uma alternativa para a verdade poética- é a isso que se dá o nome de pesquisa científica” (ibid., p. 136). Notemos nesta fala o valor que ele atribui à pesquisa na Universidade.

O autor pergunta-se, ainda, quais os tipos de pesquisas poderiam ser chamados de cunho psicanalítico. Relaciona a pesquisa psicanalítica com a prática do analista em ação. Diz então: “O material da pesquisa psicanalítica é essencialmente o ser humano... sendo, sentindo, agindo,

relacionado-se e contemplando” (ibid., p. 137). Vemos aí que, para Winnicott o estudo da natureza humana é muito mais aparentado com a poesia do que com a ciência, em seus moldes clássicos.

Criatividade científica na tradição

Um conceito primordial na teoria winnicottiana é o da criatividade. O autor postula que todo o ser humano é dotado de uma criatividade originária, em outras palavras, a criatividade é a base da natureza humana. O autor assinala que a criatividade que lhe interessa é aquela relativa ao viver criativo. Não estaria falando da criação artística, embora esta possa estar envolvida num viver criativo.

O ponto de partida do viver criativo é a posição básica de existir, ser, “ter um sentimento de existência” (Winnicott, 1996b, p. 31). Winnicott tentando definir a criatividade, afirma que “a criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica que aquele que é, está vivo” (ibid, p. 31).

O autor diferencia um fazer reativo de um fazer pelo impulso criativo. Quando o predomínio é de um fazer pelo impulso, o indivíduo está criando o seu mundo e ele sente que este é real. Quando o fazer reativo prevalece, há um sentimento de submissão à realidade do outro, que pode levar a um sentimento de irrealidade, de falsidade. Assim, para o indivíduo o real, o que tem sentido para ele, é o que foi criado por ele a partir de sua onipotência, mas, paradoxalmente, cria-se o que está lá na realidade compartilhada para ser encontrado. A maioria das pessoas está a meio caminho entre o mundo subjetivo e o mundo compartilhado.

Nas palavras de Winnicott “a criatividade é a manutenção através da vida de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo” (ibid., p. 32).

Assim, o campo da criatividade é o campo da experiência humana em relação com o outro que está lá. Embora cada um seja dotado do potencial criativo, sua realização no fazer humano depende de existir o mundo lá para ser encontrado e criado. Então, “a criatividade reside no modo como conseguimos a percepção, através da concepção e da

apercepção.” (ibid, p. 40). Podemos pensar, portanto, que a criatividade resulta de um intercâmbio entre o mundo subjetivo e o mundo compartilhado, atravessado pela transicionalidade, pelo universo cultural.

O que seria o mundo transicional senão aquele constituído pela criatividade em ação no mundo, pelo fazer pelo impulso pessoal, pelo criar o que está lá para ser descoberto?

Winnicott postulou três áreas de viver no mundo: o mundo subjetivo, o mundo compartilhado e o mundo transicional, que é a ponte entre o subjetivo e o compartilhado, integração esta possibilitada pela experiência humana com os objetos e fenômenos transicionais. Esta terceira área de experiência humana é experimentada em todo o campo cultural, estando incluídos aí o estudo e a pesquisa científicos.

É importante ler Winnicott (1975c, p. 30, grifo meu) quando este diz:

Esta área intermediária de experiência incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte maior da experiência do bebê e, através da vida, é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao *trabalho científico criador*.

Destacamos este paradoxo que atravessa a teoria winnicottiana entre criatividade e tradição. O trabalho científico criativo parte do que está lá para ser descoberto, mas o indivíduo, que conseguiu construir a capacidade de experimentar a vida de modo pessoal, vai encontrar uma maneira de ser original na tradição. Exemplificando, pode ser pensado que quando o pesquisador empreende uma revisão de literatura para localizar o seu tema de pesquisa, estaria no campo de tradição, mas depois realiza seu gesto criativo e encontra um modo pessoal de tratar sua questão.

Mezan (1993, p. 87) afirma que a pesquisa em Psicanálise:

[...] nasce precisamente dessa insatisfação com o já-sabido, mas se a imagem da bela totalidade teórica pode servir à resistência, também é verdade que

somente sobre a base de um saber já constituído é que se pode perfilar a dúvida metódica, coisa muito diferente da ignorância erigida em princípio e em ideal.

Ademais o pesquisador psicanalítico aprendeu a tolerar o desconforto de acessar as lacunas em seu conhecimento acerca do mundo, sem preencher rapidamente o vazio com falsas soluções. Esta capacidade de tolerar a ignorância pode estar relacionada, ainda, com a capacidade que Winnicott salienta como importante para poder esboçar um gesto criativo, que é viver a amorfia. A pesquisa parte de um não saber para depois ir se organizando e tomando forma, possibilitando o acesso a um saber, embora sempre provisório e inacabado. A descoberta científica, então, guarda relação com a precariedade do gesto no espaço potencial, o qual Winnicott ressaltou em sua teoria sobre o brincar.

Podemos, portanto, relacionar a atividade investigativa da Psicanálise com um fazer criativo, um modo de esboçar um gesto espontâneo, arriscar um rabisco pessoal, que parte de um estado ainda não organizado de uma questão em busca de uma organização no porvir.

Modos de fazer investigativo

Como fazer pesquisa, considerando que o pesquisador, numa perspectiva intersubjetiva, necessariamente está incluído numa relação de sujeito-sujeito, em relação com o *objeto* de sua pesquisa ou outro pesquisado?

A saída de um paradigma positivista sujeito-objeto, trouxe alternativas interessantes nos modos de fazer investigativo, uma vez que, na pesquisa psicanalítica, o pesquisador afeta o pesquisado e é afetado por ele.

Alguns autores já destacaram que há diferentes maneiras de fazer pesquisa em Psicanálise, sendo as principais a utilização dos fatos clínicos através do método psicanalítico na prática do analista e o uso da teoria psicanalítica para estudo e compreensão dos mais diversos fenômenos humanos, sociais e culturais.

Assim, para Figueiredo e Minerbo (2006) há pesquisas em Psicanálise que se utilizam da teoria psicanalítica de uma forma geral e as pesquisa com método psicanalítico, a pesquisa clínica, *stricto sensu*. Naffah Neto e Cintra (2012) classificam em três, os modos principais de pesquisa psicanalítica. O primeiro tipo e principal é a *pesquisa-escuta* que é, principalmente, a pesquisa clínica do analista em sua prática; o segundo tipo é a *pesquisa-investigação*, que se trata de pesquisa teórico-metodológica, em que há uma seleção de questão e um planejamento de pesquisa. E um terceiro modo seria a pesquisa que tem a psicanálise como tema ou relaciona a psicanálise a fenômenos sociais ou culturais, mas não exige que o pesquisador seja um psicanalista.

Mas nos perguntamos quais seriam os procedimentos adotados pelo pesquisador para a seleção, organização e relato dos fenômenos ou fatos clínicos estudados. Ressaltamos aqui o caso clínico, nos moldes psicanalíticos. Trata-se de um procedimento em que o pesquisador desempenha papel destacado.

Pensando primeiramente como o fato clínico poderia ser definido, Silva e Macedo (2016, p. 524) afirmam que é:

[...] uma construção realizada por analista e analisando no âmbito do campo psicanalítico, partindo da relação decorrente da comunicação dos fatos ocorridos dentro e fora da sessão, dos sonhos, dos estados afetivos e do agir do analisando.

Como seria construído o fato clínico então? O ponto de partida é o desejo do analista enquanto pesquisador, pois as questões refletem as inquietações do analista em sua relação com o analisando. Assim, para Figueiredo e Minerbo (2006, p. 260):

[...] a pesquisa com o método psicanalítico é tanto um momento na história do “objeto”, quanto na história do “pesquisador”, e as transformações que a pesquisa engendra vão além das relações específicas que estes elementos entretêm ao longo da “pesquisa”.

Um modo frequente de empreender a pesquisa em Psicanálise apresentação de caso clínico, o qual é muitas vezes escolhido por ser um procedimento em que o singular pode ser apresentado. Winnicott (1997b, p. 170) lembra que “um caso não prova nada, mas pode ser usado na ilustração de uma idéia”. Penso que num caso clínico, geralmente é construída uma narrativa da história pessoal e familiar, tomada a partir de uma relação pesquisador-pesquisado.

Podemos pensar nessa construção narrativa como uma forma de ficção. Segundo Siqueira e Queiroz (2014): “O caso dispõe de uma pertinência descritiva, é uma construção de uma memória anacrônica por parte do analista. Nesse sentido ele é uma ficção” (p. 105). Mais adiante, os autores acrescentam que “um caso é sempre um relato e relatar um caso implica tecer sua ficção para se chegar ao que ele tem de mais singular e, ao mesmo tempo, de paradigmático” (ibid., p. 107).

Masud Khan (1991) usa o termo *factions* para se referir aos fatos clínicos, aqueles relativos à narração da história de um caso clínico, como pode ser lido no livro *Quando a primavera chegar: Despertares em Psicanálise Clínica*. O termo *factions* seria uma junção dos termos *fact* (fato) e *fiction* (ficção). O autor se utiliza deste termo para designar as narrativas, na verdade, construções imaginativas feitas por ele e por seus pacientes, em relação à história pessoal e familiar dos mesmos.

Também Denise Quaresma da Silva (2013) traz que a construção do caso clínico resulta numa ficção. Esta autora remete ao conceito de Fédida (1991) de ficção de conceitos, afirmando que

ela se estrutura em torno não de um simples relato do caso, mas sim da construção de um *enigma do caso*, que vai sendo organizado durante a escuta do analista ao paciente e que se dirige posteriormente ao supervisor de sua prática clínica. Algumas hipóteses em torno do enigma são os motores que direcionam a pesquisa psicanalítica, embora se procure manter o enigma durante a sua prática. (Ibid., p. 42, grifo da autora)

Fédida (1991) parte das idéias de Freud para apresentar que a construção do caso clínico não se refere ao relato descritivo da sucessão de

eventos trazidos numa sessão analítica e sim de uma construção que capta os reflexos no analista de detalhes enigmáticos que apontam para questões do inconsciente do analista, do paciente e do supervisor. Para o autor o paradigma da linguagem psicanalítica é o sonho. Em suas palavras:

O ato técnico da escritura na psicanálise reencontra sua função de *episteme*, desde que seu objetivo não seja o de reconstituir, todo o dia, todas as sessões, mas sim o de deixar que a palavra se re-presente e, escrevendo, deixar esta palavra múltipla surpreender seu inesperado inescutado. (Fédida, 1991, p. 40)

Outro autor que contribui para a reflexão da construção do caso clínico é Souza (2018). Em seu artigo, explicita duas perspectivas nesta construção: a primeira advinda da teoria de Freud que aproxima do realismo na busca de equivalência entre as metapsicologias e as expressões do inconsciente e uma segunda, construtivista, na qual o autor destaca Serge Viderman, que apresenta a construção de narrativas resultantes da interação entre a teoria do analista e as histórias trazidas pelos pacientes em análise. Numa terceira via, o autor apóia-se nas idéias sobre o tempo e narração reveladas num texto de 1998 de Figueiredo, o qual questiona ambas as perspectivas, pois tanto faz se a narrativa seria uma reprodução (reconstrução) ou uma construção em termos de criação, pois em ambas predomina o sentido de presentidade da experiência.

Esta questão do tempo e da narratividade é retomada por Figueiredo em 2019, quando desenvolve a questão de extemporâneo que ilumina o modo de trabalho na clínica psicanalítica. O autor afirma que “são inúmeras as dimensões temporais que transtornam inteiramente a ordem dos “fatos” ao mesmo tempo em que criam fatos psicanalíticos absolutamente surpreendentes e erráticos, casuais”. (p. 31). Completa apontando como possível saída, embora insuficiente, para abarcar tal complexidade seria optar pela “dimensão literária e estética dos relatos nos históricos clínicos” (ibid., p. 31).

Talvez possamos pensar que a verdade e a ficção convivem pela via do estético, da linguagem paradoxal que transcende o objetivo e o subjetivo.

Retomando a questão da subjetividade do pesquisador, é mister considerar que na construção do caso clínico sempre estão em jogo o interesse e questões do pesquisador, e o que paciente ou pesquisado traz à baila, e o terceiro, ou seja, aquele a quem se destina o relato de caso, quer seja o supervisor, orientador e/ou o leitor.

Este modo de fazer pesquisa que realça a singularidade do humano, que por si mesma é uma construção intersubjetiva, traz benefícios para a universidade. É uma troca profícua. Assim, Safra (2001) salienta que esta colaboração entre a prática clínica e a academia leva para a universidade outro modelo de fazer científico. O autor advoga que neste tipo de pesquisa “o rigor é encontrado não pelo controle de variáveis, mas pela fidelidade a um paradigma, a um vértice epistemológico” (ibid., n.p.). Safra complementa dizendo que, por outro lado, realizar pesquisas nestes moldes de fazer ciência na universidade contribui para a formação dos psicanalistas.

Outro alerta importante ao pesquisador é valorizar a própria experiência, evitando um aprisionamento ou obediência estrita à perspectiva teórica adotada. Neste sentido, Klein, Verztman e Pacheco-Ferreira (2018) retomam a consideração de Roussillon de que a pesquisa em Psicanálise é prejudicada pelo excesso de teoria. Pensamos que a identificação com nossos mestres trazem um suposto saber acerca do outro também no pesquisar na academia e não só na clínica.

Os autores citados trazem como saída a proposta de levar a questão da experiência que perpassa a clínica winnicottiana para a possibilidade de outro modo de fazer pesquisa. Assim, realçam a ideia de Viveiros de Castro de que “a arte da psicanálise torna-se a arte de determinar os problemas colocados por cada relação analítica, e não a de achar soluções para os problemas postos pela teoria” (ibid., p. 407).

Assim como no tratamento analítico, pesquisador e pesquisado vivem juntos uma experiência, pois a pesquisa assim como a análise tem um caráter relacional. Afinal, para Winnicott (1996b, p.41) “precisamos dos outros para sermos objetivos, se for o caso de gozar e aproveitar nossa própria criatividade, assumir certos riscos e seguir nosso impulsos com as idéias que os acompanham”.

Terminando, mais algumas palavras à guisa de conclusão...

Pensamos que a contribuição da pesquisa psicanalítica é poder fazer uma ponte entre os aspectos subjetivos que normalmente são expressos no campo cultural pela música, arte e pela literatura, ao apresentarem a verdade poética, e os aspectos objetivos relativos aos fenômenos estudados pelo campo científico, mas agora já compreendidos numa inter-relação fundamental entre estas faces da verdade. Daí, então, a consagrada objetividade científica é transformada, ganha novas roupagens, já que acessadas pela subjetividade e mediada pelo inconsciente tanto do pesquisador como do pesquisado.

Podemos ponderar então que a pesquisa psicanalítica, além de lidar com os objetivos delimitados exigidos pelo fazer científico, não poderia se esquecer da natureza do ser humano como um todo, incluindo o campo subjetivo e, ainda, poder contribuir para a solução de questões do mundo atual ou, pelo menos, com uma reflexão fundamentada na natureza do ser humano, quer seja nas áreas mais próximas dentro das ciências humanas e da saúde, e, principalmente, no campo da educação e política social.

E ainda mais importante, é preciso lembrar nos dias atuais da política das nações, a ideia de Winnicott (1996a, p. 142): “Com o tempo será mais fácil aceitar que as descobertas da Psicanálise sempre estiveram alinhadas com outras tendências orientadas para uma sociedade que não viola a dignidade do indivíduo”.

Referências

AYOUC, Thamy (2012). Genealogia da intersubjetividade e figurabilidade do afeto: Winnicott e Merleau-Ponty. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 253-274, abr./jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2019.

- COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto e FIGUEIREDO, Luís Cláudio (2004). Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, São Paulo, v. 9, n. 17, pp. 9-28, jun. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 ago. 2019.
- FÉDIDA, Pierre. (1991) *Nome, figura e memória*. A linguagem na situação psicanalítica. São Paulo, Escuta.
- FIGUEIREDO, Luis Cláudio. (2019) Os tempos em análise (Ideias a partir da psicanálise e da prática psicanalítica). *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 21-34, jan./jun.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio e MINERBO, Marion (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, pp. 257-278, jun. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 09 fev. 2019.
- KHAN, M. Masud R. (1991). *Quando a primavera chegar: despertares em psicanálise clínica*. São Paulo, Escuta.
- (1993). Prefácio. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Textos selecionados: da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 7- 61.
- KLEIN, Thais, VERZTMAN, Julio Sergio e PACHECO-FERREIRA, Fernanda (2018). A antropologia contribui para a pesquisa em psicanálise? Sobre o perspectivismo e a experiência psicanalítica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 3, pp. 404-411, set./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- MEZAN, Renato (1993). Que significa “pesquisa” em psicanálise? In: SILVA, Maria Emília (coord.). *Investigação e Psicanálise*. Campinas, Papirus, pp. 49-89.

- NAFFAH NETO, Alfredo e CINTRA, Elisa (2012). A pesquisa psicanalítica: a arte de lidar com o paradoxo. *Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30, n. 1, pp. 33-50, jun.
- SAFRA, Gilberto (2001). Investigação em Psicanálise na universidade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, pp. 171-175. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200014&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SILVA, Denise Quaresma da (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 39, pp. 37-45, jul. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- SILVA, Clarice Moreira da e MACEDO, Mônica Medeiros Kother (2016). O método psicanalítico de pesquisa e potencialidade dos fatos clínicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 36, n. 3, pp. 520-533, set. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300520&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- SIQUEIRA, Elizabete Regina Almeida de e QUEIROZ, Edilene Freire de (2014). O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, pp. 104-114. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- SOUZA, Maurício Rodrigues (2018). O jogo dos sentidos em psicanálise: alteridade, verdade e construção. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 3, pp. 385-393, set./dez. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000300008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2019.

- STOLOROW, Robert D. (2013). Intersubjective-Systems Theory: a phenomenological-contextualist Psychoanalytic Perspective. *Psychoanalytic Dialogues*. v.23, n. 4, pp.383-389.
- WINNICOTT, Donald Woods (1975a). A criatividade e suas origens. In WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Editora Imago, pp. 95-120.
- (1975b). O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Editora Imago, pp. 153-162.
- (1975c). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Editora Imago, pp. 13-44.
- (1982). Mais ideias sobre os bebês como pessoas. In: WINNICOTT, Donald Woods. *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro, LTC, pp. 95-103.
- (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro, Imago.
- (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: WINNICOTT, Clare, SHEPHERD, Ray e DAVIS, Madeleine (orgs.). *Explorações Psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, pp. 195-202.
- (1996a). O preço de desconsiderar a pesquisa psicanalítica. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Tudo começa em casa*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 135-142.
- (1996b). Vivendo de modo criativo. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Tudo começa em casa*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 31-42.
- (1997a). Para um estudo objetivo da natureza humana. In: SHEPHERD, Ray, JOHNS, Jennifer e ROBINSON, Helen Taylor (orgs.). *D. W. Winnicott: Pensando sobre Crianças*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp. 31-37.
- (1997b). Sobre a neurose cardíaca nas crianças. In: SHEPHERD, Ray, JOHNS, Jennifer e ROBINSON, Helen Taylor (orgs.). *D. W. Winnicott: Pensando sobre crianças*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp. 164-171.

A PESQUISA POR MEIO DA INTERNET NA PSICOLOGIA CLÍNICA

ROSANE MANTILLA DE SOUZA

*“não se trata mais de se estar on-line,
mas de ser on-line”*

Williams e Merten (2011, p. 150)

No final dos anos de 1990, meus alunos de mestrado e doutorado em Psicologia Clínica da PUC-SP começaram a trazer à discussão temas associados aos efeitos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na vida cotidiana, na comunicação e na linguagem, na subjetividade e nos relacionamentos familiares e interpessoais. Nossa curiosidade foi crescendo e comecei a oferecer disciplinas nas quais buscávamos mapear o que ocorria com as pessoas e o que se produzia na área; também passei a orientar e realizar pesquisas cujo recrutamento e/ou procedimento era on-line, ou sobre conteúdos postados em sites, blogs, redes sociais, e finalmente, sobre aplicativos. Fomos aprendendo, fazendo.

Embora a Internet já existisse no Brasil em meios acadêmicos e militares desde 1988, sua disponibilidade para uso doméstico só iria ocorrer a partir de 1995, quando os Ministérios das Telecomunicações e da Ciência e Tecnologia a trouxeram ao acesso da população brasileira em

geral. Ainda assim, a disseminação do uso só começou no ano seguinte (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), de modo que, diferentemente de outros países, no nosso país, os microcomputadores e a Internet entraram mais ou menos simultaneamente na casa dos brasileiros Leitão e Nicolacida-Costa, 2001).

Os primeiros microcomputadores eram comparativamente muito mais caros e a internet muito menos acessível do que hoje. Embora produzisse a sensação de que tínhamos acesso a tudo, a busca online limitava-se a informações ou notícias e a interatividade ocorria pela troca de e-mail ou frequência às salas de “bate-papo”. Apesar de chamados micro, os computadores eram comparativamente grandes (*desktop*), a conexão era por linha discada, o que impedia o uso concomitante do telefone (fixo); um *download* podia demorar horas, e a expressão normalmente usada era “entrar na internet”, o que conotava a existência de contextos diversos, o real e o virtual. E ainda mais, a produção de material exigia *softwares* específicos e especialistas em programação gerando custos elevados. Essa primeira geração da Internet foi denominada Web 1.0 e seu usuário era basicamente um consumidor do conteúdo (Coutinho e Bottentuit Junior, 2007).

Em torno de 2004 o que foi denominada Web 2.0 - a Internet como plataforma ou união de vários aplicativos - passou a permitir que as pessoas produzissem facilmente seus próprios materiais e os publicassem na rede. O usuário da *Web 2.0* passou a ser tanto consumidor quanto produtor da informação, o que tornou o ambiente cada vez mais dinâmico e colaborativo (Coutinho e Bottentuit Junior, 2007).

A segunda geração da Internet (Web 2.0) trouxe consigo os blogs e congêneres, bem como as redes sociais. A diferenciação entre real e virtual tornou-se borrada. Deixamos de “entrar na internet” para “ser na internet” pois há ações, comportamentos e relações que só existem na rede. Atualmente estamos conectados todo o tempo (*always on*). Nossos aparelhos celulares, individuais e individualizados, não só permitem a busca instantânea de informações, de localizações, compras, pagamentos, etc., como a troca instantânea de mensagens, produção e compartilhamento de imagens, uso de aplicativos notícias, lazer e promoção de saúde.

Em pouco mais de duas décadas, as TICs transformaram alguns aspectos básicos da existência humana: a identidade, a sociabilidade e a pertinência; os limites do que é público e o que é privado; a formação, manutenção e rompimento de vínculos; o espaço, o tempo e o ritmo do viver e do vivido; os relacionamentos interpessoais, conjugais e familiares; além do fazer político. Todas estas mudanças precisaram entrar na pauta de trabalho dos psicólogos clínicos e dos pesquisadores clínicos.

Embora possamos ser mais ou menos inclinados à incorporação das TICs no cotidiano, embora possamos desde demonizá-las a tornarmos-nos delas dependentes, “navegar é preciso” e o cenário de produção de conhecimento psicológico vem mudando rapidamente. Sassenberg e Ditrich (2019) analisaram as publicações em quatro periódicos de grande impacto em Psicologia Social de 2009 a 2018. Embora não seja em Psicologia Clínica, observando as dissertações e teses postadas na Capes na última década identificamos algo semelhante na nossa área: há um uso crescente de grandes amostras e de procedimentos disponibilizadas on-line principalmente com questionários e escalas. Como este processo vem sendo conduzido?

Metodologia de pesquisa é disciplina obrigatória da graduação e da pós-graduação em psicologia. Há grandes manuais metodológicos que são reeditados com poucas modificações ao longo de décadas, mas poucos analisam as particularidades da pesquisa realizada por meio da internet. Frequentemente indicam como fazer revisões de literatura e destacam os programas estatísticos mais rápidos, ou de análises de texto cada vez mais sofisticadas utilizando programas de computador. Mas, podemos transpor as abordagens metodológicas do mundo face-a-face diretamente para o mundo on-line?

Riley et al. (2013) comentam que se considerarmos o período de tempo entre a proposição de uma pesquisa e sua publicação (sem considerar quando exige follow-up) leva cerca de cinco anos e meio. Durante este período a mudança tecnológica pode tornar um trabalho obsoleto. Só para ilustrar, quem se lembra do Orkut? Há jovens que nem sabem o que era. Mas, há várias pesquisas, dissertações e teses que analisaram postagens do Orkut. Há artigos que tratam da captação de

participantes via e-mail dos idos dos computadores (desk ou laptop), mas hoje a maioria das pessoas usa smartphone e frequenta redes sociais. Vale o mesmo quando tratamos de recrutamento ou postagem de procedimentos se o meio de acesso para a maioria está na palma de sua mão?

Cientistas de diferentes disciplinas buscam compreender os impactos da internet, e da vida on-line que muda de modo acelerado. Mas, os que atuam no campo da metodologia de pesquisa também estão sendo desafiados a aprender a conviver com o fugaz e com a mudança rápida, na rede, sem deixar de lado suas velhas questões como representatividade das amostras, qualidade dos resultados obtidos e reflexão sobre as implicações éticas e epistemológicas envolvidas na produção do conhecimento.

Há um número razoável de ensaios e trabalhos teóricos sobre internet e psicologia clínica, que tratam de suas implicações nos relacionamentos interpessoais e na subjetividade. Há menos pesquisas e é desgastante identificar quais e quantos pesquisadores recrutam seus participantes via web e/ou aplicam seus procedimentos on-line, porque nem sempre a informação é mencionada explicitamente nos artigos. No caso das dissertações e teses, mesmo não havendo limitações de número de laudas, há pouca preocupação com as especificidades metodológicas da pesquisa on-line. Parece que ainda vivemos no tempo do “entrar na internet”: imaginamos que o nosso participante vai lá, atua e sai de lá, não cabendo a nós a discussão das especificidades da realização de pesquisas na rede.

Em vista disso, mesmo correndo o risco de tratar do passado, buscarei apresentar a seguir o que mais tem me dado trabalho desde que, em 2001 fui desafiada a orientar meu primeiro mestrado sobre internet (Paulino, 2004) e me deparei com as especificidades de recrutar participantes e postar pesquisas on-line.

O recrutamento de participantes on-line

O surgimento da Internet rompeu barreiras geográficas e temporais facilitando o alcance à um número muito grande de sujeitos potenciais, provenientes de populações em locais distantes entre si e do pesquisador,

e mesmo à grupos de difícil acesso, tornando as investigações mais baratas, rápidas e eficientes. Mas, o questionamento da representatividade das amostras on-line é tema recorrente desde as primeiras pesquisas publicadas.

Embora as amostras dos estudos possam ser grandes, isso não as torna necessariamente representativas. As especificidades de recrutamento on-line têm sido apontadas como uma barreira para pesquisas com amostragem probabilística. Best et al (2001) argumentam ser impossível transpor as técnicas estatísticas que garantem aleatoriedade às amostras no mundo real, para a realidade virtual, pelo simples fato de que a identificação completa e objetiva de todos os usuários da internet, que permitiria sortear e estratificar os sujeitos da investigação, é impraticável.

Para Couper (2000) as pesquisas com recrutamento online não conseguem atingir uma população representativa. Denominou esse problema de erro de cobertura que é função da incompatibilidade entre a população-alvo (o conjunto de pessoas que se deseja estudar) e a população para a qual se quer inferir ou generalizar os resultados obtidos (por exemplo, a população adulta de um país ou região). Para amostrar e generalizar teremos que considerar quem está e quem não está na internet.

O número de pessoas com acesso a rede cresce a cada ano no mundo todo. Segundo a *International Telecommunication Union* (ITU), agência da ONU especializada em tecnologias de informação e comunicação, estimava-se que até o final de 2018, 51,2% da população mundial - 3,9 bilhões de pessoas - estariam usando a internet (ITU, 2018). Nos países desenvolvidos, o crescimento do número de internautas é constante e a porcentagem da população on-line aumentou de 51,3% em 2005, para 80,9% em 2018; já nos países em desenvolvimento, o crescimento é mais acelerado tendo aumentado de 7,7% em 2005 para 45,3% de usuários ao final de 2018. Muito desse grande crescimento é devido às conexões móveis via telefonia.

Em 2002, Sheehan afirmava que o perfil da população norte-americana na Internet era muito similar à população como um todo mas, recentemente, Jang e Vorderstrasse (2019) obtiveram diferenças significativas entre grupos raciais, étnicos e de nível educacional entre a

população e amostras no mesmo país. Pesquisas de caráter epidemiológico sobre saúde sexual e reprodutiva realizadas em outros países (Austrália, Japão, França, Dinamarca) também com acesso à web por mais de 80% da população (UIT, 2018), têm verificado semelhança entre os dados demográficos de seus países e o perfil de seus participantes recrutados on-line (Fenner et al, 2014; Mishra et al, 2014; Harris et al, 2015; Motoki et al 2017; Andreeva et al 2014; Hatch et al, 2016). Mesmo assim, Leach et al (2017), no Canadá, país com perfil internautico semelhante, informou que sua amostra on-line super-representou mulheres mais jovens e de nível educacional mais alto.

Portanto, embora seja consenso que recrutar on-line torna a pesquisa muito menos dispendiosa, e mesmo que em países desenvolvidos parte das amostras possam refletir a população, temos que questionar se o mesmo vale para todos os temas de investigação e para os contextos sociais menos abastados ou com distribuição desigual de recursos de TICs, como é o caso brasileiro.

O Brasil é o quarto país do mundo mais conectado (ITU, 2018), mas está longe de ter uma população homogênea no sentido on-line. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio Contínua TIC 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018), de 2016 para 2017 o percentual de lares brasileiros com internet subiu de 69,3% para 74,9%. O uso atinge seu máximo entre os 18 a 24 anos de idade (88,4%) e depois vai declinando, embora no grupo de 60 anos ou mais é que tenha sido observado o maior aumento proporcional: de 24,7% em 2016, para 31,1% em 2017.

O telefone celular é de longo o principal meio de integração à web e seu uso aumentou de 94,6% para 97,0% de 2016 para 2017. À despeito do aumento, estamos longe de ter uma distribuição homogênea de acesso à rede. Nas áreas urbanas, a presença da internet cresceu de 75,0% para 80,1% entre os dois anos comparados pela PNAD; o aumento nas áreas rurais, embora tenha sido de 33,6% para 41,0%, está longe de permitir um acesso semelhante ao das áreas urbanas. A maior desigualdade (69,6% nas áreas urbanas e 27,0% nas rurais) ocorre na região Norte do país. E mais, em 2017 nas regiões rurais, mais mulheres (41,9%) acessavam a

internet do que homens (36,3%), enquanto nas áreas urbanas, a diferença entre os sexos (74,9% são mulheres e 74,6% homens) foi irrisória (IBGE, 2018). Ou seja, ainda menos da metade da população rural tem acesso à rede, e mesmo a desigualdade, é distribuída diferentemente pelas regiões geográficas.

Ainda outros aspectos contribuem para a heterogeneidade brasileira na web. O nível educacional produz diferenças importante e quanto maior a escolaridade, maior o acesso: 11,2% entre as pessoas sem instrução e 97,7% daquelas com nível superior. Estar ou não no mercado de trabalho também gera desigualdade pois, embora em 2017 a porcentagem geral de pessoas usando internet tenha sido de 80,4%, entre os não ocupados este número foi de 56,8% (IBGE, 2018).

Não é aqui o local para a analisar a exclusão ou analfabetismo digital dos brasileiros, mas cabe-nos como pesquisadores deste país, considerar para quem estamos produzindo conhecimento, tanto quanto pensar sobre a probabilidade de nosso participante desejado estar lá, devido a diferenças como idade, sexo, nível socioeconômico e ocupacional no uso de internet. Também devemos considerar as diferenças educacionais e ponderar se o nosso participante desejado terá condições de compreender o chamado de recrutamento e o procedimento que será aplicado.

A divulgação e o recrutamento

O pesquisador terá que avaliar objetivamente que tipo de pessoas serão incluídas e excluídas de sua pesquisa caso use um recrutamento on-line. E, se concluir que esta estratégia é adequada, precisará ponderar onde e qual é a melhor maneira de divulgar sua investigação de modo a atingir o participante esperado, ao mesmo tempo, equacionar como diminuir o apelo de grupos vulneráveis como crianças e adolescentes.

Enquanto há autores que não encontraram diferenças entre divulgação tradicional e por meio de mídias sociais (Motoki et al. 2014), outros (Fenner et al, 2014; Harris et al 2015; Mishra et al., 2014) apontaram que as populações mais jovens respondem mais às mídias

sociais, embora alertemos que é importante saber qual mídia social é mais acessada por jovens em um determinado momento (Souza e Keiserman, 2018). No Brasil, Blumenberg et al (2019), compararam as taxas de recrutamento via e-mail, Facebook e WhatsApp entre indivíduos nascidos em 1993 em, Pelotas, Rio Grande do Sul. Concluíram que o Facebook foi o método de recrutamento on-line mais eficaz para produzir uma amostra mais equitativa em termos de escolaridade e posição socioeconômica.

Já outros trabalhos de análise da eficácia de múltiplos tipos de recrutamento com adultos também confirmam as vantagens das redes sociais (Batterham, 2014; Laws et al. 2016; Thornton, Batterham e Fassnacht, 2016), enquanto outros verificaram que estratégias via telefone ou carta ainda são igualmente úteis com adultos (Willians e Merten, 2011; Hewson, 2014; Sebo et al 2017) ou mesmo que, no campo da saúde mental, amostras captadas em clínicas e na web acerca de opiniões e demandas podem viabilizar resultados complementares (Bernstein et al, 2017).

Levantamentos como o de Skitka e Sargis (2006) e mais recentes como o de Hewson (2014) indicam que mais de um terço das pesquisas em psicologia usam recrutamento *opt-in* (opção por entrar): os convites de participação são postados em sites e/ou redes sociais e acessados por pessoas que se interessam. Embora haja autores questionem a existência de viés amostral nas amostras *opt-in* (Wachelke e Andrade, 2009; Bernstein et al 2017) nos artigos, dissertações e teses que já orientei, avaliei ou simplesmente li para construir este texto, é o processo mais utilizada.

De modo geral, o recrutamento on-line é flexível e econômico, de utilização recomendável para projetos de pesquisa específicos e/ou recrutamento de grupos também específicos e temos que avaliar o potencial de divulgação dos contatos pessoais do pesquisador de modo a avaliar quem poderá atingir, no que se refere a aspectos básicos como faixa etária e tema de investigação, as dificuldades do próprio material (extensão, número de itens) e de tempo para responder a tudo que é proposto.

Principalmente no campo da saúde mental, uma divulgação múltipla parece ser a mais efetiva (Sheehan, 2001; Blumenberg et al, 2019). Nossa experiência vai na mesma direção e, como indicou Sheehan (op. cit), temos que customizar a linguagem do convite e divulgação ao meio no

qual circulará. Por e-mail é possível um texto mais longo, enquanto a divulgação postada em rede social deve ser curta e objetiva indicando o link da pesquisa. Sugerimos, então, que se crie uma página inicial na pesquisa na qual se registrem as informações que possam favorecer a melhor compreensão dos potenciais participantes, estimular sua participação consciente do que irá realizar e para que.

Aprendemos que o índice de resposta será maior quando no convite por e-mail, ou página de apresentação da pesquisa houver uma descrição objetiva e sintética da mesma, indicação da instituição de origem do pesquisador, quem é o participante que se procura (idade, sexo, nível educacional, etc) e para que (responder questionários, entrevistas, escalas), bem como quanto tempo se estima que precisará dispor para responder. Explicitar com o que o trabalho irá contribuir também favorece à adesão, bem como indicar um e-mail por meio do qual pode-se obter mais informações. Por fim, como outros pesquisadores (Ramsey et al., 2016; Blumenberg et al., 2019) os trabalhos que orientei indicam que, as mulheres respondem mais aos convites, ficando o desafio de como mobilizar os homens.

Pesquisa na qual o procedimento é aplicado on-line

Em princípio, a maioria das metodologias de que fazemos uso face-a-face podem ser utilizadas no meio on-line: observações, questionários, escalas, entrevistas, grupos focais. Podemos até mais, porque surgiram novas temáticas como a compreensão dos efeitos psicológicos da própria internet, de circunstâncias que ocorrem somente na rede, como o estudo das comunidades virtuais e da disseminação de rumores (Gosling e Mason, 2015). Podemos mesmo explorar temas antigos utilizando novas estratégias como equipamentos de realidade virtual ou aumentada. Mas será uma mera transposição?

A desterritorialidade da internet aumentou o potencial de atingirmos muitas pessoas, situadas em locais distantes, e os procedimentos executados on-line são mais baratos e mais rápidos. Mas, ao

introduzirmos uma nova ferramenta de coleta de dados em um conjunto de procedimentos já existentes, todo o sistema que caracteriza tal método se modifica (Nicolaci-da-Costa, Romão-Dias, e Di Luccio, 2009). Com isso, o planejamento da pesquisa realizada por meio das TICs traz consigo novos desafios que exigirão tempo, dedicação e conhecimentos específicos por parte do pesquisador.

Quando fazemos pesquisas face-a-face, ambos, pesquisador e pesquisado estarão no mesmo ambiente e, nós, os pesquisadores clínicos, podemos nos beneficiar do feedback das sensações, sentimentos, percepções, empatia, para conduzir o processo. Quando nos transferimos para o meio on-line, deveremos ser competentes na estratégia escolhida - entrevista, grupo focal, observação, uso de escalas – mas também precisaremos nos aprofundar na literatura e execução dessa estratégia intermediada por um meio eletrônico, além de entender, ou buscar assessoria, para programas e equipamentos. Assim, lembrando que as TICs se modificam aceleradamente, recomendamos que os leitores busquem o material o mais atual possível acerca da metodologia de que pretende fazer uso por meio da internet, logo de início. Aqui, nos limitaremos aos questionários e escalas on-line que aparecem como os meios mais utilizados nos trabalhos brasileiros.

As particularidades das TICs e do meio on-line

Os pesquisadores em geral trabalham em centros urbanos e nem sempre estão conscientes dos problemas de qualidade de sinal nas diferentes regiões de nosso país, ou em outros países, que podem dificultar ou impedir que o participante se mantenha conectado, ou seguro, para responder tudo o que se pede. Pode haver ainda limitações ou impedimentos de ordem política no acesso ao link do procedimento, pois nem todos os programas podem ser acessados em todos os países (por exemplo a plataforma Google, frequentemente utilizada para questionários, não pode ser aberto na China e alguns países da África), tornado o que pode

ser interpretado como um problema de desistência ou resistência em impossibilidade de responder, o que deve ser contornada tecnicamente pelo pesquisador (Vilani, 2014).

O planejamento de uso de questionários e escalas traz ainda outras considerações de ordem técnica a serem ponderadas logo de início. É importante garantirmos que o procedimento não exija competências específicas de uso de software por parte do participante e que a pesquisa possa ser respondida a partir de múltiplas plataformas e navegadores (Couper, 2000a ; Couper, Traugott e Lamias, 2001). Devemos cuidar para que os itens apareçam rapidamente e avaliar se serão visualizados de maneira adequada com o uso de diferentes máquinas e telas (de micro-computadores a smartphones de diferentes marcas). Salvar respostas e poder retornar em outro momento também deveria ser previsto em procedimentos mais longos.

Na perspectiva técnica, também é importante conseguirmos a transferência imediata dos dados ao *database*, prevenir que a pesquisa seja alterada, que divulgue ou receba vírus. (Couper, 2000 a; Hewson, 2003, 2014). Se usarmos estratégias que permitam salvar as respostas parciais de participantes que abandonam e não completam a pesquisa, podemos levantar hipóteses sobre seu significado no plano estratégico e ético o que pode ser programado. Finalmente, precisamos prever maneiras de detectar submissões múltiplas. Konstan et al (2005) descreveram o uso de um protocolo de validação que redundou na eliminação de 11% das respostas a seus questionários, a maioria proveniente de um único participante, ressaltando a importância de utilizarmos técnicas de validação de respostas tanto automatizadas quando manuais.

Faz parte deste planejamento técnico, mas interage com temas estratégicos, as interferências na aderência ao procedimento, mas cujas avaliações ainda são inconclusivas, como o oferecimento ou feedback automático quando o participante houver acabado parte do procedimento (por exemplo, completado a resposta de uma escala). Yan et al. (2011) conduziram longo estudo tendo verificado que o efeito dos indicadores de progresso depende das expectativas dos participantes e do grau em que foram ou não atingidas; a presença de um indicador de progresso levou

a menos interrupções quando os sujeitos esperavam uma tarefa curta com base no convite, e o questionário era realmente curto, ao contrário de quando esperavam que a tarefa fosse mais longa. Também devemos avaliar se rolar por página ou sem interrupção é o melhor para cada investigação específica (Peytchev et al. (2006).

Sobre a qualidade de questionários e escalas

A aplicação on-line facilita a vida dos participantes pois podem responder quando e onde quiserem, mas ainda não há uma maneira de saber se as pessoas são quem dizem ser, nem seu grau de envolvimento com o que lhe propomos. A não revelação da identidade, para alguns autores promove a auto revelação e honestidade das respostas (Gosling e Manson, 2015) enquanto para outros ocorre o contrário (Dias e Teixeira, 2008) portanto ainda devemos analisar como isso pode interferir em nosso tema de investigação. Além disso, a ausência do pesquisador traz novas especificidades éticas que devem ser esquadrihadas e de planejamento estratégico que exigirão a realização de pré-testes muito mais extensos e intensos do que na pesquisa face-a-face (Couper, 2000 a, Couper, Traugott e Lamias, 2001).

Os estudos comparativos sobre qualidade de resultados obtidos por meio de procedimentos face-a-face e online, especificamente em psicologia, têm indicado que, guardados os cuidados de recrutamento e equipamento descritas anteriormente, os resultados suportam o uso da internet para a realização de estudos que envolvam questionários e escalas (Riva, Teruzzi, Anolli, 2004; Ramsey et al, 2015), mas pode haver diferenças relativas à variável estudada (Gosling e Manson, 2015).

Os pré-testes servirão para a avaliação de aspectos gerais da investigação, de perguntas do questionário e escalas e serão mais úteis se buscarmos tanto um grupo assemelhado ao que se irá pesquisar, quanto outros compostos por pessoas distantes no assunto. Por meio dos pré-testes podemos obter uma estimativa objetiva do tempo médio necessário para completar nosso procedimento, o que tem implicações

diretas no recrutamento, divulgação, envolvimento e expectativas do participante, bem como facilitará que ele se organize para disponibilizar um tempo real para fazer calmamente o que se pede. Também permitirá identificar e avaliar a compreensão e dificuldades em cada item, detectar questões ambíguas, desnecessárias, inconsistentes ou com palavras que não fazem parte do vocabulário comum das pessoas.

Brosnan, Babakhani, Dolnicar (2019) monitoraram os movimentos dos olhos dos sujeitos enquanto completavam uma pesquisa tendo concluído que eles não leem as instruções, as perguntas e as opções de resposta com cuidado suficiente, investindo apenas 32% do tempo necessário para a compreensão, de modo os dados obtidos podem ser afetados negativamente pela falta de atenção do participante. Seus resultados nos conduzem a analisar detidamente as instruções e buscar torná-las simples e pouco prolixas e cuidar do termo de consentimento. E mais, Ramsey et al, (2015) sugerem que os pesquisadores tenham cuidado nos estudos que incluem instruções não intuitivas pois os sujeitos tendem a leitura superficial do que é apresentado o que é ainda mais complicado com celulares.

Experimentos confirmam que a extensão de um questionário faz com que o participante fornecesse respostas menos cuidadosas (Gibson e Bowling 2019). Nesta direção, Galesic e Bosnjak (2009) organizaram um estudo no qual manipularam a duração (10, 20 e 30 minutos) e a posição das perguntas em um questionário aplicado on-line tendo concluído que quanto maior a duração declarada, menos respondentes iniciaram e completaram o questionário. Além disso, independentemente de conteúdo, as respostas às perguntas posicionadas ao final do questionário foram mais rápidas, mais curtas e mais uniformes (coluna do meio) do que as respostas às perguntas posicionadas no início.

A dissertação de Ferreira (2014) sobre rompimento amoroso entre adultos jovens que moravam juntos, cuidou, como sugerido no parágrafo anterior, da extensão e posicionamento das perguntas. Dado que o tema foi considerado sensível e que por meio de análise prévia concordamos que, mesmo que tivéssemos que acompanhar desistências para dar suporte em caso de necessidade, responder um questionário on-line daria

maior liberdade ao participante do que participar de uma entrevista. Foi construído um instrumento composto de questões de múltipla escolha, questões com uso escalas Likert e perguntas abertas de não mais de 300 espaços. Verificamos nos pré-testes que o uso circular dos três tipos de itens favorecia tanto o envolvimento quanto o controle da angústia, o que se refletiu na adesão expressiva à pesquisa em curto espaço de tempo.

Mesmo que toda pesquisa com seres humanos implique em análise e aprovação ética, expressa em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que garante a participação voluntária, é fácil pensar que pelo menos no caso de questionários, escalas, testes e assemelhados é muito mais fácil negar a ou parar de responder à uma “máquina” do que à uma pessoa. Por isso, é fundamental realizar pré-teste que avaliem entraves à participação.

Devemos buscar evitar perguntas que sejam vistas como julgamento, que poucos poderão responder, ou que não proporcionarão respostas úteis (Hewson, 2003; 2014). Nas solicitações de dados demográficos é importante ponderar o quanto precisamos de informações esmiuçados (por exemplo em formação educacional: grau universitário completo ou incompleto) e que estendam o número de itens que podem nem aparecer em conjunto numa tela de celular; também precisamos ter cuidado com a sobreposição de escalas (por exemplo, 1 a 3, 3 a 6), espaço insuficiente para responder perguntas abertas ou muito grande intimidando o participante.

No que se refere ao uso de escalas, quase nada se encontra sobre a influência da extensão, tempo de respostas ou qualidades de itens. Sugerimos que testes de design e rolagem de tela, como no caso dos questionários, sejam cuidadosamente avaliados. Também são poucos os estudos sobre as qualidades psicométricas de instrumentos criados para aplicação em papel, na presença do pesquisador, e o que ocorre quando a aplicação é on-line.

Segundo Best e cols. (2001), a pesquisa pela internet torna-se viável a partir do pressuposto de que os processos psicológicos funcionam de modo semelhante em pessoas que estejam usando a web e pessoas que não a estejam usando. Tal pressuposto gerou o uso extensivo de escalas, mas

ainda não temos respostas conclusivas acerca das qualidades psicométricas dessa migração de instrumentos. Os resultados das comparações ainda são contraditórios, para algumas escalas parece não haver limitações do meio e em outras, sim. Mas, não tem impedido o uso de escalas on-line; apenas significa que os pesquisadores devem rever a literatura específica acerca do instrumento que pretende utilizar e escolher como proceder.

Concluindo

Pesquisas baseadas na web podem gerar preocupações específicas sobre taxas de respostas, divulgação e organização e características do meio. Também trazem questões éticas (se os pesquisadores realmente podem prometer anonimato e confidencialidade, o que constitui consentimento informado, como acompanhar desistências e fornecer apoio). Mas, são menos demoradas, oferecem alta qualidade de dados, porque o formato estruturado diminui a entrada informações errôneas, dúbias ou inaceitáveis e a transferência automática de dados minimiza erros de entrada.

A pesquisa disponibilizada por meio da internet quase não tem limite para o número de respondentes. Embora seu custo seja considerado baixo, esperamos ter mostrado que, contrariando muitas expectativas e modismos, exige muito do pesquisador, que precisará aprender muito sobre TICs e especificidades de planejamento. Ele e seu participante devem “ser on-line” para que atuar na web lhes faça sentido, mas o pesquisador deverá se duplicar e pensar como será quando ele não estiver lá.

Referências

- ANDREEVA, Valentina, GALAN, Pilar, JULIA, Chantal et al (2014). Assessment of response consistency and respective participant profiles in the Internet-based NutriNet-Santé Cohort. *American Journal of Epidemiology*, v. 179, n. 7, pp. 910-916. [doi: 10.1093/aje/kwt431]

- BATTERHAM, Philip J. (2014). Recruitment of mental health survey participants using Internet advertising: content, characteristics and cost effectiveness. *International Journal of Methods Psychiatry Research*, v. 23, n. 2, pp. 184-191. [doi: 10.1002/mpr.1421]
- BERSTEIN, Matthew, WALKER, John R. , SEXTON, Kathryn (2017). Gathering Opinions on Depression Information Needs and Preferences: Samples and Opinions in Clinic Versus Web-Based Surveys. *JMIR Mental Health*, v. 4, n. 2. doi:10.2196/mental.7231
- BEST, Samuel J., KRUEGER, Brian, HUBBARD, Clark, et. al. (2001). An assessment of the generalizability of Internet surveys. *Social Science Computer Review*, v. 19, pp. 131-145.
- BLUMENBERG, Ana Maria Batista M., GONÇALVES, Helen, ASSUNÇÃO, Maria Cecília F. et. Al. (2019). How different online recruitment methods impact on recruitment rates for the web-based coortesnaweb project: a randomised trial, *BMC Medical Research Methodology*, v. 19, n. 1. DOI: 10.1186/s12874-019-0767-z.
- BROSNAN, Kylie, BABAKHANI, Nazila e DOLNICAR, Sara (2019). “I know what you’re going to ask me” Why respondents don’t read survey questions. *International Journal of Market Research*, v. 61, n. 4, <https://doi.org/10.1177/1470785318821025>.
- COUPER, Mick P. (2000). Web Surveys: a review of issues and approaches. *Public Opinion Quarterly*, v. 64, n. 4, pp. 464–494.
- (2000a) Usability evaluation of computer-assisted survey instruments. *Social Science Computer Review*, v. 18, n. 4, pp. 384-396.
- , TRAUGOTT, Michael, W. e LAMIAS, Mark J. (2001). Web survey design and administration. *Public Opinion Quarterly*, v. 65, n. 2. pp. 230-253.
- COUTINHO, Clara Pereira e BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista (2007). Blog e wiki: os futuros professores e as ferramentas da web 2.0. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA EDUCATIVA – SIIE’2007, Porto, Portugal. Actas. 2007. Porto,

- 2007, pp. 199-204. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7358/1/Com%20SIIE.pdf>. Acesso em: 3 fevereiro de 2012.
- DIAS, Ana Cristina Garcia e TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira (2008). Auto revelação na Internet: um estudo com estudantes universitários. *Aletheia* [online], n.27, pp. 23-35.
- FENNER Yeshe, GARLAND, Suzanne, M., MOORE, et al (2012). Web-based recruiting for health research using a social networking site: an exploratory study. *Journal of Medical Internet Research*, v. 14, n. 1. [doi: 10.2196/jmir.1978]
- FERREIRA, Isabel B. (2014). *O rompimento amoroso e suas particularidades na vivência de jovens adultos que “moraram juntos”*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GIBSON, Anthony M. e BOWLING, Nathan A (2019). The Effects of Questionnaire Length and Behavioral Consequences on Careless Responding. *European Journal of Psychological Assessment*. v. 11, pp. 1-11. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000526>.
- GOSLING, Samuel D. e MANSON, Winter (2015) Internet Research in Psychology. *Annual Review of Psychology*, v. 66, pp. 877-902.
- HARRIS, Melissa L., LOXTON Deborah, WIGGINTON, Britta e LUCKE, Jayne C. (2015). Recruiting online: lessons from a longitudinal survey of contraception and pregnancy intentions of young Australian women. *American Journal of Epidemiology*, v. 181, n. 10, pp. 737-746. [doi: 10.1093/aje/kwv006]
- HATCH, ELizabeth, HAHN, Kristen A, WISE, Lauren A., et al (2016). Evaluation of selection bias in an Internet-based study of pregnancy planners. *Epidemiology*, v. 27, n. 2, pp. 98-104, [doi: 10.1097/EDE.0000000000000400]
- HEWSON, Claire (2003). Conducting research on the internet, *The Psychologist*, v. 16, n. 6. pp. 190-195.
- (2014). Conducting research on the internet – a new era. *The Psychologist*, v. 27, pp. 946-951.

- IBGE (2018) – Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 12 de junho de 2019.
- INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (2018). Disponível em: *ITU releases 2018 global and regional ICT estimates*. <https://www.itu.int/en/mediacentre/Pages/2018-PR40.aspx>. Acesso em: 12 de junho de 2019.
- JANG, Myoungock e VORDERSTRASSE, Alisson (2019). Socioeconomic status and racial or ethnic differences in participation: Web-Based Survey. *JMIR Research Protocols*, v. 8, n. 4. doi: 10.2196/11865.
- KONSTAN, Joseph, ROSSER, Simon, ROSS, Michael W. et al (2005) The story of subject naught: a cautionary but optimistic tale of internet survey research, *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 10, n. 2. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2005.tb00248.x>.
- LAWS, Rachel A., LITTERBACH, Eloise-Kate, DENNEY-WILSON, Elizabeth et.al. (2016). A Comparison of recruitment methods for an health intervention targeting mothers: Lessons from the Growing Healthy Program. *Journal of Medical Internet Research*, v. 18, n. 9. doi: 10.2196/jmir.5691.
- LEACH, Liana S, BUTTERWORTH, Peter, POYSER, et al (2017) Online recruitment: Feasibility, cost, and representativeness in a study of postpartum women. *Journal of Medical Internet Research*, v.19, n. 3. doi: 10.2196/jmir.5745.
- LEITÃO, Carla Faria e NICOLACI-DA-COSTA Ana Maria. (2001). Psicologia clínica e informática: por que essa inusitada aproximação? *Psicologia Clínica*, v. 12, n. 2, pp.189- 205.
- MISHRA Gita Devi, HOCKEY, Richard, POWERS, Jennifer et al (2014). Recruitment via the Internet and social networking sites: the 1989-1995 cohort of the Australian Longitudinal Study on Women's Health. *Journal of Medical Internet Research*, v. 12, n 279 [doi: 10.2196/jmir.3788]

- MOTOKI, Yoko, MIYAGI, Etsuko, TAGURI, Masataka et al (2017) Comparison of different recruitment methods for sexual and reproductive health research: Social Media–based Versus conventional methods. *Journal of Medical Internet Research*, v. 19, n. DOI: 10.2196/jmir.7048
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMÃO-DIAS, Daniela e DI LUCCIO, Flavia. (2009) Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). *Psicologia. Reflexão e Crítica*, v. 22, n.1, pp.36-43. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100006>.
- PAULINO Maria Helena Marzabal (2004). *Promoção de Saúde Familiar em Ambiente Virtual: Um Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PEYTCHEV, Andy, Couper, Mick P., MCCABE, Sean E et al (2006). Web Survey design: paging versus scrolling. *Public Opinion Quarterly*, v. 70, n. 4, pp. 596–607, <https://doi.org/10.1093/poq/nfl028>
- RAMSEY, Sarah R., THOMPSON, Kristen L. MCKENZIE, Melissa et. al. (2016). Psychological research in the internet age: The quality of web-based data *Computers in Human Behavior*, v. 58, pp. 354-360.
- REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA <https://www.rnp.br/destaques/historia-por-tras-20-anos-internet-comercial-brasil>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- RILEY, Willian T., GLASGOW, Russell E., ETHEREDGE, Lynn et al (2013). Rapid, responsive, relevant (R3) research: a call for a rapid learning health research enterprise, *Clinical and Transnational Medicine*, v. 2, issue 10. doi: 10.1186/2001-1326-2-10. Acesso em 12 de agosto de 2019.
- RIVA, Giuseppe, TERUZZI, Tiziana e ANOLLI, L (2003). The Use of the Internet in psychological research: comparison of online and offline questionnaires, *Ciber Psychology & Behavior*, v. 6, n. 1, pp. 73-81.

- SASSENBERG, Kai e DITRICH, Lara (2019). Research in Social Psychology Changed Between 2011 and 2016: Larger sample sizes, more self-report measures, and more online studies (2019). *Advances in Methods and Practices in Psychological Science*. v.2, n. 2. <https://doi.org/10.1177/2515245919838781>. Acesso em 20 de julho de 2019.
- SEBO, Paul, MAISONNEUVE, Hubert; CERUTTI, Bernard et. al. (2017). Rates, delays, and completeness of general practitioners: responses to a postal Versus web-based survey: A randomized trial. *Journal of Medical Internet Research*, n. 19, v. 3. doi:10.2196/jmir.6308.
- SHEEHAN, Kim B. (2001). E-mail Survey Response rates: A review. *Social Science Computer Review*, v. 6, n. 2. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2001.tb00117.x>.
- SHEEHAN, Kim B. (2002). Toward a typology of Internet users and online privacy concerns. *The Information Society*, v.18, n.1, pp. 21-32. DOI: 10.1080/01972240252818207
- SKITKA, Linda e SARGIS, Edward (2006). The internet as psychological laboratory, *Annual Review of Psychology*, v. 57, pp. 529-555. doi: 10.1146/annurev.psych.57.102904.190048
- SOUZA, Rosane M. e KEISERMAN, Boris, B. (2018). Você tem Facebook? Parabéns, você é tiozão. In: MOTTA, IVONISE, F., ROSAL, Anna Silvia R. de e SILVA, Cláudia Y. G. *Psicologia – Relações com o contemporâneo*. São Paulo, Editora Ideias & Letras, pp. 267-274.
- THORNTON, Louise, BATTERHAM, Philip, J., FASSNACHT, Daniel B. et. al. (2016). Recruiting for health, medical or psychosocial research using Facebook: systematic review. *Internet Interventions*, v. 4. pp. 72-81.
- VILANI, Cintia G. (2014). *Sem fronteiras: Uma compreensão psicológica de missionários brasileiros protestantes em contextos transculturais*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- WACHELKE, João Fernando R. e ANDRADE, Alexsandro Luiz (2009). Influência do recrutamento de participantes em sítios temáticos e comunidades virtuais nos resultados de medidas psicológicas aplicadas pela Internet. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 3, pp. 357-367.
- WILLIAMS, Amanda L. e MERTEN, Michael (2011). iFamily: Internet and social media technology in the family context, *Family & Consumer Sciences*, v. 40, issue 2. <https://doi.org/10.1111/j.1552-3934.2011.02101>.
- YAN, Ting, CONRAD, Frederick G, TOURANGEAU Paul et al (2011). Should I stay or should I go: the effects of progress feedback, promised task duration, and length of questionnaire on completing web surveys. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 23, n. 2, pp. 131–147. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edq046>

SOBRE OS AUTORES

ALFREDO NAFFAH NETO

Mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1977) e Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983). Atualmente atua como Psicanalista (em consultório particular) e como Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Núcleo de Pesquisa: O Método Psicanalítico e as Formações da Cultura. Sua experiência, tanto como clínico quanto como pesquisador, concentra-se em Psicanálise, atuando principalmente nas seguintes áreas: 1) clínica psicanalítica winnicottiana, com ênfase no estudo das diferentes psicopatologias e nas formas de intervenção clínica correspondentes. Atualmente realiza um estudo comparativo entre as diferentes linhagens psicanalíticas, focado na articulação entre a teoria e a clínica de cada uma delas; 2) relações entre psicanálise e música (ópera e música popular, principalmente), tais como: articulações entre a vida e a obra de artistas importantes (cantores, músicos, compositores), comparações entre a escuta musical e a escuta psicanalítica etc.

CENEIDE MARIA DE OLIVEIRA CERVENY

Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP em 1992. Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP em 1982. Graduação em Psicologia pela OMEC em 1975. Atualmente é professor assistente doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora Pedagógica do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação Sistêmicas da FAMERP (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto). Vice Coordenadora do Curso de Pós Graduação Lato Sensu de Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação da UNITAU (Universidade de Taubaté). Experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: família, terapia familiar, ciclo vital, relações familiares e intergeracionalidade.

DENISE GIMENEZ RAMOS

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Ganhou bolsa Fullbright, fez mestrado em Clinical Psychology - New School for Social Research (1978) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993). Atualmente é professora titular do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP, onde coordena o Núcleo de Estudos Junguianos. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia e religião (mecanismos e rituais de cura nas religiões), psicossomática, psicologia analítica, complexos culturais como base de patologias sociais, em especial preconceito e corrupção. Na área internacional é autora e palestrante (Buenos Ayres, Montevideo, Los Angeles, Chicago, Santa Bárbara, Moscou e Zurich). Foi Presidente da Academic Subcommittee e vice-presidente da International Association for Analytical Psychology e membro do Comitê Executivo dessa Associação por 12 anos, com sede em Zürich. Em junho de 2014 foi convidada pela Russian Society of Analytical Psychology para o lançamento de

seu livro: “A Psique do Corpo” em russo e para proferir três palestras e dar supervisão clínica em Moscou. Atualmente é vice-presidente para as Américas da International Sandplay Society of Sandplay com sede em Zurich. Ganhou como orientadora Prêmio Capes 2016 de melhor tese em Psicologia do Brasil.

DURVAL LUIZ DE FARIA

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Paulistana de Ciências e Letras (1984), graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1968), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atua no Programa de Estudos Pós graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP e na graduação do curso de Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Desenvolvimento Social e da Personalidade, atuando principalmente nos seguintes temas: perspectivas simbólicas sobre o masculino, feminino e relações de gênero, dando ênfase ao papel do pai na configuração psíquica e processos de vivência da masculinidade contemporânea, psicologia junguiana e psicoterapia analítica (com ênfase na compreensão dos sonhos na psicoterapia) e estudos sobre as relações entre produções artísticas e culturais brasileiras e os arquétipos do inconsciente coletivo. É analista junguiano pela Associação Junguiana do Brasil e membro da International Analytical Psychology Association (Zurich) e autor do livro “O pai possível - conflitos da paternidade contemporânea” (2003), Educ/Fapesp; Organizador e co-autor de capítulos de livros e de artigos em periódicos nacionais e internacionais. Palestrante nacional e internacional.

EDNA MARIA SEVERINO PETERS KAHHALE

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1975), mestrado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1993). Atualmente é pesquisadora, professora associada e coordenadora do LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade), Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do grupo CNPq Psicossomática e Psicologia Hospitalar; certificado pela universidade. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Distúrbios Psicossomáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescência, psicologia sócio-histórica, sexualidade, atendimento psicoprofilático e saúde da mulher. Organizadora e autora de capítulos em diversos livros na abordagem de Psicologia Sócio-Histórica.

ELISA MARIA DE ULHOA CINTRA

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (1976), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Professora na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC SP de 1995 até o momento atual. Ministra cursos no Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP desde 2010 até o presente momento. Já ministrou curso de especialização da Faculdade de Medicina do ABC e cursos de especialização em psicanálise no Centro de Estudos de Psicanálise e no COGEAE da PUC SP. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: Freud, Melanie Klein, Winnicott, Ogden, Britton, Caper , pós kleinianos, depressão, angústia, reflexão sobre a violência e os genocídios do século XX do ponto de vista psicanalítico.

IDA ELIZABETH CARDINALLI

Graduação em Psicologia pela Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica (1976), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica (2001) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica (2011). Professora do Curso de Graduação de Psicologia da PUC/SP e do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica na PUC/SP. Atualmente, é Diretora da Clínica Psicológica “Ana Maria Poppovic” - Núcleo Extensionista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - Psicologia - Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) para o quadriênio 2017/2021. Membro efetivo da Associação Brasileira de Daseinsanalyse (ABD) e da International Federation of Daseinsanalysis - Zurique- Suíça. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica e Intervenção Clínico Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: Daseinsanalyse, Martin Heidegger, Medard Boss, Problemáticas contemporâneas, Psicoterapia e Intervenções clínico-institucionais na abordagem fenomenológico-existencial.

IDA KUBLIKOWSKI

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de S.P. (1975), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de S.P. (1984) e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Ciclo Vital da Família, atuando principalmente nos seguintes temas: ciclo vital da família, promoção de saúde, valores positivos, gênero, além de atuação na área de metodologia qualitativa de pesquisa. Autora e organizadora de diversos livros e artigos acadêmicos sobre a temática que estuda. Vice-Coordenadora do PEPG-Psicologia Clínica - PUC-SP.

JOÃO PERCI SCHIAVON

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1977), mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (1986) , doutorado e pós-doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Sua pesquisa se desenvolve em torno da noção de sublimação e de uma concepção ética e clínica da pulsão. Experiência em clínica psicanalítica desde 1980.

LILIANA LIVIANO WAHBA

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Pós doutorado na FMUSP (2017). Atualmente é professor assistente doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, diretora de psicologia - OSIP Ser em Cena e membro da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Desenvolvimento da Personalidade e Simbolismos da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia analítica, psicologia junguiana, educação médica, criatividade, arte e cultura, arte e educação, cidades.

MARLISE APARECIDA BASSANI

Graduação e licenciatura em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora titular da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atuou como Coordenadora da Faculdade de Psicologia da PUC/SP de 1995 a 1996, atuou também como Vice-Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica de 2005 a 2007 e como Coordenadora de 2007 a 2009. Atualmente é Coordenadora do Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desenvolve pesquisa em temas voltados à Psicologia Ambiental e saúde na vida urbana e rural. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Ambiental e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: estressores ambientais, apropriação de espaço e apego ao lugar, espaços de atendimento a saúde, qualidade de vida e bem estar, agroecologia e agricultura familiar, sustentabilidade, espiritualidade e meio ambiente.

RENATO MEZAN

Renato Mezan concluiu o doutorado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras pela Universidade de São Paulo em 1981. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicou 66 artigos em periódicos especializados. Possui 14 livros, 59 capítulos de livros publicados. Deu 156 conferências ou palestras, apresentou 71 comunicações e trabalhos em congresso/simpósios. Escreveu 24 prefácios e posfácios para livros de colegas, e realizou 1 tradução de livro e 5 de artigos científicos. Em 2015, recebeu o Prêmio Jabuti por seu livro “O Tronco e os Ramos - Estudos de História da Psicanálise”, na categoria Psicologia, Psicanálise e Comportamento. Orientou 77 dissertações de mestrado, 40 doutorados, 1 iniciação científica e 5 pós-doutorados. Atua na área de Psicologia, com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Psicanálise, psicanálise aplicada, teoria psicanalítica, Freud, epistemologia e clínica psicanalítica.

ROSA MARIA TOSTA

Professora associada do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC /SP. Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, no Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura, da PUC/SP. Especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar, com títulos reconhecidos pelo CFP. Possui doutorado e mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica). Psicóloga, também atua como psicoterapeuta e supervisora em clínica privada. Membro do Grupo Espaço Potencial Winnicott do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae. Membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Clínica: Laboratório de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea - IPUSP e PUC-SP - LIPSIC. Desenvolve projetos de intervenção e pesquisa nas linhas Orientações Contemporâneas em Psicologia Clínica e Saúde e Transdisciplinaridade, com trabalhos principalmente nos seguintes autores/áreas/temas: criança, bebê, relação pai-mãe-criança, parentalidade, desenvolvimento psíquico, corporeidade, psicossomática, trauma psíquico, psicoterapia, teoria e clínica psicanalítica, D.W.Winnicott, Psicanálise.

ROSANE MANTILLA DE SOUZA

Possui graduação em Psicologia (1975), mestrado em Psicologia Clínica (1978) e doutorado em Psicologia Clínica (1995) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1995. Tem especialização em mediação familiar e social e experiência na área de Psicologia, com ênfase em Prevenção e Tratamento Psicológico, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade de arranjos familiares da atualidade, relacionamento amoroso, gênero, competências sócio-emocionais e promoção de saúde.